PRIMEIRO: 150/2004

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

UNICAMP

WILLIAM NAZARÉ GUIMARÃES GAMA

O PAPEL DO ESTADO NA REGULAÇÃO DO ACESSO DE PESQUISADORES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990: O CASO DO INPA

Tese apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Política Científica e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho
Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Conceição da Costa

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida por William Nazaré Guimarães Gama e aprovada pela Comissão Julgadora em 23/08/2004
ORIENTADOR

CAMPINAS – SÃO PAULO

AGOSTO - 2004

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

© by William Nazaré Guimarães Gama, 2004

UNIDADE BC
Nº CHAMADA
T/UNICAMP
G14p
EX
TOMBO BC/ 60460
PROC. 16-21-04
C D
PREÇO 11,00
DATA 25-11-04
Nº CPD
BS Td 329405

Catalogação na Publicação elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências/UNICAMP

Gama, William Nazaré Guimarães
G14p O papel do Estado da regulação do acesso de pesquisadores estrangeiros na Amazônia brasileira na década de 1990: o caso do INPA / William Nazaré Guimarães Gama.- Campinas,SP.: [s.n.], 2004.

Orientadora: Léa Maria Leme Strini Velho
Tese (doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

1. Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. 2. Cooperação Internacional. 3. Estrangeiros-Estatuto legal, leis, etc.- Amazônia. I. Velho, Léa Maria Leme Strini. II. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências III. Título.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM
POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

AUTOR: WILLIAN NAZARÉ GUIMARÃES GAMA

O PAPEL DO ESTADO DA REGULAÇÃO DO ACESSO DE PESQUISADORES ESTRANGEIROS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990: O CASO DO INPA

ORIENTADORA: Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho

Aprovada em 23/08/2004

EXAMINADORES:

Profa. Dra. Léa Maria Leme Strini Velho - Presidente
Prof. Dr. Fabiano Toni
Proa. Dra. Lina Rodrigues de Faria
Profa. Dra. Maria Margaret Lopes
Prof. Dr. Sérgio M. Paulino de Carvalho

Campinas, 23 de agosto de 2004

Esse trabalho é dedicado à memória do meu querido amigo e irmão JORGE NAZARÉ GUIMARÃES GAMA (1960-1999) que Deus levou prematuramente para aldeias distantes onde certamente continua lutando pela cidadania dos indígenas e valorizando a cultura popular do Estado do Acre.

Agradecimentos

À professora

Léa Maria Leme Strini Velho, pela orientação, serenidade e incentivo.

Aos professores Maria Conceição da Costa, Newton Müller Pereira, André Tosi Furtado e Maria Margaret Lopes pelo apoio material e intelectual.

Ás funcionárias do IG/Unicamp Valdirene Pinotti (norte do IG), sua fiel escudeira Ednalva de Novaes Schutz que tudo fazem para as coisas darem certo. Também sou agradecido a Paulo Ferreira, Aníbal Romano, Adriana Teixeira, Maurícia Palmas, Juarez Costa e Laércio Silveira.

À minha mãe, Dona Maria do Socorro Guimarães Gama, que, além do incentivo permanente e das orações, me cobrou resultados até mais que minha própria orientadora.

A

Liliane Castelões, doce companheira e que sempre fez tudo ao seu alcance para que eu pudesse me dedicar integralmente ao trabalho.

À Maíra e ao Vítor Castelões Gama, meus filhos, cujos entusiamos juvenis me ajudaram a saltar muitos obstáculos.

Às

queridas amigas:

Chris Pabon, que com sua placidez andina, tornou-nos muito mais seguros e altivos.

Mirian Hasegawa, amiga, poética, sonhadora, São Paulo, simplicidade telúrica.

Shirley Costa, amiga e incentivadora de todas as horas, um oásis de abstração no ambiente árido e competitivo da academia.

Mônica Iha, cuja solidariedade com as causas populares me faz até acreditar que é possível um mundo melhor.e mais justo a partir da academia.

Ao

Querido amigo,

Walter Luiz Bonifácio (Tize), meu bi-compadre, amigo de décadas, em cuja companhia em seu sítio em Santa Rita de Extrema (MG, 100 kms de Campinas) renovávamos nossas energias nos fins de semana e feriados.

Aos caros amigos e colegas que muito ajudaram a criar um ambiente de alegria e produtividade: Bienvenido Palácios, Alejandro Paredes, Diego Ducart, Carlos Tápias, Alexandre Amante, Sérgio Bosso, Rúbia Quintão, Jimena Andreazzini, Daniela Yamashita, Maira Moraes, Juliano Senna (Porpeta), Marcelo Carvalho (Carreira), Paulo Roberto Ravacci Pires (Velho e bom Monge), Antonio Gama (Penteado), José Maria Fillipini, Adalberto Azevedo (Adalba), Luís Gulherme de Oliveira, Serjão Paulino de Carvalho, Luciana Lenhari, Ermê Pataca, Clausionor Silva & Solange Costa, Márcio Ferrari, José Adilson Cavalcanti (Tisoca), Claret Silva, Vera Vieira, Ingrid Rodriguez, Edmilson Costa Filho, Ysbelet Lobo, Flávio Bocarde, Daílton Silva; Rachel Pinheiro, Juliana Bueno, Guilherme Kroll, Rodrigo Gomes, Alessandra Azevedo, Sandra Murriello; George Rebelo (Jacaré), Maria Lúcia Absy, Charles Clement, Sonia Alfaia, Iracy, Sérgio Guimarães, Yeda Penedo, Valcicléa Sarquis, Rogério Gribel, Arnaldo Carneiro Filho e Jorginho Portugal (INPA); Paulo Fernandes, Lídia Amaral, Ione Egler, Luís Carlos Joels, Jussara Bringel e Carlos Oiti Berbert (MCT); Francisco Guerra e Marcelo Valle (CNPq); Gumercindo Monteiro (Paió, Extrema); Luiz Hely Pereira Farias, Bê e Herick Farias (acolhida em Manaus); Maria Aparecida Batista dos Santos e Maria do Carmo Batista Moreira Sampaio (irmãs, acolhida em Brasília), Francisco Nazaré Guimarães Gama (irmão, acolhida no RJ).

Agradecimentos especiais ao Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCT) que me propiciou dedicação exclusiva à tese. Ao CNPq/MCT pelo precioso auxílio em bolsa e *grants*. E à Unicamp pela acolhida e fornecimento de infraestrutura material e intelectual.

"... Deveis ter sempre em vista que é loucura o esperar uma nação favores desinteressados de outra, e que tudo quanto uma nação recebe como favor terá de pagar mais tarde com uma parte de sua independência. Não pode haver maior erro do que esperar favores reais de uma nação a outra...".

George Washington, 1° Presidente dos EUA (1789-1797)

"... A melhor maneira [de não acabar com a nossa economia, não exterminar nossas empresas e obrigá-las a investir dinheiro em pesquisa] é tentar aprender com quem sabe e com quem quer ensinar. E aí eu vejo que o melhor país para fazer isso é a Alemanha, porque tem mostrado que quer ajudar a fazer isso, a melhorar nossa tecnologia. Os alemães pensam longe, sabem que o Brasil e a América Latina em geral vão, no futuro, ser um dos grandes clientes e parceiros comerciais do Mercado Comum Europeu. Não vão ser os EUA os grandes clientes, vão ser a América Latina e a China. Então os alemães investem nesses países, ao contrário dos EUA, que se acham auto-suficientes, ficam com a tecnologia para eles e só trocam com países desenvolvidos. Por isso acho que a cooperação internacional é muito importante, mas temos que escolher bem os países. Veja bem: a Alemanha não tem essa colaboração intensa com o Brasil por 'benemerência', mas simplesmente porque, de forma egoísta, está pensando em seu próprio futuro.".

Gerhard Jacob, alemão, naturalizado brasileiro, pesquisador da UFRGS, presidente do Conselho Superior da Fapergs, ex-presidente do CNPq (1990-1991). In*: 50 anos do CNPq contados pelos seus presidentes* (p. 436).

"Como as árvores tropicais, as raízes do PDBFF [convênio INPA/Smithsonian] na comunidade científica do Brasil são superficiais"

Michel Soulé (*Relatório final do Comitê de Revisão do PDBFF – 1988*)

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

ABC – Academia Brasileira de Ciências
ABC/MRE – Agência Brasileira de Cooperação do MRE (Ministério das Relações Exteriores)
ABIN – Agência Brasileira de Inteligência (sucessora do SNI - Serviço Nacional de Informações)
ACI/INPA – Assessoria de Cooperação Internacional do INPA
ACI/MCT – Assessoria de Cooperação Internacional do MCT
AECI - Agência Espanhola de Cooperação Internacional
AFSOR – Air Force Office of Scientific Research (US)
ALFA – Associação de Levantamento Florestal do Amazonas (mantida pelo PDBFF)
AMNH – American Museum of Natural History
ARIN/INPA – Assessoria de Relações Institucionais do INPA
ASPI – Associação dos Pesquisadores do INPA
ASPI-ACI/INPA – Associação dos Pesquisadores do INPA-Assessoria de Cooperação Internacional do INPA
BASA – Banco da Amazônia S/A
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)
BMBF – Bundesministerium für Bildung und Forschung
BN – Biblioteca Nacional
CAPES/MEC – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior do MEC (Ministério da Educação)
CEE – Comunidade Econômica Européia
CENA/USP – Centro de Energia Nuclear na Agricultura da USP (Piracicaba)
Cenargen (Embrapa) –Centro Nacional de Pesquisas de Recursos Genéticos e Biotecnologia
Ceplac (Embrapa) – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CFECAB – Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (ligado ao Ministério da Agricultura)
CIRAD – Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement (França)
CNAT – Conselho Nacional de Assistência Técnica [internacional]
CNEN (MCT) – Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNPq (MCT) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (antigo Conselho Nacional de Pesquisas)
COAE/INPA – Coordenação de Ações Estratégicas do INPA
COMISTA – Comissão Mista Teuto-Brasileira para a Cooperação em C&T
CONJUR/MCT - Consultoria Jurídica do MCT
CONTAP – Conselho de Cooperação Técnica da *Aliança para o Progresso* (Cooperação Brasil/EUA)
CORPAM – Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas da Amazônia
CPATU – Centro de Pesquisas Agropecuárias no Trópico Úmido (antigo IAN [Instituto Agronômico do Norte], atual Embrapa Amazônia Oriental)
CSIRO – Commonwealth Scientific & Industrial Research Organisation
CSN – Conselho de Segurança Nacional da Presidência da República (Brasil)
CTI – Cooperação Técnica Internacional
CYTED – Ciência y Tecnologia para el Desarrollo (Programa Iberoamericano de Ciencia y Tecnologia para el Desarrollo)
DFID – Department for International Development (UK Government department working to promote sustainable development and eliminate world poverty)

DFVRL – Deustche Forschungs und Versuchsanstalt fuer Luft und Raumfahrt (Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial)
DLR – Deutsches Zentrum für Luft- und Raumfahrt (German Aerospace Center) (novo nome da DFVRL)
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
DOU – Diário Oficial da União
ELFA – Empresa de Levantamento Florestal do Amazonas (criada e mantida pelo PDBFF)
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMFA – Estado Maior das Forças Armadas (Brasil)
ENV – Programas alemães para o Meio Ambiente [env de environmental]
EOSRAM – Earth Observing System Regional Amazon Model
EUA – Estados Unidos da América (Tradução de USA – United States of American)
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FDB – Fundação Djalma Batista (ligada ao INPA)
Feema – Fundação Estadual do Meio Ambiente (RJ)
FINEP (MCT) – Financiadora de Estudos e Projetos
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FNS – Fundação Nacional de Saúde
FUNAI – Fundação Nacional do Índio (antigo SPI)
GEF – Global Environment Facility (independent financial organization). Mantém um Biodiversity Program
GEF – Global Environment Funding (financia programas aprovados pela United Nations Development Programme [UNDP], United Nations Environment Programme [UNEP] e World Bank)
GKSS – Forschungszentrum
GTC/INPA – Grupo Técnico de Cooperação do INPA
GTET/MPIL – Grupo de Trabalho de Ecologia Tropical do Max-Planck Institute für Limnologie (Work Group for Tropical Ecology)
IAEA – Agência Internacional de Energia Atômica (checar)
IAN – Instituto Agronômico do Norte (atual Embrapa Amazônia Oriental)
IBDF – Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (incorporado ao Ibama em 1989)
IF/SP – Instituto Florestal de São Paulo
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INPA (MCT) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPEAN – Instituto de Pesquisas Agronômicas do Norte [do Brasil] (atual Embrapa Amazônia Oriental)
IRD – Institut de recherche pour le développment (antigo Orstom - França)
JCH – Jornal da Ciência Hoje (SBPC)
JICA –Agência Internacional para a Cooperação do Japão (Japan International Cooperation Agency)
LBA – Large Scale Biosphere-Atmosfere Project On Interaction in the Amazon Basin (coordenado pela Nasa)
MAST (MCT) – Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia (Brasil)
MEC-USAID – Acordo entre o Ministério da Educação (Brasil) com a US – Agency for International Development
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MNRJ – Museu Nacional do Rio de Janeiro
MP – Medida Provisória

MPEG – Museu Paraense Emílio Goeldi
MPG – Sociedade Max-Planck para o Avanço da Ciência (tradução de Max-Planck-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften) Max-Planck Society
MPIL – Max-Planck – Institute für Limnologie
MRE – Ministério das Relações Exteriores do Brasil
NAEA/UFPA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (UFPA)
NAS – The National Academies – Advisers to the Nation on Science, Engineering and Medicine
NASA – National Aeronautics and Space Administration (US)
NFWL/USDI – National Fish and Wildlife Laboratory / US Department of the Interior
NIH – National Institutes of Health (Instituto Nacional de Saúde dos EUA)
NMNH - National Museum of Natural History (SI)
NSF – National Science Foundation (USA)
NYBG – New York Botanical Garden (Jardim Botânico de Nova Iorque)
ODA – Overseas Development Agency (UK)
OEA – Organização dos Estados Americanos
OESP – O Estado de São Paulo (jornal diário)
ONGs – Organizações Não-Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas (traduzido de United Nations)
ORSTOM – (atual IRD – Institut de recherche pour le development - França)
PADCT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do MCT (Banco Mundial - BIRD)
PDBFF – Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (Smithsonian Institution)
Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Programme - UNDP)
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations
PPA – Plano Pluri-anual (Brasil)
PPD/PPG-7 – Programa de Pesquisa Dirigida (PPG-7)
PPG-7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – Grupo dos 7 países mais ricos)
PPI/INPA – Projeto de Pesquisa Integrada do INPA
PTMCE – Projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas (atual PDBFF, traduzido de Minimum Critical Size of Ecossystems Project)
PTU – Programa do Trópico Úmido (CNPq/MCT)
RADAM – Projeto de imageamento por radar de visada lateral da Amazônia (Side-Looking Radar – SLAR)
RBG – Royal Botanical Garden (UK)
RGS – Royal Geographical Society (UK)
Rio-92 – Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio de Janeiro, 1992)
SBPC – Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCI – Science Citation Index
SCI/CNPq – Superintendência de Cooperação Internacional do CNPq
SCT/PR – Secretaria de Ciência e Tecnologia da Presidência da República [Brasil]
SECUP/MCT – Secretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas do MCT
SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente (atual Ministério do Meio Ambiente)
SHIFT – Studies in Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics (Programa de Estudos de Impactos Humanos em Florestas e Áreas Alagadas)
SI – Smithsonian Institution
SNI – Serviço Nacional de Informações (atual ABIN – Agência Brasileira de Inteligência)

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Ministério da Cultura – atual IPHAN)
SPI – Serviço de Proteção ao Índio (atual FUNAI)
STRI – Smithsonian Tropical Research Institute (US - Panamá)
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
Sudepe – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (incorporada ao Ibama)
Sudhevea – Superintendência do Desenvolvimento da Borracha (incorporada ao Ibama)
Suframa – Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus (Amazonas)
UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UnB – Universidade de Brasília
UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento)
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNESP – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas (SP)
USAID – US – Agency for International Development
USDA – United States Department of Agriculture
USIA – United States Information Agency
US-MAB – United States-Man and Biosphera Program
USP – Universidade de São Paulo
WWF/US – World Wildlife Fund / United States

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 4.1 – Quantidade de Expedições Estrangeiras no Brasil nos anos 1990 77
Figura 4.2 – Participação de brasileiros nas expedições estrangeiras dos anos 1990 79
Figura 4.3 - Procedência das Expedições Científicas Estrangeiras nos anos 1990 79
Figura 4.4 – Destinos das Expedições Estrangeiras por Região do Brasil 81
Figura 4.5 – Áreas do Conhecimento das Expedições Estrangeiras 81
Figura 4.6 – Expedições Estrangeiras na Amazônia e no Brasil 85
Figura 4.7 – Origem das Expedições científicas estrangeiras na Amazônia 87
Figura 4.8 – Participantes das Expedições Estrangeiras na Amazônia 87
Figura 4.9 – Objetivos Científicos das Expedições à Amazônia (1990/1999) 91
Figura 4.10 – Institutições brasileiras que mais receberam Expedições na Amazônia 91
Figura 4.11 – Quantidade de cartas convites emitidas pelo INPA – 1993/2002 99
Figura 4.12: País de Procedências dos Pesquisadores Estrangeiros (1993/2004) 99
Figura 4.13 – Participação de pesquisadores e estudantes do INPA x Estrangeiros vindos com carta convite 101
Figura 4.14 – Principais convênios do INPA que receberam cartas convites 101
Figura 4.15 – Expedições Científicas x Cartas Convites (1993/1999) 103
Figura 4.16 – Participação de Brasileiros e Estrangeiros nas expedições x cartas convites ...103
Figura 5.1 – Convênio INPA/MPIL Participação dos contrapartidas do INPA x Estrangeiros . 145
Figura 6.1 – PDBFF [Convênio INPA/SI] Procedência dos Pesquisadores Estrangeiros 187
FIgura 6.2 – PDBFF [Convênio INPA/SI] Participação dos contrapartidas do INPA x Estrangeiros 187

Tabela 2.1 - Trajetória da Legislação sobre Expedições Científicas Estrangeiras no Brasil 57
Tabela 4.1 - Principais Instituições Estrangeiras que patrocinaram expedições ao Brasil 83
Tabela 4.2 - Principais Instituições Nacionais que receberam expedições científicas estrangeiras 83
Tabela 4.3 - Principais Instituições proponentes das expedições científicas à Amazônia 89
Tabela 4.4 - Principais Instituições que receberam expedições científicas estrangeiras na Amazônia 89
Tabela 4.5 - Expedições Científicas estrangeiras recebidas por pesquisadores do INPA na década de 1990 95
Tabela 6.1 - Da Concepção à aprovação do PDBFF 159

Sumário

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS XI
LISTA DE FIGURAS E TABELAS XV
SUMÁRIORESUMO XVII
RESUMO XIX
ABSTRACT XXI
INTRODUÇÃO 1

Metodologia 5
CAP. 1. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 9

1.1. O papel da Cooperação Internacional em C&T – considerações gerais 9

1.2. A Atividade Científica e Tecnológica e a Cooperação Internacional: C&T e Diplomacia 16

1.3. Diagnóstico atual das perspectivas da cooperação internacional 19

1.4. Em Síntese 22

CAP. 2. O PAPEL DO ESTADO NA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL – DA FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 25

2.1. Antecedentes 25

2.2. A criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil 30

2.3. A extinção do Conselho de Fiscalização das Expedições, pelos militares, e sua absorção pelo CNPq 33

2.4. Civis voltam ao poder e passam controle sobre as expedições científicas para o MCT depois de longas contovérsias 39

2.5. O Dec. 98.830/90 extingue as expedições que passam a se configurar como convênios de cooperação internacional 48

2.6. Conclusões 55

CAP. 3. O INPA E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 59

3.1. O INPA 59

3.2. Algumas visões sobre a Cooperação Internacional do INPA 62

CAP. 4 - A PESQUISA CIENTÍFICA ESTRANGEIRAS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990: O CASO DO INPA 73

4.1 – Considerações Iniciais 73

4.2. As expedições científicas estrangeiras no Brasil, na Amazônia e no INPA durante a década de 1990 77
4.2.1. No Brasil 77
4.2.2. As expedições na Amazônia 85
4.2.3. As Expedições Científicas estrangeiras no INPA na década de 1990 93

4.3. A presença de pesquisadores estrangeiros no INPA através de cartas convites 97
4.3.1. As cartas convites emitidas pelo INPA em números (1993-2002) 97
4.3.2. Cartas Convite x Expedições 103

4.4. Dicussões sobre a introdução da Carta Convite no INPA 105

CAP. 5. A PESQUISA CIENTÍFICA ALEMÃ NO BRASIL: O CONVÊNIO INPA/MPIL 115

5.1. Antecedentes da pesquisa científica alemã no Brasil e na Amazônia (das expedições de estudo e coleta) 115

5.2. A cooperação INPA/*Max-Planck-Institute für Limnologie* 122
5.2.1. Antecedentes (Fase da Informalidade) 122
5.2.2. O primeiro convênio (CNPq-INPA/MPIL) 123
5.2.3. O Convênio CNPq/Sociedade Max-Planck (MPG) 125
5.2.4. O Ajuste Complementar de 14/10/87 entre a Sema/DFVLR – CNPq atua como 'bombeiro' 129
5.2.5. Pós-Decreto 98.830/90 – MPIL busca atualizar seu convênio com o INPA 134
5.2.6. O Acordo de Regulamento INPA/GTET-MPIL de 06/07/1996 136
5.2.7. O atual convênio INPA-MCT/MPIL 139
5.2.8. Considerações 142

CAP. 6. A PESQUISA CIENTÍFICA NORTE-AMERICANA NA AMAZÔNIA – O CASO DO PDBFF 147

6.1. Antecedentes 147

6.2. A área de biologia/ecologia no acordo de cooperação em C&T entre Brasil e EUA 153

6.3. O Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais 159

6.4. O PDBFF Pós Dec. 98.830/90 169

7. OBSERVAÇÕES E CONCLUSÕES 189

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 201

BIBLIOGRAFIA 207

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS CITADAS NA TESE 213

ANEXO I – EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL (1990 A 1999) 223

ANEXO II – CARTAS CONVITES EMITIDAS PELO INPA A PESQUISADORES ESTRANGEIROS (1993/2002) 245

ANEXO III - ALGUNS DADOS DO PROJETO FLORA AMAZÔNICA – NYBG/INPA/MPEG (1977 E 1984)* 285

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

UNICAMP

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLITICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

RESUMO

O papel do Estado da regulação do acesso de pesquisadores estrangeiros na Amazônia brasileira na década de 1990: o caso do INPA

Esta tese buscou entender o papel do Estado na regulação do acesso de pesquisadores estrangeiros na Amazônia brasileira atualmente. A literatura sobre o assunto mostrou que os projetos científicos estrangeiros na Amazônia adquiriram grande autonomia, com pouco controle ou participação das instituições de pesquisa da região. Foi escolhido como estudo de caso a cooperação científica internacional praticada pelo INPA, um dos maiores institutos federais de pesquisa científica da região. Constatou-se que efetivamente a forma tradicional de controle existente desde 1933, baseada na fiscalização das expedições científicas estrangeiras, foi radicalmente modificada pelo Decreto nº 98.830/90, concedendo-se, a partir dali, um tratamento privilegiado baseado em convênios de cooperação, onde o INPA exerce pouco ou nenhum controle sobre o acesso de pesquisadores estrangeiros e sobre a saída de material científico. Assim, as expedições passaram a representar uma fração minúscula dos estrangeiros que vieram pesquisar na Amazônia através do INPA. Dois dos principais convênios (aqueles que receberam mais pesquisadores estrangeiros) foram estudados minuciosamente: os convênios INPA/Smithsonian Institution e INPA/Instituto Max Planck de Limnologia.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PÓS-GRADUAÇÃO EM POLITICA
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

ABSTRACT

The role of the State in the regulation of the foreign researchers access in the Brazilian Amazonia, in the 1990 decade: The case of the INPA.

The present thesis aims to understand the role of the State in regulation of the foreign researchers access in the Brazilian Amazônia.The literature about the subject showed that the foreign scientific projects in the Amazônia gains great autonomy, with few control or participation of the research institutes of the region. The international scientific cooperation practiced by INPA (National Institute for Amazonian Researches), one of the most important federal research scientific institutions of the region, was chosen as case study. In this study, was verified that the traditional form of control was established since 1933, and was based in the control of the foreign scientific expeditions, but by the Decree nº 98,830/90, was radically modified, granting, since then, a privileged treatment based in cooperation agreements, where INPA has a few or no control in the access of foreign researchers and in the exit of scientific materials. Thus, the expeditions started to represent a very small fraction of the foreigners in research missions, in Brazilian Amazônia, through INPA. Two of the main accords, i.e. those that received more foreign researchers, are discussed in details: INPA/Smithsonian Institute and INPA/Max Planck Institute of Limnology accords.

INTRODUÇÃO

Em artigo publicado no Jornal Folha de São Paulo de 11/02/2003, a Dra. Isabel Canto, (então) coordenadora geral dos programas da Amazônia do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), afirma que "é urgente e importantíssima a reordenação de algumas colaborações internacionais na região Amazônica que são desenvolvidas de forma isolada, sem vínculo institucional e que são fruto do enfraquecimento das instituições nacionais de pesquisa da região". Embora não cite nenhum projeto especificamente, a Dra. Isabel diz que "essa situação permitiu a continuação de programas [de pesquisa] que têm, hoje, pouca convergência com os objetivos estratégicos dos centros de pesquisa regionais" e que "grupos estrangeiros adquiriram, com o tempo, uma autonomia impressionante, estabelecendo mecanismos unilaterais de desenvolvimento de projetos em território brasileiro" (FSP, p. 3)

Canto deixou claro que não existem critérios adequados aos interesses nacionais que sejam levados em conta pelo governo brasileiro na elaboração dos editais, seja para opinar sobre a alocação de recursos estrangeiros em território brasileiro, seja para participar do processo de seleção de projetos e promover avaliações periódicas. E conclui afirmando que uma nova política governamental tem que ter em vista os benefícios que podem advir dessas parcerias para o fortalecimento dos grupos de pesquisa nacionais e para a sociedade "podendo ser um instrumento eficaz de combate à proliferação de colaborações informais de pouquíssimo interesse para o Brasil".

A prof. Léa Velho, da Unicamp, que vem estudando a cooperação científica internacional na Amazônia (especialmente a praticada pelo INPA) desde 1994, já afirmava naquela ocasião que a região sempre despertou o interesse dos naturalistas estrangeiros mas que agora desperta o interesse de muitos outros grupos dada a importância da biodiversidade que ela contém para o sistema mundial que ora se delineia. Diz Velho (1994) que "como conseqüência desse interesse, as aproximações dos estrangeiros com as instituições de pesquisa da região se multiplicam, sem que elas estejam devidamente preparadas para saber o que desejam, mas suficientemente ávidas por recursos financeiros para aceitar o que for oferecido" (p. 26). E conclui a professora Léa Velho que "até que medidas concretas sejam tomadas para sanar estas condições, não se pode esperar que a cooperação científica internacional na Amazônia venha a produzir grandes benefícios para ciência nacional e para o desenvolvimento da região" (p. 26).

Já a Prof. Bertha Becker (2003), provavelmente a maior especialista em Amazônia em atividade, diz que a maior incidência da globalização na Amazônia brasileira ocorre através da

cooperação internacional, ou seja, dos grandes projetos ligados à questão ambiental, principalmente. Embora Becker reconheça que o Brasil precisa de cooperação internacional, ela afirma que o País não sabe fazer negociação, pois "ora somos contra os estrangeiros e decidimos que ninguém pode entrar aqui, ora abrimos as portas e não definimos as regras de controle da informação" (p. 6).

Becker considera um avanço a implantação do Programa Piloto para a preservação das florestas tropicais do Brasil (PPG-7, Banco Mundial) mas afirma que falta controle por parte do Brasil sobre esse programa. "O Brasil não controla esses projetos de coletividades, todos baseados em parcerias com estrangeiros. Cada projeto desses tem vários patronos entre igrejas, ONGs, e governos, e o Brasil não sabe, não controla" (p. 6).

Ora, se uma autoridade governamental e duas professoras que estudam a Amazônia apontam essas deficiências é porque a situação é grave e precisa ser analisada, melhor entendida e, então, modificada. Para tentar entender essa situação, buscamos estudar os mecanismos institucionais de controle da pesquisa científica estrangeira no Brasil. De fato, desde 1933 o governo brasileiro adotou uma legislação para viabilizar o controle e a fiscalização da pesquisa científica estrangeira isolada (expedições científicas) em território nacional. Essa legislação, que já sofreu uma série de mudanças ao longo dos anos, em essência, busca garantir a participação de cientistas brasileiros nos projetos de pesquisa estrangeiros e se propõe a controlar a saída indiscriminada de material de interesse científico coletado no Brasil, entre outras coisas.

Assim, o parco controle do Estado sobre os programas de cooperação internacional na Amazônia apontado pelas autoras citadas, parece ter se agravado ainda mais com a última dessas mudanças na legislação, datada de 15/01/1990. De fato, quase ninguém percebeu mas uma nova era para a prática da pesquisa científica estrangeira no Brasil abriu-se com a publicação, no último dia do governo Sarney (15/03/1990), de uma portaria do Ministério da Ciência e Tecnologia nº 55/90, que concedeu, "tratamento especial" a pesquisadores estrangeiros vinculados a acordos de cooperação internacional. Essa nova forma de tratamento significou, na prática, que instituições e pesquisadores estrangeiros poderiam realizar, com base nessa portaria e a partir daquela data, coleta de dados e materiais científicos no Brasil, sem necessariamente ter que se submeter, como antes, às exigências impostas pelo MCT e CNPq. Tais exigencias incluiam: análise prévia do projeto por instituições de pesquisas nacionais ligadas ao objeto da pesquisa a ser realizada; nomeação de uma instituição nacional co-participante e co-responsável; designação, pelo MCT, de um pesquisador para servir de contrapartida nacional, entre muitas outras. Pela nova regulamentação as instituições

estrangeiras interessadas em fazer pesquisa no Brasil foram estimuladas a estabelecer "convênios de cooperação internacional" com instituições nacionais, passando, dessa forma, a obedecer à sistemática estabelecida nos convênios que, por sua vez, podem ser redigidos de forma tão flexíveis a ponto de dar margem à unilateralidade na política de pesquisas por parte dos parceiros estrangeiros.

Sem dúvida, essa portaria e o decreto que a originou (dec. 98.830/90) representaram uma ruptura com a política vigente desde 1933 que transformava todos os projetos de pesquisas de instituições e pessoas físicas estrangeiras em "expedição científica" e os obrigavam à obtenção de uma autorização prévia de instituição governamental (atualmente MCT).

Essa tese busca entender as circunstâncias que podem ter levado à situação descrita pelas autoras citadas, tendo como estudo de caso o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA/MCT, daqui pra frente referido como INPA). Parte-se da hipótese de que o novo mecanismo de "convênios de cooperação Internacional", criado, entre outras razões, para solucionar problemas identificados na implementação das "expedições científicas", ao invés de resolver os problemas anteriores, tornaram-nos ainda mais graves.

Na prática, esse trabalho foi dividido em sete capítulos, sendo os três primeiros de caráter mais conceitual e histórico a respeito do conceito de cooperação internacional *vis a vis* os mecanismos de controle governamentais das pesquisas científicas estrangeiras em território nacional e já adentrando um pouco no estudo de caso do INPA. Já os demais capítulos são mais de caráter empírico e concentram-se em estudar a cooperação internacional praticada pelo INPA, um dos institutos de pesquisas científicas mais importantes da região amazônica, criado em 1954.

Assim, no primeiro capítulo, faz-se uma discussão sobre as motivações e a natureza da cooperação científica internacional tal qual se dá no mundo, particularmente aquela entre países em diferentes níveis de desenvolvimento. Ainda neste capítulo, procura-se analisar a evolução do conceito de cooperação internacional no Brasil durante as últimas décadas, buscando identificar os fatores condicionantes das mutações conceituais ocorridas e que, de certa maneira, foram sancionadas pelas diferentes formas de controle governamental.

Em seguida (capítulo 2) apresenta-se uma análise em retrospectiva da legislação brasileira sobre o acesso, por parte de pesquisadores e instituições estrangeiras, de dados e materiais da sócio-biodiversidade brasileira. Essa tipo de regulação existe há mais de setenta anos e foi modificada pela última vez em 1990 (Dec. 98.830/90). De 1933 a 1990 tratava-se de fiscalizar as "expedições científicas" estrangeiras. A partir dessa data inicia-se a fase da

"cooperação internacional", amparada em acordos de cooperação entre os países interessados e o Brasil e que, via de regra, se consubstanciou no estabelecimento (e/ou atualização) de convênios de cooperação internacional em Ciência e Tecnologia entre instituições brasileiras e estrangeiras. Tanto quanto possível, tentou-se recuperar os debates realizados pela comunidade científica nacional em torno da criação e mudanças neste tipo de regulação.

O terceiro capítulo é dedicado a uma revisão da literatura a respeito da cooperação científica internacional do INPA onde se busca mostrar as várias visões sobre essa atividade no órgão.

Já os capítulos 4, 5 e 6, como afirmado anteriormente, são dedicados a analisar o novo formato da cooperação internacional do INPA adotado no início da década de 1990. Assim, o capítulo 4 procura mostrar que nesta década, o modelo de cooperação baseado no formato "expedição científica" é substituído por um novo modelo agora baseado principalmente em convênios de cooperação internacional que deram grande autonomia para a entrada de pesquisadores estrangeiros substituindo inclusive os mecanismos de controle governamentais existentes há mais de setenta anos no Brasil. Esses convênios, alguns com mais de 30 anos e outros mais recentes, foram os principais beneficiários desse novo modelo que se consubstanciou na prática no direito de receber cartas convites, que, equivalem na prática, a um passaporte de entrada.

Os dados apresentados neste capítulo (contrastando a entrada de pesquisadores estrangeiros no INPA através de expedições científicas na década de 1990 com aqueles que ingressaram através de cartas-convites emitidas pelo INPA no mesmo período) evidenciam que houve uma substancial alteração na forma de ingresso de pesquisadores estrangeiros para atuar em projetos na Amazônia tendo o INPA como co-responsável. Os dados mostram também que os principais beneficiários deste novo formato foram, principalmente, dois grandes projetos de iniciativa de instituições estrangeiras: o Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais - PDBFF (convênio com a *Smithsonian Institution* dos EUA) e o projeto ecologia de áreas alagáveis na Amazônia (convênio com o *Max-Planck - Institute für Limnologie* da Alemanha). Por conseguinte, nos capítulos cinco e seis são feitas análises minuciosas desses dois importantes convênios de cooperação, que envolvem uma grande quantidade de pesquisadores estrangeiros em contraste com o reduzido número de pesquisadores do próprio INPA. Esses dois capítulos procuram mostrar o elevado grau de autonomia que os coordenadores estrangeiros desses convênios adquiriram ao longo do tempo com relação ao ingresso de participantes forâneos, sem que o INPA tenha institucionalizado qualquer tipo de avaliação prévia ou *a posteriori*, desempenhando papel como mero coadjuvante.

Esse trabalho se encerra com as considerações finais e conclusões.

Metodologia

Consentâneo com o objetivo inicial desta tese (que buscava identificar todas as expedições científicas estrangeiras que vieram pesquisar no Brasil entre 1975 e 2000 e analisar os seus conteúdos), e sendo o CNPq o responsável por esta atividade, foi-se então ao setor daquele órgão encarregado desta função. Logo descobriu-se que o CNPq só dispunha para consulta dos dados da década de 1990, que foram inventariados, pasta por pasta. Foram coletados os seguintes dados de cada uma das 258 expedições: o número e a data da portaria de autorização da expedição; o período autorizado; os nomes dos expedicionários estrangeiros, suas nacionalidades e as instituições às quais pertencem; o objetivo da expedição; os locais a serem pesquisados; os nomes dos contrapartidas brasileiros e suas instituições. Montou-se então um banco de dados com todas essas informações (anexo 1) e feitas tabelas e gráficos resumindo essas atividades, particularmente àquelas que se dirigiram à Amazônia, foco deste trabalho.

Paralelamente buscou-se estudar o advento (e os conceitos envolvidos) nas expedições científicas nos séculos XVIII e XIX e que foi objeto de um *paper* para uma disciplina do curso de doutorado em política científica e tecnológica. Nesse caso também foi montado um banco de dados com as expedições científicas estrangeiras no Brasil no século XIX (quando realmente elas se intensificaram) através da vasta e dispersa literatura existente sobre o assunto quando foram identificadas mais de 150 expedições, a maioria de origem européia. Esses dados não foram utilizados nesta tese, tendo em vista que posteriormente se descobriu que as expedições deixaram de representar as pesquisas científicas estrangeiras no Brasil a partir da década de 1990.

Estudando-se o controle do Estado sobre as atividades científicas estrangeiras no Brasil chegou-se à conclusão que o marco divisor dessa regulação se deu com a criação, através de decreto presidencial, do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil em 1933. Esse decreto impunha uma autorização prévia para pesquisadores estrangeiros atuarem no Brasil e a transformação compulsória de suas atividades sob as normas da expedição. Levantou-se então toda a legislação a respeito do assunto, bem como estudou-se as modificações através de análise minuciosa e detalhada, inclusive através da leitura das controvérsias que provocaram suas modificações. Descobriu-se então que a última dessas regulamentações se deu com a edição do Decreto 98.830 de 15/01/1990 (ainda em vigor) extinguiu não só o termo "expedição científica" como também colocou a atividade científica estrangeira sob a égide da cooperação internacional realizada através de convênios.

Foi-se então ao INPA, um dos maiores institutos de pesquisas da região Norte do Brasil e verificou-se que apenas 14 (10%?) expedições haviam sido recebidas pelo órgão na década de 1990. O dado pareceu estranho na medida em que o INPA é um dos órgãos que mais recebe estrangeiros na Amazônia. Assim, descobriu-se que o Dec. 98.830/90, havia possibilitado um tratamento privilegiado a convênios de cooperação que se expressou concretamente em termos da edição de cartas convites a pesquisadores estrangeiros. Foi então levantado nos arquivos do setor de cooperação internacional do INPA todas as 646 cartas emitidas pelo órgão e foi montado sobre cada uma delas um banco de dados com as seguintes informações: o número e a data da emissão da carta; o período autorizado; os nomes dos convidados estrangeiros, suas nacionalidades e as instituições às quais pertencem; o objetivo e a área do conhecimento das pesquisas a serem executadas; os convênios e os projetos em que se enquadravam tais pesquisas; os locais a serem pesquisados; os nomes dos pesquisadores do INPA e dirigentes de projetos (brasileiros e estrangeiros) que convidaram; os contrapartidas brasileiros citados nos memorandos de solicitação das cartas. Montou-se então um banco de dados com todas essas informações (anexo 2) e feitas tabelas e gráficos resumindo essas atividades.

Confrontou-se então os dados das expedições recebidas pelo INPA com os pesquisadores estrangeiros que vieram através de cartas convites. Constatou-se que a grande maioria veio através de cartas convites e que dois projetos ligados a convênios internacionais foram os principais beneficiários. Buscou-se então estudar esses dois convênios, identificando as origens, o desenvolvimento, e as modificações nos termos dos próprios.

Em suma os dados utilizados nesta tese foram coletados nos arquivos do CNPq, MCT e INPA e constam de relatórios, correspondências, portarias, decretos, pareceres, atas de reuniões, atas do Conselho Deliberativo do CNPq, cópias dos convênios, avaliações, diagnósticos, transcrição de seminários; etc); Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (expedições antigas); Biblioteca Nacional (textos dos decretos antigos); Museu de Astronomia e Ciências Afins (acervo do antigo Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil) e arquivos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC (Jornais da *Ciência Hoje*, *Revista Ciência Hoje* e *Ciência & Cultura*), bibliotecas e arquivos da Unicamp (livros, artigos e teses); arquivos do setor de cooperação internacional do INPA. Foram gravadas também algumas entrevistas.

Devido ao grande número de documentos utilizados nesta tese, optou-se por referenciá-los da seguinte forma: todas as vezes que um documento for citado pela primeira vez ele ganhará um número em ordem crescente. Esses documentos serão listados e colocados em uma tabela que ficará localizada logo depois das referências bibliográficas e intitulada

referências documentais e constarão de: número; tipo de documento; data; de quem pra quem e suas instituições; e, assunto. Cópias de todos esses documentos estarão disponíveis aos interessados nas bibliotecas do IG/Unicamp e INPA.

CAP. 1. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

1.1. O papel da Cooperação Internacional em C&T – considerações gerais

Embora seja sempre embuída de um sentido de solidariedade entre os povos, a cooperação internacional é, na prática, utilizada para ampliar e fortalecer os interesses externos de uma nação sobre outra. Em outra palavras, a cooperação internacional é utilizada politicamente na medida em que fortalece a amizade entre os países envolvidos, ao mesmo tempo em que são criadas condições propícias à penetração dos interesses econômicos. E não poderia ser de outra forma já que o conceito hodierno de cooperação internacional nasceu impregnado da disputa ideológica e geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética para manter as suas zonas de influência ao fim da II Guerra Mundial. Falava-se então em "ajuda" para a reconstrução da Europa e para o aliviar os efeitos da pobreza dos países subdesenvolvidos mas, nesse contexto, a cooperação não tinha como único escopo o que lhe era próprio, mas algo mais e distinto (Cervo, 1994).

Paralelamente era criada a Organização das Nações Unidas que deu acolhimento ao conceito de cooperação técnica internacional (CTI), através da Resolução n. 200 aprovada em 1948. Essa tinha como características originais: a transferência não comercial de técnicas e conhecimentos; o desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por receptor e prestador; e pressupunha a execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, treinamento de pessoal, material bibliográfico, equipamentos, estudos e pesquisas (Cervo, 1994).

Quando a ONU lançou seu primeiro programa multilateral, os Estados Unidos imediatamente apresentaram um programa concorrente denominado Primeiro Programa de Cooperação Técnica Bilateral dos Estados Unidos para os Países Subdesenvolvidos. O objetivo norte-americano era reforçar o aspecto conceitual de "ajuda" e "assistência", com a possibilidade de utilizar a CTI para fins econômicos ou ideológicos em detrimento da "cooperação" entre as partes (Cervo, 1994). Assim, segundo Cervo (1994, p. 39), "prevaleceu ao longo da década de 50 o significado de cooperação técnica como ajuda para aliviar os efeitos da pobreza e não a capacitação para o desenvolvimento".

Mas já na década de 1950 surgiram as primeiras reações ao sistema bipolar implantado: a Europa Ocidental procurou se integrar regionalmente; os países da África, Ásia e Europa exigiam melhores condições para seu desenvolvimento e a América Latina mergulhava na industrialização como melhor forma de desenvolvimento (Cervo, 1994). Como corolário, já na década de 60 a noção de cooperação internacional em sua acepção genérica foi dividida em

cooperação econômica; científica e tecnológica; política; cultural. Em suma, nos anos 60, foram agregados duas novas funções à cooperação técnica internacional: associá-la à captação de ciência e tecnologia (intento dos países receptores) ou usá-la para fortalecer os interesses e a presença no exterior (intento dos países prestadores avançados). Na década de 70 emergiria a chamada Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (Cervo, 1994).

Para o ex-ministro Luiz Felipe Lamprea (Cabral, 1998) a cooperação internacional desempenhou, nos últimos 50 anos, um papel fundamental no desenvolvimento do Brasil, cobrindo desde a modernização do aparato tecnológico-produtivo até temas sociais. Para Cabral (1998) a cooperação técnica internacional, embora tenha se dado desde o início do século XX, foi somente na década de 1950 que teve sua estruturação formalizada pelo governo brasileiro com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT, dec. 28.799 de 27/10/1950), cujo objetivo principal era estudar a participação do Brasil em programas de assistência técnica (como então se chamava a CTI) do sistema ONU e da OEA. Foi aí que começou o intercâmbio de bolsistas e técnicos dentro dos programas internacionais.

Mesmo com a criação da CNAT, as ações continuaram dispersas e os projetos negociados caso a caso. Mas foi apenas em 1969 que o governo estabeleceu uma sistemática própria para o tratamento da cooperação técnica internacional com a criação do chamado Sistema Interministerial de Cooperação Técnica. Foram adotadas práticas de negociação de programas com as fontes doadoras externas, dando-se assim uma maior organicidade às atividades de cooperação, além de propiciar uma visão de conjunto da demanda e permitindo um acompanhamento e avaliação dos resultados (Cabral, 1998).

Segundo Cervo (1994), foi do final dos anos 60 e início dos anos 80 que se criaram as melhores condições internacionais para o desempenho da CTI no Brasil. O governo militar criou condições quase ideais para que isso acontecesse com o estabelecimento da inserção racional da CTI na política externa; flexibilização para aceitar fins próprios e não-próprios definidos para a CTI pelos países avançados; montagem de um sistema nacional articulado de gerência da cooperação técnica; implantação de agências internas preparadas para cooperar; e, filosofia desenvolvimentista a impregnar a opinião.

Nos anos 80, o Brasil já havia avançado muito no domínio do conhecimento técnico e buscava agora o avanço tecnológico "que não era objeto da generosidade distributiva das nações mais avançadas" (Cervo, 1994, p. 38). Mas aí sobreveio a crise da dívida externa e o Brasil entrou em recessão e na hiperinflação. Com isto, o planejamento de médio e longo prazo foi relegado a segundo plano, não havendo nem política nem diretrizes e prioridades claramente estabelecidas e definidas para a CTI. Nesse contexto, segundo Cabral (1998), os programas

negociados com as fontes externas eram, na realidade, apenas uma lista de projetos que refletiam o interesse de algumas instituições nacionais e das fontes externas e não as prioridades reais de desenvolvimento nacional.

Simultaneamente no *front* externo registravam-se pressões dos países desenvolvidos no sentido de excluir dos tradicionais veículos de CTI a transferência de tecnologias de ponta para países de desenvolvimento médio como Brasil, Argentina, México e Chile (Cervo, 1994).

Mas foi ainda nesta década que o Brasil daria um passo importante no sentido de institucionalizar uma política de cooperação com a criação, em 1987, da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ligada ao Ministério das Relações Exteriores. A ABC tinha entre seus objetivos, o de operar programas de cooperação técnica em todas as áreas do conhecimento; articular órgãos e entidades nacionais, públicos e privados, inclusive instituições de ensino e pesquisa, para participação em programas de cooperação técnica. Mas o principal papel da ABC foi no sentido organizar e operar as atividades de cooperação brasileira com países em desenvolvimento. Dessa forma o Brasil passava de mero receptor de cooperação dos países do Norte para prestador de cooperação aos países do Sul. Assim, segundo Cervo (1994), a CTI prestada pelo Brasil atingia seus objetivos políticos que eram calcados no fortalecimento da amizade com os países menos desenvolvidos e a criação de condições propícias para a penetração dos interesses econômicos.

Com relação à cooperação internacional em C&T, como já foi dito, não era objeto da generosidade dos países desenvolvidos e sofria as restrições de um cálculo unilateral por parte do prestador. No entanto, nos primeiros programas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD (década de 70) ela foi importante para o Brasil no desenvolvimento da indústria aeronáutica, telecomunicações, correios, transporte rodoviário e ferroviário, programa nuclear e programas de pós-graduação nas universidades. Além disso ajudou a formar recursos humanos em áreas sensíveis como pesos e medidas, controle da qualidade do aço, sistema nacional de patentes e normalização técnica (Cervo, 1994). O Brasil buscava forçar a transferência de C&T para setores de ponta pouco afetados pela cooperação bilateral, dado que os potenciais países prestadores desse tipo de cooperação não o faziam para não prejudicar seus interesses econômicos e comerciais. A tecnologia de ponta só viria em pacotes controlados pelo país de origem, sob a forma de negócio rentável (Cervo, 1994).

Em termos institucionais, a Comissão Nacional de Assistência Técnica - CNAT (criada em 1950) foi reformulada e ampliada em 1964 mas só veio a incluir o presidente do CNPq entre seus membros em 1968. Mas já no ano seguinte foi criado o Sistema Nacional de Cooperação Técnica que incluiu os presidentes do CNPq e da Finep. O CNPq ficou encarregado dos

programas bilaterais e multilaterais destinados à elaboração da política de C&T e no fortalecimento da estrutura científica e tecnológica do País. Em 1968 o CNPq passou a ser o responsável também pelas autorizações das expedições científicas estrangeiras no Brasil.

Com relação aos EUA, cuja participação no avanço da C&T mundial é preponderante, como se disse anteriormente, eles procuraram rivalizar com o sistema de cooperação internacional criado no sistema ONU e buscaram sempre estabelecer uma política de cooperação própria. O livro Verde da CT&I no Brasil (2001), por exemplo, diz ser necessário desenhar programas diferenciados para os Estados Unidos pois suas metodologias de trabalho são muito diferentes das dos demais países. De fato, já em 1949 os EUA lançaram seu Primeiro Programa de Cooperação Técnica Bilateral para os Países Subdesenvolvidos. Em 1959 o Brasil criava seu Escritório Técnico de Coordenação dos Projetos e Ajustes Administrativos do Ponto IV para a cooperação com os Estados Unidos nos setores de saúde, educação, agricultura, administração geral e assuntos diversos. Em 1965 foi criado o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP) a quem cabia, entre outras coisas, aprovar a aplicação dos recursos em moeda estrangeira (doação) provenientes da USAID e do BID e das demais agências financiadoras da Aliança para o Progresso. Em 1972 foi assinado o primeiro Acordo de Cooperação em C&T entre Brasil e Estados Unidos.

No próximo item, iremos esmiuçar um pouco mais a cooperação científica e tecnológica no mundo atual.

Como se afirmou na introdução deste trabalho, a atual legislação brasileira que regulamenta a pesquisa científica estrangeira em território nacional, entende a mesma como uma atividade de cooperação internacional. Mas, afinal o que é cooperação internacional? Como ela tem se dado? Como ela é vista pela comunidade científica nacional? O que pode ser feito para para que ela contribua para o avanco cientifico e o desenvolvimento nacional?

De fato, ninguém desconhece a importância estratégica da C&T no mundo globalizado e, por isso, há hoje um apelo generalizado pelo aumento da cooperação científica internacional. No Brasil – que apesar dos avanços nos últimos 50 anos ainda ocupa uma posição periférica na produção científica mundial – esse apelo é tão importante que em recente publicação do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Academia Brasileira de Ciências (Livro Verde, MCT/ABC, 2001) este tema mereceu um capítulo especial. E o que dizer então da Amazônia, que ocupa mais da metade do território brasileiro, mas possui apenas cerca de 1% da comunidade científica nacional? Nesse caso, a cooperação científica internacional tem sido colocada como uma panacéia, capaz de resolver todos os problemas.

Segundo Toni (1994), o termo cooperação internacional, em si, traz a idéia de um sistema científico global, sem fronteiras nacionais, idéia aceita por muitos e implícita no próprio conceito do universalismo da ciência, postulado por Merton (1973). Se por um lado a ciência ainda se prende muito às fronteiras geopolíticas, por outro lado, sua forma de organização social funciona como um fator de globalização, uma vez que os cientistas de diversos países acabam se ligando uns aos outros a fim de otimizar suas atividades de pesquisa, divulgar seus resultados e os cientistas dos países cuja ciência é desenvolvida treinam cientistas de países periféricos, criando laços que, usualmente, persistem após o período de treinamento.

Segundo Velho (1995) a colaboração científica é um fenômeno que dizem ser tão velho quanto à própria ciência moderna, mas, nas últimas décadas, tem crescido a taxas anuais de 7-8% constituindo-se num fenômeno sem precedentes. Esse crescimento tem sido estimulado e promovido pela iniciativa governamental.

Estudos têm mostrado que as ciências básicas dos países periféricos recebem maior apoio por parte de diversos governos e entidades internacionais que as ciências aplicadas (Storer, 1970; Chesnais, 1993, citados por Toni, 1994). Segundo ainda Toni (1994), essa falta de suporte bilateral ou multilateral para as ciências aplicadas, deve-se ao fato de que os países centrais têm pouco ou nenhum interesse em compartilhar, indiscriminadamente, resultados de pesquisas que possam lhes trazer dividendos econômicos[1].

Atualmente, por exemplo, a cooperação científica entre os países da Comunidade Econômica Européia (CEE) se baseia em dois princípios fundamentais: 1) a ajuda pública a pesquisas nas empresas deve se limitar a área pré-concorrencial, para não provocar distorções nas regras da livre-concorrência e não interferir no mercado; 2) as ações comunitárias devem satisfazer o princípio da *subsidiaridade*, que prevê só fazer em nível comunitário o que se faz melhor do que em nível dos países membros (Chevillot, 1993).

No entanto, um forte motivo para a cooperação científica entre países desenvolvidos e o Terceiro Mundo é a necessidade de exploração de alguns ambientes que só se encontram nesses países (florestas tropicais, por exemplo) ou que só podem ser explorados por uma abordagem mais global, como é o caso dos estudos climáticos. Nestes casos, via de regra, é preciso haver um trabalho conjunto entre os países interessados na pesquisa e os países que possuem o ambiente ou recursos que serão objeto dos estudos, uma vez que, ao menos em tese, nem os países mais atrasados aceitam expedições científicas estrangeiras de caráter exploratório (Toni, 1994).

Até o final da década de 60, a cooperação científica internacional era vista como uma componente das relações culturais entre as nações que, por sua vez, funcionavam como um mecanismo diplomático de auxílio nas negociações políticas, estas sim de importância fundamental. No início da década de 70, contudo, os grandes conglomerados norte-americanos começaram a demonstrar um poder político e econômico imenso, graças a sua presença em praticamente todo o mundo e ao controle que exerciam sobre o conhecimento científico e tecnológico. A partir deste momento, percebeu-se a importância da ciência e tecnologia nas relações internacionais (Toni, 1994).

E aí as questões políticas tornam-se ainda mais importantes. Segundo o então ministro das relações exteriores do Brasil, Celso Amorim (1994), a cooperação internacional tem como um de seus primeiros pressupostos a idéia da alteridade, isto é, o respeito por um estado à existência de outros estados, cujos objetivos podem e devem ser por eles próprios traçados. Para ele é essa a autêntica cooperação internacional.

Segundo ainda Amorim (1994:160), a cooperação internacional pode tornar-se elemento importante de uma estratégia de desenvolvimento tecnológico autônomo.

> "Não há nisso nenhuma contradição, já que autonomia significa controle sobre as decisões que dizem respeito à manutenção e desenvolvimento de um sistema, e não o seu fechamento para o exterior. Autonomia é, portanto, distinta de autarquia. Os vultosos investimentos requeridos pelo progresso tecnológico levaram, por exemplo, os países europeus a buscar concertar seus esforços, através de programas como o *Eureka*, o *Espirit*, o *Race*, etc (sem falar em experiências mais antigas como o *Euratom* e o *CERN*)".

O ex-ministro detalha as condições em que o Brasil pode valer-se da cooperação com países mais desenvolvidos na área científica e tecnológica:

> "A cooperação internacional não pode ser encarada como alternativa para o esforço interno. Só coopera com outros países quem já dispõe de certa base científica e tecnológica própria. Apelar para a cooperação como fonte exclusiva ou principal de desenvolvimento é condenar-se à dependência e à submissão; a cooperação só será verdadeiramente frutífera quando houver complementaridade real de interesses. Naturalmente, tal complementação será encontrada com maior facilidade entre nações de desenvolvimento similar, mas ela pode estar presente também em outros tipos de relacionamentos menos "simétricos". Certos programas com a Alemanha e a França aproximam-se desse padrão. De qualquer forma, a ampliação das ações cooperativas do terreno científico para o tecnológico, além de complexas, envolve adaptações e ajustes no aparelho institucional que não estão totalmente resolvidos" (Amorim, 1994:161-162).

A cooperação entre países em desenvolvimento, quando efetivamente baseada em complementaridade de recursos e objetivos similares, surge, assim, como um elemento importante da própria política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico, já que aqui

---

[1] Isso ficou claro na área de química através do acordo de cooperação em C&T entre Brasil e EUA, em 1972, onde o CNPq ficou investindo praticamente sozinho, enquanto os EUA priorizavam investimentos em pesquisas na área de biologia/ecologia (maiores informações no cap. 5).

os fatores de desconfiança e os riscos políticos das iniciativas marcadas pelo desequilíbrio entre os parceiros são menores.

Segundo ainda Amorim (1994:161)

> "Tudo o que foi dito até aqui pareceria indicar que não haveria lugar para a cooperação científica e tecnológica entre nações de níveis distintos de desenvolvimento, o que não corresponde, obviamente, à verdade. Em primeiro lugar, no que tange especificamente à cooperação científica, todos sabemos que a comunidade de pesquisadores se caracteriza por uma grande permeabilidade. Congressos e conferências internacionais, bem como programas bilaterais de cooperação, são modos pelos quais a informação e o conhecimento são disseminados, com evidentes benefícios para os que deles participam. É, aliás, digna de nota e motivo de apreensão uma tendência no sentido de limitar a participação em certos eventos nacionais a um número restrito de países ou até um único país".

Já Oliveira (1995), classifica a cooperação internacional de acordo com o nível de desenvolvimento dos países envolvidos. Assim, chama de **cooperação internacional vertical** aquela que se dá entre instituições de países com diferentes níveis de desenvolvimento e de **cooperação internacional horizontal** aquela que se dá entre países com nível semelhante de desenvolvimento (Oliveira, 1995, citado por Aragón, 1997).

Para Aragón (1997), a cooperação vertical é a mais praticada na América Latina já que os avanços mais importantes se dão nos países mais desenvolvidos, que investem os maiores recursos[2]. Segundo Aragón (1997), uma forma de "transferir" o conhecimento gerado nos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvido se dá através da ida de estudantes e técnicos para cursos de treinamento e de pós-graduação, bem como na vinda de técnicos, professores, estudantes e pesquisadores do exterior.

Uma outra das formas de cooperação internacional vertical destacada por Aragón (1997) é a vinda de pessoal qualificado de instituições de países desenvolvidos para realizar estágios ou participar de programas específicos de pesquisa e/ou treinamento em instituições de países atrasados. Diz Aragón (1997:589) que:

> "No Brasil diversos cursos e até instituições de educação superior e de pesquisa resultaram desse tipo de cooperação. Entretanto, é frequente a criação de enclaves dentro das instituições onde programas de cooperação deste tipo constituem-se num mundo à parte na instituição receptora, com baixo aproveitamento de pessoal qualificado local e produção científica maior publicada no exterior. Nesses casos, as equipes estrangeiras convertem-se em extensões de suas instituições de origem no exterior, com as quais mantém maior contato que com a própria instituição local, lucrando, consequentemente, muito mais aquelas instituições ricas do exterior que aquelas pobres que as acolhem".

[2] Segundo Hobsbawn (1994), usando dados do *Department of International Economic and Social Affairs (USA),* nas décadas de 1970 e 1980 os países capitalistas desenvolvidos gastaram quase três quartos de todos os orçamentos do mundo em pesquisa e desenvolvimento, enquanto os pobres ("em desenvolvimento") não gastaram mais de 2% a 3% (*In World Social Situation* 1989, p. 103).

1.2. A Atividade Científica e Tecnológica e a Cooperação Internacional: C&T e Diplomacia

Países como o Brasil, que iniciou sua industrialização pesada somente na década de 70, preocupados com o controle sobre a tecnologia e sua crescente dependência em relação aos países centrais, reivindicam mecanismos mais justos de transferência de tecnologia. Esta mobilização, como o Grupo dos 77, causou uma reação imediata dos países desenvolvidos que teve como resultado a aproximação dos Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão que criaram um grupo informal denominado Comissão Trilateral formado por políticos e empresários das três regiões. Desde então, os países desenvolvidos começaram a estreitar seus laços econômicos a fim de evitar uma concorrência excessiva e danosa entre si e, ao mesmo tempo, garantir sua presença no mercado do terceiro mundo sem aceitar as condições que este tentava impor (Amorim, 1994).

O governo americano, com o apoio do Congresso, começou a usar ciência e tecnologia como armas diplomáticas. A estratégia utilizada era trocar auxílio tecnológico por vantagens políticas e econômicas, o que era feito sob a tutela da iniciativa privada, temerosa de um excesso de generosidade do governo que lhe pudesse ser prejudicial. Na gestão Reagan, por exemplo, as autoridades norte-americanas trataram de colocar a questão da transferência de tecnologia totalmente ao sabor do mercado, segundo as normas das grandes empresas (Toni, 1994).

É importante salientar que sempre houve grande resistência dos países líderes da ciência mundial em relação a propostas de criação de canais que possibilitem o uso do conhecimento científico para o desenvolvimento do terceiro mundo, o que ficou claro na Conferência das Nações Unidas sobre Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento (UNCTAD) realizada em Viena, em 1979 (Dickson, 1988). Apesar de eventuais esforços progressistas, a questão da colaboração científica sempre foi e ainda é submetida à política externa de cada país e aos interesses das empresas desses próprios países.

E mesmo entre os países líderes a competição é acirrada. Basta lembrar as tensões existentes entre o Japão e os EUA, e a relutância com que a potência até há pouco líder do mundo capitalista tem visto escapar-lhe das mãos a supremacia em setores de ponta.

Para Celso Amorim (1994), uma das consequências dessa tomada de consciência sobre o declínio do papel hegemônico dos EUA tem sido a busca, mediante um processo de autocrítica, dos motivos dessa relativa decadência em ações ou omissões passadas da própria política norte-americana. O resultado desse processo, pelo menos até aqui, tem sido algo paradoxal para um país que se erige em baluarte do livre-comércio. Com efeito, tem sido

comum encontrar comentários e análises de estudiosos e *policy-makers* norte-americanos, que atribuem a perda de competitividade para o Japão (e agora, também, de forma embrionária, para outros países da chamada Bacia do Pacífico como Coréia do Sul, Hong-Kong, Taiwan, Cingapura) a uma excessiva tolerância norte-americana com relação à disseminação da tecnologia gerada nos Estados Unidos, acompanhada de uma despreocupação com seu próprio mercado e da ausência de uma política agressiva com relação a medidas protecionistas em potências rivais. Os êxitos econômicos desses países, em especial do Japão, teriam despertado o gigante norte-americano para a necessidade de agir com maior determinação nas três frentes: maior controle de transferência de tecnologias avançadas; maior controle sobre o seu mercado de produtos de alta tecnologia; e maiores e mais determinados esforços para garantir que outros países não criem obstáculos à penetração de bens e serviços norte-americanos, quer diretamente, quer por meio de investimento de subsidiárias de multinacionais dos Estados Unidos (Amorim, 1994). Nesse sentido, Amorim (1994:155) afirma que:

> "No primeiro nível, afora as restrições normais das próprias empresas, que tendem a reservar para a matriz as pesquisas nos setores mais estratégicos, uma série de ações do governo norte-americano, sob a égide do *Export Administration Act*, vem impedindo a passagem, para outros países, de conhecimentos considerados sensíveis, quer sob a forma de tecnologia, quer sob a forma de material de equipamentos sofisticados. No Brasil, mesmo, tivemos dificuldades, por exemplo, na importação de um computador 3090/200 VF, da IBM, para a PETROBRÁS, e de antenas de rastreamento de satélites para o INPE".

Continua Amorim (1994:156):

> "Também a nova ênfase na proteção à propriedade intelectual se insere no contexto de ações destinadas a conter o fluxo de tecnologias geradas nos Estados Unidos para fora do País. Há, a propósito, declarações formais de autoridades governamentais norte-americanas, que não deixam margem a dúvidas. Restrições desse tipo têm-se estendido também ao domínio da informação científica e tecnológica - de especial interesse no caso. A esse propósito, a leitura de um artigo de dois técnicos *do Office of Technology of Assessment* do Congresso norte-americano é extremamente esclarecedora (Weingarten e Garcia, 1988). Depois de abordar a questão das restrições ao fluxo de informação, da ética científica e mencionar as pressões militares para cercear sua disseminação, o artigo estabelece que 'o controle do acesso à informação, em nome da segurança nacional, por razões econômicas ou outros objetivos sociais, determinará quem poderá participar (da pesquisa científica), tanto nos EUA quanto internacionalmente'.
>
> Se essas ações (controle da informação, controle do próprio mercado e medidas neomercantilistas) de um país altamente desenvolvido espelham a nítida preocupação com a autonomia tecnológica e sublinham, assim, sua necessidade, por outro lado nos põe em guarda quanto à complacência com que esse mesmo país verá os esforços de nações que surgem no cenário internacional como potenciais rivais. Em outras palavras, ela nos advertem para os obstáculos de natureza política - e especialmente de política internacional - que serão levantados contra essas tentativas. De forma mais pertinente para o tema que hoje nos ocupa, ela nos fazem considerar as iniciativas de cooperação técnica e tecnológica, *cum granu salis*".

Ainda no âmbito da cooperação internacional, deve-se destacar o papel das agências ligadas ao sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Ali o conceito de cooperação internacional em ciência & tecnologia evoluiu da política de ajuda para assistência técnica, para

a transferência de tecnologia e atualmente está servindo como ferramenta diplomática em diversos campos da cooperação internacional (Soares, 1994).

Mas o exercício do poder na área de C&T é mais fragmentado do que se poderia supor. No plano internacional, as agências das Nações Unidas definem opções e procuram impô-las; a Europa faz o mesmo e até pretende ser científica e técnica antes de ser econômica e social. Este poder é, por outro lado, repartido no plano nacional entre as instituições públicas, as academias, as grandes empresas públicas ou privadas. Esta multiplicação de centros de decisão tem o mérito de garantir várias vias de pesquisa, quando não diversas variantes dos mesmos objetivos.

1.3. Diagnóstico atual das perspectivas da cooperação internacional

Há uma "premência da revisão completa da política de cooperação internacional do Brasil, pois estão defasadas as premissas, práticas e metodologias de trabalho dominantes na cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação (CT&I)". Esse é, em síntese, o diagnóstico elaborado pela Academia Brasileira de Ciências (ABC) a pedido do Ministério da Ciência e Tecnologia e que contou com a colaboração de mais de 350 pesquisadores brasileiros e que se tornou conhecido com o nome de *Livro Verde*, publicado em 2001.

Depois de reconhecer que no passado, de modo geral, os acordos de cooperação científica e tecnológica entre os países não passavam de declaração de boas intenções, tinham caráter assistencialista e se limitavam ao intercâmbio de pesquisadores, o relatório diz que muitos dos instrumentos firmados no plano internacional encontraram grandes dificuldades para sair do papel e serem executados.

O diagnóstico é cauteloso, mas ligeiramente otimista quando diz que "parece existir hoje uma rara oportunidade para que se redefinam, de maneira mais favorável, a inserção e a eqüitativa integração dos países em desenvolvimento na ordem mundial". E mais "com a evolução da ordem mundial e as mudanças em curso no País – inclusive com o estabelecimento de novos patamares da pesquisa e da inovação[3] – abre-se uma nova fase na gestão da cooperação internacional em C&T". Nesse novo cenário, a pesquisa brasileira ganha maior autonomia financeira e pode exercer maior seletividade em seus temas de interesse, tornando-se, por outro lado, parceira mais atraente em termos de cooperação internacional em C&T. Dessa forma, diz o documento (p. 223) está se verificando, por conseguinte, ampla renovação do interesse de outros países em cooperar com o Brasil no campo de CT&I.

Mas a perspectiva otimista fica por aí, já que diagnóstico reconhece que os países em desenvolvimento têm contra si as desvantagens das tradicionais assimetrias políticas, econômicas e tecnológicas e acrescenta que o quadro externo não é inteiramente favorável ou "amigável", pois embora a retórica da globalização pregue o contrário, há na prática o risco de concentração do conhecimento e inovação nas mãos de alguns poucos países desenvolvidos. Diz ainda o relatório que o acesso internacional ao conhecimento é complexo e, em certos casos, inexistente; há um alargamento da marginalização tecnológica em escala mundial com o aprofundamento do hiato científico e tecnológico e que os países em desenvolvimento encontrarão crescentes dificuldades para participar do avanço científico e tecnológico mundial (Livro Verde, 2001).

Mesmo assim, o relatório é categórico em reconhecer que é inescapável a dimensão internacional da ciência e da tecnologia tendo em vista as condições em que são conduzidas e prega a necessidade do Brasil estabelecer cooperação com países desenvolvidos, na medida em que esta proporciona acesso ao que de melhor se faz na ciência. Mas adverte que essa rota não deve ser exclusiva nem deve deixar de lado as oportunidades de ação conjunta com países em desenvolvimento que enfrentam desafios semelhantes aos brasileiros, nem olvidar a necessidade de ampliar o esforço nacional em C&T.

Assim, embora a retórica do diagnóstico pregue a reformulação completa da cooperação internacional brasileira, as condições internacionais não são favoráveis a isso e, portanto, tal reformulação exige esforços consideráveis. O documento apresenta algumas propostas genéricas que buscam mudar a "política" de cooperação internacional do País diante da necessidade de novos enfoques no sentido de atualizar e ampliar os conceitos, reprogramar as atividades, criar instrumentos e adotar aperfeiçoamentos institucionais. Integram o atual arsenal de medidas inovadoras: a generalização das redes de pesquisa, a atualização da política de mobilidade de pesquisadores, a revisão da política de bolsas para o exterior e a criação de uma política específica de recrutamento e fixação de talentos, assim como o esforço de atração de investimentos no Brasil por parte de empresas de alta tecnologia.

O documento avança em alguns parâmetros para uma revisão da política de cooperação internacional do Brasil: expansão das atividades para as áreas na fronteira do conhecimento; articulação e orientação deliberada dos esforços nacionais de cooperação internacional em C&T; reconhecimento de que a pesquisa e o desenvolvimento têm caráter internacional e, por isso mesmo, impõe-se o avanço do esforço nacional em CT&I; criação de um programa para internalizar a massa de conhecimento sobre o Brasil existente em importantes centros de pesquisa no Exterior; priorizar também a cooperação em C&T com países em nível de desenvolvimento semelhante ou inferior ao nosso. Diz ainda o documento que o esforço devem ser liderados pelo MCT, "que deve se integrar melhor com o MRE" (p. 220).

O Livro Verde propõe tambem que os programas e projetos devem ser tipificados como de interesse primordial brasileiro e aqueles de interesse conjunto com outros países devem receber um tratamento diferenciado em seus estatutos, objetivos, financiamento, gestão, etc. (p. 221). Alem disso, aponta a excessiva concentração da pesquisa científica nas regiões Sudeste e Sul, havendo um desatendimento das necessidades de pesquisa da Amazônia e Semi-Árido.

[3] Os autores provavelmente estão se referindo à criação dos fundos setoriais destinados à C&T e ao programa de biotecnologia da FAPESP.

E é na Amazônia, principalmente, que se concentram as atenções dos pesquisadores e instituições estrangeiras, que desenvolvem centenas de projetos muitas vezes sem a participação efetiva de pesquisadores e estudantes brasileiros. Além do mais, em outro capítulo do Livro Verde, embora não se refira diretamente à questão ambiental da Amazônia brasileira, é reconhecida que a própria natureza e dimensão dos problemas ligados à questão da gestão ambiental já explicitam que se tratam de problemas globais que, na maioria dos casos, não podem ser enfrentados pelos países de forma isolada.

No terceiro capítulo iremos nos aproximar da questão amazônica e especificamente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, umas das instituições que mais abrigam pesquisadores estrangeiros na região.

1.4. Em Síntese

A ciência é intrinsecamente universal, mas sua distribuição pelo mundo é bastante desigual. Os países historicamente líderes (Inglaterra, França, Alemanha, Estados Unidos) sempre atraíram os cientistas dos países menos desenvolvidos, seja para formação de recursos humanos, reuniões científicas, publicações e pesquisa conjunta. Política e ciência sempre andaram juntas.

O Brasil, de 1500 a 1808, permaneceu praticamente fechado à curiosidade científica internacional. Nesse período as atividades científicas mais sistemáticas foram realizadas através das inúmeras expedições patrocinadas por Portugal para colonizar o território (inclusive a Amazônia) e demarcar as fronteiras. Dessas expedições participavam militares, religiosos, astronômos, matemáticos, que também elaboravam os mapas. Desde o início, Portugal procurou adotar uma política de controle do acesso ao conhecimento sobre sua colônia sul-americana numa atitude pragmática de afastar o olhar de cobiça das potências estrangeiras. Ainda assim, nos dois primeiros séculos, algumas missões de estudo estrangeiras vieram ao Brasil principalmente ligadas à invasão do território por franceses e holandeses[4].

Em 1808 a França invadiu Portugal e a corte portuguesa buscou refúgio no Brasil, escoltada por canhoneiras inglesas. Como uma das retribuições, uma serie de expedições científicas inglesas começaram a percorrer o Brasil, no que foram imediatamente seguidas por outras nações como Alemanha, França, Áustria, Rússia. Com a abertura do Brasil à pesquisa estrangeira, até o final do século, mais de 150 expedições científicas - muitas com duração de vários anos - haviam percorrido o território, elaborando mapas, inventariando a natureza e principalmente coletando material científico para museus, colecionadores particulares e jardins botânicos europeus e norte-americanos. Essa política de abertura não iria se alterar com a independência em 1822, nem com a Proclamação da República em 1889, embora o Brasil tenha criado nesse período um Museu e um Jardim Botânico.

Foi somente no século XX que o Brasil estabeleceu uma política explícita de controle do acesso às informações da natureza brasileira, com a edição de uma lei, em 1933, criando um conselho de fiscalização das expedições científicas estrangeiras. O objetivo era tornar compulsória a participação de brasileiros nessas expedições, bem como evitar a saída indiscriminada de material científico do Brasil. Essa lei, com muitas alterações, permanece até hoje e continua sendo motivo de controvérsias.

---

[4] Esse assunto voltará a ser tratado no próximo capítulo.

O importante a registrar é que o Brasil até o pós-II Guerra não tinha uma política oficial de apoio à ciência, e o sistema de formação universitária era, em muitas áreas, embrionário. A criação da Academia Brasileira de Ciências (ABC), em 1916, e a organização da comunidade científica nacional em torno da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em 1948, e, principalmente, a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), em 1951, foram marcos importantes na profissionalização dos cientistas brasileiros, que resultou na criação de uma série de institutos de pesquisa em áreas estratégicas e incentivou a formação de um sistema nacional de apoio à C&T.

Paralelamente à criação e fortalecimento do sistema nacional de pesquisa científica e tecnológica, os órgãos criados no sistema ONU e OEA começavam a funcionar e mostravam-se como fóruns importantes para o intercâmbio e a cooperação internacional. E foi lá que nos últimos 50 anos foi forjado o atual conceito de cooperação técnica internacional, que já nasceu maculado pelas ambigüidades colocadas pela chamada "guerra fria" que dispôs a cooperação conforme as zonas de influência de URSS e EUA.

Embora muitos países menos desenvolvidos, entre os quais o Brasil, tenham sempre reivindicado a transferência de tecnologia em termos concessionais, isto nunca foi objeto da generosidade dos países detentores dessas tecnologias, que sempre impuseram barreiras a esse tipo de atividade, colocando-as sempre ao sabor do mercado.

Com a criação do sistema de organizações da ONU, o governo brasileiro começou então a treinar recursos humanos especializados para tratar dessa cooperação técnica e tentou estabelecer uma política própria para o setor. O Brasil foi grandemente beneficiado por essa cooperação entre as décadas de 1960 até 1980, justamente o período do auge da industrialização brasileira que se fez predominantemente de pacotes tecnológicos vindo das matrizes das multinacionais aqui instaladas.

A política de cooperação técnica internacional desenvolvida pelo Brasil enfraqueceu-se na década de 1980. Isso coincidiu com o endurecimento por parte dos países mais desenvolvidos em partilhar qualquer transferência de tecnologia em termos concessionais. A cooperação internacional começou a se restringir a projetos de algumas poucas instituições nacionais e principalmente àqueles de interesse dos países mais desenvolvidos. Em termos institucionais ocorreu a criação da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) que, na prática, ampliou seu escopo não só recebendo como passando a prestar cooperação técnica a países em estágios semelhantes ou inferiores de desenvolvimento.

Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, o papel do CNPq foi reforçado cabendo-lhe estabelecer os acordos de cooperação bilaterais em C&T, bem como o papel de

autorizar e fiscalizar as expedições científicas estrangeiras. Os projetos estrangeiros eram transformados compulsoriamente em expedições científicas ou então nacionalizados.

A volta dos civis ao poder, em 1985, coincidiu com enormes pressões dos países desenvolvidos contra o desmatamento na Amazônia brasileira, região que fora objeto de grandes projetos de integração e desenvolvimento nas duas décadas anteriores. Essas pressões resultaram em novas políticas para o meio ambiente, bem como na mudança da legislação brasileira de controle da pesquisa científica estrangeira que, por sua vez, resultou no estabelecimento de projetos científicos cujo controle não fica necessariamente no Brasil.

Começaram a prevalecer os acordos de cooperação bilaterais e multilaterais, que se consubstanciaram, na prática, em sub-acordos ou convênios de cooperação, cujo estudo deve ser aprofundado, até para saber até que ponto se cerca de garantias que os benefícios serão compartilhados. E isso será analisado nos capítulos 5 e 6, quando será feito um estudo de caso com os dois principais convênios de cooperação científica internacional do INPA.

No próximo capítulo será apresentado um estudo sucinto da legislação brasileira sobre o controle e fiscalização das expedições científicas estrangeiras, a fim de tentar entender o papel que foi reservado ao Estado, ao longo do tempo, na regulação das pesquisas científicas estrangeiras no Brasil. Busca-se tambem entender como se chegou até o atual estágio sob a hegemonia de uma mal definida politica de cooperação internacional.

CAP. 2. O PAPEL DO ESTADO NA REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES CIENTÍFICAS ESTRANGEIRAS NO BRASIL – DA FISCALIZAÇÃO DAS EXPEDIÇÕES À COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

2.1. Antecedentes

Durante os três primeiros séculos de colonização, Portugal manteve o Brasil "fechado aos olhares indiscretos e perigosos dos estrangeiros" (Reis, 1976, p. 98). Visavam a defender-se de concorrentes, pois "o estudo do meio físico, das possibilidades econômicas regionais, o conhecimento pormenorizado do que valia a Colônia poderiam servir para despertar o apetite desenfreado de outros povos de tendências expansionistas, pondo em perigo a paz que reinava no ultramar sul-americano de Portugal" (Reis, 1976, p. 98). Era a política de portas fechadas.

Com isso concordam vários autores, entre eles Correa (1997) que chama esse período de exclusivismo colonial. Acrescenta Corrêa (1997, p. 126) "Desde o século XVI, ao tomar posse de sua colônia americana, Portugal orientou seus interesses geopolíticos de ocupação e exploração do território brasileiro de forma a resguardá-lo da cobiça e da rapinagem de outras nações. Com ardilosos olhos de explorador, durante três séculos, os portugueses guardaram as informações sobre a colônia a sete chaves, tornando-as segredo estratégico com acesso restrito somente à Corte. (...) Salvo nos períodos de invasões e disputas de territórios pelos holandeses e franceses, [Portugal] conseguiu manter o país [Brasil] enclausurado em si mesmo e praticamente desconhecido do mundo exterior, com exceção de sua orla marítima que, por contingência da situação portuária, foi esporadicamente visitada por navegantes estrangeiros".

Garcia (1922) diz que já no primeiro século de colonização, o Brasil foi visitado por inúmeros navios estrangeiros (principalmente franceses), alguns dos quais vinham fazer contrabando de pau-brasil e outras especiarias. Diz ainda que, em 1550, carregamentos de exemplares da fauna brasileira figuravam com realce nas festas celebradas em honra do rei Henrique II, da França e que 11 navios estrangeiros foram apreendidos e incendiados pelo Império Português entre 1579 e 1581 na Costa do Brasil.

É bom salientar, no entanto, que nesses três séculos Portugal manteve sempre uma febril atividade de exploração científica do Brasil, sendo a primeira expedição datada já de 1501 (Garcia, 1922). Reconheceu primeiro o litoral e depois os grandes rios. Depois, a demarcação das fronteiras e o desbravamento do interior do País, sempre com a presença de expedições

militares e eclesiásticas que se faziam acompanhar de astrônomos, geógrafos, engenheiros, etc.

No entanto, foram as invasões francesa (século XVI) e holandesa (século XVII) que permitiram as primeiras explorações científicas estrangeiras da natureza brasileira e não só da geografia.

No entanto, não se conhece uma legislação portuguesa específica para regular ou coibir as expedições científicas estrangeiras. Sem citar a fonte, diz Correa (1997) que durante a União Ibérica entre os reinos de Portugal e Espanha de 1580 a 1640, o governo espanhol proibiu aos estrangeiros fazer escala ou desembarcar no Brasil e nas demais partes do ultramar português. Portugal continuaria adotando essa política até os primórdios do século XIX.

O que se sabe ao certo é que Charles Marie de La Condamine, da Academia de Ciências da França, na sua expedição entre 1735 e 1743, entrou no Brasil com autorização do governo Português. Na publicação de seus relatos, tentou deliberadamente alterar as fronteiras da Guiana Francesa com o Brasil, em desfavor deste.

A suspeita com relação aos estrangeiros era corrente e, já em 1795, o comissário espanhol para a demarcação das fronteiras luso-espanholas, desceu da Província de Mainas (Perú) até o Pará. Segundo Garcia (1922, p. 875), "Dessa incursão, porém, suspeitou o governador do Rio Negro [Manuel da Gama Lobo d'Almada], que o fez acompanhar pelo tenente-coronel Simões de Carvalho, com recomendação secreta de dirigir a viagem de maneira que não fosse possível ao ex-comissário parar em povoação alguma, nem tomar nota topográfica de qualquer ponto do Amazonas". (p. 875).

Mas o primeiro documento que trata da interdição do território brasileiro a expedições científicas estrangeiras surgiu com a expedição à América do Sul liderada por Alexander Von Humboldt entre 1799 e 1803 e que pretendeu penetrar a Amazônia. Diz Garcia (1922) que "Até os primórdios do século (XIX) fora rigorosamente interditada a penetração de estrangeiros em nosso território. São conhecidas as ordens régias emanadas da Corte de Lisboa e transmitidas a d. Francisco Maurício de Souza Coutinho, governador capitão-general do Pará, de 2 de junho de 1800, de referência a 'um tal barão de Humboldt, natural de Berlim', que, viajando pelo interior da América se dirige, segundo noticiava a *Gazeta da Colônia,* às partes superiores da Capitania do Maranhão, a fim de explorar as regiões desertas e desconhecidas até então de todos os naturalistas; determinando que se fizesse examinar com a maior exação e escrúpulo, se com efeito o dito barão de Humboldt ou outro qualquer viajante estrangeiro tem viajado, ou atualmente viaja pelos territórios da mesma capitania, pois que seria sumamente prejudicial aos interesses políticos da Coroa Portuguesa, se se verificassem semelhantes fatos". (p. 881/882)

No entanto, é consenso entre os historiadores que foi a partir dos primórdios do século XIX que o Brasil se abriu à visita de expedições científicas estrangeiras. Diz Garcia (1922) que: "Nova e suntuosa era surge para a história das explorações científicas no Brasil, com o século XIX, que pode ser considerado como o verdadeiro século do descobrimento de nosso país para as nações civilizadas" (Garcia, 1922, p. 879).

Corrêa (1997) sugere que foi a chegada da Corte Joanina ao Brasil em 1808 que propiciou essa abertura. Garcia (1922) diz, no entanto, que foi o final das guerras na Europa (Congresso de Viena de 1815) que selou a paz e refez a carta política da Europa que propiciou que os governos, libertos então das graves apreensões que pesavam sobre seus próprios destinos, aliviados também dos formidáveis dispêndios bélicos, a que estavam obrigados, dispuseram-se a subsidiar as missões científicas que se lançavam à exploração das regiões menos conhecidas do Globo, no interesse precípuo das relações de comércio, do desenvolvimento da geografia e da história natural.

Ao Brasil coube papel de relevo. Segundo Garcia (1922), os olhares dos naturalistas, desde algum tempo, estavam fixados sobre o Brasil, e muito contribuiu "a boa disposição a que se achava a Corte do Rio de Janeiro, que modificara em boa hora o sistema interditório vigente ainda nos primeiros anos". (p. 883).

Essa boa disposição da Corte no Brasil, é referendada pelo Príncipe Wied-Newied que explorou o Brasil de 1815 a 1817 (citado por Garcia, p. 883) que dizia que o esclarecido ministro do príncipe regente, Conde da Barca, dispensava aos viajantes a sua alta proteção, permitindo-lhes viajar sem obstáculos pelas diferentes províncias (...) concedendo-lhes passaportes, etc.

Também é testemunhada pelo geólogo norte-americano Orville A. Derby, que trabalhou muitos anos no Brasil, e publicou um artigo na revista *Science*, Volume 1, no.. 8 (30/03/1883) onde se referia ao afastamento do Brasil "da política colonial estreita e limitadora de Portugal que proibia a atividade dos estrangeiros (Ciência Hoje, 1989).

De fato, durante o século XIX, com a abertura do Brasil às pesquisas internacionais, centenas de expedições científica de pelo menos 15 países (a maioria europeus) para aqui veiram percorrendo o território brasileiro em todas as direções. Os museus da Europa e Estados Unidos enriqueceram enormemente suas coleções com material científico do Brasil, principalmente da flora, fauna e da etnografia. Para se ter uma idéia, ainda hoje, duzentos anos depois, centenas de espécies novas desta parte do globo são descritas todos os anos.

Enquanto recebia centenas de expedições científicas estrangeiras, o Governo Imperial promovia a interiorização do Brasil, ligando o litoral aos sertões. Centenas de expedições foram

realizadas quando do balizamento dos principais rios, da melhoria dos portos, da construção das estradas de ferro.

Do ponto de vista científico, o Brasil dispunha principalmente do Museu Nacional do Rio de Janeiro e do Jardim Botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas (RJ). Já a Europa contava com uma rede de museus, jardins botânicos e sociedades geográficas que patrocinaram muitas das expedições. A ciência, herdeira do Iluminismo e do enciclopedismo do final do século XVII, avançava para a consolidação de um sistema universal de classificação das coisas naturais. E o Brasil era (é) um grande laboratório.

Das centenas de expedições do século XIX ao Brasil algumas poucas serviram politicamente aos seus patrocinadores, mas a grande maioria serviu mesmo foi para enriquecer os museus e jardins botânicos dos países da Europa e de suas colônias na África e Ásia.

Para Grupioni, que fez sua tese de doutoramento sobre expedições científicas estrangeiras vigiadas pelo governo brasileiro, no início do século XX, "a questão que se levantava era dar ao Estado o monopólio da decisão sobre a circulação de estrangeiros e sobre a proteção dos bens do país e regular o comércio dos artefatos indígenas". (Grupioni, 1998, p. 50). Grupioni assinala que já em 27/07/1907, um membro da Congregação do Museu Nacional, Domingos Sérgio de Carvalho, propunha que o Museu pedisse ao Congresso Nacional a regulamentação da saída de coleções científicas do País. (Lima, 1985, p. 296, citado por Grupioni, 1998). Assinala também que no I Congresso Brasileiro de Geografia , realizado no Rio de Janeiro em 1909, Antonio Carlos Simões da Silva, da Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil, reclamou o controle das coleções etnográficas: "para garantia dos museus brasileiros, progresso das suas coleções antropológicas e etnográficas e respectivos estudos" (Annaes do Primeiro Congresso Brasileiro de Geografia). Propunha Silva também, entre outras coisas, a proibição de coleta e saída para o exterior dos artefatos e restos dos índios existentes em terras públicas (Grupioni, 1998, p. 50).

Segundo Grupioni, coube, todavia, ao General Candido Mariano da Silva Rondon, nos anos trinta do século XX, a divulgação da tese de que o Estado deveria regular as relações de missões estrangeiras com populações indígenas e defendia a necessidade de uma lei que regulasse as missões científicas estrangeiras no Brasil. (Grupioni, 1998). Rondon afirmava que tal lei estava em estudos nos ministérios da Guerra e Relações Exteriores.

Nessa mesma linha, na Amazônia, o Interventor do Pará, Magalhães Barata, editou um decreto estadual proibindo a exportação de objetos indígenas e colocando o Museu Goeldi como avalista das coleções etnográficas e arqueológicas destinadas ao exterior (Grupioni, 1998).

Em 14 de outubro de 1932, os Ministros da Agricultura e Educação e Saúde Pública, nomeavam uma comissão de funcionários do governo para elaborar um projeto de decreto que normatizasse as expedições estrangeiras que pretendessem percorrer os sertões do país em estudos científicos ou pesquisas de qualquer natureza (Grupioni, 1998).

È importante salientar que o movimento revolucionário que eclodiu no Brasil em 1930 teve um forte apelo nacionalista. Diz Faria (2000), que a ideologia nacionalista é substrato comum a várias iniciativas da revolução de 1930, como a sacralização da idéia de integridade nacional, com o seu reverso, a suspeição do estrangeiro, e engendrou medidas de censura (no cinema), de fiscalização (das expedições artísticas e científicas), de proteção e vigilância (dos monumentos históricos, artísticos, legendários).

O Estado passou por forte renovação com a criação de novos ministérios, conselhos, comissões e grupos de estudo. Segundo Lisboa (2001, p. 748) "O projeto político e ideológico formulado nesse período [década de 30] passava pela formação de homens saudáveis e orgulhosos de seu país, forma do governo tentar construir uma nova imagem para o Estado brasileiro. Diversos órgãos foram criados, com o intuito de auxiliar na implementação do projeto nacionalista de construção de uma unidade nacional." Um desses órgãos foi o Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, como se verá a seguir.

2.2. A criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil

Entre as dezenas de órgãos criados no governo provisório de Getúlio Vargas, inclui-se o Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, através do Decreto 22.698, de 11/05/1933. O Conselho tinha, pelo menos, um duplo objetivo: regular o contato das missões estrangeiras com os grupos indígenas, evitando a saída de suas coleções etnográficas; e a proteção à natureza. Segundo Grupioni (1997, p.52), na exposição de motivos encaminhada ao ministro da agricultura, à qual o Conselho ficaria subordinado, apontava-se que havia "uma tendência geral e internacional colocar cada governo os bens naturais de seu país sob a égide do monopólio do Estado para fins de proteção desses bens e regulamentação de seu estudo".

Na verdade, o decreto de criação do Conselho de Fiscalização não impunha apenas a fiscalização, mas determinava a apropriação de parte de coleções e outros materiais resultantes de expedições científicas estrangeiras e as particulares de iniciativa nacional. O artigo 5° dizia que "Nenhum espécime botânico, zoológico, mineralógico e paleontológico poderá ser transportado para fora do País senão quando existirem similares em alguns dos institutos científicos do Ministério da Agricultura, ou do Museu Nacional". O artigo 6° dizia: "Todo material científico colhido pelas missões estrangeiras deverá ser dividido em partes iguais, entre o governo brasileiro e os expedicionários. O artigo 7° acrescentava que "Nenhum monumento cultural, histórico, legendário ou artístico do País poderá ser transportado para o estrangeiro sem autorização expressa do governo brasileiro". O decreto também dava poderes ao Conselho de Fiscalização para julgar, entre outras coisas, sobre a idoneidade dos expedicionários, a conveniência e oportunidade da expedição; examinar o interesse nacional na expedição (caso não fosse de interesse nacional, as despesas do representante brasileiro seriam custeadas pelos expedicionários estrangeiros); negociar a presença de especialistas de instituições científicas nacionais nas expedições estrangeiras; nomear delegado do Conselho em cada Estado do Brasil; exigir relatórios finais; decidir sobre a exportação de material científico, sendo proibida a exportação de espécimes únicos; e apreender o material científico de expedições não legalizadas.

Ainda está por ser feito um estudo sobre os efeitos da criação desse Conselho nas pesquisas estrangeiras no Brasil. Heloísa Torres (citada por Grupioni, 1998, p: 69) dizia que a fiscalização, de forma excessiva, poderia cercear a cooperação científica internacional. No entanto, reconhecia a importância do Conselho no fortalecimento das coleções nacionais.

Em 1963, por ocasião da reestruturação administrativa do Ministério da Agricultura (do qual o Conselho era parte integrante) e da ameaça de sua extinção, diziam os conselheiros que, desde 1933, o Conselho vinha prestando "uma incontestável contribuição à Ciência mundial e que este não podia ser extinto pois quem iria controlar a penetração de estrangeiros em nosso território? Quem iria opor-se a investigações clandestinas nas ricas regiões de nosso '*hinterland*', às maliciosas revelações jornalísticas e a coleta de tudo quanto esteja ao alcance das mãos de expedicionários inescrupulosos?". (Anteprojeto de reestruturação do CFEACB apresentado ao Dr. Luiz Simões Lopes, representante da reforma administrativa no Ministério da Agricultura, 1963).

Durante a vigência desse Conselho (1933/1968) foram analisados aproximadamente 500 pedidos de licença para expedições científicas no Brasil, sendo que 66% deles eram de expedições dirigidas à Amazônia e Centro-Oeste. Os expedicionários vieram principalmente da Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra e tinham interesse sobretudo em antropologia e zoologia (Grupioni, 1997, Faria, 2000).

Mas, se criar o Conselho foi relativamente fácil (o Congresso Nacional foi cassado pelo movimento revolucionário de 1930), difícil era fazê-lo funcionar. Durante sua existência o Conselho sofreu várias modificações no seu regimento interno, bem como na sua composição. A última modificação, antes de ser extinto em 1968, remonta a 1963 no governo João Goulart.

Com a ascensão dos militares ao poder em 1964, grandes projetos de integração da Amazônia, gestados na década de 40, passaram a ser planejados e executados (Becker, 1989). A rodovia Belém-Brasília foi asfaltada e outras rodovias começaram a ser construídas em várias direções. Grandes projetos agropecuários e mínero-metalúrgicos foram incentivados, particularmente depois dos resultados do Projeto Radam (1973-1975). Em 1974 foi lançado o Projeto Polamazônia, um projeto ambicioso, que previa a criação de 15 grandes pólos de desenvolvimento, além da construção de hidroelétricas e estradas[5]. Todo esse processo, sem preocupação especial pelos impactos ecológicos, começou a perturbar os emergentes movimentos ambientalistas dos países desenvolvidos que começaram a taxar o Brasil de destruidor da floresta e começaram a pressionar o governo federal para tomar uma série de medidas para conservar e preservar a floresta.

Mas se governos militares não tiveram uma preocupação especial com as questões ambientais, assim mesmo montaram um arcabouço institucional neste campo: em 1967 foi criada uma nova lei de proteção à fauna, bem como o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento

Florestal (IBDF); em 1969 foi editado um novo decreto regulamentando as expedições científicas estrangeiras em território nacional; em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) e o Programa de Desenvolvimento da Pesquisa Florestal (Prodepef), bem como o Cenargen/Embrapa (Centro Nacional de Recursos Genéticos). Ainda no período militar foram criadas as primeiras reservas e parques na Amazônia, sendo que no Brasil como um todo essas áreas multiplicaram-se mais de dez vezes.

A preocupação dos militares com as questões ambientais, cristalizou-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND 1975/1979 - Governo Geisel) que incluía como um dos objetivos nacionais o de "realizar um desenvolvimento sem deterioração da qualidade de vida, e, em particular, sem devastar o patrimônio de recursos naturais do país". E, garantia o Plano: "O Brasil defende de forma sistemática e pragmática seu patrimônio de recursos naturais. A preservação é parte do desenvolvimento" (II PND, 1975, cf Wetterberg et alii., 1976, p 13). Também o Polamazônia, lançado em 1974, considerava prioridade a designação de terras para florestas e reservas biológicas, parques nacionais e reservas indígenas (Seplan/PR, 1974).

Com o lançamento do II PND, além do Polamazônia, o governo do presidente Ernesto Geisel estabeleceu a primeira Floresta Nacional da Amazônia com 1 milhão de hectares, e solicitou o auxílio de entidades internacionais para estudar o estabelecimento de outras florestas nacionais e reservas biológicas (Wetterberg et alii, 1976).

[5] Eram 15 os pólos de desenvolvimento propostos no Polamazônia: Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó.

2.3. A extinção do Conselho de Fiscalização das Expedições, pelos militares, e sua absorção pelo CNPq

Com relação especificamente ao controle sobre as expedições científicas estrangeiras, o governo militar resolveu extinguir o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil através do Dec. 62.203 de 31/01/1968. As atribuições de fiscalização das expedições científicas passaram para o CNPq e as artísticas, para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O CNPq, criado em 1952, foi fortalecido e transformado de Conselho Nacional de Pesquisas para Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Desde o estabelecimento da regulamentação das expedições científicas estrangeiras no Brasil, em 1933, o Brasil avançara muito em termos de educação superior e pesquisas científicas, tendo sido criadas dezenas de universidades. Os militares incentivaram a criação de cursos de pós-graduação e, em termos de Amazônia, criaram universidades em todos os Estados da região. O INPA foi enormemente fortalecido em termos de infra-estrutura e contratação de pessoal sendo que, no início da década de 1970, foi construído seu campus atual com cerca de 40 prédios e laboratórios.

Mais de um ano depois de extinto o Conselho, em 26/08/1969, os militares editaram um novo decreto (65.057/69) dispondo sobre a concessão de licença para a realização de expedições científicas no Brasil. Por esse decreto, expedição científica passava a ser "o deslocamento, por um período limitado, de recursos humanos e materiais, para determinada área geográfica, visando a realização de um plano específico de modo a obter dados e conhecimentos científicos, comprovar ou estabelecer teorias, caracterizando-se assim por um sentido mais amplo do que simples pesquisa para avaliação de recursos naturais" (art. 2°). Ao CNPq caberia a autorização e fiscalização das expedições científicas propostas por instituições e pessoas físicas estrangeiras. Pela primeira vez, a legislação incluía a fiscalização das expedições de iniciativa das associações religiosas e filantrópicas estrangeiras, e até de instituições brasileiras em colaboração com instituições ou pessoas físicas estrangeiras. Em todos os casos, a autorização só sairia depois de ouvido o Conselho de Segurança Nacional (CSN), o que denotava uma certa militarização da questão.

A nova legislação repetia muito da anterior, mas se diferenciava no que dizia respeito à saída de material científico, dando ao CNPq a atribuição de opinar e solicitar o pronunciamento dos ministérios, dentro das respectivas competências, sobre a exportação de materiais específicos, coletados no território nacional. Determinava tambem que os holótipos seriam obrigatoriamente depositados em instituições nacionais e atribuia ao CNPq a missão de

resolver o destino das espécimes únicas ou raras, "segundo as normas da ética científica e do interesse cultural do Brasil" (art. 16). Os expedicionários seriam obrigados a assinar uma declaração de compromisso quanto ao cumprimento das leis do País e, especificamente, quanto às determinações do presente decreto. Este último previu, pela primeira vez, a prorrogação do prazo de licença para expedições autorizadas.

Mas, se o surgimento da primeira legislação tinha como motivação precípua a conservação das coleções etnográficas dos indígenas brasileiros no País, nessa nova legislação não havia qualquer referência às áreas indígenas, embora o decreto incluísse especificamente a fiscalização das expedições de iniciativa de associações religiosas e filantrópicas. É importante salientar que o governo militar havia extinguido em 05/12/1967 o antigo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e criado em seu lugar a Fundação Nacional do Índio (Funai) que tinha, entre outras atribuições, administrar o patrimônio indígena.

Outra reforma importante executada pelo governo militar foi a nova lei de Proteção à Fauna silvestre (Decreto Lei nº 5.197 de 03/01/1967) que passou a ser propriedade do Estado.

Mas esse decreto de fiscalização das expedições editado pelos militares foi desafiado, na prática, quando entidades governamentais (com o apoio e nome de organizações não-governamentais) norte-americanas propuseram ao CNPq, em 1978, um projeto, com duração inicial prevista de 10 a 20 anos, para medir o tamanho mínimo crítico de um ecossistema na Amazônia, com o objetivo de subsidiar o governo brasileiro na criação de áreas para proteção e evitar que a região viesse a ser completamente destruída pelos brasileiros.

O projeto foi elaborado e decidido nos EUA e anunciado primeiramente na revista *Nature* (26/10/1978), quase um ano antes de vir a ser aprovado formalmente pelas autoridades brasileiras (agosto de 1979). Dois meses depois da publicação na *Nature,* a notícia do projeto foi publicada no Brasil (O Estado de São Paulo, 26/12/1978, p. 12) e causou grandes controvérsias pelo fato de se tratar de um "projeto do governo norte-americano para salvar a Amazônia brasileira". Com base em depoimentos de Thomas Lovejoy, que propôs o projeto, o autor da matéria afirma que a Amazônia, dentro de 30 anos, viraria um deserto, atingindo mortalmente as plantações de trigo do Kansas (EUA) causando assim a fome em milhões de pessoas (OESP, 26/12/78, p. 12).

A controvérsia aumentou quando o mesmo OESP voltou a publicar dias mais tarde (12/01/79, p. 14) uma nova notícia sobre o projeto, ao lado de outro artigo (sem identificação de fonte) informando que o governo brasileiro estava prestes a assinar contratos de arrendamento com grandes madeireiras multinacionais com o objetivo de destruir de 8 a 12 milhões de hectares da Floresta Nacional do Tapajós. O governo brasileiro negou peremptóriamente, mas

para o leitor estavam colocados dois argumentos: de um lado, o governo brasileiro querendo destruir a Amazônia; de outro, um projeto norte-americano para salvar a Amazônia. A polêmica foi parar nas mãos do assistente presidencial para assuntos de Ciência da Casa Branca e envolveu o próprio embaixador norte-americano no Brasil (docs. 1, 2 e 3). Diante das circunstâncias o então poderoso Conselho de Segurança Nacional do Brasil (CSN) tirou o assunto das mãos do CNPq e o incluiu entre suas próprias atribuições (a legislação sobre expedições científicas estrangeiras, então vigente, dava esses poderes ao CSN)[6]. O seminário que marcaria o início do projeto e que seria realizado em Manaus foi cancelado por ordem do CSN.

Diante das repercussões na opinião pública brasileira, o CNPq começou a rediscutir a legislação de controle das expedições científicas estrangeiras. O órgão reconhecia explicitamente que tais iniciativas foram precipitadas em função do projeto norte-americano do tamanho mínimo crítico de ecossistemas – PTMCE (doc. 4).

O CNPq não parecia acostumado a esse tipo de situação, uma vez que sua política sempre fora a de enquadrar as propostas de projetos científicos estrangeiros como expedições científicas, tanto para seguir a legislação como para melhor controlá-los. Isso havia acontecido dois anos antes (1977) com um grande projeto de iniciativa do *New York Botanical Garden* destinado a conhecer a flora amazônica que foi transformado em um projeto brasileiro (Projeto Flora Brasileira). Na negociação e execução deste projeto, a parte referente à amazônia foi transformada em expedição científica, tendo como contrapartes o INPA e o Museu Goeldi e foi denominada Projeto Flora Amazônica. Tendo sido aprovado por três anos, o projeto de fato desenvolveu-se de 1977 até pelo menos 1984.

No caso do projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas na Amazônia, entre os vários pareceres sobre o projeto solicitados pelo CNPq, destacava-se o do então presidente da Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República (Sema), Paulo Nogueira Neto, que considerava que o projeto deveria ser enquadrado como projeto de cooperação científica de longo prazo, e não como expedição. Sua proposta não foi levada em consideração, naquele momento.

Diante das pressões para início do Projeto do Tamanho Mínimo, o CNPq tomou algumas resoluções no sentido de enquadrar esse projeto também como expedição científica (de fato ele

[6] Para informações detalhadas sobre a história, as negociações para aprovação, as controvérsias e os resultados do projeto tamanho mínimo crítico de ecossistemas, vide Gama (1997) – O PDBFF (WWW/US, Convênio INPA/Smithsonian): uma base de pesquisas científicas Norte-americana na Amazônia Brasileira (Dissertação de Mestrado, NAEA/UFPA).

foi transformado numa "expedição" que durou de 1979 a 1992, quando foi transformado em convênio de cooperação), bem como outros expedientes.

Depois de muitas discussões, o então presidente do CNPq, José Dion de Melo Teles, enviou no dia 19/01/1979, um memorando confidencial (doc. 05) ao então Secretário-geral do CSN, Coronel Flávio Moutinho de Carvalho, dando conta da nova política de expedições. Dizia o memorando:

> "Tenho o prazer de dirigir-me a Vossa Senhora com relação à participação de pesquisadores e cientistas estrangeiros em expedições que pretendam, eventual e isoladamente, realizar, na região amazônica, em vários campos do conhecimento, que incluam botânica, ecologia, zoologia, sensoreamento de recursos naturais, dentre outros, que possam, direta ou indiretamente, estar ligados a interesses científicos e nacionais.
>
> A propósito do assunto, permito-me indicar a V.Sa. que é opinião deste Conselho, como órgão brasileiro que tem a responsabilidade legal de autorizar a realização de expedições no território nacional, determinar a quaisquer interessados a que faço referência no parágrafo anterior, que a autorização solicitada somente será concedida se, além das exigências legais estabelecidas, as atividades pretendidas constituírem programas integrados de médio e longo prazo, sob a coordenação de agente nacional e com co-patrocínio de entidade internacional ou estrangeira, agente de convênio em C&T com o Brasil, através do CNPq.
>
> Neste contexto - e no caso específico de pesquisadores e cientistas que sejam cidadãos norte-americanos - as solicitações deverão, em consequência, obedecer às seguintes condições: a) Tramitação através da NSF; b) Indicação do INPA como órgão brasileiro de contrapartida, que deverá acompanhar todas as fases da expedição, dela participando e fiscalizando-a, inclusive; c) regime de co-autoria e co-responsabilidade com o INPA, com respeito a todas as atividades previstas nas expedições eventualmente autorizadas; d) estudo do pedido pelo CNPq e órgãos setoriais eventualmente envolvidos; e) envio do pedido, já analisado, ao CSN e ao MRE; f) Uma vez recebida a aprovação do CSN, o CNPq dará início às ações pertinentes; g) Publicação obrigatória dos resultados obtidos com a realização das expedições, nos idiomas português e inglês; h) Os projetos relacionados com as expedições solicitadas deverão ser brasileiros, o que demandará os contatos prévios da parte estrangeira ou internacional com o INPA; i) O Convênio CNPq/NSF deverá ser o marco dentro do qual as atividades das expedições deverão ser desenvolvidas, tendo, sempre, o INPA, como co-participante e co-responsável ativo pelas citadas expedições.
>
> O CNPq pretende, também, seguir a mesma orientação exposta neste ofício, com relação ao pedido de autorização para realização da expedição cujo interessado é o Dr. THOMAS E. LOVEJOY, patrocinado pela *"National Fish and Wildlife Laboratory", do "Department of the Interior"*, dos Estados Unidos da América e pelo *"World Wildlife Fund"*, a qual trata do estabelecimento do "Tamanho Crítico Mínimo de Ecossistemas".
>
> Neste sentido, estou dirigindo carta ao dr. Lovejoy, para que os critérios e procedimentos aqui estabelecidos sejam devidamente observados, sem prejuízo da obediência às normas legais atualmente vigentes sobre a matéria em questão".

Vinte dias depois (12/02/79), um "*ad memoire*" (doc. 06) elaborado por técnicos da assessoria de cooperação internacional do CNPq demostrava que essa "nova" política tinha muito de improvisação. De qualquer forma, o documento (reservado) buscava definir as "diretrizes aplicáveis à implantação da nova política a ser adotada pelo CNPq relativa aos processos de solicitação de licença para conduzir expedição cientifica na Amazônia".

Dizia esse documento, entre outras coisas, que não havia ficado claro se a referida política se aplicava também a: "a) Expedições científicas de responsabilidade estrangeira com

participação de instituições brasileiras, que não seja o INPA, tais como UnB, IBDF, Funai, Museu Nacional do Rio de Janeiro, etc... b) Expedições científicas de responsabilidade brasileira, que não seja o INPA, com participação de instituições e/ou pesquisadores estrangeiros. Nesse casos, qual seria a sistemática a ser utilizada para cada um deles?"

Esse documento também apontava que (p. 3):

"a) Seria conveniente já enviarmos carta, à semelhança daquela dirigida à NSF, comunicando a todos os órgãos convenentes com os quais mantemos um convênio bilateral, sobre essas novas medidas, a fim de evitar maiores entraves no futuro?

b) Seria conveniente também enviarmos carta ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), comunicando tal fato, de modo que o mesmo informe, por sua vez, às embaixadas e consulados brasileiros no exterior sobre esta nova orientação, a fim de evitar que os pedidos de licença para expedição na Amazônia continuem chegando ao CNPq via Itamaraty?

c) Não ficou definida a metodologia a ser empregada com relação aos pedidos de licença provenientes de países com os quais o CNPq não mantém um convênio bilateral".

A título de considerações finais, o documento colocava as seguintes questões (p. 5):

"a) Qual a conduta do CNPq com relação àqueles processos de expedição científica que já se encontram em tramitação e cujos pedidos foram encaminhados a este CNPq, anterior à data em que a Superintendência de Cooperação Internacional foi instruída quanto à nova política a ser adotada?

b) Qual será a conduta do CNPq caso a NSF não concordar com a sistemática proposta?

c) Convém dirigirmos correspondência circular, além do INPA, para a Funai, IBDF e CCI, alertando-os sobre os novos procedimentos a serem adotados com relação a expedições na Amazônia?

d) Os instrumentos normativos do CNPq devem ser alterados no sentido de incluir a regulamentação a respeito de expedições científicas na Amazônia?

e) Qual o tratamento a ser dispensado àquelas solicitações de expedição em que a região amazônica apenas faz parte de uma das áreas a ser pesquisada? Deverá ser dado um tratamento único, com o envolvimento do INPA também nas outras regiões, ou deverá ser tratado como se fossem duas expedições separadas (uma para a região amazônica, com o envolvimento do INPA, e outra para as demais regiões, com o envolvimento de outras instituições brasileiras)?

f) Embora a presente política aplique-se somente à região amazônica, não seria conveniente que essa política fosse também extensiva às demais regiões brasileiras, de forma

a envolver obrigatoriamente a participação de instituições e/ou pesquisadores brasileiros em expedições estrangeiras, o que viria a contribuir de certa forma para o avanço da pesquisa científica e tecnológica no Brasil?"

O projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas foi finalmente aprovado em agosto de 1979 no formato de "expedição" com duração de três anos, passivel de renovação. Não foi alterada, porém, a legislação e seguiram-se adotando os procedimentos do Projeto Flora, inclusive com a "nacionalização" do projeto que passaria a se chamar Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais.

E as coisas se acalmaram e ninguém mais falou sobre isso na imprensa. Também não se falou mais em modificar a legislação sobre expedições científicas. O projeto foi aprovado segundo a legislação e a controvérsia, pelo menos na superfície, parecia encerrada. No entanto, persistiu uma fonte de discórdia entre o CNPq e a coordenação do projeto no que dizia respeito à inclusão de novos participantes na "expedição", como se verá mais à frente.

2.4. Civis voltam ao poder e passam controle sobre as expedições científicas para o MCT depois de longas contovérsias

Em 1985, findo o ciclo de governos militares, voltam os civis ao poder. Foi criado, pela primeira vez, um Ministério para a Ciência e Tecnologia e nomeado um político nacionalista para o cargo, o deputado Renato Archer. A mudança da legislação sobre o controle das expedições científicas estrangeiras continuava em pauta, mas sem alterações. No entanto, novos fatos estavam para acontecer que, provavelmente, ajudaram a precipitar a mudança.

De fato, o ano de 1986 foi pródigo em apresentar novos "problemas" para a política de expedições do CNPq/MCT. Primeiramente o CNPq, instado a prorrogar o projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas (PTMCE/PDBFF) pela segunda vez, e tendo em vista o relatório de 1985, resolveu submeter o projeto a uma auditoria. Dizia o parecer (doc. 07) assinado pelo analista do CNPq, Mário Honda, e datado de 21/01/86 que: o INPA não controlava as atividades do projeto; que os pesquisadores estrangeiros estavam coletando fora da área autorizada; que o INPA estava completamente desinteressado do projeto, pois após 6 anos de execução, o coordenador brasileiro (Herbert Otto Roger Schubart, então também diretor do INPA) ainda não tinha uma proposta de trabalho definida. Isso tudo, dizia Honda, refletia a excessiva autonomia dos pesquisadores estrangeiros dentro e fora do INPA e que não estava sendo obedecido o exposto nos documentos apresentados para a concessão da licença para a expedição. Propunha uma visita (auditoria) *in loco* para verificar a situação.

A justificativa oficial para a auditoria (doc. 08) era de que haviam numerosas acusações de que os responsáveis brasileiros pelo acompanhamento do projeto não estavam fazendo a fiscalização adequada e que a legislação brasileira não vinha sendo respeitada em relação à presença e autorização de estrangeiros, como também em relação ao envio de material biológico para o exterior.

O relatório final dessa auditoria (doc. 09) foi apresentado ao presidente do CNPq em 02/07/86 e afirmava que as acusações eram procedentes, mas não se constituíam em má-fé ou crime de *lesa pátria.* O projeto necessitava de algumas correções entre as quais: nomear um novo coordenador brasileiro; garantir a presença de estagiários e estudantes de pós-graduação na proporção de dois brasileiros para cada estrangeiro do mesmo nível; controle mais rigoroso da saída de material biológico, com melhor observação da legislação pertinente. Ao final, é sugerido "que o CNPq atue no sentido de tentar modificar a lei que lhe atribui competência para autorizar e fiscalizar expedições e projetos de cooperação internacional. Em relação à autorização, a competência é inerente ao CNPq; em relação à fiscalização, o CNPq deveria restringir-se a dar apoio técnico ao trabalho de fiscalização que, no nosso entender, deva ser

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕES

competência de outras instituições (SNI, Polícia Federal ou Exército Nacional) já que para tal atividade nem o CNPq está equipado nem o seu corpo técnico-científico está adequadamente treinado". (doc. 09, op. Cit. - Relatório da auditoria realizada ao "PDBFF" [financiado pela WWF sob a supervisão do INPA/CNPq]. Brasília, 02/07/1986).

Nessas circunstâncias, pouco mais de um mês depois (23/08/86) é assinado um novo decreto (nº 93.180) dispondo sobre a realização de expedições científicas no Brasil. Esse decreto trouxe uma série de inovações, tornando mais rigorosa a realização de expedições no Brasil e, pela primeira vez, se aplicava tanto às expedições de iniciativa estrangeira quanto às nacionais. O CSN continuava tendo que ser ouvido previamente em todos os casos de expedição com participação estrangeira. A competência para autorizar, acompanhar e avaliar as expedições passava do CNPq para o MCT; e, segundo a retórica do decreto, a contribuição para o desenvolvimento científico-tecnológico nacional seria condição fundamental para a concessão das autorizações. Expedição científica, nesse caso, passava a ser "o deslocamento, por período limitado, de recursos humanos e matérias, no Território Nacional, tendo por objetivo coletar, mediante exploração e atividades de campo, informações ou material, obtidos por meio de recursos e técnicas, de qualquer natureza, inclusive audiovisuais, que se destinem ao estudo, difusão ou pesquisa, excluída qualquer outra destinação". (art. 2°).

Por esse novo decreto, não bastava a participação de especialistas brasileiros, mas seria obrigatória, desde o início até o término da expedição, a co-participação e co-responsabilidade de instituição brasileira de "elevado e reconhecido conceito técnico-científico no campo da pesquisa escolhido por expedição científica estrangeira" (art. 3°.). O disposto nesse decreto – já refletindo a influência do movimento ambientalista internacional com suas ONGs - se aplicava também às organizações internacionais governamentais ou não governamentais domiciliadas no exterior bem como aquelas exercendo atividades no país. Da mesma forma, aplicava-se também às pessoas físicas e jurídicas nacionais em colaboração com pessoa física ou jurídica estrangeira, e até mesmo a pessoas físicas e jurídicas nacionais[7].

Expedições em áreas consideradas indispensáveis à segurança nacional ou que envolvessem pesquisas de interesse da segurança nacional, deveriam obter anuência prévia do Conselho de Segurança Nacional, mas o decreto não explicitava quais eram essas áreas e quais eram as pesquisas de interesse da segurança nacional. Expedições em áreas indígenas teriam que ter a aprovação prévia da Funai (Fundação Nacional do Índio). Os requerimentos para a expedição teriam que ser redigidos em língua portuguesa e tinham que ser satisfeitas

treze exigências, entre as quais: roteiros discriminados dos percursos no território nacional, indicando datas previstas para início e término da permanência em cada local e no país; carta de aceitação da instituição científica brasileira designada como co-responsável; previsão por parte da expedição estrangeira de recursos para custear a co-participação de representantes brasileiros. Os pedidos teriam que estar em consonância com os objetivos brasileiros de política externa e para isso também deveria ser consultado o Ministério das Relações Exteriores quanto à conveniência da realização da expedição. Os interessados tinham que assinar também uma série de declarações.

Com relação à remessa de material científico para o exterior o decreto dizia que esta "só poderá ser efetuada após prévia autorização do MCT, desde que assegurada, pelos interessados, sua utilização em atividades exclusivamente de pesquisas, vetado o uso para fins particulares ou comerciais e sua cessão a terceiros" (art. 9°.) O material só poderia ser encaminhado por instituição científica nacional.

Pelo decreto, o MCT se reservava o direito de reter, entre outras coisas, holótipos ou sintipos e 50% dos parátipos, animais ou vegetais; todas as unicatas vegetais; neótipos que porventura fossem escolhidos; espécimes e peças etnográficas raras; todo material-tipo de fósseis. Além disso, tornava-se obrigatória a apresentação de relatório parcial até 30 dias depois de finda a expedição. Antes de qualquer expedição devia ser assinado um documento garantindo ao Brasil participação nos direitos de propriedade decorrentes de eventuais aplicações econômicas e comerciais dos resultados das pesquisas desenvolvidas. Os interessados eram obrigados também a assinar uma declaração autorizando o MCT a efetuar a tradução, publicação e divulgação no Brasil, sem ônus relativo a direitos autorais, de relatórios e monografias decorrentes do trabalho produzido pela expedição. Sete tipos de punições estavam previstas para os casos de expedições em desacordo com o decreto.

O decreto 93.180, entretanto, nunca foi regulamentado, embora isso tenha sido previsto no próprio decreto para ocorrer num prazo de 90 dias[8]. O interessante é que quatro meses após a promulgação desse novo decreto não houve nenhuma manifestação da comunidade científica na imprensa a respeito do mesmo.

No entanto, o Conselho Deliberativo do CNPq em reunião realizada nos dias 12 e 13/11/86 se manifestou sobre o assunto e aprovou que fosse levado ao ministro da C&T suas

[7] A legislação de 1933 se aplicava apenas às expedições nacionais de iniciativa particular e às estrangeiras de qualquer natureza. Já o decreto dos militares (65.057) se aplicava aos estrangeiros de forma geral e às instituições particulares e pessoas físicas nacionais.

preocupações com relação ao novo decreto, principalmente no que dizia respeito ao fato de que eram tratadas da mesma forma tanto as expedições científicas de iniciativa nacional quanto as estrangeiras. O Conselho sugeriu também que as expedições em áreas indígenas igualmente deveriam ser submetidas a aprovação do CNPq, além da Funai (JCH 68, 13-22/12/86, p. 6).

Neste momento, o Jornal do Brasil de 31/10/86 (JCH 60, 18-24/10/86, p. 6), informava que o Ministro da C&T, Renato Archer, "tendo em vista o crescente interesse de missões científicas estrangeiras na Amazônia", bem como tendo em vista o caráter estratégico da região "que não possuía uma política científica e tecnológica", constituiu comissão de Alto Nível para reformular o INPA, que foi então, a exemplo do INPE, transferido do CNPq para o MCT.

Mas ainda no final deste ano em que foi promulgado o novo decreto surgiu uma nova controvérsia que iria colocar em teste a nova legislação. Tudo aconteceu quando foi anunciada uma mega expedição científica estrangeira na Amazônia (Roraima). Tratava-se do *Maracá Rain Forest Project* (Projeto Maracá) de iniciativa da *Royal Geographical Society* da Inglaterra[9]. Segundo o Jornal do Brasil de 05/12/86 (JCH 68, 13-22/12/86, p. 6) o INPA havia se manifestado contra a realização dessa expedição[10]. Aliás foram várias as manifestações contra a autorização concedida diretamente pelo presidente da República. A SBPC encaminhou correspondência ao ministro da C&T lamentando a autorização dada à RGS que "contrariava não só as recomendações das comissões técnicas do CNPq como a própria legislação" (JCH 74, 7-13/02/87)[11]. O Pró-reitores e coordenadores de pesquisas e pós-graduação das

---

[8] É muito provável que esse decreto nunca tenha sido aplicado. É o que se depreende da carta enviada pelo Prof. Angelo Machado (UFMG) ao JCH 124 (12-18/03/88, pg. 7) que afirmava que o CNPq continuava a aplicar o decreto anterior, tendo em vista que o novo não havia sido regulamentado.

[9] Velho & Velho (1996) publicaram um artigo esclarecedor sobre esse projeto: "*Scientific Collaboration of Advanced/Developing Countries in Biological Sciences: The Case of The Maraca Rain Forest Project*". Léa Velho e Paulo Velho, Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 13, n. 1, p. 9-20.

[10] A Associação dos Pesquisadores do INPA (ASPI) promoveu um seminário para debater o assunto e manifestou-se publicamente contra o projeto tal como vinha sendo negociado.

[11] Telex enviado pela Presidente da SBPC, Carolina Bóri, ao ministro da C&T, Renato Archer: "Com relação à autorização dada à RGS para realizar pesquisas na Ilha de Maracá, desejamos apresentar à Vossa Excelência algumas considerações que refletem as preocupações da comunidade de pesquisadores:

- Consideramos importante promover o conhecimento da fauna, da flora e do solo do território nacional, objeto da referida expedição;
- Consideramos importante incentivar a cooperação científica internacional, bem como a presença de pesquisadores estrangeiros no nosso país;
- Entendemos que esta cooperação, entretanto, deve resultar de projetos estabelecidos de comum acordo entre instituições nacionais e estrangeiras;
- Sempre que possível as pesquisas realizadas no País devem ser coordenadas por instituição nacional a fim de garantir a necessária continuidade e a preparação de novos pesquisadores;
- É nossa opinião que os resultados das pesquisas, os dados e o material coletado em nosso território, constituem patrimônio científico, a ser preservado em nossas instituições e permitido o seu acesso a pesquisadores nacionais e estrangeiros;

O interesse manifestado por instituições internacionais em estudar a Amazônia indica que:

universidades da região amazônica criticaram a unilateralidade da decisão e argumentavam que as missões científicas estrangeiras (a RGS é citada nominalmente) tinham apenas o objetivo de estudar e coletar materiais que seriam levados para fora do Brasil, sem haver de fato cooperação e sem que a comunidade científica local fosse ouvida. (JCH 74, 7-13/02/87, p. 6).

Pouco depois o JCH 74 (7-13/02/97, p. 1) voltava ao assunto e publicava um editorial afirmando que o novo decreto sobre expedições científicas (93.180/86) estava sendo muito criticado pela comunidade científica por não distinguir entre expedição nacional e estrangeira e que o MCT estava ciente disso e estava estudando as necessárias correções e aperfeiçoamentos. No mesmo editorial era transcrita a correspondência encaminhada pela então presidente da SBPC, Carolina Bori, ao ministro da C&T, Renato Archer, protestando contra a autorização da expedição/Projeto Maracá sob o argumento de que, como já se disse, tal expedição não havia sido aprovada pelas instâncias do CNPq e desrespeitava a legislação. Dizia, porém, que era importante incentivar a cooperação científica internacional, mas que esta deveria resultar de projetos estabelecidos de comum acordo entre as instituições nacionais e estrangeiras. Argumentava tambem que os projetos deveriam ser coordenadas por instituição nacional e que os dados e materiais científicos coletados deveriam ser preservados em instituições nacionais abertos à consulta de todos os interessados. Por fim a SBPC solicitava maior apoio e atenção aos institutos nacionais de pesquisa localizados na região Norte (INPA e MPEG) e indicava que era urgente regulamentar, aperfeiçoar e fazer respeitar a legislação que orienta a realização de expedições científicas no País.

O Ministro Renato Archer respondeu (doc. 10 - telex de 11/03/87) afirmando que foram tomadas várias providências, entre as quais: "1. Toda expedição científica sob a responsabilidade de pesquisadores estrangeiros deve ser enquadrada em projeto a cargo de instituição brasileira e realizar-se sob a coordenação dessa instituição; 2. Todo material colhido na expedição é propriedade da instituição brasileira responsável pela expedição, sendo sua eventual remessa para o exterior regulada pela instituição brasileira; 3. Considerando o grande interesse estrangeiro em estudar a Amazônia, o MCT decidiu investir no desenvolvimento do

---

1. Os institutos de pesquisas lá localizados, como por exemplo, o INPA e o Museu Emílio Goeldi que encontram-se em precárias condições técnicas e materiais, deveriam receber maior atenção, apoio e recursos;

2. É urgente regulamentar, aperfeiçoar e fazer respeitar a legislação que orienta a realização de expedições científicas no País.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente, a SBPC lamenta a autorização dada à *Royal Geographical Society*.

Carolina M. Bori – Presidente da SBPC"

INPA, prevendo a canalização de maiores recursos para o Instituto e subordinando-o diretamente ao ministério; 4. Criação de uma comissão interministerial para estudar a reformulação da legislação referente a expedições científicas".

Quanto ao Projeto Maracá, dizia o telex do ministro (doc. 10, op. Cit.), "foram designados coordenadores brasileiros para cada um dos subprojetos e um coordenador científico geral do INPA. Nas instruções enviadas ao responsável pelo projeto da RGS, determinou-se que os coordenadores inglêses dos subprojetos deveriam submeter suas decisões à consideração dos coordenadores brasileiros e que todo o material colhido fosse remetido ao INPA, para triagem e eventual liberação de embarque para o exterior. Também foi criada uma comissão interministerial para acompanhar o Projeto Maracá em nível político. Enfim, a autorização à RGS foi cercada de todas as garantias possíveis"[12].

A SBPC voltaria a tratar da legislação sobre expedições científicas em documento aprovado por sua diretoria em 23/12/86 (JCH 74, 07-13/02/87, p. 6-7). Dizia:

> "O decreto nº 93.180 de 27/08/86 vem substituir o de nº 65.057 de 26/08/69 na normatização das expedições científicas. A SBPC vê neste decreto três ordens de problemas, concernentes à sua forma, ao seu espírito e à sua exeqüibilidade: trata-se mais uma vez de um decreto-lei que não foi discutido no Congresso Nacional; parece partir do pressuposto de que as expedições científicas são compostas ou de espiões ou de contrabandistas até prova do contrário; e em vez de facilidades e verbas, ergue contra os cientistas uma burocracia que, se respeitada, é quase intransponível. A comunidade científica brasileira acha necessária e oportuna a regulamentação das expedições científicas e crê que deveria ser ouvida para tal propósito.
>
> Algumas sugestões da SBPC:

---

[12] A prof. Léa Velho, que estudou o Projeto Maracá, afirma, entre outras coisas, que: "O projeto só passou a ser negociado com o lado brasileiro quando já estava totalmente concebido. As tentativas dos brasileiros em modificar a concepção original do projeto foram totalmente infrutíferas e em várias ocasiões ignoradas pelos britânicos. Isso ocorreu, se não com a 'cumplicidade' de alguns brasileiros envolvidos no projeto, pelo menos com o conhecimento destes. Por exemplo, apesar da portaria de autorização exigir que 'toda entrada e saída para o exterior de pesquisador estrangeiro, a serviço do projeto Maracá, deverá ser feita por Manaus [...] e não será permitido o ingresso na estação ecológica de estrangeiros vindos diretamente de países limítrofes', vários dos estrangeiros chegaram à ilha por terra, via Venezuela, para onde voaram diretamente da Inglaterra. Da mesma forma, a portaria que autorizou o projeto, uma cópia da qual foi enviada diretamente pelo presidente do CNPq ao diretor da *Royal Geographical Society*, afirmava que 'todo o material coletado pelos pesquisadores é de propriedade do INPA, deve ser encaminhado àquela instituição para triagem e posterior encaminhamento de duplicatas ao exterior, cuja remessa será feita pelo INPA'.
Entretanto, conforme pude apurar, amostra de solos e organismos foram levados para a Inglaterra diretamente pelos pesquisadores estrangeiros, com conhecimento dos brasileiros. Outra restrição não obedecida dizia respeito à eliminação do subprojeto 'Regeneração Florestal' na portaria de autorização. O diretor da RGS, em carta ao ministro da C&T, argumenta contra esta eliminação. Entretanto, pelo que se sabe através dos documentos e das entrevistas, esta restrição foi mantida, mas o subprojeto não só foi realizado como foi o embrião de um outro grande convênio que hoje se realiza entre o INPA e a *Overseas Development Agency* (ODA) do Reino Unido." (Impacto dos projetos colaborativos Norte-Sul em Ciências Biológicas na Amazônia. Artigo apresentado no Seminário *Internacional "Dinamica y entorno de los grupos de Investigacion"*, realizado em Santa Fé de Bogotá, Colômbia, 19 e 20/05/1994, pgs. 15 e 16 – nota 14)

I) Não há sentido no pedido de anuência prévia ao Conselho de Segurança Nacional (CSN). Cabe ao MCT o exame da competência científica da expedição;

II) As instituições científicas brasileiras deveriam poder cadastrar-se junto ao MCT mediante solicitação inicial, para o fim de obterem autorizações permanentes para a realização de expedições com renovação anual dependente de apresentação de relatórios anuais;

III) As expedições estrangeiras e mistas seriam submetidas à disciplina do tipo geral previsto no decreto, simplificada porém a tramitação;

IV) A questão do material científico é essencial. É vital para o País guardar para estudo e exposição, coleções exaustivas e espécimes únicos de material botânico, zoológico, etnográfico e paleontológico. Isto deve ser obtido sobretudo através de estímulo às instituições científicas nacionais. Deveria ser prevista uma dotação especial para que as instituições nacionais pudessem comprar uma coleção previamente encomendada ao pesquisador, ou pelo menos fotografá-la e documentá-la;

V) As coleções arqueológicas são séries que, para serem cientificamente significativas, devem ser completas e portanto devem ficar integralmente no País, acompanhadas de cópias de caderno de campo e de mapa de sua localização nos sítios arqueológicos;

VI) Com exceção das informações que permitem a identificação completa da origem das peças das coleções, em nenhum caso uma instituição científica brasileira pode exigir dos pesquisadores cópias dos seus dados científicos, fotografados, filmados ou gravados, primeiro porque se trata de fruto legítimo de seu trabalho, e segundo porque o que interessa ter são os resultados científicos na sua forma final e pública;

VII) Não é justo discriminar entre cientistas brasileiros e estrangeiros quando estes estejam contratados por instituições científicas nacionais"[13]. (Fonte: SBPC 23/12/86)

O governo, por sua vez, criou de fato uma comissão interministerial, conforme havia afirmado o ministro Renato Archer em sua resposta à SBPC sobre o caso Maracá. Foi formada por representantes dos ministérios da Ciência e Tecnologia, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e pela Secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN). Foi elaborada então, uma proposta de Exposição de Motivos a ser encaminhada ao presidente da república (doc. 11). Essa exposição de motivos dizia, entre outras coisas, que:

> "O crescente interesse de países estrangeiros em realizar pesquisas no Brasil e a conseqüente intensificação da presença de grupos de pesquisadores estrangeiros no País tem atingido níveis que comprometem a Segurança Nacional, sem necessariamente trazer benefícios para o desenvolvimento da pesquisa científica brasileira. Sendo assim, foi criado um Grupo de Trabalho Interministerial para reavaliar a sistemática de licenças para expedições científicas no Brasil. Desde o início, verificou-se que essa reavaliação implica mudança substancial da postura brasileira, com reflexos sobre a legislação.
>
> (...) O Brasil sempre despertou grande interesse na comunidade científica internacional por sua grande dimensão, diferentes ecossistemas e recursos naturais. O desenvolvimento científico é hoje programado com vistas a fins específicos e apoiado, na maioria dos países, por vultosas verbas governamentais. O crescente interesse pela proteção ambiental assume formas preocupantes com intromissão estrangeira em assuntos nacionais. No seu grau máximo, tal intromissão resulta na mal velada, e, às vezes, até mesmo na aberta defesa da internacionalização de decisões. Em muitos casos, há inegável aspectos positivos na presença de pesquisadores

[13] Na nova regulamentação das expedições científicas (Dec. 98.830/90) foram levadas em consideração muitas dessas propostas, como se verá mais adiante.

estrangeiros no Brasil; por outro lado, ressalte-se que os programas estrangeiros obedecem à orientação externa e a interesses que não são os nossos.

A legislação brasileira sobre a matéria reflete uma atitude eminentemente passiva. Nela, o pesquisador estrangeiro surge como a figura ativa. (...) [A legislação] não atinge, todavia, o ponto fundamental, qual seja, a necessidade de uma pesquisa formulada à luz dos interesses nacionais.

(...) A legislação em vigor estabelece dois instrumentos principais de controle: a fiscalização e a transferência das informações e amostras. Os trabalhos de fiscalização podem resultar ineficazes ou prejudiciais. O cientista brasileiro passa a trabalhar em pesquisa decidida por outros, não necessariamente de seu domínio, e fora de sua linha de pesquisa. Além disso, sua designação pode afastá-lo do trabalho próprio de maior importância. O benefício potencial para nós da transferência das informações e de amostras e espécies colhidas é geralmente neutralizado pelo simples fato de que a pesquisa obedece a diretrizes e tem finalidades que não decididas por nós.

Tem-se revelado de interesse restrito para o País a realização de expedições científicas a cargo de entidades e pessoas físicas estrangeiras, a partir do fato de que elas são decididas fora do Brasil. O próprio uso da expressão 'expedição científica' denota certo anacronismo.

(...) Já há uma massa crítica de cientistas e pesquisadores brasileiros capazes de incumbir-se de trabalhos científicos, ou de executá-los conjuntamente com pesquisadores estrangeiros. O país distancia-se pouco a pouco do comportamento tradicional em que, muitas vezes, os nossos eram simples acompanhantes auxiliares.

Os fatos mostram a necessidade de que o Brasil assuma nova postura com relação a expedições científicas que se desenvolvem em nosso território com patrocínio, coordenação ou participação estrangeira:

Essa nova postura resume-se nos seguintes pontos:

(1) Deixariam de existir expedições científicas conduzidas por estrangeiros no Brasil. Se for julgado conveniente, as expedições científicas conduzidas por estrangeiros tomarão forma de pesquisas conjuntas conduzidas por cientistas brasileiros com a participação dos estrangeiros interessados.

(2) As pesquisas conjuntas devem submeter-se à análise da possibilidade de sua integração a projetos nacionais de pesquisas existentes, ou à organização de novos projetos de pesquisa que envolvam os trabalhos propostos pelos cientistas estrangeiros, se o interesse nacional assim o justificar.

(3) A época de execução dos projetos de pesquisa conjunta será definida em função da disponibilidade de pessoal científico brasileiro capacitado para sua direção e execução, bem como para a absorção do conhecimento trazido pelos cientistas estrangeiros participantes.

(4) A organização da pesquisa conjunta envolverá a elaboração de instrumento específico para definir as modalidades de participação estrangeira. Tal instrumento teria a forma e o nível correspondente às dimensões da pesquisa e da participação estrangeira, de acordo com a avaliação do Governo brasileiro. Quando julgar conveniente, o Governo condicionaria a participação estrangeira à existência de acordo de cooperação científica e técnica entre o Brasil e o país interessado".

E conclui a justificativa afirmando que:

"Limitar as pesquisas de interesse de estrangeiros à sua inclusão em programas brasileiros poderia retardar a execução de pesquisas em alguns campos. Este possível prejuízo de ordem científica deve ser confrontado com as vantagens da promoção do desenvolvimento de nosso conhecimento científico, e do resguardo da Segurança Nacional.

A nova postura brasileira sobre o problema exclui qualquer visão fechada ou xenófoba. Ao contrário, reconhece as vantagens da cooperação internacional para a expressão dos conhecimentos científicos. Ela reflete a crescente capacidade brasileira e reconhece a programação científica para fins econômicos e a necessidade da preservação da soberania nacional".

Em seguida o documento solicita ao presidente da república a aprovação da nova postura para que se faça a adaptação da legislação pertinente. Enquanto tais medidas não são tomadas, sugerem um roteiro para os pedidos de expedição em curso, quais sejam:

> "Os pedidos de autorização para expedições em território nacional devem ser sempre encaminhados ao MRE, que fará uma análise preliminar do mérito sob o ponto de vista da política externa (eliminatório); análise do mérito da pesquisa pelo MM (Ministério do Meio Ambiente?), MCT e EMFA; análise dos aspectos de segurança nacional pela Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional; o MM, o EMFA ou o MCT verificarão se a expedição científica proposta está contemplada em planos ou programas nacionais de pesquisa, recusando-se caso não seja adequada a eles; sendo satisfatórios os resultados das análises do ponto de vista do interesse nacional, será designada uma entidade brasileira a cujos trabalhos a expedição científica se incorporará".

Essas discussões e propostas de mudança não impediram que pesquisadores da NASA e de universidades norte-americanas, com o apoio do INPE e de universidades brasileiras iniciassem em abril de 1987 um projeto sobre a troposfera global na Amazônia brasileira[14]. Segundo o editorial do JCH (82, 16-22/05/87, p. 1) os recursos postos à disposição desse único projeto da NASA seriam suficientes para manter o conjunto de pesquisas do INPA por vários anos.

[14] Na verdade, esse projeto começou bem antes de maneira informal através do PDBFF (Atas das Reniões do Comitê de Manejo do PDBFF de 02/05/1985 e 12/03/1986).

2.5. O Dec. 98.830/90 extingue as expedições que passam a se configurar como convênios de cooperação internacional

Às pressões internacionais contra o desmatamento na Amazônia se tornavam mais agudas. Projeções científicas davam conta de que a Amazônia estava na iminência de se tornar um deserto (Rondônia em 1988, Mato Grosso em 1989, Maranhão em 1990, Pará em 1991, Acre em 1997, Roraima em 2002, Amazonas em 2003 e Amapá em 2059) (Fonte: JB, 05/06/1987, p. 8, a partir de dados colocados por Orlando Valverde, presidente do Centro Nacional de Defesa e Desenvolvimento da Amazônia). A pavimentação da BR-364 no trecho Porto Velho a Rio Branco que estava prestes a ser financiada pelo BID, sofreu enormes pressões internacionais contra sua construção que foram lideradas por duas organizações ambientalistas norte-americanas (particularmente *Environmental Defense Fund* e *National Wildlife Federation*). (Viola, 1992). Um então desconhecido presidente do Conselho Nacional de Seringueiros do Acre, Chico Mendes, que vinha se notabilizando na defesa da proposta de criação de reservas extrativistas[15] foi agraciado com um Prêmio Global da ONU em 1987, acabou alçado a líder de uma coalizão formada por ONGs[16] nacionais e internacionais que se opunham à pavimentação da BR-364. A coalizão acabou conseguindo suspender os desembolsos do BID para a construção da estrada em dezembro de 1987. Ao mesmo tempo, a promulgação da nova Constituição brasileira em 05/10/88, que colocou pela primeira vez na história de uma nação, um capítulo inteiro dedicado ao meio ambiente foi recebida com entusiasmo. Este estusiasmo, entretanto, não resistiu ao assassinato de Chico Mendes, em dezembro de 1988, que virou uma comoção global, tendo sido capa de várias das principais revistas do mundo e foi a gota d´água para desencadear mais pressões internacionais contra o governo brasileiro.

Este, em plena crise econômica, em face da moratória da dívida externa decretada no início de 1988[17], reagiu promovendo uma série de iniciativas na área ambiental como a criação do IBAMA (em 22/02/89, fundindo a SEMA, IBDF, Sudhevea, e Sudepe) com poderes executivos e fiscalizatórios; criação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (criado em 1989 e,

---

[15] Segundo o Dec. 98.897 (30/01/1990) reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações tradicinais.

[16] Segundo Livernash (1992) as ONGs dos países desenvolvidos aplicaram em 1989 nos países em desenvolvimento cerca de US$ 6,4 bilhões, boa parte deles na Amazônia e em ONGs. A UNU/EDU dizia que, nos países da Bacia Amazônica, os doadores deviam aceitar organizações supérfluas, com uma agenda mal definida e de eficácia questionável. Robert Livernash (1992) *'The growing influence of NGOs in the developing world', Environment*, 34(5), June, pp.12-20; 41-3.

[17] Aproveitando-se do ensejo da moratória e destruição do meio ambiente no Brasil, 10 ONGs norte-americanos propuseram a criação, pelo congresso dos EUA, da troca da dívida por natureza (Jornal do Brasil, 03/08/1987, pg. 8; JCH 99, 01-07/08/87, p. 6)

desde então, apoiou mais de 580 projetos em todo o país, principalmente de ONG's e prefeituras de municípios com menos de 120 mil habitantes[18] e desde 1999 trabalha principalmente com recursos de um empréstimo do BID); criação do Programa Nossa Natureza, que estabeleceu diretrizes para a execução de uma política ampla de proteção ambiental e elegia o zoneamento econômico e ecológico prévio como instrumento do desenvolvimento e a Amazônia como área prioritária; criação do sistema de monitoramento ambiental por satélite; reformas no código de proteção à fauna e instituição de um novo código florestal. No campo da pesquisa científica, foi reativado o Programa do Trópico Úmido - criado em 1972 com excelentes resultados, mas depois abandonado - e criada uma Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia – CORPAM para assessorar o MCT na definição de prioridades de pesquisa na região. Por fim, o Brasil ofereceu-se para sediar a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que seria realizada em 1992 no Rio de Janeiro (Eco-92 ou Rio-92).

Nessas circunstâncias, o presidente da república, José Sarney, há dois meses de encerrar o seu mandato, alterou profundamente a legislação pertinente à regulamentação das atividades de pesquisa científica de iniciativa estrangeira no Brasil através do decreto nº 98.830 de 15/01/1990 (D.O.U. 16/01/90, Seção I, pág. 1.092). É importante salientar que nesse período o MCT passava por forte instabilidade institucional. Criado em 1985, o MCT foi extinto em 15/01/89 e transformado em Secretaria Especial da C&T, menos de dois meses depois. No final do mesmo ano, voltou a conquistar o status de ministério, sendo transformado em secretaria outra vez menos de quatro meses depois em 16/03/90. Finalmente, voltou a se constituir novamente como Ministério em 19/11/92, status que retém até o presente

O novo decreto, apesar de repetir, *ipsis litteris*, muito dos decretos anteriores sobre expedições, não fazia qualquer referência a estas, que passam assim, legalmente, a não existirem, embora ainda hoje exista, no ambito do CNPq, um setor denominado de "expedições científicas" e esta atividade continue a ser descrita no site do órgão. Mas o novo decreto ia muito além da extinção das "expedições", como se verá mais a frente, e encampava algumas das propostas apresentadas pela SBPC (principalmente o tratamento diferenciado para expedições nacionais e o fim da anuência prévia do CSN), assim como as da Comissão Interministerial encarregada de reformular a legislação sobre expedições científicas no Brasil (principalmente o fim das expedições).

O novo decreto passa a disciplinar as "atividades de campo exercidas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de

[18] namastenatureza.org.br

recursos humanos e materiais, tendo por objetivo coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presente e passada, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa" (art. 1º). Ou seja, a legislação só se aplica às atividades de campo de iniciativa estrangeira (pessoa física e jurídica, organizações internacionais governamentais e não-governamentais, tanto domiciliadas no Exterior como aquelas exercendo atividades no Brasil).

O MCT continuava avaliando, autorizando e analisando os resultados dos "deslocamentos" mas agora apenas supervisionava a fiscalização, que passava a ser competência da instituição brasileira "de elevado e reconhecido conceito técnico-científico no campo de pesquisa correlacionado com o trabalho a ser desenvolvido" (art. 3º), escolhida pelo CNPq. Os pedidos de autorização para coleta e pesquisa teriam que ser dirigidos ao MCT através dessa instituição e a saída de material seria feita também por intermédio dessa instituição nacional após prévia autorização do MCT. Segundo a retórica do decreto, a utilização comercial do material coletado passou a depender de acordo prévio a ser firmado entre os interessados e o MCT de acordo com os direitos de propriedade vigentes no Brasil, mas não há registro de que tal tenha acontecido.

O outrora poderoso Conselho de Segurança Nacional (CSN), que nos dois decretos anteriores tinha que ser ouvido préviamente sobre as expedições, foi transformado em SADEN (Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional) e era agora apenas um dos três membros de uma comissão assessora do MCT destinada a "propor a política no que concerne às atividades de coleta por estrangeiros de dados e materiais científicos no País" (Artigo 11, ítem "a" da Portaria MCT nº 55/90, de D.O.U. de 15.03.90, Seção I, pág. 5.460). Essa comissão nunca se reuniu. Também ficou muito reduzido o papel destinado ao MRE, que só seria ouvido préviamente quando as atividades fossem julgadas de interesse da política externa. Também continuavam a depender de anuência prévia da Funai as pesquisas em áreas indígenas; da SADEN para as áreas de fronteira ou que pudessem afetar outros interesses da defesa nacional; do Ibama, nos casos de áreas de preservação do meio ambiente; do Ministério da Marinha, na plataforma continental; do EMFA para aerolevantamentos; do SPHAN para escavações arqueológicas e do DNPM para extração de espécimes fósseis.

O prazo para a autorização da "expedição" no Brasil passou a ser de 120 dias contados da data do recebimento da documentação completa exigida. (A portaria que regulamentou este decreto diz que a expedição estaria automaticamente aprovada se não houvesse pronunciamento do CNPq no prazo de 120 dias). Continuava prevista a prorrogação da "expedição", desde que solicitada pelo menos 45 dias antes do término (antes eram 30 dias).

Mas a grande novidade da legislação sobre "expedições" estrangeiras no Brasil que trouxe esse decreto foi o art. 14 que diz que "O MCT, mediante portaria, dispensará tratamento especial (...) às coletas de dados e materiais realizados no país por pessoas físicas e estrangeiras em decorrência: I – De programas de intercâmbio científico vinculados a acordos de cooperação cultural, científico, técnica e tecnológica, firmados pelo governo brasileiro; II – de programas de organismos internacionais aprovados pelo governo brasileiro; III – de financiamentos de bolsas ou auxílios à pesquisa, concedidos por agências de fomento ou por outras instituições nacionais técnico-científicas reconhecidas pelo MCT; e IV – de contrato de trabalho com instituições brasileiras de ensino e pesquisa". Ou seja, o decreto se aplica a todos os estrangeiros, menos: àqueles vinculados a instituições nacionais de ensino e pesquisa, inclusive bolsistas; àqueles vinculados a convênios de cooperação já existentes ou a serem assinados; àqueles ligados a programas de organismos internacionais aprovados pelo governo brasileiro. Em suma, só um pesquisador estrangeiro ignorante da legislação iria se submeter a esse decreto, dada a facilidade de se estabelecer um convênio de cooperação com entidades brasileiras de ensino e pesquisa.

A Portaria diz também que "a dispensa da autorização (...) não exime a instituição brasileira da responsabilidade pelo cumprimento do Dec. 98.830/90" em especial dos capítulos VI (acompanhamento e fiscalização) e VII (da remessa e destinação do material coletado).

Com relação a acompanhamento e fiscalização, chama a atenção o ítem C do Art. 37, que diz que caberá à instituição brasileira "orientar para que eventuais ações futuras, decorrentes das atividades autorizadas, sejam revestidas da forma de projetos, amparados por mecanismos ou instrumentos existentes a nível de Acordos ou Programas de Cooperação Internacional, estabelecidos pelo governo brasileiro". Em outras palavras, isso significa transformar todas as expedições em convênios de cooperação. Além do mais, a Portaria diz que, no caso de expedicionário estrangeiro não dispor de instituição brasileira que assuma sua co-responsabilidade, o CNPq providenciará para que tal ocorra. (item 15)

Além disso, a Portaria 055/90 do MCT, publicada no último dia do governo Sarney e que regulamentou o dec. 98.830, é bastante contraditória no que diz respeito à saída de material científico. Diz o Art. 39 que "a remessa para o exterior de qualquer material coletado só poderá ser efetuada após prévia autorização do MCT" . O art. 40, porém, diz que "quando conveniente, o MCT poderá, por Portaria, delegar à instituição brasileira co-participante e co-responsável a

competência para autorizar, em caráter excepcional, a remessa de material ao exterior". Não há notícia de que o MCT tenha emitido qualquer portaria nesse sentido[19].

Já o Art. 44 vai mais longe e diz que "nos casos de permuta, empréstimo ou doação de material destinado a fins científicos, educacionais ou culturais, os acordos poderão ser feitos diretamente pela instituição brasileira co-participante e co-responsável com os participantes estrangeiros", bastando para isso que esteja expresso na documentação que instrui o pedido de autorização do MCT, encaminhada pela instituição brasileira co-participante e co-responsável.

A Portaria MCT nº 55/90, diz, enfim, que a simples co-participação e co-responsabilidade da instituição brasileira "constitui meio para estímulo à cooperação internacional em pesquisas científicas".

Em síntese pode-se dizer que a nova legislação brasileira sobre expedições científicas transforma as mesmas numa atividade de cooperação internacional, realizada através de convênios e supervisionada pelo MCT, através de portarias.

Menos de um mês depois de editado esse novo decreto, foi realizado em São Paulo um simpósio, promovido pela SBPC, destinado a discutir a nova legislação sobre "expedições científicas". Segundo o JCH, 203 (06/04/1990, ano V, p. 4) os participantes consideraram que a burocracia continuava prejudicando as expedições científicas e solicitavam a revogação do dito decreto. Segundo ainda essa matéria, os participantes concluíram que esse decreto (98.830/90) era melhor que o anterior (93.180/86), mas que apresentava ainda graves defeitos, como o de não estimular ou promover a colaboração científica em nível internacional; deixava margem a decisões arbitrárias nas decisões sobre a autorizações de pesquisa que eram inclusive deixadas a cargo de órgãos não-científicos; estabelecia restrições à pesquisa científica e ao mesmo tempo feria garantias constitucionais como a de discriminar pesquisadores estrangeiros ligados a instituições nacionais; era arbitrário ou omisso quanto à proteção do patrimônio científico nacional, uma vez que não menciona a obrigatoriedade de depósito em instituições brasileiras de parte do material biológico coletado.

Provavelmente os participantes desse simpósio não se deram ao trabalho de ler o novo decreto, pois todas essas propostas haviam sido contempladas.

---

[19] Em 31/03/2000, Adélia Japiassu Leal, do MCT, respondeu a uma consulta de Charles Clement (COAE/INPA) nos seguintes termos: "Quanto ao assunto delegação formal de competência do MCT para remessa de material científico para o exterior [por parte do INPA], a situação no momento atual é a seguinte: essa delegação não existe. Embora a Portaria nº 55/90 considere essa possibilidade, essa delegação nunca foi conferida. O único caso teria sido uma delegação que o INPE solicitou no ano passado para a remessa das amostras coletadas pelo projeto LBA. Entretanto, o Senhor Ministro Sardenberg não autorizou o pedido. É aguardada a revisão final da Portaria e até então nenhuma providência sobre o assunto deve ser tomada.". (doc. 12)

Do simpósio resultou uma moção que foi encaminhada ao então presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, que se expressava nos seguintes termos: "Os participantes (...) manifestam sua preocupação com as dificuldades e entraves burocráticos atualmente existentes para a obtenção de licença para coleta de material zoológico para fins científicos e solicitam ao Ibama que, nos estudos que estão sendo feitos para reformular a portaria que regula o assunto, seja levada em conta a necessidade urgente de se agilizar os processos envolvidos, garantindo-se e facilitando-se a obtenção das licenças permanentes previstas na Lei nº 5.197, de 03/01/69[20] [21]. Apoiam integralmente a proposta de portaria elaborada pela Sociedade Brasileira de Zoologia e enfatizam a conveniência de que na nova portaria não conste exigência para coleta de invertebrados e de material botânico, exceto em unidades de conservação ou quando se tratar de espécies ameaçadas de extinção".

E seguiu-se um grande silêncio a respeito do novo (e atual) decreto. As revistas da SBPC (Ciência Hoje e Ciência & Cultura) e o próprio JCH durante a década de 1990 não exprimiram qualquer opinião, o que pode ser interpretado como uma aprovação. Até porque na prática, os grandes programas sobre ciência e meio ambiente na Amazônia começaram a ser financiados diretamente pelo Banco Mundial e Agências de Desenvolvimento dos países desenvolvidos. Várias ONGs foram criadas na Amazônia com o apoio e financiamento do Banco Mundial e de outras agências e ONGs.

Finalmente é importante salientar aqui que o acesso à biodiversidade está sendo regulamentado por outra "lei", a Medida Provisória nº 2.186-16 de 23/08/2001 (D.O.U. 24/08/2001, Seção I-E, pág. 11). Esta decorreu da assinatura da Convenção Internacional da Biodiversidade que reconheceu a soberania dos países sobre seus próprios recursos genéticos e que foi assinada durante a Rio-92 (Conferência Mundial do Meio Ambiente). Os Estados Unidos até hoje não adotaram essa convenção.

A MP nº 2.186-16 é uma longuíssima lei com 38 artigos e 195 itens. De qualquer forma, faz cinco vezes referência a "expedições de coleta", embora não cite nominalmente o Dec. nº

---

[20] Art. 14. Poderá ser concedida a cientistas, pertencentes a instituições científicas, oficiais ou oficializadas, ou por estas indicadas, licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos, em qualquer época.
§ 1º Quando se tratar de cientistas estrangeiros, devidamente credenciados pelo país de origem, deverá o pedido de licença ser aprovado e encaminhado ao órgão público federal competente, por intermedio de instituição científica oficial do pais.
§ 2º As instituições a que se refere este artigo, para efeito da renovação anual da licença, darão ciência ao órgão público federal competente das atividades dos cientistas licenciados no ano anterior.
§ 3º As licenças referidas neste artigo não poderão ser utilizadas para fins comerciais ou esportivos.
§ 4º Aos cientistas das instituições nacionais que tenham por Lei, a atribuição de coletar material zoológico, para fins científicos, serão concedidas licenças permanentes.
[21] A Portaria do Ibama 332, diz que esta lei é de 1967.

98.830/90. O acesso ao patrimônio genético existente no País somente será feito mediante autorização da União (art. 2). A MP prevê uma "autorização especial de acesso e de remessa" com prazo de dois anos, renovável por iguais períodos (Art. 7, item XI).

A partir dessa medida provisória foi criado um Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, de caráter deliberativo e normativo, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente e com dezenove instituições representadas. Esse conselho já foi nomeado e se reuniu várias vezes e a ele cabe deliberar, entre outras coisas, sobre as autorização de acesso e remessa de amostra de componente do patrimônio genético. A esse Conselho compete também conceder autorização especial de acesso e remessa de amostra do patrimônio genético à instituição nacional, pública ou privada, que exerça atividade de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins (IV c). Também ao Conselho cabe o credenciamento de instituição pública nacional de pesquisa para autorizar outra instituição nacional, pública ou privada, a remeter amostras para instituições do Brasil e Exterior, pública ou privada. A essa instituição credenciada cabe analisar requerimento e emitir, a terceiros, autorização para remeter amostras do patrimônio genético para o Brasil e exterior.

É importante salientar que o art. 12 diz que "A atividade de coleta de componente do patrimônio genético que contribua para o avanço do conhecimento e que não esteja associado à bioprospecção, quando envolver a participação de pessoa jurídica estrangeira, será autorizada pelo órgão responsável pela política nacional de pesquisa científica e tecnológica, observada a legislação vigente". Ou seja, o MCT.

No capítulo referente ao acesso e à remessa de material do patrimônio genético encontrado em condições *in situ* no território nacional, o art. 16 diz que o acesso somente será autorizado à instituição pública ou privada que exerça atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins. Deverá ser feita uma relação do material coletado depois da expedição de coleta. A secretaria executiva do Conselho de Gestão cabe emitir as autorizações de acesso e de remessa.

A participação de pessoa jurídica estrangeira em expedição de coleta somente será autorizada quando em conjunto com instituição pública nacional, ficando a coordenação das atividades obrigatoriamente a cargo desta última. (Art. 16, parág. 6).

Essa medida provisória já vem sendo bastante criticada tanto por brasileiros como por estrangeiros.

2.6. Conclusões

Pelo menos nos últimos três séculos, ciência e política vêem caminhando lado a lado. As expedições, que na sua gênese tinham caráter estritamente militar, passaram no século XVII a incorporar a presença de cientistas (naturalistas). Assim, no século XVIII, quando se deu o auge desse tipo de empreitada, as expedições científicas adquiriram autonomia e começaram a atuar também politicamente. Assim, graças às expedições científicas patrocinadas pelos países mais poderosos foi desenhado e redesenhado o mapa atual do mundo, inclusive o do Brasil, que perdeu o território do rio Pirara (Roraima) na fronteira com a antiga Guiana Inglêsa (Expedição da *Royal Geographical Society*). As expedições também serviam para enriquecer os museus e jardins botânicos dos países líderes da ciência mundial e contribuíram para o avanço das ciências naturais.

Por seu caráter político e econômico as expedições científicas sempre foram vistas com desconfiança pelos países a serem percorridos e, quando inevitáveis, eram acompanhadas por militares e/ou cientistas nativos. Antes do século XIX (quando o Brasil se abriu às expedições científicas estrangeiras) Portugal, além de promover suas próprias expedições "científicas" de conquista (vide o caso de Angola), procurava se resguardar das expedições forâneas e até impedindo-as (caso da expedição de Humboldt à América do Sul entre 1799 e 1802, que foi proibido de entrar na Amazônia brasileira), mas sem uma regulamentação específica promulgada em leis ou decretos.

Foi apenas no início do século XX que se chegou a um consenso quanto à necessidade de dotar o Estado brasileiro de um arcabouço institucional e de instrumentos jurídicos básicos para regulamentar as atividades de pesquisa científica estrangeira em território nacional. De fato, desde 1933, quando o governo federal criou a primeira regulamentação, os pesquisadores estrangeiros passaram a necessitar de uma autorização para pesquisas e coletas em território nacional. Durante os primeiros 35 anos essas autorizações foram concedidas por um Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, criado especialmente para esse fim, e representado, em sua maioria, por membros da comunidade científica nacional. Em 1969 esse conselho foi extinto e suas atribuições passaram para o CNPq e desde 1986, com a criação do MCT no ano anterior, passou a ser do próprio MCT, sempre ouvida a comunidade científica nacional. Essa regulamentação, apesar dos procedimentos burocráticos criados, buscou atingir principalmente dois objetivos: evitar que a pesquisa estrangeira em território nacional se desse de forma isolada, sem participação brasileira, e evitar que o material

científico saísse do país ou, se saísse, o fosse com registro. É preciso analisar até que ponto esses objetivos foram atingidos.

Olhando em retrospectiva, ao longo desses 70 anos de existência dessa legislação pode-se distinguir pelo menos duas fases: a da fiscalização das expedições (1933-1990), na qual o governo buscava transformar qualquer proposta de pesquisa estrangeira em expedição; e a fase atual, que pode ser chamada fase da cooperação internacional (1990-hoje), que se configura através da celebração de convênios de cooperação entre instituições estrangeiras e nacionais e que parece estar na origem da inaudita autonomia dessas pesquisas. De fato, como iremos ver mais tarde, esses convênios não obedecem a diretrizes pré-definidas, sendo do tipo guarda-chuva cabendo todo tipo de pesquisa em qualquer área do território nacional e sem necessariamente a contrapartida de pesquisadores brasileiros.

Além do mais, a legislação brasileira em vigor atualmente, ao transferir a responsabilidade de acompanhar os projetos científicos estrangeiros para as instituições científicas brasileiras, o que parece correto para o Sul/Sudeste do Brasil, sobrecarregou enormemente as poucas instituições localizadas na Amazônia, principal destino dessas expedições/projetos desde o século XIX.

Como se verá no capítulo 4, as expedições científicas pós decreto nº 98.830/90 representam muito pouco da pesquisa científica estrangeira feita no INPA que se realiza hoje quase que totalmente na forma de convênios de cooperação do tipo guarda-chuva.

Existem atualmente duas leis em vigor para se ter acesso ao patrimônio genético nacional. Uma, o decreto nº 98.830/90, que institui regras para coleta de material científico no Brasil e a MP nº 2.186-16/2001, que regula o acesso ao patrimônio genético nacional. À primeira vista, elas criam um conflito de competência entre o MCT e o MMA, no que diz respeito a quem autoriza a saída de material científico. Depois de 13 anos da edição do dec. 98.830/90, finalmente os presidentes do IBAMA e CNPq se reuniram no início de julho de 2003 para discutir e uniformizar os procedimentos com relação ao assunto (CNPq Notícias 24 - Informativo Eletrônico, 11/07/2003).

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético tem todas as características do extinto Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, criado em 1933 e extinto em 1968: procedimentos burocráticos complicados e parâmetros difíceis de avaliar.

O controle do acesso de estrangeiros aos recursos genéticos nacionais não esta garantido nem pela lei do MCT, nem por essa MP do Ministério do Meio Ambiente. Ambas legislações possuem brechas que permitem a saída de material sem grandes dificuldades,

bastando para isso seguir os procedimentos para os "casos especiais" previstos em ambas as leis.

No próximo capítulo voltaremos a discutir a questão da cooperação internacional, agora centrada em um dos principais institutos de pesquisa da Amazônia, o INPA, procurando mostrar as diversas visões sobre esse tipo de atividade naquela instituição.

Tabela 2.1 - Trajetória da Legislação sobre Expedições Científicas Estrangeiras no Brasil

Data	Documento	Assunto
11/03/1933	Dec. 22.698	Institui a Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil
31/10/1933	Dec. 23.311	Cria o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil – CFEACB
05/06/1934	Dec. 24.337	Subordina o CFECAB ao Ministério da Agricultura e regulamenta o CFEACB
06/08/1936	Dec. 1.016	Modifica o Regulamento do CFEACB
27/07/1939	Dec. 4.450	Altera o Art. 3°. do Regulamento do Dec. 24.337/34
21/01/1941	Dec. 6.734	Aprova o Regulamento a que obedecerão as Expedições Artísticas e Científicas no Brasil
21/10/1941	Dec. 6.735	Aprova o Regimento Interno do CFEACB
11/10/1963	Dec. 52.664	Aprova o Regimento do CFEACB, do Ministério da Agricultura
31/01/1968	Dec. 62.203	Extingue o CFEACB e passa suas atribuições ao CNPq e à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC)
26/08/1969	Dec. 65.057	Dispõe sobre a concessão de licença para realização de Expedições Científicas no Brasil
27/08/1986	Dec. 93.180	Dispõe sobre a concessão de licença para realização de Expedições Científicas no Brasil
15/01/1990	Dec. 98.830	Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos do Brasil
14/03/1990	Portaria MCT nº 55	Aprova o Regulamento sobre coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos do Brasil
23/08/2001	Medida Provisória 2.186-16	Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição dos benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização
28/09/2001	Decreto 3.945	Define a composição do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético e estabelece as normas para seu funcionamento
25/06/2002	Portaria MMA 316	Aprova o Regimento Interno do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético
21/02/2002	Portaria MMA 69	Designa membros do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético

Fonte: Construção própria a partir dos DOU.

CAP. 3. O INPA E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

3.1. O INPA

O INPA foi criado em 1952 como uma resposta do governo brasileiro à opinião pública internacional, em função do veto do Congresso Nacional brasileiro à criação de um instituto similar, só que de caráter internacional, que se organizava naquela época em torno da recém-criada Unesco (sistema ONU). O estatuto do INPA colocava-o como fonte de afirmação da soberania nacional no direcionamento e controle da pesquisa científica brasileira na Amazônia.

O Instituto foi instalado em 1954 no ponto central da Amazônia brasileira, em Manaus (AM). Ficou subordinado ao CNPq, também recém-criado, onde permaneceu até 1987 ocasião em que, com a criação do MCT, foi transferido para aquele órgão, onde está até hoje. Possuía em 2001, 209 pesquisadores, 313 tecnologistas, 216 ligados à gestão[22] (Relatório Tundisi, MCT 2001). Além desses, circulam diariamente nos diversos campi do INPA 374 bolsistas brasileiros (iniciação científica, mestrado, doutorado), 321 colaboradores (terceirizados, consultores e estagiários) além de cerca de 100 pesquisadores e estudantes estrangeiros ligados aos projetos de cooperação bilateral e multilateral.

No início, o INPA teve grandes dificuldades para se estruturar devido à falta de recursos humanos e materiais[23]. No final da década de 1960 e início dos 1970, quando o governo militar iniciou a construção de grandes estradas, hidrelétricas e projetos mínero-metalúrgicos na região amazônica, o INPA obteve grande impulso com a construção de seu campus atual com cerca de 40 prédios e mais de uma centena de laboratórios. Possui atualmente boas coleções, o maior herbário da Amazônia, biblioteca, reservas florestais (Amazonas e Rondônia) e núcleos de pesquisas em Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR). No momento possui 11 coordenações de pesquisas (biologia aquática, aquacultura, ecologia, ciências da saúde, produtos naturais, tecnologia de alimentos, produtos florestais, silvicultura tropical, agronomia, entomologia e clima e recursos hidrícos). Além de atuar na área da pesquisa, o INPA atua também na

[22] Segundo o Setor de Recursos Humanos do INPA, em 2001 o Instituto possuía 737 funcionários sendo 208 pesquisadores, entre os quais 60 (11,1%) com mestrado e 135 (18,3%) com doutorado (SRH/INPA, Relatório de Gestão 2001).

[23] Quando o INPA foi criado existiam apenas duas universidades federais na Região Amazônica brasileira. Hoje existem universidades federais em todos os 8 Estados da região, 3 estaduais e 5 institutos de pesquisas federais, além de dezenas de universidades privadas. Apenas duas instituições promovem cursos de pós-graduação em nível de doutorado (INPA e UFPA). O problema da fixação de recursos humanos de alto nível na Amazônia persiste, pois a região possui apenas 800 doutores, metade dos quais envolvidos com funções administrativas. Para se ter uma idéia o Brasil forma atualmente 6 mil doutores por ano (Relatório Tundisi, 2001).

formação de recursos humanos através do seu Programa de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, possuindo atualmente 9 cursos de pós-graduação, sendo 5 de mestrado e 4 de doutorado (biologia de água doce e pesca interior; botânica; ecologia; entomologia – mestrado e doutorado; ciências de florestas tropicais, só mestrado). Esses cursos já formaram de 1975 a 2002, 680 alunos sendo 552 de mestrado e 128 de doutorado. Em 2002 estavam matriculados 189 estudantes, sendo 117 de mestrado e 72 de doutorado, sendo muitos deles estudantes originários de países da Pan-Amazônia (www.inpa.gov.br/pós-graduação, 2003).

A principal fonte de recursos do INPA provém do orçamento do governo federal (salários) e de recursos alocados no Plano Pluri-Anual (PPA) aprovado pelo Congresso. Em 2001 as ações previstas no PPA somaram R$ 10,84 milhões, sendo que pouco mais de 60% desse valor destinou-se à manutenção dos serviços da administração. Os recursos extra-PPA em 2001 somaram RS$ 9,275 milhões, sendo parte deles resultantes de projetos de cooperação internacional. As principais fontes extra-orçamentárias foram: BIRD/PADCT/MCT; contrapartida do MCT ao projeto de cooperação com a Agência de Desenvolvimento do Japão (JICA); Capes/MEC, Fundação Nacional de Saúde (FNS/MS); Suframa; Finep/MCT; Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7); Fundo do Petróleo; CNPq; Banco de Desenvolvimento da Amazônia (Basa); Cooperação Internacional (11 projetos); *Large Scale Biosphere Atmosfere Experiment In Amazonian* (LBA/Nasa).

Quanto às publicações, os 190 pesquisadores do INPA em atividade em 2001 apresentaram 563 trabalhos em eventos (485 resumos e 78 trabalhos completos); publicaram 232 artigos (146 em revistas nacionais e 86 em internacionais); produziram 66 livros e capítulos (37 nacional e 29 internacional). A média de publicações em 2001 foi de 1,22 artigos por pesquisador/ano, um pouco acima da média nacional estimada pelo CNPq (1,1).

Há três anos o INPA começou a trabalhar com o MCT através da assinatura de Termos de Compromisso de Gestão, no qual são definidos objetivos e avaliados os seus resultados em termos do grau de atingimento das metas. O MCT introduziu uma série de parâmetros a serem avaliados, entre os quais: Índice de publicações (IPUB), referente a trabalhos científicos publicados em revistas científicas indexadas pelo *Science Citation Index* (SCI); o Índice Geral de Publicações - IGPUB (referente a produção científica total); Índice de Inovação (INOVA); Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidas e Divulgadas (PTDD); Índice de Projetos de Pesquisa Básica Desenvolvidos (PPBD); Índice de Publicações Vinculadas a Convênios Internacionais (IPVCI); Índice de Incremento Médio das Coleções Científicas.

No que diz respeito à cooperação internacional, o site do INPA informa que a instituição possui atualmente 9 convênios com instituições estrangeiras e internacionais[24]. Informa também, na seção de convênios, que "atualmente, só estão sendo firmados e renovados os antigos convênios entre o Inpa e o Jica, Orstom, Dfid, Cirad, Max-Planck, OMS, SUL-SUL, Universidade de Washington e Smithsonian Institution "*desde que o contrato de convênio permita a atuação de pesquisadores brasileiros em seus projetos propostos na região amazônica* [grifo meu] e emitam anualmente um relatório a respeitos do andamento do projeto, descobertas, atividade que cada pesquisador desempenhou durante o decorrer do ano etc.". No último dia 01/04/2003 a coordenação do projeto LBA (Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera da Amazônia – MCT/NASA/União Européia) teve sua administração transferida do INPE para o INPA. A área de cooperação internacional está atualmente subordinada a ARIN – Assessoria de Relação Institucionais.

[24] No entanto, o site do INPA informa que, em 2003, somente a Coordenação de Pesquisas em Ecologia do Instituto contava com o apoio de onze projetos e convênios internacionais: 1- Projeto: Jacaranda - Convênio MCT /INPA/JICA - (Japão). 2- Projeto: Implantação de Metodologias de Análises Especiais em Solos e Vegetação - Convênio: MCT/ INPA/ABC/IRD (França) ; 3- Projeto: Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF) - Convênio: MCT/INPA/Smithsonian Institution; 4- Projeto: Fauna do solo e decomposição de liteira em floresta primária e secundária e numa área de policultivo na Amazônia - Programa SHIFT de Cooperação Teuto-Brasileira - CNPq/IBAMA/DLR; 5- Projeto: Biogeoquímica do Carbono no Rio Amazonas - Convênio CNPq/NSF/INPA/CENA/Universidade de Washington; 6- Projeto: EOSRAM - *Earth Observing System Regional Amazon Model* - Convênio: MCT/INPE/INPA/CENA/ Universidade de Washington/Universidade da California/*Goodard Space Flight Center*. 7- Projeto LBA - *Large Biosphere-Atmosphere Project on Interaction in the Amazon Basin*.- Convênio: NASA/MCT/INPE/ MCT/INPA/EMBRAPA/CENA-SP/USP/UnB; 8- Projeto: Mudanças antropogênicas no uso de terra e dinâmica de biomassa e na floresta amazônica - PDBFF/Smithsonian/LBA/NASA.; 9- Projeto de Pesquisa Dirigida (PPD): As Interações entre florestas e savanas e seu efeito na biodiversidade -União Européia/ MCT/FINEP/INPA; 10- Convênio INPA/AECI (Agencia Espanhola de Cooperação Internacional); 11- Projeto: Biodiversidade Funcional do solo e sua relação com a diversidade de plantas - MCT/INPA/UFLA/ UnB/TGBF/GEF.

3.2. Algumas visões sobre a Cooperação Internacional do INPA

Apesar dos seus 50 anos, foi somente na última década que começaram a vir a público diversos trabalhos abordando distintos aspectos que, direta ou indiretamente, tratam da cooperação científica internacional do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). São artigos, monografias, dissertações, teses, pesquisas de opinião, avaliações, estudos, relatórios e planos institucionais entre os quais se destacam: INPA/ASPI (1993); Comissão Bevilacqua (MCT, 1994); Guimarães (1994); Toni (1994); Machado (1994); Val & Higuchi (1994); Gama (1995); Velho (1995); Toni & Velho (1996), Velho & Velho (1996); Gama (1997); Congresso Nacional Brasileiro (1998); ASPI (1998); Machado (1999); Comissão Tundisi (MCT, 2000), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN, Relatório de Inteligência confidencial, 2001).

Em 1993, pouco antes de começar vir a público estes trabalhos, dirigentes, pesquisadores e autoridades convidadas[25], se reuniram durante três dias para avaliar os convênios de cooperação internacional do INPA. Constatou-se que essa cooperação científica internacional – então expressa em 24 convênios em execução e 20 em negociação - se dava de forma subordinada, atendendo mais aos interesses dos participantes estrangeiros; não obedecia a uma diretriz institucional, com pouco ou nenhum controle, acompanhamento e avaliação dos convênios; sem participação ativa de pesquisadores brasileiros e com pouca ou nenhuma internalização dos resultados. As negociações desses convênios se davam, muitas vezes, à revelia do INPA (Val & Higuchi, 1994). Mas, apesar desse diagnóstico negativo, reconhecia-se a importância da cooperação estrangeira na institucionalização do INPA.

Segundo José Seixas Lourenço (1994), que na época da avaliação referida acima era diretor do INPA, o órgão, desde sua criação, foi alvo de intensa atividade de cooperação internacional, motivada pelo interesse da exploração científica da riqueza genética, de espécies e de ecossistemas da Amazônia. Só que, com o correr do tempo, disse Lourenço (1994), a fragilidade institucional do INPA, acabou gerando uma incômoda dependência do Instituto com relação aos projetos internacionais, com os coordenadores estrangeiros assumindo, muitas vezes, uma postura mais de "chefes", "*bosses*" ou "*kaisers*" do que de verdadeiros parceiros. Como decorrência, a própria sociedade amazonense, incluindo o governo do Estado[26], costuma

---

[25] Ministério da Ciência e Tecnologia, CNPq, CAPES, Ministério das Relações Exteriores e Agência Brasileira de Cooperação do MRE.

[26] O ex-governador do Amazonas, Amazonino Mendes, por exemplo, afirmava em 03/05/1998 que "Em 40 anos qual foi o legado do INPA para nós? Na relação custo/benefício, verificamos que o INPA não ofereceu praticamente nada em troca do que recebeu. No entanto, fez o nome de muitos cientistas internacionais, sobretudo alemães". (A Crítica, 03/05/98)

ver o INPA como uma base científica para pesquisadores estrangeiros, com pouco retorno para a comunidade regional.

Logo depois desse fórum, Lourenço estabeleceu uma portaria (datada de 24/06/1993) regulamentando a execução de projetos realizados através de convênios estrangeiros e internacionais no INPA. Pela leitura dessa portaria se depreende que, até então, esses projetos não eram necessariamente submetidos à aprovação da direção do INPA (ítem I). Também através dessa portaria ficou estabelecido que cada projeto deveria obrigatoriamente alocar recursos necessários ao ressarcimento dos custos indiretos do INPA (*overhead*), mas isso nunca chegou a ser implementado.

Outra iniciativa da administração de Seixas Lourenço no ano seguinte foi a criação de um Grupo de Trabalho sobre Cooperação Interinstitucional do INPA. Esse grupo de trabalho constatou que "os interesses dos parceiros estrangeiros na cooperação internacional oferecida, muitas vezes não atendem as prioridades da instituição" e que "não há um acompanhamento efetivo das ações de cooperação internacional no que tange aos principais pontos acordados entre as partes envolvidas, suas obrigações e direitos". (GT/INPA, 1994, p. 3).

Ainda em 1994 o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) designou uma comissão (que ficou conhecida como Comissão Bevilácqua) com o fito de avaliar os institutos então ligados ao CNPq e àqueles ligados ao próprio MCT. O relatório final apresentado deixou claro a importância da cooperação internacional para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional e que, nesse contexto, o INPA deveria aprimorar e intensificar o intercâmbio com instituições de ensino e pesquisa nacionais e estrangeiras. No entanto, depois de frisar que o INPA tem servido de laboratório internacional para várias instituições estrangeiras [são citados especificamente os Institutos Max Planck (Alemanha), Orstom (França), ODA (Inglaterra) e Smithsonian (EUA)] o relatório avalia que "O entrosamento entre as equipes do INPA e suas equivalentes estrangeiras tem deixado muito a desejar trazendo como conseqüência uma falta de comunicação entre os cientistas brasileiros e estrangeiros. Estes freqüentemente trabalham isolados, não divulgando aqui os resultados de suas investigações" (Comissão Bevilácqua, MCT, 1994, p. 33)[27].

[27] A revista Ciência Hoje (Vol. 18, nº 107, mar/1995, p. 60) publicou o seguinte sobre a Comissão que avaliou os institutos do MCT: "INPA – O INPA tem sido utilizado como base para pesquisas por vários institutos estrangeiros. Entretanto, o entrosamento com as equipes estrangeiras tem deixado muito a desejar, com pouco ou nenhum aproveitamento pelos pesquisadores do INPA". Recomendação da Comissão nº 19 (específica para o INPA): "Devem ser revistos os convênios de cooperação internacional, enfatizando a necessidade de benefícios para o País".

Nessa mesma linha foi a avaliação do pesquisador do INPA, Peter Weigel (1994, p. 533) que em sua dissertação de mestrado diz que:

> "A cooperação estrangeira, presente na vida do Instituto, em maior ou menor grau, desde a sua implantação, sempre despertou controvérsias a nível interno. Esta questão, apesar das regulamentações existentes, tendeu sempre a ser tratada com excessiva flexibilidade, gerando uma situação muito vantajosa para grupos de pesquisas estrangeiros.
>
> Em um país como o Brasil, que não consegue formular diretrizes claras de ciência e tecnologia e em um instituto de pesquisas, como o INPA, que não consegue articular claramente seus objetivos e diretrizes de pesquisa, qualquer pesquisa a respeito da Amazônia tende a ser considerada importante e aceitável, exceto aquelas que representam claras duplicações de atividades já em realização no País. Neste sentido, as diretrizes que orientam a aprovação ou não de projetos tendem a ser muito flexíveis, apoiando-se mais no mérito cientifico dos projetos, do que no significado político e econômico destes projetos em si. Esta situação faz com que grupos estrangeiros tenham facilidade em aprovar programações completas de pesquisas, passando a atuar de forma autônoma. Neste esquema, a cooperação estrangeira não representa mais o auxílio científico e tecnológico em lacunas muito bem definidas em projetos nacionais, mas passa a ser auxílio brasileiro para adequado desenvolvimento das programações estrangeiras, em uma inversão de valores e expectativas pouco interessante para o país, porém coerente com a situação de dependência científica, tecnológica e econômica em que se encontra o país".

Weigel (1994, p.535) procurou saber a opinião dos pesquisadores do INPA a respeito da cooperação internacional do órgão. Entre as conclusões, ressalta que:

> "a crise econômica brasileira e as restrições orçamentárias do INPA, transformou os grupos estrangeiros em atividade no INPA em incômodas ilhas de prosperidade e desempenho. Neste sentido, estes grupos, ancorados em sólidos e abrangentes convênios, aumentaram muito seu peso político no instituto e seu poder de barganha, na medida em que suas atividades não sofrem problemas de continuidade por falta de recursos. As percepções expostas nos questionários mostram que a intensificação da cooperação estrangeira aparece como uma opção viável para alocação de recursos diversos, principalmente financeiros. Assim, em face da crescente ausência estatal, o aumento da presença estrangeira aparece como única opção para continuidade das atividades de pesquisa. Esta situação não é isenta de riscos, na medida em que, na ausência de prioridades institucionais, as prioridades estrangeiras, antes disfarçadas em disposições paradigmáticas diversas, tendem a tornar-se prioridades institucionais".

Segundo ainda Weigel (1994) os dados coletados na sua pesquisa mostraram que os pesquisadores do INPA apresentavam três tipos de percepção sobre a cooperação estrangeira. O primeiro grupo considera-a importante, principalmente por trazer recursos sem problemas de continuidade, formar pessoal, possibilitar treinamento no exterior, pela doação de equipamentos e materiais, permitir o acesso a publicações estrangeiras e pela rápida divulgação dos resultados. A segunda percepção considera essa cooperação importante, mas também considera necessário que ela seja melhor controlada e que atenda prioritariamente aos interesses nacionais e não permanecer solta, atendendo apenas aos interesses externos. A terceira percepção é de que a cooperação estrangeira é importante mas apenas como complemento a carências específicas do INPA e sob rígido controle nacional ou institucional dos pesquisadores.

Na pesquisa de Weigel ficou claro que a atual cooperação estrangeira apresenta sérios inconvenientes, tais como: cooptação, utilização subalterna de pessoal local, coleta e retirada de material do país sem nenhum controle, pouco acesso aos conhecimentos gerados, crescente ingerência nos assuntos internos do INPA e formação de instâncias de difícil controle administrativo e científico. Em suma, nos moldes em que vem se desenvolvendo, apesar de ser considerada importante, foi encarada com desconfiança e se recomendou sua reformulação.

A prof. Léa Velho, da Unicamp, a partir de documentos e entrevistas, estudou as atividades de cooperação internacional do INPA em 1994, buscando analisar os seguintes aspectos: processos de negociação e gerenciamento; divisão das tarefas entre as partes; divisão e origem dos recursos; esforço intelectual conjunto; publicações. Suas conclusões:

1. O INPA foi escolhido como instituição contraparte brasileira não pela capacitação científica que possui em pesquisa biológica na Amazônia, mas pelo acesso que ele propicia ao maior e mais importante laboratório natural do planeta. Assim, diferentemente do que ocorre na cooperação envolvendo países avançados em que as parcerias se estabelecem por que cada lado tem interesse no que o outro pode fornecer em termos de conhecimento e capacitação, a cooperação entre norte-sul se dá principalmente pelo interesse que têm os países no norte em explorar cientificamente ambientes que só estão disponíveis no países do sul;
2. A participação dos pesquisadores brasileiros nos processos de negociação e gerenciamento dos projetos foi muito reduzida. Eles aparecem como o "lado fraco" e, quando são apresentados aos projetos, devem decidir apenas se participam ou não a partir de propostas previamente fechadas. A iniciativa das colaborações invariavelmente são dos estrangeiros;
3. O Brasil deixa sistematicamente de cumprir sua parte no financiamento dos projetos de cooperação aprovados. Assim, dada a penúria financeira em que se encontra o INPA, ele tem ficado a reboque de projetos internacionais mal discutidos pois, aquele que detém os recursos acaba tomando as principais decisões. "A cooperação internacional tem sido usada no INPA como 'expediente' para resolver problemas de caixa ou contratar pessoal. Nessas condições, os recursos acabam indo para projetos de interesse dos financiadores estrangeiros e não para aqueles julgados importantes pelo país receptor" (p. 24).
4. A cooperação internacional [do INPA] é essencialmente assimétrica quanto aos recursos humanos envolvidos nos projetos, sendo muito maior a capacitação dos

estrangeiros que, aliás, valorizam muito mais a contribuição dada pelos técnicos e auxiliares de campo brasileiros do que a dos pesquisadores;

5. Os projetos de cooperação [do INPA] não têm resultado numa produção científica co-autorada significativa e os cientistas estrangeiros geralmente aparecem como primeiro autores.

Já Fabiano Toni (1994) elaborou uma dissertação de mestrado analisando a cooperação científica entre o Brasil e a França tendo como principal estudo de caso os convênios de cooperação entre INPA/CNPq/Orstom e INPA/CNPq/Cirad. Toni concluiu que há uma grande fragilidade institucional por parte do INPA e também do CNPq (responsável formal pelos convênios) e nessa situação os convênios sequer eram avaliados. Toni constatou que durante longo tempo os pesquisadores franceses trabalhavam sozinhos em assuntos que sequer eram pesquisados pelo INPA, o que demonstra que a cooperação científica estava mais voltada à resposta de questões científicas de interesse primordial da França. Constatou também um grande desequilíbrio na produção científica francamente favorável aos pesquisadores franceses.

Diagnóstico semelhante foi feito, também, por outro pesquisador do INPA, Sérgio Guimarães (1994, p. 24). Segundo este pesquisador:

> "Dentre os principais riscos existentes na cooperação internacional, pode-se citar como o primeiro deles a possibilidade do INPA se tornar uma mera base física de pesquisa, com toda sua experiência e apoio logístico e de pessoal, para atender aos interesses dos grupos externos. Outro grande risco que corre o INPA é o de facilitar a entrada de grupos estrangeiros que visam simplesmente a coleta de dados e material científico na região para o desenvolvimento de projetos isolados, que podem incluir até interesses econômicos, sem a participação do lado brasileiro. Em vista disso o INPA deve estar sempre alerta para os projetos que podem comprometer o uso e a salvaguarda da biodiversidade amazônica. O estabelecimento de normas rígidas de controle das atividades estrangeiras na região torna-se necessário, a fim de se prevenir contra estes problemas".

Entretanto, apesar desses diagnósticos, foi consenso de que havia, no início da década de 1990, uma conjuntura política favorável à cooperação e disposição de outros países para celebração de acordos de cooperação, bem como interesse de vários organismos internacionais em cooperar, tecnicamente, na solução dos grandes problemas da Amazônia (Sudam/PNUD/GTZ, 1992).

Assim, numa reunião realizada em Houston (EUA) antes da Conferência Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), os países integrantes do chamado Grupo dos 7 – G-7 - (os 7 países mais ricos do Mundo) anunciaram a intenção de criar um fundo de US$ 1,5 bilhão destinado à salvação das florestas tropicais (Marcovitch, 1994). Apesar dessa intenção

ter ficado no papel durante 5 anos, finalmente foram liberados recursos destinados a um programa de conservação das florestas tropicais brasileiras administrado pelo Banco Mundial e financiado com recursos do G-7. Dentro desse programa, foi criado um componente de fortalecimento institucional dos órgãos de pesquisa da Amazônia, especialmente INPA e Museu Paraense Emílio Goeldi, num projeto chamado Centros de Excelência. De fato, no INPA, foram construídos novos prédios e melhorada a rede de eletricidade, telefone, água e rede de computadores.

Como uma das etapas para a transformação do INPA em centro de excelência, foi elaborado, em 1993, um programa de planejamento estratégico do INPA, que considerou que o volume de convênios internacionais e a grande facilidade de firmar novos era um ponto forte do INPA, que devia ser explorado.

Durante a elaboração do programa de planejamento estratégico foram desenhados vários cenários para o INPA até o ano 2.002. Um desses cenários foi o de desenvolvimento sustentável que previa, no plano internacional, que as correntes de conservação do ecossistema amazônico apoiariam o aumento de recursos para o financiamento de C&T e o mercado internacional aumentaria sua demanda de produtos regionais oriundos do manejo sustentável. A cooperação teria importância crescente e as atenções mundiais sobre a Amazônia destacariam a biodiversidade.

Já José Galízia Tundisi (1993), então presidente do CNPq, ao fazer a "Análise da auto-avaliação do INPA", chamava a atenção para o fato de que era preciso haver:

> "O melhor e mais efetivo aproveitamento da participação de pesquisadores de outros países na pesquisa e formação de recursos humanos da Instituição.
>
> Em muitos casos há um isolamento grande de pesquisadores de alto nível, os quais poderiam contribuir mais efetivamente para o treinamento de recursos humanos e a pesquisa na Instituição. Este isolamento, em parte decorre da urgência de um plano estratégico de longo prazo, o qual poderia engajar estes pesquisadores em projetos do INPA e não de interesse externo. É preciso colocar aqui a pergunta: até que ponto a pesquisa científica do INPA, que sem dúvida tem gerado inúmeros dividendos e reconhecimento, foi endógena e as questões resolvidas ou as perguntas que surgiram foram resultado de um processo interno de desenvolvimento científico? Ou vieram a reboque de idéias (sem dúvida excelentes) geradas por pesquisadores de fora do país? Até que ponto, idéias expressas em trabalhos, hipóteses, etc., foram internalizadas no INPA e utilizadas conceitualmente pelos pesquisadores do INPA na resolução dos inúmeros e prementes problemas amazônicos e na formação de recursos humanos?
>
> Não há dúvida que a contribuição de inúmeros cientistas do exterior ao INPA e à pesquisa amazônica foi notável, incluindo-se aí a formação de recursos humanos. Deve-se entretanto insistir na questão: há um processo endógeno (digo local, genuíno) de interesse intelectual, na Amazônia de toda a classe de pesquisadores do INPA? Este problema deve ser repensado, analisado e bem desenvolvido na elaboração do plano estratégico de longo prazo" (Tundisi, 1993, p. 8).

Tundisi fez, entre outras, a seguinte recomendação:

"Reavaliar e reconduzir a cooperação internacional cuja contribuição nunca foi realmente analisada em detalhe. É preciso incorporá-la aos projetos prioritários do INPA, buscar meios e mecanismos para internaliza-la e torná-la mais efetiva para o INPA" (Tundisi, 1993, p.9).

Já Gama (1997) analisou um projeto norte-americano denominado Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (inicialmente denominado Projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas) que foi levado a cabo por instituições daquele país em Manaus (AM), inicialmente sob o patrocínio do *WWF/US* e posteriormente do *Smithsonian Institution*. Durante o período WWF/US (1979-1991) o projeto era tratado como uma expedição científica e a partir de 1991 virou um convênio de cooperação entre o *Smithsonian* e o INPA. O trabalho de Gama (1997) analisou três parâmetros: participação brasileira (inclusive formação de recursos humanos) vis a vis a estrangeira; publicações (quantidade e primeiros autores) e destino do material científico coletado. O trabalho mostrou que em todos os ítens analisados o INPA havia sido o menor beneficiário.

Ainda em 1997 foi publicado o Relatório Final da Comissão do Congresso Nacional criada para apurar denúncias de exploração e comercialização ilegal de plantas e material genético da Amazônia (Congresso Nacional, 1997). Essa Comissão tratou também dos aspectos institucionais da cooperação científica internacional e recebeu da direção do INPA um quadro demonstrando que em muitos casos havia apenas um pesquisador brasileiro como responsável pela "cooperação" com três ou mais instituições de pesquisa estrangeiras. Entre as recomendações do relatório destaca-se a de que o Poder Executivo proceda a um melhor acompanhamento dos convênios de cooperação internacional com exigência de avaliações anuais e fortalecimento das assessorias de cooperação internacional das instituições de ensino e pesquisa da região amazônica. Recomendou também que a contrapartida brasileira deixe deixar de ser apenas formal para ser paritária.

Uma pesquisa de opinião elaborada pela Associação dos Pesquisadores do INPA (ASPI) em 1998 com 118 pesquisadores do órgão mostrou resultados semelhantes ao de Weigel, realizada quatro anos antes. Com relação aos benefícios obtidos pelo INPA através dos convênios internacionais, a maioria dos pesquisadores considerou que esses convênios só executam o que interessa à parte estrangeira; eles trazem suas prioridades e o INPA fica a reboque; faltam programas brasileiros bem definidos para que o INPA possa impor suas prioridades; não há contrapartida em termos de recursos humanos e financeiros; o INPA entra com sua infra-estrutura e suporte e ganha pouco ou quase nada, levando sempre a pior, pois os estrangeiros vão embora e não deixam nada. Já para outro grupo de pesquisadores esses convênios são muito seletivos e oferecem melhores condições de trabalho e equipamentos pois

não faltam verbas (que são mais fáceis de usar pois não passam pela burocracia governamental). Além disso são mais produtivos e as metas propostas são alcançadas. Para esse grupo o principal benefício é o intercâmbio com cientistas estrangeiros de alto nível e isso engrandece o nome da instituição e lhe dá reconhecimento internacional (Jornal da ASPI, 84 – 10/06/1998). Foi proposta a revisão de todos os convênios depois de uma avaliação a fim de aumentar os benefícios para a parte brasileira, bem como um maior controle da entrada e saída de pesquisadores estrangeiros.

Com relação ao acompanhamento do INPA como contrapartida brasileira desse convênios internacionais, a maioria dos pesquisadores considerou que esse acompanhamento é precário, não existe controle, é meramente burocrático e o convênio é apenas a formalização legal da instituição estrangeira no Brasil. Foi lembrada também a questão ética pois foi citado que existem pesquisadores que viabilizam contrapartida inexistente, bem como aqueles que vestem a camisa do país do convênio e emprestam seu nome para legitimar as excursões estrangeiras em troca de visitas ao exterior e passagens para congressos internacionais[28]. Foi citado também que a contrapartida brasileira é fraca pois formada em sua maioria por estudantes.

Com relação ao controle que o INPA exerce sobre a saída de material biológico coletado através de convênios internacionais a expressiva maioria dos pesquisadores do INPA ouvidos na pesquisa da ASPI mostrou que o INPA não exerce nenhum controle, pois não existem regras efetivas nem fiscalização e a legislação não assegura um controle real. Brasileiros e estrangeiros desconhecem a legislação e há inúmeros casos de saída de material sem registro. Os pesquisadores estrangeiros vão e vêm e não há nenhum controle da saída de material que fica a bel-prazer dos participantes, podendo-se até fazer biopirataria, dependendo da honestidade dos próprios (Jornal da ASPI, 84 – 10/06/1998 – p. 3).

No mesmo sentido foi o relatório de inteligência nº 0026/4310/DCI/ABIN/20 ABR 2001 (doc. 13) que apontou deficiências no controle sobre a atividade de pesquisadores estrangeiros na Amazônia e citou o INPA com destaque. Dizia ainda que os instrumentos jurídicos nacionais e a estrutura especializada do Estado voltada para a regulamentação e controle das atividades

[28] Machado (1999) relata, baseado em uma entrevista com um pesquisador do INPA, o seguinte caso: "Existe no INPA um grupo de pesquisadores formados pelos norte-americanos da universidade X [nome de uma cidade] que se tornou um gueto. A fim de poder lubrificar e fazer funcionar a máquina administrativa para o grupo, eles colocaram o nome de uma vice-diretora, a MNGR, em todos os trabalhos que eles publicaram. [...] Ela tem trabalhos publicados na *Science* e na *Nature*... uma lista de publicações de dar inveja porque tratava dos temas os mais variados em lugares da Amazônia onde ela nunca botou o pé e não sabe aonde fica...". (p. 25).

de estrangeiros no País não têm impedido a saída ilegal de conhecimento científico nacional e que pesquisadores brasileiros têm contribuído de maneira decisiva para a realização de pesquisa ilegal e a coleta de material não autorizado por cientistas vinculados a instituições estrangeiras. Esse relatório foi longamente analisado por técnicos do MCT que apontou efetivamente problemas na redação e implementação do dec. nº 98.830/90 e Portaria MCT nº 55/90.

Finalmente em 2001/2002 o MCT criou uma Comissão destinada a avaliar as 22 unidades de pesquisa do MCT. Essa comissão ficou conhecida como "Comissão Tundisi"[29] e contou com a colaboração de 72 cientistas nacionais e estrangeiros. Foram elaborados dois relatórios, sendo um genérico e outro específico de cada unidade de pesquisa do MCT. Com relação ao primeiro, a Comissão entendeu, em resumo, que as seguintes ações são fundamentais para integração do desenvolvimento sustentável da Amazônia ao desenvolvimento nacional: consolidação e reforço dos programas dos Institutos INPA, Goeldi e Mamirauá, e mobilização da comunidade científica nacional e internacional, para aprofundar os estudos em andamento nessas e outras instituições da área, e diversificar e aprofundar a formação de recursos humanos para a região; reformulação das estratégias de participação da comunidade científica internacional no desenvolvimento de projetos de interesse do Brasil e suas instituições, de forma permanentemente compartilhada. (p. 26)

A avaliação do INPA foi feita por um comitê externo formado pelos pesquisadores Evaristo Eduardo de Miranda (Embrapa), Francisco de Assis Esteves (UFRJ), Mahabir P. Gupta (CYTED) e Roberto Brandão Cavalcante (UnB) e que visitou o INPA durante três dias. O relatório final apresentado por esse comitê reconhece a liderança do INPA na Amazônia no que diz respeito a pesquisas relacionadas a ecologia e conservação da biodiversidade devido à existência de cientistas bem qualificados, bons programas de pós-graduação e projetos de cooperação nacional e internacional altamente relevantes.

No que diz respeito especificamente à cooperação internacional do INPA o relatório recomenda a "implantação, a curto prazo, de **mecanismos de avaliação (externos e independentes) dos programas de cooperação internacionais**" (p. 7) [negrito do original]. Segundo ainda esse relatório o forte envolvimento do INPA com a cooperação internacional

[29] A Comissão foi composta pelos seguintes membros: José Galízia Tundisi (Instituto Nacional de Ecologia), Carlos Alberto Schneider (Fundação CERTI), Celso Pinto de Melo (CNPq), Eduardo Moacir Kieger ABC/Incor), Eloi S. Garcia (MCT/Secup), Fernando Galembeck (Unicamp), José Fernando Perez (Fapesp), José Octávio Paschoal (CNEN), Ruy de Araújo Caldas (Embrapa) e Vilma Figueiredo (SBPC/Unb)

deverá continuar mas reconhece implicitamente que a seleção dos projetos de cooperação do INPA têm sido dirigidos pela oferta internacional e não pela demanda nacional que "também" deve ser atendida.

Outra recomendação do relatório é a de que sejam estabelecidos "os mecanismos de gestão e operacionalização dos programas de cooperação internacional que deveriam estar baseados num **manual de procedimentos e de conduta claramente estabelecido** (interesses nacionais, paridade científica, manuseio de recursos financeiros, formação de recursos humanos, contrapartida nacional, soberania científica, indicadores de avaliação e acompanhamento etc.)." (p. 7). O relatório coloca também como prioridade que o INPA se torne uma coordenação regional da realização de novas expedições de coleta, a fim de fortalecer as coleções científicas do INPA.

Nos dias 20 e 21/11/2002 os dirigentes das unidades de pesquisa do MCT se reuniram em Brasília para discutir, entre outras coisas, sobre procedimentos para a cooperação internacional (Gestão C&T Eletrônico, 20/12/2001). Como resultado desse *workshop* o MCT editou a Portaria nº 814, de 16/12/2002, aprovando o "Manual de Procedimentos para Atividades de Cooperação Internacional na Área de C&T"[30], elaborado por integrantes da Secretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa do MCT, da Consultoria Jurídica, da Assessoria de Cooperação Internacional (MCT), e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq, para utilização por todas as unidades internas e externas deste Ministério.

Em síntese todos os diagnósticos aqui apresentados mostram que a cooperação internacional do INPA precisa ser reestruturada a fim de melhor servir aos interesses nacionais e ao desenvolvimento sustentável regional.

A própria criação do INPA, em 1952, demonstra, entre outras coisas, que a iniciativa da pesquisa científica na Amazônia vinha de fora para dentro. De fato, o INPA foi criado em contraposição a um outro instituto, de caráter internacional, proposto e acalentado no sistema ONU (Unesco). Com a criação do INPA, o Brasil passou a dispor de uma certa iniciativa na pesquisa e se tornou, pelo menos formalmente, contrapartida à demanda estrangeira.

Com a criação do INPA vinculado ao também recém-criado Conselho Nacional de Pesquisas - CNPq, o instituto passou a se subordinar à política de cooperação científica internacional elaborada por este. Essa política tinha por princípio transformar todos os projetos de pesquisa estrangeiros que não fossem de interesse imediato do Brasil em "expedição

científica"; e controlar a saída do material científico coletado. Essa prática vinha desde 1933, quando foi criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas Estrangeiras no Brasil. Desse modo, o CNPq passou a utilizar o INPA como contrapartida nacional das expedições científicas de iniciativa estrangeira na Amazônia Ocidental[31]. Também fazia parte dessa política reativa, as iniciativas do CNPq de tentar nacionalizar os projetos estrangeiros, tentando-os colocar sob a liderança de pesquisadores nacionais e/ou criando programas alternativos sob a liderança de nacionais.

É importante reconhecer que o CNPq procurou manter algum controle formal sobre as expedições científicas estrangeiras, num processo que evoluiu a ponto de ser uma das exigências a avaliação prévia por consultores *ad hoc*. A partir de 1987, o INPA passou a se subordinar administrativamente ao MCT. Por conseguinte a cooperação científica internacional até então sob controle do CNPq, ganhou maior autonomia e o Instituto passou a assinar seus próprios convênios.

A seguir iremos analisar como se deu, na prática, a cooperação internacional do INPA na década de 1990, à luz de dois parâmetros: demanda por expedições científicas na Amazônia (e no INPA, em particular) *vis a vis* a demanda por solicitação de cartas convites para pesquisadores estrangeiros participarem de atividades de pesquisa na Amazônia, através dos convênios de cooperação do INPA. A hipótese é a de que foi a mudança da regulamentação das expedições científicas estrangeiras (entre outras) ocorrida em 1990, que propiciou o aumento da cooperação científica estrangeira sem muito controle.

---

[30] Maiores informações no próximo capítulo.

[31] Entre os exemplos de projetos estrangeiros que foram transformados em expedição científica pode-se citar os projeto Flora Amazônica e o PDBFF/WWW-US.

CAP. 4 - A PESQUISA CIENTÍFICA ESTRANGEIRAS NO BRASIL E NA AMAZÔNIA BRASILEIRA NA DÉCADA DE 1990: O CASO DO INPA

4.1 – Considerações Iniciais

Esse quarto capítulo procura demonstrar que realmente houve uma mutação na política de cooperação adotada pelo INPA a partir da adoção do Dec. nº 98.830/90, bem como busca explicitar as fragilidades dos mecanismos nos quais está assentada essa nova política. Para tanto é feita uma análise quantitativa da presença da pesquisa estrangeira no INPA na década de 1990 e nos dois capítulos seguintes serão analisados dois dos principais convênios de cooperação internacionais do INPA.

Na verdade, essa não era a intenção inicial desse trabalho que se propunha apenas a estudar as expedições científicas estrangeiras que vieram pesquisar no Brasil entre 1975 e 2000. Dois eram os principais objetivos: obter um panorama da pesquisa científica estrangeira no Brasil e na Amazônia, em particular; e, testar a hipótese de que houvera, durante o período, uma mutação nos objetivos das pesquisas em função do advento, consolidação e aprofundamento dos estudos biotecnológicos (moleculares), principalmente na Amazônia.

Esses objetivos foram logo frustrados quando foi constatado que o CNPq só dispunha, para consulta naquele momento, dos dados referentes à década de 1990, uma vez que os documentos mais antigos haviam sido transferidos de local e estavam sem condições de consulta. Sendo assim, a amostragem foi reduzida e montou-se um banco de dados com vários parâmetros disponíveis sobre as expedições da década de 1990.

Paralelamente, foi realizado um estudo da legislação brasileira de controle das expedições científicas estrangeiras. De fato, não custa lembrar, desde 1933 o governo federal vem adotando algum controle das pesquisas estrangeiras em território brasileiro. Essa legislação passou por diversas mudanças, sendo a mais radical a última realizada em 15/01/1990, que extinguiu o próprio termo "expedição científica" (dec. nº 98.830/90) e passou a considerar as atividades de pesquisas científicas estrangeiras como "cooperação internacional" que seriam realizadas prioritariamente sob a égide de acordos e convênios interinstituconais (vide capítulo 2)[32].

Diante de tal fato, e tendo em vista os dados das expedições científicas estrangeiras no Brasil na década de 1990, duas perguntas logo se impuseram: será que a nova legislação havia afetado o fluxo de grupos de pesquisa estrangeiros para o Brasil? Seriam efetivamente as

[32] Apesar disso, o CNPq/MCT manteve durante toda a década de 1990 e ainda mantem um setor dedicado a receber e analisar pedidos de autorização para expedições científicas no Brasil.

expedições científicas estrangeiras da década de 1990 autorizadas pelo MCT/CNPq representativas da pesquisa científica estrangeira no Brasil na década em questão?

Resolveu-se, então, realizar uma pesquisa de campo para buscar informações *in loco* que permitissem responder a essas questões. Optou-se então, por ter como estudo de caso a presença científica estrangeira no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), o maior instituto de pesquisa científica federal na Amazônia. Os estudos logo mostraram, com relação à primeira questão (os efeitos da nova legislação no fluxo de pesquisas no Brasil), que, efetivamente, o decreto induziu à formatação de novos arranjos para a inserção da pesquisa científica estrangeira no INPA, que passou a adotar o formato de convênios de cooperação. No que diz respeito à segunda questão, que é uma decorrência da primeira, notou-se que as expedições científicas passaram a representar uma fração minúscula dos trabalhos científicos estrangeiros, que passaram a adotar o modelo dos convênios e, dentro deles, as cartas convites, como forma de inserir um maior número de pesquisadores estrangeiros sob pouca ou nenhuma influência e controle do próprio INPA.

Sendo assim, buscou-se neste capítulo 4, analisar quantitativamente a presença da pesquisa científica estrangeira (no INPA) executada sob a chancela do MCT/CNPq (expedições científicas) e do próprio Instituto ao longo da década de 1990 e início da década seguinte. Para tanto foram quantificadas: as expedições científicas estrangeiras autorizadas pelo MCT e recebidas pelo INPA de 1990 a 1999; e, as cartas convites emitidas pelo INPA para pesquisadores estrangeiros, como parte dos convênios de cooperaração internacional, entre 1993 e 2002.

Como já se disse, os dados mostraram claramente que houve uma migração (mutação) do modelo "expedição" para o modelo "carta-convite", sendo esse amparado principlamente através do estabelecimento (ou renovação) de convênios de cooperação internacional.

Dois desses convênios foram as principais fontes da pesquisa estrangeira executadas via INPA: o convênio INPA/MPIL (Alemanha) e o convênio INPA/Smithsonian (EUA). Por sugestão da banca de qualificação tentou-se fazer um aprofundamento destes dois convênios. Assim, os capítulos 5 e 6 são dedicados a analisá-los. A hipótese aqui é de que, em função da mudança de regulação, nos dois casos, prevalecem principalmente os interesses e os critérios estabelecidos pela parte estrangeira, sendo o INPA mero homologador de situações prévia e exógenamentes determinadas e sobre as quais mantém um controle decrescente em termos de processo.

Assim, o capítulo 4 apresenta os dados referentes à participação de pesquisadores estrangeiros no INPA entre 1990 e 2002, bem como discutidos os mecanismos da inserção dos

mesmos na instituição. Inicialmente serão mostradas as expedições científicas estrangeiras que durante a década de 1990 foram autorizadas pelo MCT a realizarem atividades de coleta de dados e materiais científicos no Brasil, na Amazônia (região Norte) com destaque para aquelas que tiveram pesquisadores do INPA como contrapartida.

Em seguida, serão apresentados os dados referentes à participação da pesquisa estrangeira no INPA na década que vai de 1993 a 2002 e que não vieram através de expedições científicas, mas através de cartas convites emitidas pelo órgão. Encerrando essa primeira parte do capítulo são contrastadas as expedições com as cartas convites. Os dados mostram claramente que as expedições científicas não são representativas da pesquisa científica estrangeira no INPA e que dois grandes convênios de cooperação internacional absorvem a maior parte do fluxo de pesquisadores estrangeiros no INPA.

Esse capítulo se encerra com uma discussão conceitual sobre as cartas convites bem como analisa os efeitos da introdução deste mecanismo no fluxo de pesquisadores estrangeiros no INPA.

4.2. As expedições científicas estrangeiras no Brasil, na Amazônia e no INPA durante a década de 1990

Os dados a seguir apresentados foram coletados diretamente nos arquivos do setor de expedições científicas do CNPq, pasta por pasta. Montou-se um banco de dados com as seguintes variáveis: data da autorização; início e término da expedição; nomes, países e instituições de origem dos expedicionários; nomes e instituições dos contrapartidas brasileiros; itinerário e objetivo das expedições (anexo 1).

4.2.1. No Brasil

Duzentos e cinqüenta e seis expedições científicas estrangeiras vieram ao Brasil na década de 1990 (figura 4.1), provenientes de 23 países[33]. Seiscentos e trinta e sete pesquisadores participaram da empreitada, sendo 468 estrangeiros (73,5%) e 169 brasileiros (26,5%), sendo que vários deles participaram de mais de uma expedição (figura 4.2). A grande maioria veio dos EUA (58%) e de países europeus (29%) (figura 4.3). Procuraram sobretudo a Amazônia (60%) (figura 4.4). Permaneceram em média um ano e meio e tiveram como objetivo estudos zoológicos, botânicos e antropológicos (figura 4.5). As instituições estrangeiras e brasileiras que mais participaram dessas expedições estão nas tabelas 4.1 e 4.2.

Alguns dados serão mostradas a seguir através de figuras (gráficos) e tabelas:

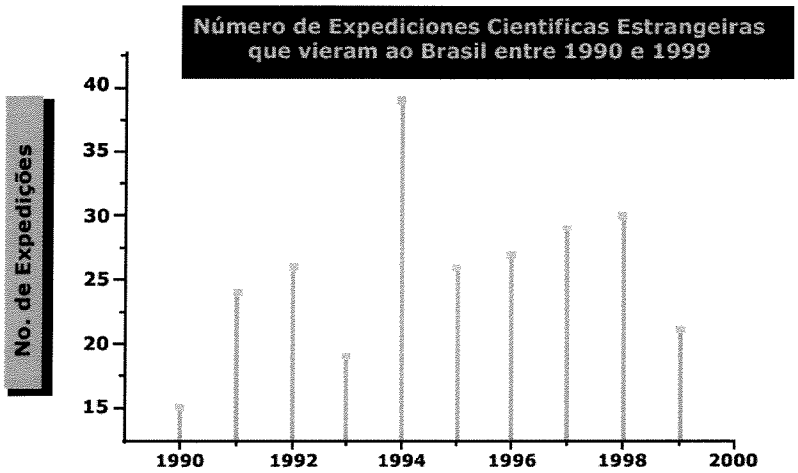


Figura 4.1 – Quantidade de Expedições Estrangeiras no Brasil nos anos 1990

[33] EUA (149), Inglaterra (36), Alemanha (13), Japão (7), França (6), Canadá e Argentina (5), Austrália, Áustria e Colombia (3), Bélgica, Dinamarca, Espanha, Malásia e Suécia (2), Coréia, Finlândia, Indonésia, Itália, México, Perú e Romênia (1). Em quatro expedições não foi possível identificar a nacionalidade dos proponentes.

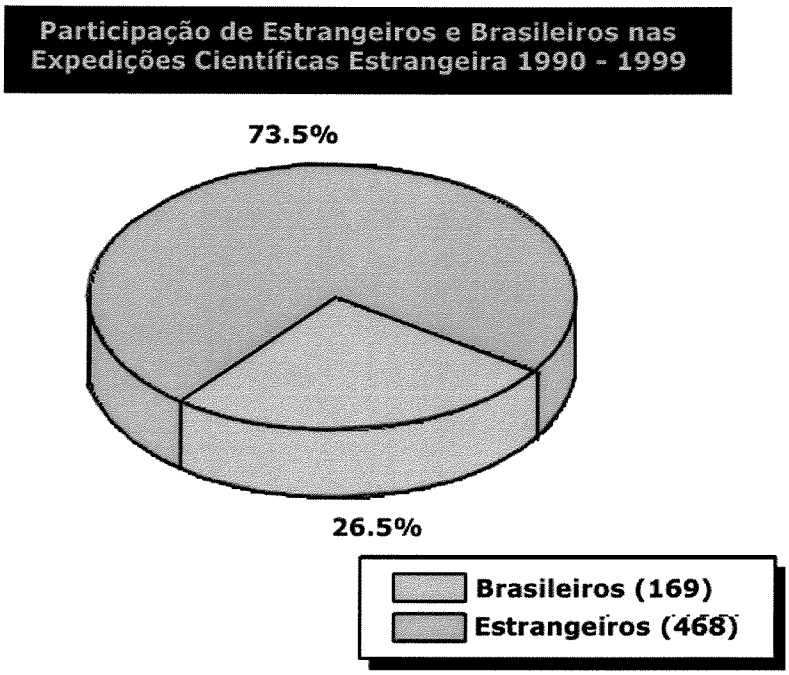


Figura 4.2 – Participação de brasileiros nas expedições estrangeiras dos anos 1990

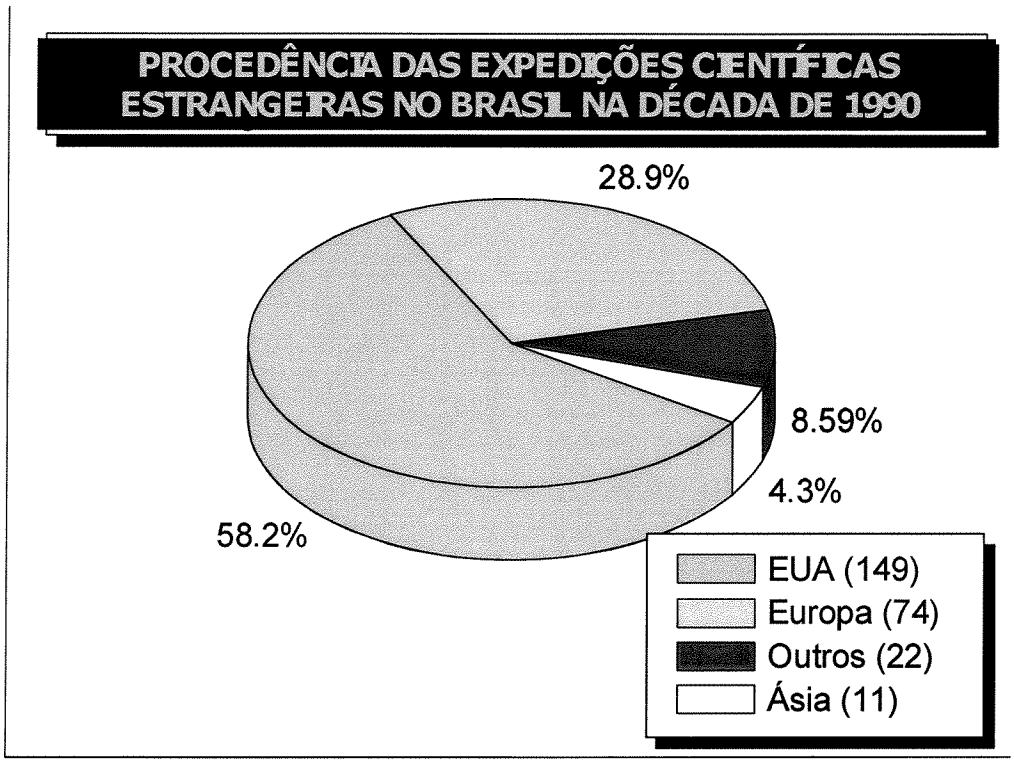


Figura 4.3 - Procedência das Expedições Científicas Estrangeiras nos anos 1990

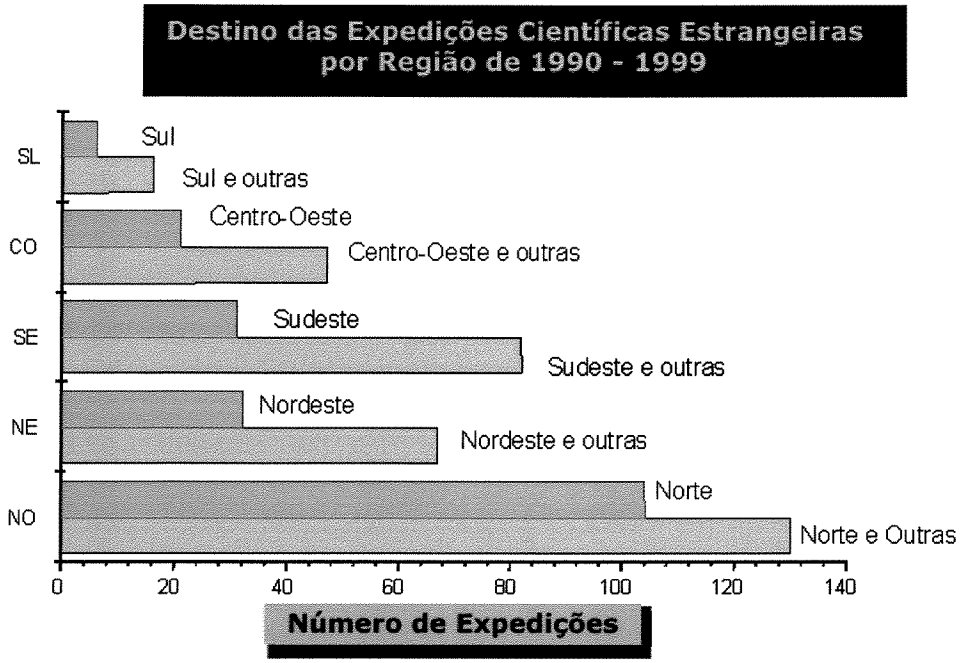


Figura 4.4 - Destino das Expedições Científicas Estrangeiras por Região (1990-1999)

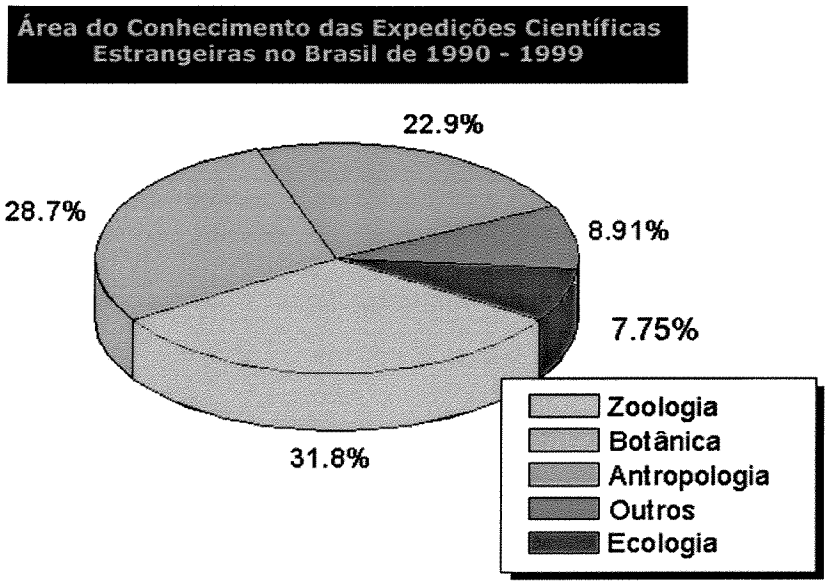


Figura 4.5 – Áreas do Conhecimento das Expedições Estrangeiras na década de 1990

4.2.2. As expedições na Amazônia

4.2.2.1 – Quantidade

Com relação à Amazônia (aqui compreendida como Amazônia Legal que abrange, além de toda a região Norte, partes do Maranhão e Mato Grosso), que é objeto de estudo dessa tese, ela recebeu 154 das 256 expedições (ou pouco mais de 60% do total das expedições que visitaram o Brasil). O número de expedições científicas estrangeiras por ano variou de 8 em 1990 para 25 em 1994.

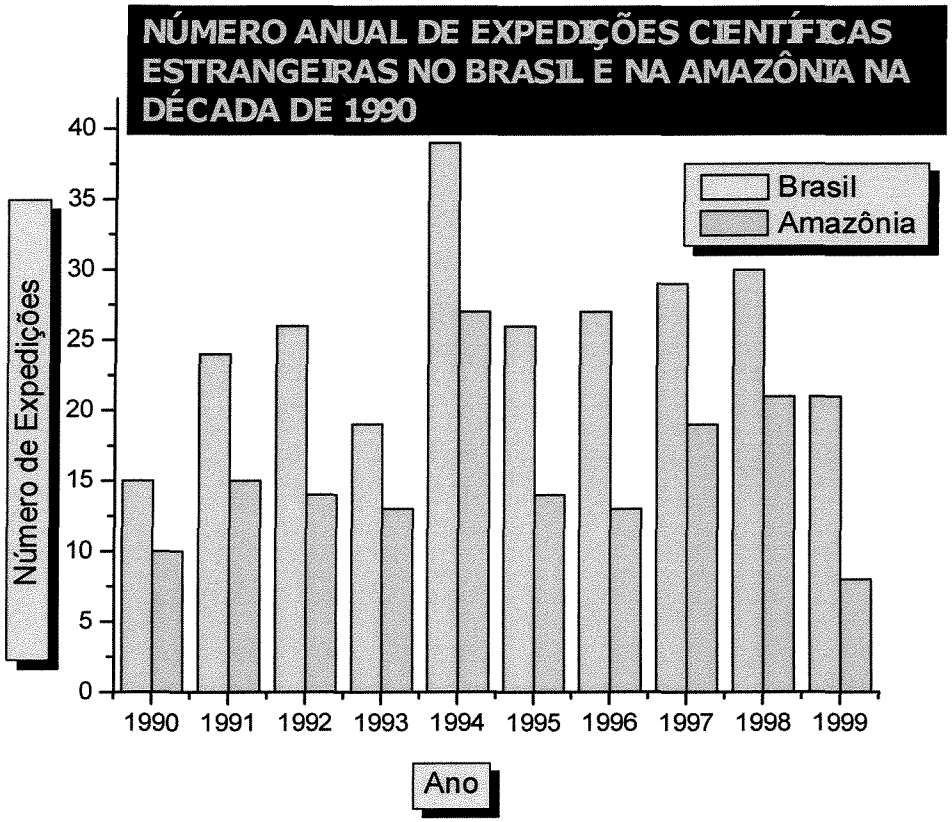


Figura 4.6 – Expedições Estrangeiras na Amazônia e no Brasil (1990/1999)

4.2.2.2. Origem

Os Estados Unidos é origem da maioria das expedições com 55,2% (85 expedições). Seguido dos países europeus com 29,2% (45), Ásia (10) e outros, 14.

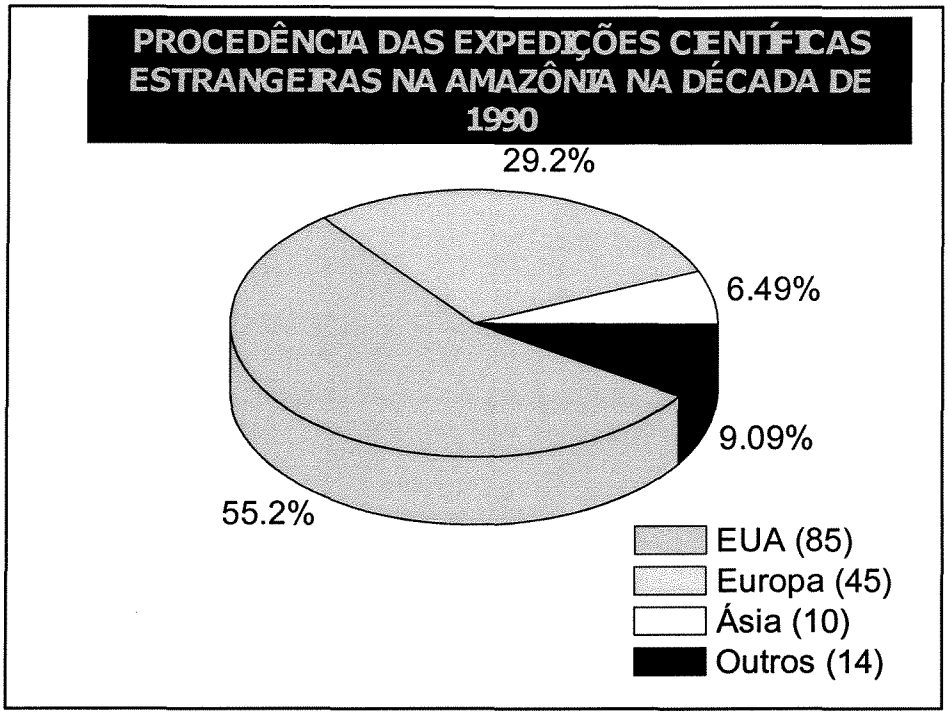


Figura 4.7 – Origem das Expedições científicas estrangeiras na Amazônia (1990/99)

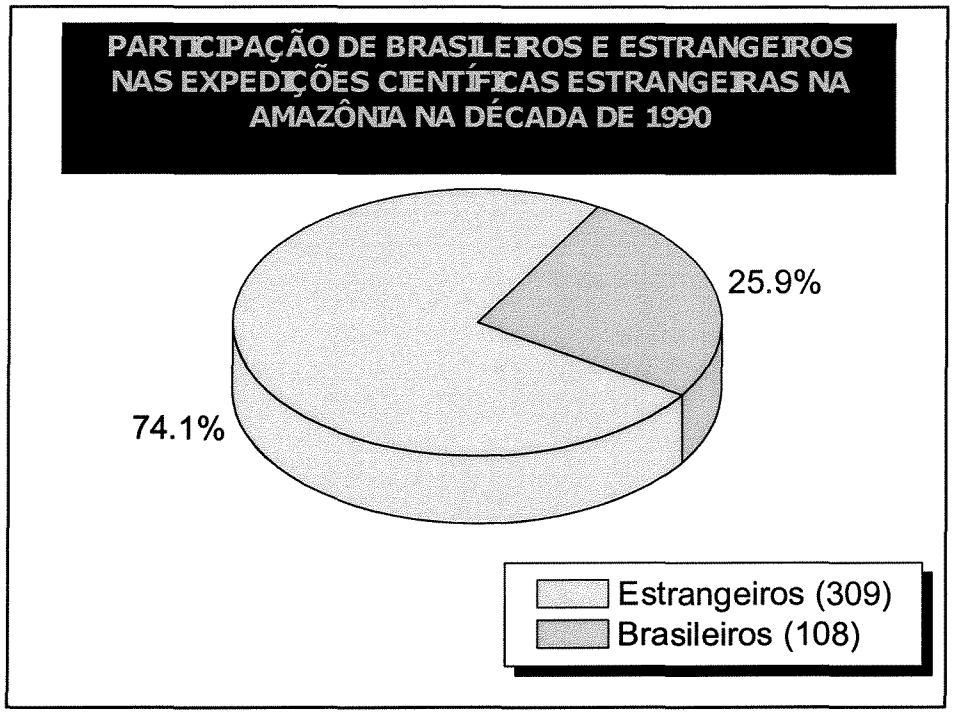


Figura 4.8 – Participantes das Expedições Estrangeiras na Amazônia (1990/1999)

4.2.2.3. Participação Estrangeira x Participação Brasileira

Quatrocentos e dezessete pesquisadores, de 22 nacionalidades, participaram das 154 expedições estrangeiras à Amazônia, sendo trezentos e nove estrangeiros (64 não tinham identificação de nacionalidade) e 108 brasileiros. Os brasileiros foram nomeados pelo MCT para acompanhar as expedições.

4.2.2.4. Principais Instituições Estrangeiras e Brasileiras Participantes

Pesquisadores de oitenta e uma instituições de pesquisas, universidades e museus estrangeiros realizaram expedições científicas na Amazônia na década de 1990. O Brasil contou com a participação de 37 instituições.

As principais instituições estrangeiras e brasileiras cujos pesquisadores empreenderam expedições científicas na Amazônia estão listadas nas tabelas 4.3 e 4.4.

Tabela 4.3 - Principais Instituições proponentes das expedições estrangeiras à Amazônia

Instituição	Número de Expedições
Universidade da Flórida	13
New York Botanical Garden	11
Smithsonian	9
Universidade da Califórnia, Royal Botanical Garden	6
Universidades de Tulane (EUA) e Tóquio (Japão)	4
Universidade do Arizona	3
Outras 73 instituições estrangeiras	98

Tabela 4.4 - Principais Instituições que receberam expedições estrangeiras na Amazônia :

Instituição	Número de Expedições
Museu Paraense Emílio Goeldi	35
UnB	18
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)	17
Cenargen/Embrapa	12
USP	10
Museu Nacional do Rio de Janeiro	9
UFAM	5
UFRJ, Unicamp, Ibama, Outras Embrapas	4
Outras 26 instituições nacionais	42

4.2.2.5. Objetivos científicos

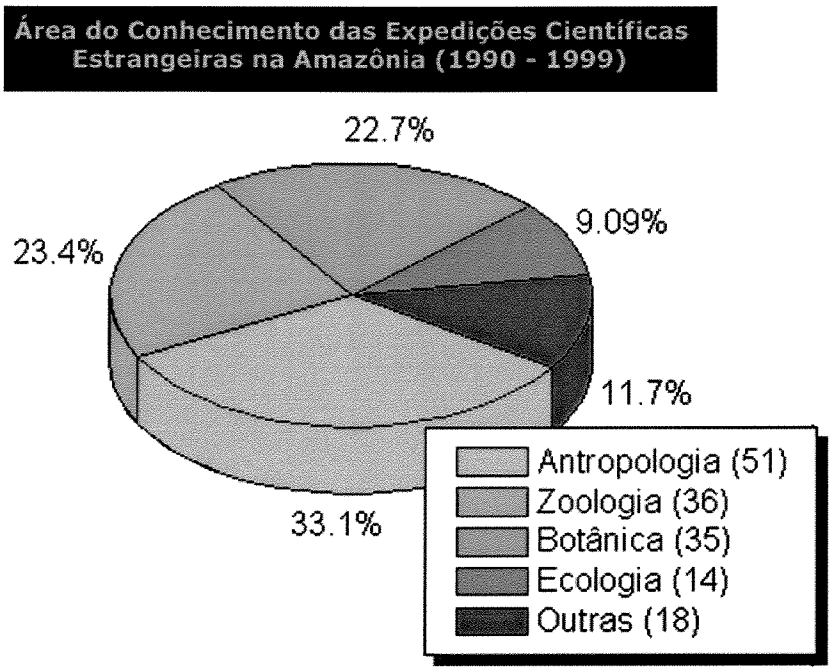


Figura 4.9 Objetivos científicos das expedições estrangeiras à Amazônia (1990/1999)

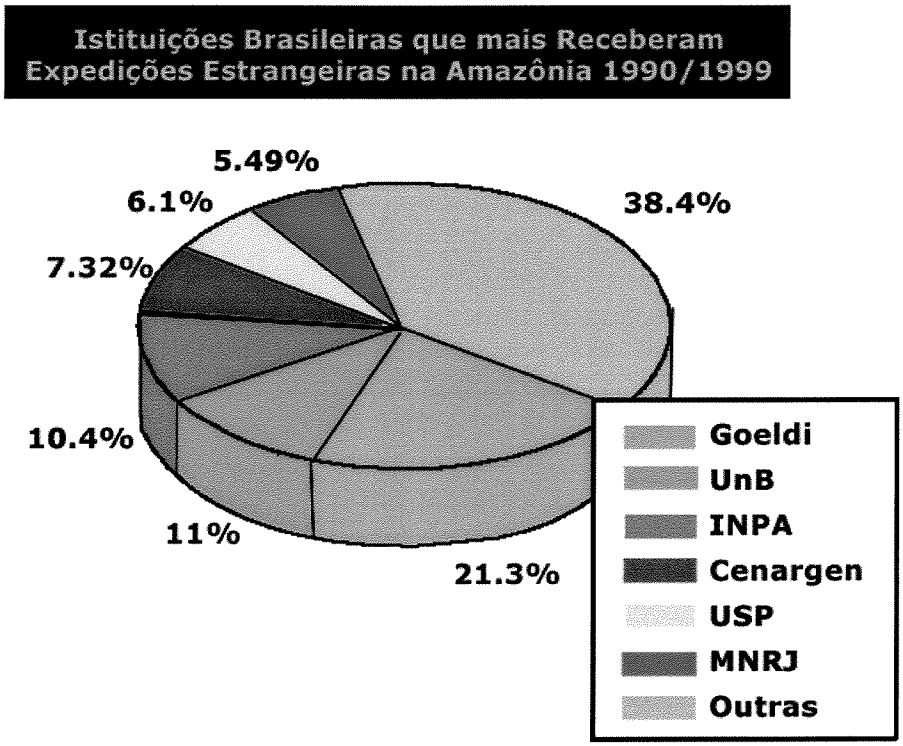


Figura 4.10 – Institutições brasileiras que mais receberam Expedições na Amazônia

4.2.3. As Expedições Científicas estrangeiras no INPA na década de 1990

Apenas 5% (17) das expedições que vieram para o Brasil na década de 1990 foram recebidas pelo INPA (figura 4.10 e tabela 4.5). Na Amazônia Legal esse número alcança pouco mais de 10%. Por sua localização estratégica no ponto central da Amazônia bem como por se tratar do maior instituto de pesquisa da região era de se esperar que o INPA recebesse um maior número das expedições científicas estrangeiras. No entanto, como ficou constatado mais tarde, isso ocorreu em função da criação de outras formas de inserção menos burocráticas e com pouco ou nenhum controle governamental. (vide próximo ítem – cartas convites)

De cada quatro expedições que foram recebidas por pesquisadores do INPA, três provieram dos EUA.

Tabela 4.5 - Expedições Científicas estrangeiras recebidas por pesquisadores do INPA na década de 1990

Ano	Participantes Estrangeiros	Instituição	País	Período Autorizado	Objetivo	Local	Contrapartida Brasileiro
1990	Douglas C. Daly Bruce W. Nelson	New York Botanical Garden	EUA		Realizar coletas botânicas no Morro dos Seis Lagos (Pico da Neblina)	Amazonas (Alto Rio Negro)	Marlene Freitas da Silva
1990	David George Campbell	New York Botanical Garden	EUA		Estudo botânico em oito sítios de inventário permanente	Amapá, Pará, Acre, Roraima	Marlene Freitas da Silva
1990	Andrew J. Henderson	New York Botanical Garden	EUA		Taxonomia das palmeiras amazônicas	Amazônia	Marlene Freitas da Silva
1991	John Proctor Jill Thompson Penelope J. Frazer Sarah K. Latham Gillian Fairweathe	University of Stirling	Inglaterra	01/05/91 30/07/91	Projeto Maracá – sub-projeto de regeneração florestal	Roraima	João Batista da Silva Ferraz
1991	David George Campbell	Grinnell College	EUA	01/09/91 31/07/92	Estudo florestal	Roraima	Marlene Freitas da Silva
1991	David G. Campbell Jerry D. Robertson Ellen L. McCallie Heidi Jo Freiburger	Grinnell College	EUA	15/11/91 15/11/92	Dinâmica de longo prazo da floresta amazônica	Amapá Roraima Acre	Edileuza Sette Silva
1992	Charles T. Haskell Elizabeth Mcknight Tweed Roosevelt+7	Refazendo a expedição Roosevelt de 1914	EUA	17/02/92 01/05/92	*River Roosevelt Expedition*	Rondônia	Geraldo Mendes dos Santos
1992	John Spiro Walter Heilingenberg Walter Netener John Sullivan	University of Califórnia	EUA	20/03/92 30/04/92	Estudo de Gymnetiformes	Roraima	Carlos Araújo Lima

	Svanja Viete James Spurling						
1992	John G. Lundberg	Duke University	EUA	02/10/92 02/12/92	Estudo dos Gymnotiformes	Amazonas	Aylton Saturnino Teixeira
1993	John Paul Sullivan	Duke University	EUA	15/02/93 15/04/93	Estudo de peixes elétricos da família Hypopomidae	AM, RR, SP	Jansen Alfredo Sampaio Zuanon
1993	Samuel Bridgewater James A.Ratter	Royal Botanical Gardens-Kew	Inglaterra	15/05/93 15/04/94	Levantamento florístico das savanas amazônicas	AM, AP, PA, RO, RR, MA, MT, GO e TO	João Batista da Silva Ferraz
1996	David G. Williams	University of Canberra	Austrália	12/12/96 30/12/98	Estratégias de regeneração nas florestas inundadas na Amazônia	Amazonas e Pará	Rita de Cássia Guimarães Mesquita
1997	Robert Mason, Marc Rodler, David Parker	University of Maryland	EUA	15/01/97 28/02/97	Origem da contaminação mercurial no Rio Negro	Amazonas	Bruce Rider Forsberg
1997	Kent D. Dunlap	University of Texas-Austin	EUA	19/02/97 20/03/97	Evol. e base hormonal da sinaliz. Elét. durante ativ. Reprod. Dos Gymnotiforme	Amazonas	Cristina Cox Fernandes
1997	Marilyn D. Loveless	College of Wooster	EUA	06/05/97 31/08/98	Estudos sobre a variabilidade genética de mogno, piquiá, sumaúma e mungub.	Pará, Roraima e Amazonas	Rogério Gribel Soares Neto
1998	Sven Oscar Kullander	Swedish Museum of Natural History	Suécia	10/08/98 30/09/98	Variação geográfica e especiação em acará-disco na bacia amazônica	Amazonas Pará	Efrem Tsé Gondinho Ferreira
1999	John Sivinski David J. Mellow Kevina Vulinec	University of Flórida	EUA	01/04/99 01/04/00	Besouros de esterco, macacos e dispersão de sementes na floresta	Bacia Amazônica	Cláudio Ruy Vasconcelos da Fonseca

4.3. A presença de pesquisadores estrangeiros no INPA através de cartas convites

Uma nova modalidade de inserção de pesquisadores estrangeiros na Amazônia foi introduzida, no INPA, no final de 1992, através do envio de cartas convites a pesquisadores estrangeiros para atuarem em projetos de pesquisas em convênio com o INPA. Essas cartas oferecem a esses pesquisadores o direito a um visto de permanência no país por tempo determinado, sem a necessidade de se submeter à burocracia e aos controles governamentais até então utilizados pelo CNPq e MCT.

Nesse ítem serão apresentados os dados sobre as cartas convites emitidas pelo INPA de 1993 a 2002. Em seguida serão confrontados os dados das expedições com os das cartas convites. Por último será apresentada uma discussão conceitual sobre as cartas convites, suas implicações e identificados os principais beneficiários.

Para alcançar esses objetivos foram coletados nos arquivos da Assessoria de Cooperação Institucional do INPA (ARIN) dados sobre as cartas-convites emitidas pelo INPA, durante a década que vai de 1993 a 2002. Essas cartas foram emitidas principalmente para atividades ligadas a pesquisas mas também para o ensino (docente e discente), consultorias, estágios, treinamentos, cursos de campo e visitas (anexo 2).

Foi montado um banco de dados com os seguintes itens: nome do convidado; sua instituição; nome do projeto que vai participar; objetivo específico da pesquisa; período de permanência; quem convida.

4.3.1. As cartas convites emitidas pelo INPA em números (1993-2002)

Seiscentas e cinquenta e três cartas convites foram emitidas a 463 pesquisadores e estudantes estrangeiros (provenientes de 35 países) para atuarem em projetos e cursos realizados em convênio com o INPA durante a década de 1993 a 2002 (figura 4.11 e anexo 2). A maioria dos estrangeiros que receberam carta do INPA eram pesquisadores dos EUA (ou atuantes em instituições daquele país) e da Europa (figura 4.12). A participação e o envolvimento de estrangeiros e brasileiros nos projetos em convênio com o INPA estão registrados no figura 4.13. Os principais convênios que receberam essas cartas estão mostrados na figura 4.14.

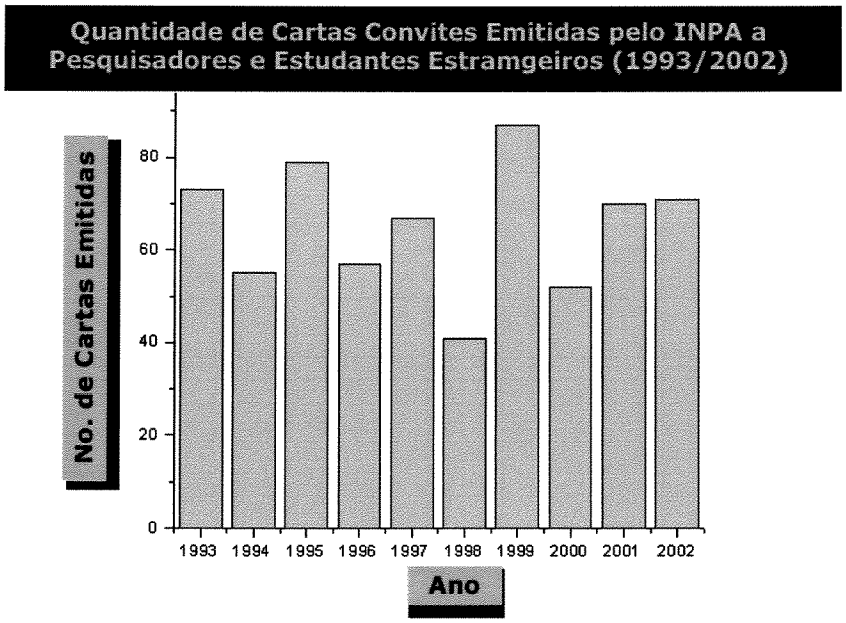


Figura 4.11 – Quantidade de cartas convites emitidas pelo INPA – 1993/2002

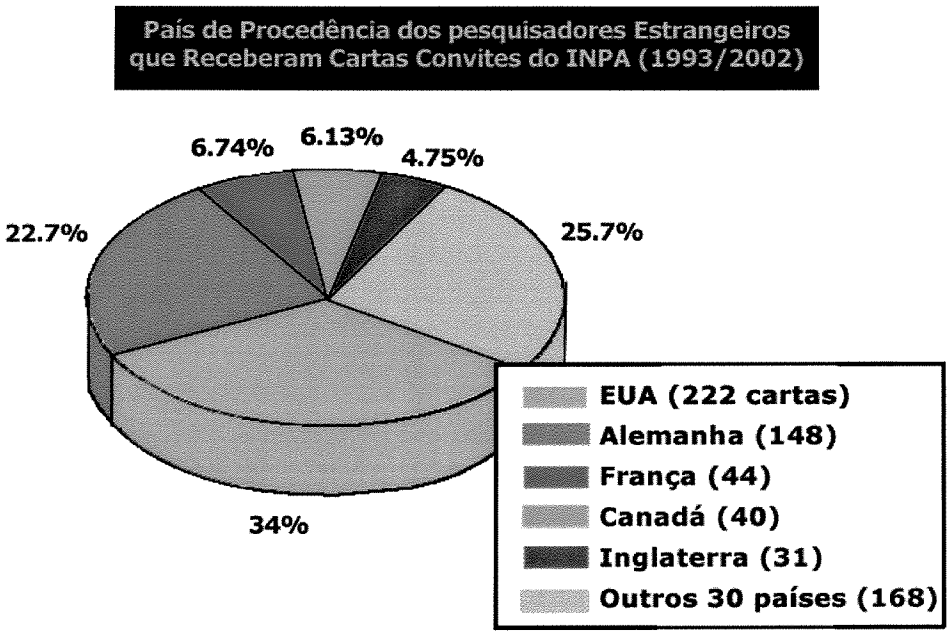


Figura 4.12 - País de Procedências dos Pesquisadores Estrangeiros (1993/2004)

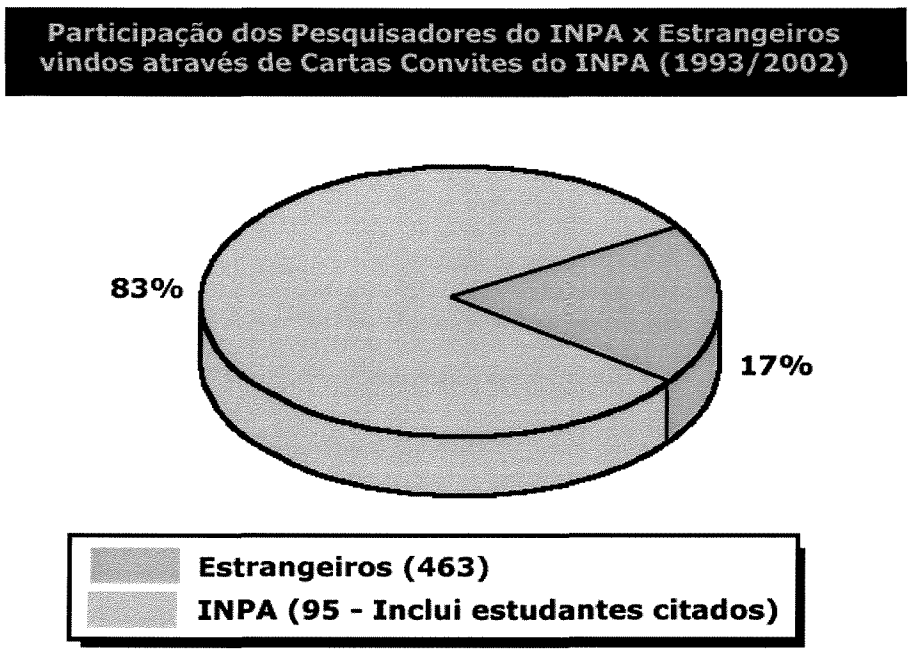


Figura 4.13 – Participação de pesquisadores e estudantes do INPA x Estrangeiros vindos com carta convite

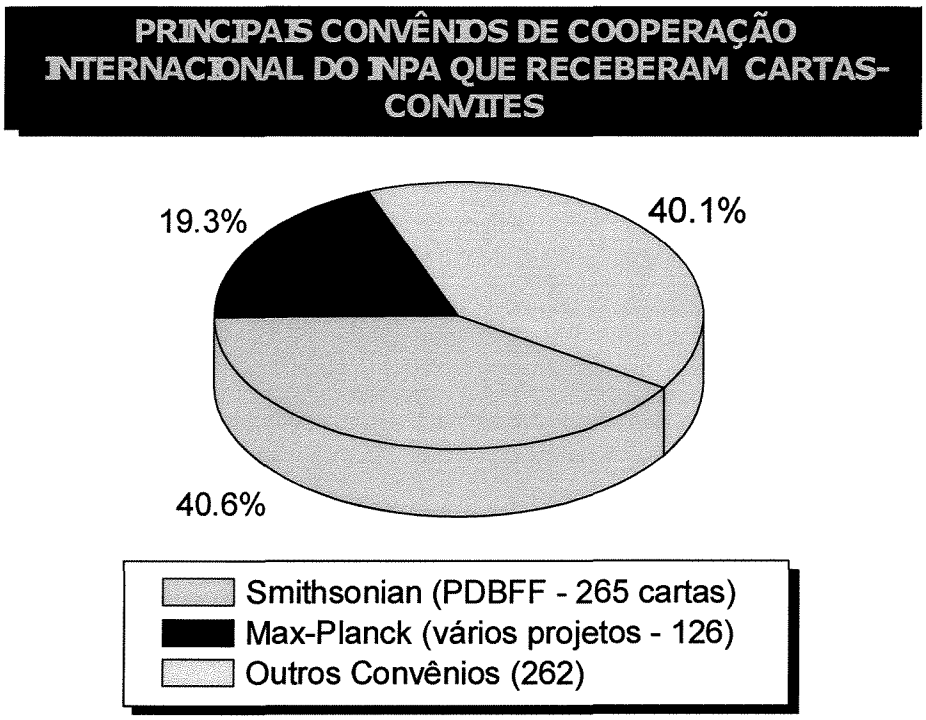


Figura 4.14 – Principais convênios do INPA que receberam cartas convites

4.3.2. Cartas Convite x Expedições

Esse ítem confronta a quantidade de cartas convites emitidas pelo INPA a pesquisadores estrangeiros de 1993 a 2002 com o número de pesquisadores recebidos pelo INPA através de expedições científicas na década de 1990. Os números são eloqüentes: se alguém quizer quantificar os pesquisadores estrangeiros no INPA através das expedições científicas autorizadas pelo CNPq e MCT, estará medindo uma ínfima parte da pesquisa estrangeira na instituição, pois elas representam apenas dois, de cada cem estrangeiros que pesquisam no INPA.

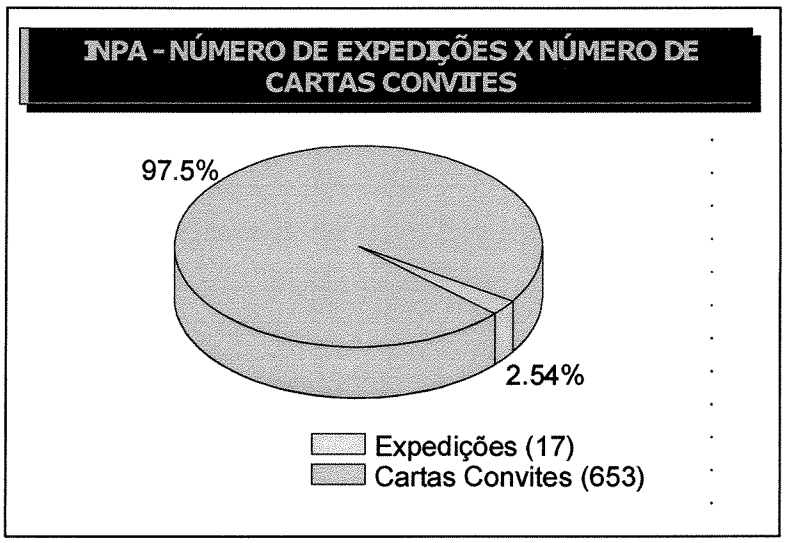


Figura 4.15 – Expedições Científicas x Cartas Convites (1993/1999)

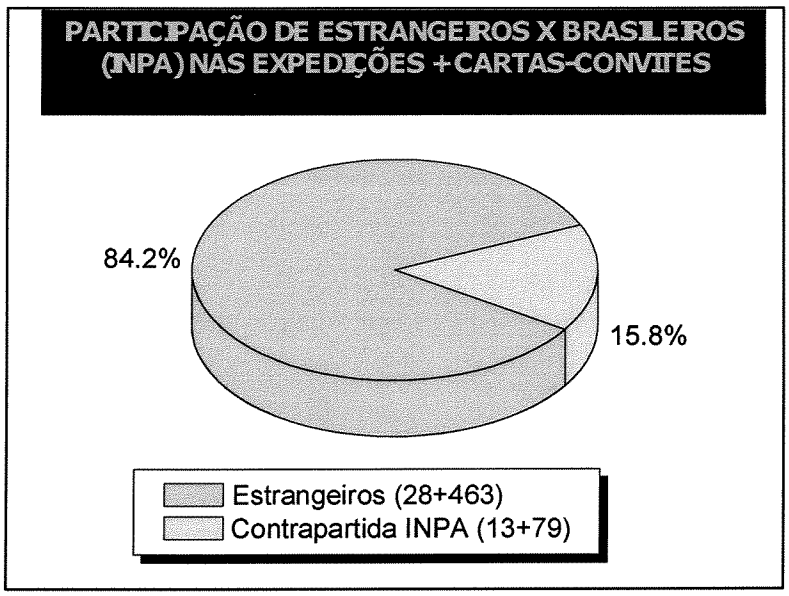


Figura 4.16 – Participação de Brasileiros e Estrangeiros nas expedições x cartas convites

4.4. Dicussões sobre a introdução da Carta Convite no INPA

Como mostrado no ítem anterior, a esmagadora maioria dos pesquisadores estrangeiros que vieram à Amazônia na década de 1990 e que tiveram pesquisadores ou estudantes do INPA como contrapartidas vieram através de cartas convites e não através de expedições autorizadas pelo MCT. A hipótese deste trabalho é que isso aconteceu em face da mudança de regulação governamental através da edição do decreto nº 98.830/90 e da Portaria MCT nº 055/90. Assim, vamos recapitular essa mudança.

Como afirmado no capítulo 2, no final da década de 1990 o Brasil sofria enormes pressões internacionais contra o ritmo do desmatamento na Amazônia. Proliferavam projeções pseudo-científicas e catastróficas que garantiam que antes do novo século a Amazônia se transformaria num deserto. Era presidente desde 1995 José Sarney, o primeiro civil depois da longa jornada dos militares que durou mais de 20 anos. Sarney substituiu Tancredo Neves que fora eleito por um colégio eleitoral e morreu antes de tomar posse. Sarney manteve parte do programa de Tancredo, entre eles a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia. Para o MCT foi nomeado o deputado Renato Archer.

Em 1996 a comunidade científica nacional pressionou o MCT contra a realização de uma expedição científica patrocinada pela *Royal Geographical Society* (UK) à Ilha de Maracá (Roraima) que fora autorizada diretamente pelo presidente da república à revelia dos pareceres contrários do CNPq. Ao mesmo tempo, o projeto/expedição da WWF/US denominado PDBFF (que naquele momento já tinha sete anos) sofria uma auditoria do CNPq motivada, segundo aquele órgão, pela excessiva autonomia da parte estrangeira (vide capítulo 2). Em resposta a essas pressões, o ministro da ciência e tecnologia, Renato Archer, editou um novo decreto regulando as expedições científicas estrangeiras no Brasil. Esse decreto era muito mais rígido que o anterior, mas nunca chegou a ser posto em prática, e foi, também, criticado por parte da comunidade científica nacional, inclusive pela SBPC, principalmente por não distinguir entre expedições de iniciativa nacional e estrangeira.

Depois das pressões aludidas acima e há dois meses de deixar o cargo de presidente da República, José Sarney, assinou um novo decreto regulamentando a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil. Esse decreto pela primeira vez (desde 1933) não fazia qualquer referência a "expedições científicas" e concedia, também pela primeira vez, tratamento privilegiado a convênios internacionais. No último dia do governo Sarney foi assinada uma Portaria regulamentando o tal decreto

e dispensando os estrangeiros interessados em pesquisar no Brasil através de convênios, de qualquer formalidade como, por exemplo, autorização prévia do MCT, entre outras 24 exigências e formalidades tais como a assinatura de 5 declarações, uma das quais se comprometendo a restituir ao Brasil o material tipo identificado no exterior.

Nessas circunstâncias, no mesmo ano da Portaria MCT 55/90, os tradicionais clientes do INPA como o Instituto Max-Plank de Limnologia e a Smithsonian Institution/PDBFF apressaram-se, então, em atualizar ou estabelecer convênios com o INPA. A receptividade do recém empossado diretor do INPA, Enéas Salati, para estas propostas foi grande. A Smithsonian foi mais rápida e assinou o seu convênio já em 04/10/1990, embora seu extrato só tenha sido publicado no Diário Oficial da União em 03/05/1991. O MPIL ainda em 1990, propõe o seu, cuja minuta foi aprovada pela consultoria jurídica do INPA, mas o então Secretário da C&T[34], Édson Machado de Souza não chegou a assiná-la. Ambos os convênios já faziam referência expressa ao Decreto nº 98.830/90 e à Portaria MCT nº 55/90.

Mas tudo continuou como dantes, sem que fosse dispensado aos convênios qualquer tratamento especial conforme previsto no decreto e na portaria. Há registro (doc. 14) de que os coordenadores do PDBFF (convênio INPA/Smithsonian), tão logo foi assinado o convênio INPA/SI, passaram a solicitar a emissão de cartas convites para seus pesquisadores estrangeiros, mas, se essas cartas foram emitidas, elas não foram encontradas nos arquivos do setor de cooperação do INPA.

O certo é que foi somente no apagar das luzes do ano de 1992 que a assessoria de cooperação internacional do INPA, então dirigida pelos pesquisadores João Baptista da Silva Ferraz e Sérgio Fonseca Guimarães, oficializou a carta convite como forma de dar tratamento especial aos estrangeiros interessados em fazer pesquisa científica na Amazônia, sem a necessidade de passar pelas avaliações tradicionais de especialistas nacionais *ad hoc* e pelas outras exigências formais do MCT e CNPq. De fato, no dia 18/12/1992 foi criada e emitida a primeira carta-convite do INPA a um pesquisador

[34] É importante salientar que nesse período O MCT passou por forte instabilidade institucional. Criado em 15/03/85, foi extinto em 15/01/89 passando a fazer parte do Ministério do Desenvolvimento Industrial, Ciência e Tecnologia. Menos de dois meses depois é transformado em Secretaria Especial da C&T e ainda no final deste mesmo ano (29/11/89) volta a ser MCT. Quatro meses depois, com a entrada do novo presidente da república (Collor de Melo) é novamente transformado em Secretaria da C&T. Voltou a ser MCT em 19/11/92, já no governo Itamar Franco.

estrangeiro para que realizasse atividades na Amazônia com o convite formal da instituição[35].

Essa atitude certamente foi encorajada anteriormente por um despacho da então chefe (substituta) da Divisão de Ciência e Tecnologia do Itamaraty, Kátia Gilaberte, datado de 12/12/1991 (doc 15) em resposta a uma consulta feita pela então representante do INPA em Brasília, Maria Luiza Brás Alves, sobre a concessão de vistos a pesquisadores estrangeiros.

Diz o despacho que "Com referência a freqüentes pedidos de vistos de pesquisadores encaminhados a este ministério, informo a Vossa Senhoria de que as Embaixadas e Consulados brasileiros constituem o foro mais apropriado para sua expedição em tempo hábil. Nessas condições, Vossa Senhoria muito me obsequiaria orientando os interessados a se dirigirem, de preferência, diretamente às repartições brasileiras no exterior, a fim de obterem seus vistos de forma mais rápida e simples".

O fato é que essas cartas convites passaram a valer, de *per se*, e permitiram o acesso à região amazônica brasileira sem quaisquer outras formalidades de ordem científica ou burocrática. Bem diferente de outros países, como Estados Unidos e Alemanha (para vistos de até 90 dias), onde a carta convite é uma das exigências formais e usualmente utilizada ao final de um processo científico e burocrático.

Fica patente pelos dados que foram apresentados no ítem anterior que a introdução da carta-convite facilitou a entrada de pesquisadores estrangeiros no INPA e, pela falta de regras, acabou assumindo atribuições do MCT e CNPq e passou a abranger indiscriminadamente também pesquisadores não ligados a convênios internacionais (vide anexo 2), substituindo, na prática, os controles legais e científicos do CNPq e MCT e o próprio decreto e a portaria, conforme poderá se ver mais adiante.

Em entrevista ao autor deste trabalho realizada em set/2002, o pesquisador do INPA, Sérgio Fonseca Guimarães, que redigiu os termos da primeira carta convite do INPA, reconheceu que não foram criadas regras para a emissão das cartas convites, mas que a intenção inicial era que essas cartas não se dirigissem a pesquisadores que viessem coletar (ele repete cinco vezes essa afirmação). Para Guimarães, a carta convite foi feita para evitar que os estrangeiros viessem para o INPA com visto de turista; para que as pessoas pudessem se dirigir às representações diplomáticas brasileiras com um

[35] Nos arquivos da Assessoria de Relações Institucionais do INPA consta 18/12/1992 como a data da emissão da primeira carta-convite do INPA. No entanto, memorando datado de 16/03/1993 (doc. 14, op. Cit.)) faz referência a uma carta convite solicitada e emitida em 21/10/1992 aos pesquisadores do PDBFF, Raphael Didhan e Mandy Darlene Tocher.

documento oficial da instituição dizendo para que elas vinham ao Brasil, o período e o tipo de visto que elas precisavam. Quando o estrangeiro chegava [no setor de cooperação internacional do INPA] ele deixava uma cópia do passaporte, etc.

Segundo ainda Guimarães, a carta convite era dirigida exclusivamente a pesquisadores estrangeiros que vinham para trabalhar dentro de algum projeto de pesquisa do INPA no laboratório (identificação botânica, por exemplo); fazendo análise de dados ou ministrando cursos. Ou então para estágios de curta duração (geralmente um mês) a jovens estudantes estrangeiros.

Para Guimarães, o pesquisador visitante convidado do INPA era alertado desde o início que ele não estava autorizado a fazer coleta[36]. O convite tinha caráter de visita [portanto breve] e não substituía a expedição científica. "O INPA nunca teve autonomia para autorizar expedição científica", afirmou Guimarães. O certo é que não foram estabelecidas regras e as afirmações de Guimarães não se coadunam com o que realmente foi feito com as cartas convites no INPA, conforme se verá mais adiante.

Mas a carta convite não é exatamente uma novidade. O decreto nº 93.180 (de 27/08/86 e que dispunha sobre a realização de expedições científicas no Brasil) já fazia referência à exigência [ao pesquisador estrangeiro] de uma "carta de aceitação da instituição científica brasileira, designada como co-responsável, indicando a natureza dos compromissos assumidos pelas partes, inclusive os financeiros" (Art. 7º, parágrafo 1º, item e).

Nesse caso, tratava-se de uma exigência entre outras quatorze, tais como: identidade dos patrocinadores; *curriculum vitae*; plano de trabalho (com definição de objetivos e justificativa do interesse na pesquisa); relatórios de pesquisas anteriores (se com o mesmo objetivo); roteiro discriminado dos percursos em território nacional indicando as datas previstas para o início e término da permanência em cada local e no País; material científico que pretende coletar e seu destino. Os pedidos tinham de estar em consonância com os objetivos brasileiros de política externa. Ironicamente esse decreto, considerado um dos mais rígidos já criados com esse fim desde 1933, nunca foi regulamentado nem colocado em prática, sendo finalmente substituído em 1990 pelo Decreto nº 98.830.

Como já foi referido anteriormente, as cartas convites eram, até então, usualmente utilizadas por instituições estrangeiras para convidar pesquisadores de outros países a fim

---

[36] Guimarães foi realmente coerente, tanto que, em 27/05/94, diante da solicitação de Claude Gascon (PDBFF) de carta convite de três meses para o pesquisador da *Harvard University*, Chris Dick, coletar material genético vegetal, proferiu o seguinte despacho: "Esta autorização foge da competência do INPA. Recomendo um processo de expedição científica junto ao CNPq" (doc. 16).

de que os mesmos participassem de eventos promovidos por essas instituições. A carta convite, nesse caso, era um dos ítens de um processo burocrático de aceitação depois de cumpridas todas as exigências cientificas e burocráticas.

No caso do INPA foi notória a improvisação e o desprezo às regras então existentes. A afirmação de Guimarães (2003), por exemplo, de que as cartas convites não serviriam como passaporte para coleta não se sustenta. Aos longos dos últimos 10 anos várias pesquisas efetuadas através de cartas-convite previam expressamente a remessa de material científico para o exterior (inclusive material genético de espécimes vegetal e animal), conforme pode se ver no anexo 2 (cartas 11, 76, 210, 254, 320 e 321, entre outras). Em 12/09/1997 (doc. 17), outro exemplo, Ozório Fonseca, então diretor do INPA escreve que: (...) "O envio de material para o exterior com a finalidade de completar as respostas a problemas científicos na Amazônia é uma exigência da pesquisa. Cumprida as normas e legislação brasileira [sublinhado do original] não vejo razão para dificultar o trabalho do Dr. Flávio". [que quer mandar material científico [amostras da liteira] para análise no exterior através de um estagiário da Universidade de Aberden (Escócia), que está por vir através de uma carta convite].

Mas bem antes disso se constatava a falta de regras para a emissão das cartas convites. Em 30/11/1993, Claude Gascon, um pesquisador canadense então diretor de campo do PDBFF, comunicou a João Ferraz, da Assessoria de Cooperação Internacional do INPA, que Raphael Didhan, do Museu de Londres, iria chegar a Manaus dali a quatorze dias (13/12/1993). Solicita então carta-convite para que o Sr. Didhan obtenha um visto para trabalhar um ano em Manaus.

Em resposta, Sérgio Guimarães, também assessor de cooperação internacional (ACI/INPA), proferiu o seguinte despacho (doc 18): "Dr. Gascon, conforme instruções anteriores, pedir aval do Dr. Niro Higuchi, coordenador brasileiro [do PDBFF], para solicitação de vistos[37]. Mandar à ACI cópia do projeto e especificar as atividades do pesquisador convidado. A *priori* o INPA só convida pesquisadores para participarem de projetos aprovados/oficializados pelo/no INPA".

Em seguida foi o problema das contrapartidas brasileiras. Claude Gascon solicitou carta-convite para James Bogart (Universidade de Guelph, Canadá) trabalhar no PDBFF

[37] Isso nem sempre foi seguido já que em 02/01/1996, Claude Gascon, já como coordenador científico do PDBFF, solicita carta-convite para a Da. Julieta Benitez-Malvido (Universidade do México) pesquisar seis meses em Manaus. Priscila K. Antony, então responsável pelo setor de cooperação internacional do INPA, em resposta diz que "Apenas por uma questão de formalidade, solicito colher o 'de acordo' do coordenador brasileiro". (doc 19)

tendo como contrapartida a pesquisadora do INPA, Glória Moreira. João Ferraz, da assessoria de cooperação internacional do INPA, em resposta, encaminhou correspondência datada de 04/01/94 (doc. 20) onde afirma que contactou a referida pesquisadora e a mesma informou que "não tinha conhecimento" do projeto que o Dr. Bogart iria desenvolver no Brasil, nem sabia que o mesmo enviaria amostras de tecido animal para o exterior. Ferraz afirma ainda que "cumpre-nos lembrá-lo que a contrapartida brasileira a projetos estrangeiros não pode ser vista como uma atividade *pro forma*, mas sim, como uma atividade substancial para a cooperação internacional".

Outra demonstração da improvisação do setor de cooperação internacional do INPA quanto às exigências para se obter uma carta-convite se deu quando o pesquisador do INPA, Adalberto Luiz Val, solicitou, em 30/08/1996, a emissão de carta-convite para um pesquisador indiano (Tarun K. Banerjee, da Banaras Hindu University) trabalhar dois meses em seu laboratório em Manaus em maio do ano seguinte. A nova assessora de cooperação internacional, Priscila Antony, solicita então um parecer ao ex-assessor, Sérgio Guimarães. Este diz que para a emissão da carta-convite é necessário um "termo de referência" relativo às atividades do Dr. Banerjee no INPA. Instado a definir esse tal "termo de referência", Guimarães (doc. 21), afirma que ele ainda não está definido, mas deve incluir: objetivo da visita, justificativa, plano de trabalho proposto e o período de execução. Já a secretária do setor de cooperação internacional, Maria do Carmo Lopes dos Santos, reconheceu que o setor não dispunha do "termo de referência" mas que ele deveria incluir: interesse do INPA na vinda do pesquisador; atividades que irá desenvolver; período exato; endereço e fax; nome completo (doc. 22).

Outro parecer que denota a improvisação foi dado também pela mesma secretária do setor de cooperação que, diante da solicitação do pesquisador do INPA, o alemão Christopher Martius, para emitir cartas-convites para uma delegação de quatro entomólogos japoneses da Universidade de Kyoto virem pesquisar no INPA, afirmou que: "embora o Dr. Christopher seja um pesquisador contratado pelo INPA, ele é estrangeiro. Portanto, deve ser solicitado o 'de acordo' do coordenador brasileiro da pesquisa" (doc. 23). Ora, como se pode ver no anexo 2, grande parte dos pesquisadores do INPA que solicitaram cartas-convites são estrangeiros e à exceção de Claude Gascon, todos funcionários do INPA.

As cartas-convites do INPA também serviam para legitimar situações em desacordo com a legislação brasileira de concessão de vistos. Assim, a coordenadora dos cursos de pós-graduação em Ecologia do INPA, Regina Luizão, solicitou, no dia 17/02/97,

ao setor de cooperação internacional do INPA (agora chamado GTC), a emissão de uma carta-convite para o Dr. Garry Bruce Williamson (norte-americano da Universidade da Louisiana e que pelo menos desde 1993 participa do PDBFF) para trabalhar como professor visitante no curso de pós-graduação em ecologia de 01/02 a 30/06/1997. Para tanto a coordenação do curso havia obtido um financiamento da CAPES no valor de cinco bolsas e passagens de ida e volta dos EUA para o Brasil. Concomitantemente o professor Williamson recebeu, para o segundo semestre de 1997 - a sua quarta bolsa da Fundação Fulbright[38].

E antes que fosse emitida a carta convite a secretária do Grupo Técnico de Cooperação do INPA, Maria do Carmo Lopes dos Santos, elaborou um longo relatório (16 ítens) sobre o processo de concessão da carta convite a Williamson (doc. 24). Esse relatório diz, entre outras 16 coisas, que: "para surpresa, o Dr. Williamson aparece no INPA, com VISTO DE TURISTA [maiúsculas do original]".

Vivien Priscilla K. D'Amorim Antony, chefe do GTC/INPA, afirmou também em correspondência à Capes (doc 23) que tomou conhecimento da concessão de bolsas e passagens aéreas para o professor visitante **GARY BRUCE WILLIAMSON** (maiúsculas e negrito do original). Diz o documento: "Ocorre que o prof. WILLIAMSON encontra-se em Manaus com visto de turista, o que não permite que ele desenvolva qualquer atividade no curso de pós-graduação ou receba as mensalidades de bolsas concedidas pela CDI/CAPES".

A carta convite (anexo 2, carta 271) foi enfim emitida com data de 26/02/1997 para o período de 01/03/1997 (três dias depois) a 15/01/1998.

No final de 2002 o ministro da C&T, Ronaldo Sandenberg, através da Portaria MCT nº 814 (de 16/12/2002), "considerando a necessidade de se padronizarem no Ministério, as ações relacionadas aos diversos aspectos dos trabalhos cooperativos envolvendo instituições e pesquisadores nacionais e estrangeiros, na área de C&T", resolveu aprovar um "Manual de Procedimentos para Atividades de Cooperação Internacional na Área de C&T", elaborado a seu pedido por integrantes da Secretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (Secup), da Consultoria Jurídica, da Assessoria de Cooperação Internacional, e do CNPq, para utilização por todas as unidades internas e

[38] Segundo o *curriculum vitae* apresentado por Garry Bruce Williamson para a Fulbright, ele recebeu as bolsas anteriores para dirigir programas da Agência de Informação dos EUA (US Information Agency) destinados a selecionar jovens talentosos de baixa renda na América Latina.

externas do MCT. Foi constituída também pelo ministro uma Comissão Permanente de Acompanhamento, Avaliação e Atualização do referido Manual[39].

Assim, o manual elaborado por essa equipe (*Manual de Procedimentos para Acesso de Estrangeiros, Atividades de Cooperação internacional e seu Acompanhamento na Área de C&T*) assim definiu carta convite enquanto instrumento de cooperação internacional: "... consiste em expediente simplificado, utilizado por entidades estrangeiras interessadas em estabelecer cooperação técnico-científica com institutos do MCT, que, por meio da qual, formula convite específico a determinados pesquisadores brasileiros, para a realização de projetos conjuntos" (p. 11/12). Essa definição, bastante estrita, limita as instituições de pesquisa brasileiras aos institutos do MCT e se refere a uma situação específica (de fora para dentro). Contraditoriamente, um dos modelos de carta convite utilizados por essa equipe foi uma carta-convite emitida pelo INPA a um pesquisador estrangeiro (de dentro para fora) e colocada como "Modelos de Instrumentos Mais Usuais". Isto é, exatamente na direção oposta do que pretendia definir.

Esse manual diz ainda que a carta-convite deverá, necessariamente, ser assinada pelo dirigente máximo da unidade de pesquisa, com cópia para a Secretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisas (SECUP), observadas as disposições contidas no inciso XX do art. 1° da Portaria/MCT 425/2002[40]. Mas essa obrigatoriedade não está escrita em nenhum instrumento estabelecido sendo mera orientação da Secup/MCT. No entanto, não existem prazos prévios a serem observados; não estabelece nenhum prazo mínimo ou máximo de permanência, não exige nenhum documento além do pedido através de memorando interno.

Em suma, a introdução do expediente das cartas convites no INPA tiveram efeitos imediatos e foram muito além dos pesquisadores cobertos por convênios e passou a servir para qualquer um até àqueles que não estavam cobertos por convênios e que deveriam continuar tramitando pelo MCT e CNPq. E mesmo os convênios vencidos ou não renovados continuaram a receber as cartas sem problemas (ver capítulos 5 e 6).

Essa forma de expediente minimizou ainda mais o pouco controle até então exercido pelo CNPq e MCT sobre essa atividade no Brasil. Os números são eloqüentes:

---

[39] Essa Comissão não se reúne desde a saída do Ministro Sandenberg (final de 2002) e a Secup foi rebaixada a subsecretaria de coordenação das unidades de pesquisa do MCT.

[40] Portaria MCT nº 425/2002 - O Ministro da C&T, no uso de suas atribuições, resolve: Art. 1°: Delegar competência aos titulares das Unidades de Pesquisas do MCT a praticarem os seguintes atos: (...) Inciso XX – Assinarem convênios, protocolos, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, quando não houver, em tais instrumentos, a assunção de compromissos financeiros, presentes ou futuros, e quando não envolverem estados estrangeiros e organismos internacionais.

enquanto o INPA enviou de 1993 a 2002, 653 cartas convites, recebeu apenas 17 expedições científicas, aquelas que tem que passar pelo MCT e CNPq. Aliás, durante a década de 1990 (cujos dados estão disponíveis) o INPA recebeu mais expedições científicas nos três primeiros anos (1990, 1991 e 1992) - portanto antes da adoção da carta convite - do que no restante da década.

Essa carta convite foi criada e utilizada por uma razoável quantidade de pesquisadores do INPA (74), sem que fosse estabelecido qualquer regulamento escrito para seu acesso e uso. Dessa forma não é de estranhar que tenha servido (principalmente) também para contornar as exigências de MCT e CNPq e tornar obsoleto o decreto 98.830/90 (que dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos no Brasil), como qualquer outro tipo de controle.

De fato as atividades científicas regulamentadas pelo MCT e CNPq e conhecidas como "expedições científicas" tinham uma longa tramitação (120 dias para a definição; indicação dos contrapartes brasileiros e pareceres dos *referees*) e exigências do tipo interesse nacional, avaliação do mérito da pesquisa, acompanhamento de brasileiros; apresentação de relatórios, etc. Já a carta-convite do INPA não prevê nem regula nada disso e não consta explicitamente de qualquer convênio internacional do INPA. Pode ser simplesmente solicitada por qualquer pesquisador, sem prazo prévio definido principalmente por aqueles ligados aos convênios internacionais, cujas avaliações são informais e ainda não incorporadas (na prática) à esfera institucional do INPA.

Poucos meses depois de criadas as cartas convites, a comunidade científica do INPA, por iniciativa da Associação dos Pesquisadores do INPA (ASPI) e em conjunto com a diretoria do INPA (Seixas Lourenço) e autoridades convidadas realizou, em maio de 1993, o Primeiro Fórum de Avaliação da Cooperação Internacional do INPA. Esse fórum foi bastante cético com relação ao equilíbrio das parcerias então em vigor (vide cap. 3. Maiores informações ver Val & Higuchi,1994 e com relação ao PDBFF, ver Gama, 1997).

Dez anos depois nada menos que 653 cartas convites já tinham sido enviadas a cientistas, estudantes, estagiários, técnicos e consultores estrangeiros a pedido de 74 (setenta e quatro) pesquisadores do INPA.

E como se viu no ítem 4.3.3 (cartas convites emitidas pelo INPA) os principais beneficiários das cartas convites foram pesquisadores ligados aos convênios INPA/Max Planck de Limnologia e INPA/Smithsonian.

Sendo assim, o próximo capítulo buscará estudar o convênio INPA/MPIL e o capítulo seguinte tratará do convênio INPA/SI. O objetivo será entender como foi

adquirida a autonomia para obterem do INPA a quantidade de cartas convites que receberam e analisar até que ponto o INPA mantém algum controle institucional sobre esses convênios.

O convênio INPA/MPIL embora só tenha sido assinado em 29/06/2001 (portanto posterior à assinatura do convênio INPA/SI) é o convênio internacional mais antigo atuante no INPA, já que sua relação com o INPA derivou de um convênio anterior assinado entre o CNPq e o Grupo de Trabalho de Ecologia Tropical do Instituto Max Planck de Limnologia existente desde 1968 (o INPA foi subordinado ao CNPq desde sua criação em 1954 até 1987, quando foi transferido para o MCT).

Já o convênio INPA/SI foi proposto e assinado tão logo foi regulamentado o decreto 98.830/90 (Portaria MCT 055/90). Sua assinatura decorreu da necessidade de se dar uma guarida institucional ao PDBFF, que vinha sendo desenvolvido sob a égide do WWF/US no modelo expedição científica desde seu início em 1979. Há cerca de dois anos o prazo de validade desse convênio venceu, mas, por sua autonomia, continua a receber do INPA as mesmas benesses dos convênios regulares.

Esses dois próximos capítulos foram montados de forma similar e buscam inicialmente dar ao leitor uma visão dos antecedentes das relações científicas entre Brasil e Alemanha e Brasil e Estados Unidos para depois adentrar-se nos convênios propriamente ditos.

CAP. 5. A PESQUISA CIENTÍFICA ALEMÃ NO BRASIL: O CONVÊNIO INPA/MPIL

5.1. Antecedentes da pesquisa científica alemã no Brasil e na Amazônia (das expedições de estudo e coleta)

É extensa a contribuição dos alemães para o conhecimento científico da natureza e dos habitantes das terras brasileiras e bem mais antiga do que a norte-americana, que hoje é predominante. Em 1507, o cartógrafo alemão Martin Waldseemuller, com base no trabalho de Américo Vespúcio, produziu uma carta geográfica em que aparece, pela primeira vez, um novo continente batizado de América (Garcia, 1922).

Provavelmente o primeiro alemão a fazer pesquisa científica no Brasil foi George Marcgraft, que veio na comitiva do Conde Maurício de Nassau em 1640 na chamada invasão holandesa[41]. Instalou o primeiro observatório astronômico na América do Sul e fez estudos minuciosos da fauna e da flora nordestina. O material científico por ele enviado do Brasil para a Europa ajudou a Lineu (Karl Von Linné) a aperfeiçoar o seu sistema de classificação do mundo natural e foi utilizado quase dois séculos depois por Martius na confecção da obra *Flora Braziliensis* (Mello Leitão,1941).

Como já se disse, Portugal e Espanha mantiveram suas colônias sul americanas fechadas aos estrangeiros durante os três primeiros séculos. Mesmo assim, proeminentes alemães estiveram no Brasil trabalhando como jesuítas. Um dos primeiros e melhores mapas do Amazonas foi feito por um jesuíta alemão de nome Samuel Fritz, que trabalhou para a Coroa Espanhola de 1685 a 1725. Por questões políticas, o padre foi detido ao chegar a Belém (Garcia, 1922). No baixo Amazonas temos as expedições geográficas do também jesuíta Ludwig Conrad Pfeil (Padre Aloysio Conrado) que trabalhou para a Coroa Portuguesa de 1680 a 1688 e participou da delimitação das fronteiras entre Brasil e Espanha e Brasil e Guiana Francesa (Garcia, 1922).

O famosíssimo Alexander de Von Humboldt (Barão de Humboldt), teve permissão da Espanha para percorrer suas colônias americanas em 1799 mas foi impedido de fazer o mesmo na Colônia Sul Americana de Portugal, quando estava prestes a entrar na Amazônia brasileira pela Venezuela em 1801. Apesar da excelência do seu trabalho científico suspeita-se hoje que sua viagem teve também um caráter político e econômico

[41] Hans Standen, que esteve no Brasil por volta de 1550, não era um viajante no sentido clássico na medida em que não se guiava por políticas estatais ou científicas e não recebeu financiamento e instruções de viagens. Foi aprisionado pelos índios no litoral de São Paulo e conseguiu voltar à Alemanha onde publicou um dos primeiros relatos sobre o Brasil (Raminelli, 2000).

que se traduziu na venda de mapas e informações estratégicas da Califórnia espanhola para os EUA que anos mais tarde se tornaria parte do território dos EUA (informação da Profa. Maria Margaret Lopes).

Mas mesmo antes da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil em 1808 (quando então o Brasil se abriu às expedições científicas estrangeiras), o alemão Frederico Guilherme Sieber percorreu a bacia amazônica entre 1801 e 1807 onde fez estudos geológicos e botânicos além de formar ricas coleções que foram levadas para a Europa (Oberacker, 1985). Foi o primeiro naturalista estrangeiro a receber a permissão real para estudar o Brasil (Oberacker, 1985).

Depois da abertura dos portos brasileiros em 1808, um significativo número de alemães vieram estudar o Brasil, alguns fixando residência por aqui e trabalhando para o governo imperial, outros que apenas vinham para coletar material e se iam embora. Os alemães foram o maior grupo a pesquisar o Brasil no século XIX.

Em 1809 foi contratado pelo império português para trabalhar no Brasil o Barão Wilhelm von Eschwege, considerado por Oberacker (1985) o fundador da geologia brasileira[42]. Eschwege também realizou trabalhos na área da etnologia. Logo depois viriam os alemães Georg Wilhelm Freyriss e Friedrich Sellow que residiram vários anos no Brasil e participaram de inúmeras expedições e fizeram grandes coleções zoológicas, ornitológicas, botânicas e mineralógicas que foram enviadas para vários lugares da Europa (Oberacker, 1985).

Incentivado por Humboldt, esteve no Brasil entre 1815 e 1817 o Príncipe Von Wied-Neuwied (Maximilian Alexander Philip) que coletou e levou ricas coleções de plantas, animais, insetos, objetos etnológicos do nordeste e sudeste brasileiro (Oberacker, 1985). Sua coleção zoológica foi vendida em 1870 para o *American Museum of Natural History*, onde atualmente se encontra (Oberacker, 1985).

O casamento de D. Pedro I com a arquiduquesa Leopoldina d´Áustria foi muito importante do ponto de vista das explorações científicas. Para acompanhar a princesa, a corte de Viena nomeou uma comissão de naturalistas experimentados, que devia proceder no Brasil investigações concernentes à História Natural. O prazo era de dois anos (Garcia, 1922). Essa comissão ficou conhecida como missão austríaca e teve a participação de vários naturalistas alemães entre os quais se destacaram Carl Friedrich Philipp von Martius e Johann-Baptiste von Spix que estiveram entre 1817 e 1821 no

Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil. Martius deu o primeiro e decisivo impulso ao estudo sistemático das diversas tribos indígenas e sua distribuição em grupos, conforme as afinidades lingüísticas (Garcia, 1922). Da parte botânica resultou a *monumental Flora Brasiliensis* iniciada em 1840 e terminada somente em 1906 (Garcia, 1922). Da missão austríaca também participou Johann Natterer (que Sampaio, 1955, diz que é alemão, mas que vários autores dizem que era austríaco). Natterer permaneceu de 1817 a 1835 no Brasil, esteve na Amazônia e fez as maiores coleções até então conhecidas de mamíferos, anfíbios, pássaros, peixes e insetos, além da coleção de 1492 peças etnográficas dos índios brasileiros que foram enviadas para o Museu de Viena (Garcia, 1922; Mello-leitão, 1941; Teschauer, 1955, Oberacker, 1985; Belluzzo, 1994).

Em 1820 voltou ao Brasil, já como cônsul da Rússia no Rio de Janeiro, o alemão Georg Heinrich Freiherr von Langsdorff, que adotara a cidadania russa e já tinha aportado no Brasil (SC) entre 1803 e 1807 numa das Voltas ao Mundo financiadas pelo Czar. No Brasil, Langsdorff conseguiu financiamento do Czar Alexandre I para uma grande expedição que partiu do Rio de Janeiro e São Paulo em direção ao Mato Grosso, alto Paraguai, Guaporé, Amazonas e Pará. Da "expedição Langsdorff", que durou de 1821 a 1829, participaram vários alemães como Ludwig Riedel (botânica), Cristiano Hasse (zoologia), Carlos Henrique Beirich (botânica). Riedel tornou-se diretor do Museu Nacional e do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Oberacker, 1985). A expedição Langsdorff teve vários problemas mas enriqueceu sobremaneira as coleções de plantas secas e vivas dos jardins botânicos de São Petesburgo e Berlim[43] (Garcia, 1922).

Entre 1827 e 1832, o alemão Edward Friedrich Pöeppig, partindo do Chile, entrou no Perú e percorreu o Vale do Amazonas em toda a sua extensão em pesquisas botânicas, geográficas e etnográficas (Garcia, 1922). Parte de suas coleções naufragaram mas mesmo assim reuniu um acervo fantástico que foi levado para a Alemanha (Oberacker, 1985).

Entre 1835 e 1840, enquanto o governo imperial do Brasil buscava sufocar a revolta acontecida na Capitania do Pará, conhecida como Cabanagem, um alemão,

---

[42] Segundo a Prof. Sílvia Mendonça (Unicamp), a historiografia moderna não reconhece esse tipo de título uma vez que trabalhos recentes têm mostrado que muitos outros naturalistas trabalharam a geologia brasileira antes de Eschwege.

[43] Segundo Corrêa (1997), o acervo da Expedição Langsdorff foi recuperado somente em 1930 por especialistas soviéticos e, por motivos políticos e ideológicos, permaneceu inacessível aos pesquisadores brasileiros até o final da década de 1980. O acervo botânico compreende um total de 100 mil unidades da flora tropical e está atualmente guardado na Academia de Ciências de Moscou.

Robert Hermann Schomburgk , que trabalhava para a *Royal Geographical Society* (UK), mudou o mapa do Brasil com a Guiana Inglesa. De acordo com Garcia (1922):

> "Em 1834 o *Royal Geographical Society of London* resolveu explorar a Guiana Inglesa e o território brasileiro adjacente. Teve o patrocínio do governo Inglês. Robert H. Schomburgk, alemão que depois adotou a nacionalidade britânica, foi o chefe da expedição. O objetivo explícito da expedição era investigar a geografia física e astronômica da região e ligar as posições assim verificadas com as de Humboldt. (...) O ministro inglês lord Palmerston havia pedido à Legação do Brasil em Londres um passaporte para Schomburgk atravessar a fronteira brasileira em comissão puramente científica; mas essa comissão logo se verificou tinha caráter político, francamente manifestada pela posse do Essequibo tomada pelo expedicionário em nome de sua majestade britânica". (p. 892)

Schomburgk percorreu os vales do Amazonas, Orenoco, Rio Negro e Rio Branco até 1839. Em 1840 veio seu irmão, Moritz Richard Schomburgk, também patrocinado pelo governo inglês (RGS) que subiu o Monte Roraima e ficou até 1844. Consolidaram a posse do Pirara para a Coroa Inglêsa.

Entre 1842 e 1843 uma comitiva da nobreza alemã liderada pelo Príncipe Adalberto da Prússia (Heinrich Wilhelm Adalbert), militar da marinha, percorreu o Baixo Amazonas e inaugurou uma série de expedições científicas alemãs ao Xingú (Garcia, 1922). Alcançou 4°30' de latitude S, onde jamais tinham chegado outros exploradores.

Theodor Peckolt foi incentivado por August Wilhelm Eichler (botânico alemão) e por Von Martius a visitar o Brasil em uma excursão científica em 1847 , a fim de estudar a flora tropical e remeter-lhe o material colecionado. Desembarcou em novembro de 1847 e aqui passou o restante 65 anos de sua vida. É considerado um dos pioneiros da fitoquímica no Brasil. (Santos, 2003). Em 1850 chega ao Brasil Hermann Burmeister, que veio organizar uma coleção zoológica e acabou por dirigir o Museu Nacional do Rio de Janeiro e depois o Museu Nacional de Buenos Aires. Outro alemão que passou 45 anos no Brasil (SC) foi Fritz Muller. Foi naturalista viajante do Museu Nacional do RJ e, segundo Garcia (1922), Charles Darwin o considerava o "príncipe dos observadores" e Ernst Heinrich Haecker, "um herói da ciência".

Robert Christian Avé-Lallement, percorreu a Amazônia brasileira (Madeira e Tabatinga) entre 1858 e 1859. Os também alemães, Joseph Keller (pai) e Franz Keller-Leuzinger (filho) trabalharam para o governo imperial do Brasil, entre 1867 e 1873, no rios Madeira e Amazonas em busca de uma comunicação com a Bolívia. Em 1869, Karl Friedrich Katzer, tornou-se chefe da seção geológica do Museu do Pará (atual Goeldi). Katzer, contribuiu significativamente para o conhecimento da geologia regional e iniciou o acervo de Ciências da Terra, de significativa importância por conter exemplares representativos de minerais/rochas e paleontologia da região amazônica e pelo registro

vivo da história do Museu Goeldi (http://www.museu-goeldi.br/pesquisa/colecoes /ciencias.htm).

Em 1884 o Rio Xingú voltou a ser explorado por alemães. Karl von den Steinen, Othon Klauss e Wilhelm von den Steinen percorreram o Brasil Central, o Mato Grosso e o Xingú. Em 1887, Karl von den Steinen voltou ao Xingú com Wilhelm von den Steinen, Paul Ehrenreich e Peter Vogel, chegando às cabeceiras. Ehrenreich continuou e aproveitou a viagem para explorar os rios Tocantins, Araguaia e Purús até 1890. As expedições de von den Steinen percorreram o Xingú da nascente à foz. Neste trajeto passaram mais de 100 cachoeiras e foram de capital importância para a etnografia por trazerem nova orientação aos estudos fornecendo elementos para a verdadeira classificação dos povos indígenas sul-americanos. (Garcia, 1922)

Em 1888 continuou a saga da nobreza alemã à Amazônia. A princesa Thereza da Baviera percorreu por três meses e meio o Amazonas e o Rio Negro fazendo sua tese de doutorado na Universidade de Munique (Garcia, 1922). Foi provavelmente a primeira mulher a elaborar tese de doutorado (em filosofia) tendo como tema a Amazônia.

Hermann von Lhering veio em 1894 e ficou 22 anos no Brasil estudando a região Sul e tornando-se mais tarde diretor do Museu Paulista. Em 1896 continuou a exploração do Xingú com a expedição dos alemães Hermann Meyer e K. Ranke, que fizeram ricas coleções etnográficas. Entre 1898 e 1899, Friedrich Ohaus, percorreu o Brasil Central. Em 1899, Hermann Meyer, C. Theodor Koch, Mansfeld e Robert Pilger estudam os formadores do Xingú. Na virada do século (1900/1901), Max Schmidt, também estudou o Xingú. Entre 1903 e 1905, Theodor Koch-Grunberg percorreu o alto Rio Negro e o Orenoco estudando os mitos e lendas indígenas e fazendo coleções etnográficas. Mais tarde (1916) publicou um livro sobre esse assunto que inspirou Mário de Andrade a escrever Macunaíma (www.mec.gov.br/seed/tvescola/mestres/mario/caderno.shtm, 2003, www.revista rioartecultura.br).

Entre 1900 e 1933 há poucas informações sobre a passagem de expedições científicas estrangeiras no Brasil. Kurt Unkel (que ficou conhecido internacionalmente como Nimuendajú) emigrou da Alemanha para o Brasil (SP) em 1903. Em 1905 iniciou seus trabalhos antropológicos com os índios brasileiros. Em 1913 mudou-se para Belém (PA). Em 1922 se naturalizou brasileiro. Morreu entre os índios Tikuna, no Amazonas, em 1945. Fez inúmeras coleções etnológicas que foram vendidas para os museus da Alemanha, Suécia e Brasil (Goeldi e Nacional) [www.museu-goeldi.br/sobre/NOTICIAS/12092003.htm]. Trabalhou no seu mapa etno-histórico nos

anos de 1942 a 1944, desenhando ele mesmo três exemplares, um para a Smithsonian Institution, outro para o Museu Paraense Emílio Goeldi e outro para o Museu Nacional (Melatti, 2003)

Com relação especificamente à formação de coleções, diz Kohlhepp (1995) que, entre meados do século XIX até a década de 1920, os alemães contribuíram para a formação de coleções etnológicas, botânicas, zoológicas e geológico-mineralógicas que foram aproveitadas por alguns dos maiores museus brasileiros.

Já Grupioni (1998) ressalta que, dentre os traços particulares da ciência social praticada na Alemanha, destaca-se a paixão museográfica dos alemães que se transformaram em exímios colecionadores e fundadores dos primeiros grandes museus etnográficos do Mundo. Essa tradição histórico-cultural germânica iria influenciar todas as outras escolas antropológicas, principalmente a norte-americana. Grupioni (1998) lembra que o Brasil figura com destaque entre os provedores de peças etnográficas para os museus alemães. É o caso, diz esse autor, do Museu Etnológico de Berlim que, fundado em 1873, recebeu as coleções formadas por Karl Von den Steinen no Xingú (200 peças na primeira expedição e 1.600 peças na segunda). No início do século XX o Museu de Berlim financiou várias expedições de coleta, como as três de Max Schmidt para o Brasil Central que levou mais de 700 peças. Theodor Koch-Grünberg levou para Berlim mais de 1.800 peças etnográficas do Norte do Brasil, Colombia e Venezuela, coletadas durante suas expedições de 1903 e 1911.

Mas a saída indiscriminada de artefatos produzidos pelos indígenas brasileiros iria se alterar um pouco a partir de 1933 quando o governo de Getúlio Vargas promulgou um decreto controlando a entrada de expedições estrangeiras e nacionais de coleta. Entre seus objetivos tal decreto buscava regular o mercado de artefatos indígenas. Para tanto foi então criado o Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil (que durou até 1968) que obrigava todos os interessados em pesquisar e coletar no Brasil a obter uma autorização prévia, bem como foi tornada compulsória a presença de representantes brasileiros nessas expedições. O material científico coletado tinha que ser registrado e dividido entre os estrangeiros e os museus brasileiros, bem como dava ao governo prioridade na compra das coleções e até autorização para confiscar o material científico coletado das expedições não autorizadas (decreto nº 22.698 de 11/05/1933).

Segundo Grupioni (1998), ainda em 1933, pouco tempo depois de publicado o decreto, estava pesquisando e coletando no Pará, Emil Heinrich Snethlage, sobrinho da famosa ornitóloga Emília Snethlage (do Museu Goeldi e depois Museu Nacional). Soube

da edição das novas regras e pediu instruções a Berlim que o aconselhou a pesquisar na Bolívia. Segundo ainda Grupioni (1998), em 1934, informado de que a legislação brasileira sofrera modificação, tal pesquisador empreendeu uma viagem ao Guaporé e seus afluentes (no Brasil) visitando mais de 13 grupos indígenas. Por ação do Conselho, "Emil Heinrich foi o primeiro expedicionário do qual se exigiu um relatório de pesquisa e também o primeiro a ter seu material examinado e dividido pelo Conselho de Fiscalização." (p. 67).

A documentação referente às expedições autorizadas por este Conselho encontra-se no Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT - Rio de Janeiro) e vem sendo estudada por vários pesquisadores, devendo serem apresentados novos resultados em breve. Com a extinção do Conselho em 1968, as atividades de autorização e fiscalização das expedições estrangeiras passaram para o CNPq. Os arquivos do CNPq referentes às expedições autorizadas no período 1968/1990, não estão organizados para consulta.

Assim, fica-se sem saber dos pesquisadores alemães que vieram para o Brasil para conduzir expedições científicas entre 1933 a 1990[44]. Os dados da década de 1990 são os únicos que estão disponíveis e foram coletadas pelo autor nos arquivos do CNPq. Mostram que a pesquisa científica desenvolvida pelos alemães no Brasil na década de 1990 não foi feita através de expedições científicas autorizadas pelo MCT/CNPq. Por falta de dados anteriores não é possível determinar desde quando isso deixou de acontecer, mas é muito provável que o decreto nº 98.830/90 tenha influenciado para esta mudança.

Aqui é preciso recorrer à história da cooperação entre Brasil e Alemanha no pós-guerra, e particularmente na Amazônia entre o Inpa e o Instituto Max-Planck de Limnologia. E isso será o tema da próxima seção.

---

[44] Contribuição germânica - A presença de pesquisadores germânicos na Amazônia foi o foco central da exposição "Olhares alemães sobre a Amazônia", organizada pelo Museu Goeldi e exposta no espaço cultural CDP (Companhia Docas do Pará). A mostra constou de 22 painéis com informações e imagens que o fotógrafo Octavio Cardoso fez de peças coletadas por vários cientistas germânicos que passaram pela região e reúniu fotografias do herbário, coleções de peixes, aves, biblioteca e a Coleção Etnográfica que retrataram a contribuição de pesquisadores germânicos à Ciência na Amazônia. Entre os homenageados estavam: Alexander Karl von Kraatz Koschlau (geólogo que trabalhou no Vale do Amazonas), Ernst Ule, Emilie Snethlage (ornitóloga, trabalhou no MPEG de 1905 a 1921 e MNRJ de 1922 e 1929. Morreu solitária em Rondônia) Theodor Koch-Grünberg, Curt Nimuendaju, Otto Schulz, Frei Günther Protásio Frikel, Harald Sioli e Horst Oho Schwassmann. (http://www.museu-goeldi.br/sobre/NOTICIAS/10092003.htm)

5.2. A cooperação INPA/*Max-Planck-Institute für Limnologie*

5.2.1. Antecedentes (Fase da Informalidade)

É escassa a literatura brasileira sobre a pesquisa científica alemã na Amazônia brasileira, especialmente a desenvolvida pelo Instituto Max-Planck de Limnologia (Plöen)[45] em Manaus (Amazonas) através de um convênio de cooperação com o INPA. Velho (1993) levantou e analisou as publicações de brasileiros e alemães a partir dos dados desse convênio e Yamada (2002) apresentou recentemente uma dissertação de mestrado sobre a cooperação brasileira e alemã no âmbito do Programa *Shift*[46], que inclui também o INPA. Afora isso, existem centenas de documentos produzidas por este convênio, entre os quais encontram-se raras avaliações em português e inglês elaboradas pelos coordenadores brasileiros do convênio.

Pode-se dizer que a relação MPIL/INPA é anterior à existência das duas organizações e tem tudo a ver com a chegada à Amazônia em 1940 de Harald Felix Ludwig Sioli, considerado o fundador da limnologia na Amazônia e que passou 18 anos na região. Antes, já doutor, estivera no nordeste brasileiro estudando açudes com uma bolsa de pesquisa da Alemanha. Voltou mais uma vez para trabalhar em São Paulo até chegar ao Pará em 1940. No Pará trabalhou junto ao antigo Instituto Agronômico do Norte – IAN (depois CPATU e atual Embrapa Amazônia Oriental). Nem a II Guerra Mundial (na qual Brasil e Alemanha estavam em campos opostos) impediu a continuação do seu trabalho na Amazônia, que se caracterizou pela multidisciplinaridade envolvendo a classificação das águas amazônicas em função das diferenças geoquímicas dos solos da região; a integração entre os diferentes tipos de ecossistemas, sendo um dos primeiros a ressaltar a estreita relação entre ecossistemas aquáticos e a floresta, iniciando o que é

---

[45] O *Max-Planck – Institut für Limnologie* (nessa tese referido como MPIL) é um dos 81 institutos de pesquisa da Sociedade Max-Planck para o Avanço da Ciência (*Max-Planck-Gesellschaft zur Förderung der Wissenschaften*, nessa tese referido como MPG). O MPIL foi criado em 1892 como uma Estação de Hidrobiologia de Plön (norte da Alemanha). Em 1948 foi incorporado à MPG e só veio a ter esse nome em 1966. Atualmente tem dois departamentos e dois grupos de trabalho independentes de pesquisa, sendo um deles o Grupo de Trabalho em Ecologia Tropical (nesta tese referido com GTET/MPIL). Site: MPIL

[46] *SHIFT* é a sigla em inglês do Programa de Estudos de Impactos Humanos em Florestas e Áreas Alagáveis (*Studies in Human Impact on Forests and Floodplains in the Tropics*). É um programa teuto-brasileiro de pesquisa aplicada voltada aos ecossistemas tropicais e busca analisar as relações básicas entre os componentes bióticos e abióticos em ecossistemas tropicais, assim como o impacto antropogênico e seus fatores socioeconômicos. O objetivo é desenvolver conceitos para o uso sustentável de florestas e áreas inundadas tropicais, preservando suas

hoje conhecido como ecologia de áreas alagáveis. Realizou também inúmeras pesquisas nas mais diferentes áreas, como: limnologia, geologia, geoquímica, botânica, zoologia, epidemiologia, entre outras. (Piedade, 2001; http://www.cblimnologia.ufjf.br/porqueph.doc; www.mpil-ploen.mpg.de/english/institut.htm).

Sioli participou ativamente dos primeiros anos da fundação do INPA (instalado em 1954) a título pessoal (ata do Conselho Deliberativo do CNPq de 28/05/1969). Em 1957, pela qualidade de seus trabalhos na Amazônia foi escolhido para suceder August Thienemann[47] na chefia do então Departamento de Limnologia da MPG, na Alemanha, onde criou imediatamente o Departamento de Ecologia Tropical que foi o embrião do atual GTET/MPIL. De certa forma, a colaboração com o INPA vem moldando a estrutura do atual Instituto Max-Planck de Limnologia há mais de quatro décadas.

5.2.2. O primeiro convênio (CNPq-INPA/MPIL)

A parceria com o INPA ficou na informalidade até 28/05/1969 quando foi firmado o primeiro convênio entre o CNPq e o então Departamento de Ecologia Tropical do Instituto Max-Planck, assinado pelo próprio Harald Sioli, então chefe desse departamento e por Antonio Moreira Couceiro, então presidente do CNPq. Vale lembrar que o INPA esteve subordinado administrativamente ao CNPq de sua criação em 1954 até 1987, quando passou à órbita do MCT.

É importante ressaltar que o ambiente político naquele momento era encorajador, uma vez que os militares que ascenderam ao poder em 1964 desejavam tornar o Brasil uma potência mundial e queriam a colaboração da Alemanha no campo do uso da energia atômica para fins pacíficos e em 09/06/1968 foi assinado um "Acordo Geral entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação nos Setores da Pesquisa Científica e do Desenvolvimento Tecnológico" (nessa tese será referido como acordo geral)[48]. Esses mesmos militares

---

características típicas, o tanto que for possível. No seu início abrangia pesquisas na Amazônia (Central e Oriental), Mata Atlântica e Pantanal num total de 17 projetos.

[47] O alemão August Thiernemann e o sueco Einar Naumann foram fundamentais para o estabelecimento da Limnologia como área distinta da Ecologia. Através de suas pesquisas, foi possível estabelecer os alicerces teóricos, não somente da Limnologia, mas da Ecologia como um todo. Thiernemann ficou 63 anos na direção do que é hoje o MPIL. A rua onde fica localizada a sede do MPIL tem seu nome.

[48] As áreas prioritárias no Acordo Geral de 1969 eram: energia nuclear e desenvolvimento de tecnologia nuclear; pesquisas espacial; pesquisa aeronáutica; oceanografia; documentação científica; e, processamento eletrônico de dados.

extinguiram, em 31/01/1968, o Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas, criado em 1933 mas só transferiram as atribuições do extinto conselho para o CNPq em 26/08/69. Nesse ínterim, foi assinado o convênio CNPq/INPA/MPIL (28/05/1969).

É bastante significativo também que esse convênio foi assinado 12 dias antes do "Acordo Geral", que foi a matriz de todas as colaborações posteriores entre Brasil e Alemanha, inclusive do novo e mais amplo convênio assinado entre o CNPq e a Sociedade Max Planck (MPG) em 1984.

O convênio assinado por Sioli e Couceiro em 1969, foi aprovado na 975ª sessão do Conselho Deliberativo do CNPq, realizada no mesmo dia da assinatura (28/05/1969). O convênio concedia na sua primeira cláusula que: "Ao diretor do Departamento de Ecologia Tropical do MPIL nesta qualidade e na de Conselheiro do INPA, caberá a elaboração de programas básicos de projetos de pesquisa limnológicos e paisagista-ecológicas na região da Amazônia Brasileira" (..). O texto do acordo não estabelecida nenhuma cláusula referente à avaliação dos programas e projetos, mas condicionava a execução dos mesmos a um prévio acordo entre o MPIL e o CNPq. O MPIL se comprometia em manter constantemente no INPA no mínimo dois colaboradores científicos e eventualmente pessoal técnico, cujas despesas seriam pagas pelo MPIL. O INPA se comprometia a arranjar salas de trabalho apropriadas para a execução do projeto inclusive custeando as despesas por sua utilização (luz, água, telefone, etc.).[49]

Ao CNPq e ao INPA caberiam todas as providências administrativas visando a facilitar a importação do equipamentos científicos a serem utilizados pelos projetos para a região amazônica. O CNPq, através do INPA, comprometia-se também a prestar todo apoio administrativo aos colaboradores do MPIL. O MPIL, por sua vez, se comprometia a promover estágios especializados em limnologia e ecologia de paisagem para jovens cientistas brasileiros recém-formados.

Os resultados científicos dos projetos em colaboração executados no âmbito deste convênio seriam publicados preferencialmente na revista "*Amazoniana*" (criada em 1965 pelo MPIL) que continuaria a ser publicada na Alemanha[50] e redigida por dois redatores, sendo um [indicado] pelo CNPq[51] e outro, o diretor do MPIL.

---

[49] Bem diferente do Smithsonian, que construiu no campus do INPA um prédio com recursos do tesouro americano e paga suas próprias despesas, inclusive o pessoal técnico contratado.
[50] A maioria dos artigos são publicados em alemão e inglês, mas são aceitos artigos também em português, francês e espanhol.
[51] Os editores atuais são Wolfgang Junk (MPIL) e Francisco de Assis Esteves (UFRJ).

O prazo de vigência foi de 5 anos, podendo ser prorrogado por períodos sucessivos de um ano. Os casos omissos deveriam ser resolvidos de comum acordo e consubstanciados em termos aditivos. Em caso de dúvidas que não pudessem ser resolvidas administrativamente, o fórum de Manaus era indicado para encaminhamentos litigiosos.

Nem nos arquivos do CNPq, nem nos do INPA, encontrou-se documentação comprobatória da prorrogação desse convênio nem da edição de qualquer termo aditivo. Com relação à entrada de pessoal estrangeiro para trabalhar no projeto, provavelmente devem ter seguido as regras então em vigor com a solicitação de expedições científicas no Brasil, regulada pelo Dec. 65.057/69.

5.2.3. O Convênio CNPq/Sociedade Max-Planck (MPG)

Em 28/02/1984 foi assinado um novo convênio entre o Max-Planck e o CNPq, mas desta vez não era apenas com o Departamento de Ecologia Tropical mas com toda a Sociedade Max Planck (MPG, atualmente um conglomerado de mais de 80 institutos de pesquisa). Agora já se fazia menção expressa ao Acordo Geral assinado entre Brasil e Alemanha em Bonn em 09/06/1969, por José de Magalhães Pinto, pelo Brasil e Willy Brandt, pela Alemanha.

É importante ressaltar que esse Acordo Geral restringia-se especialmente aos campos da: energia nuclear; pesquisa espacial; pesquisa aeronáutica; oceanografia; documentação científica; processamento eletrônico de dados. No entanto, o art. 1°, parágrafo 3 dizia que em "cada campo da cooperação serão realizados convênios especiais que entrarão em vigor mediante troca de notas diplomáticas, aprovadas por ambas as partes". Esse artigo foi, durante muitos anos, a matriz de uma série de convênios de cooperação, inclusive em áreas até então não consideradas prioritárias como foi o caso da área biológica entre o CNPq e a sociedade Max-Planck[52], como se verá a seguir. Esse acordo geral previa a constituição de uma comissão mista teuto-brasileira (comista) de cooperação científica e tecnológica, que se reuniria

[52] A Sociedade Max-Planck mantém cerca de 80 institutos de pesquisas, sendo 34 apenas nas áreas médica e biológica. O Instituto Max-Planck para Limnologia passou a ter esse nome apenas em 1966 mas foi fundado em 1891 e estava ligado ao *Kaiser Wilhelm Society for the Advancement of Science*. Em 1948 essa sociedade mudou de nome para a atual Sociedade Max-Planck. O instituto de hidrobiologia ficou então vinculado à Sociedade Max-Planck. Sob a direção de Sioli, em 1957, o instituto passou a ter um departamento de Ecologia Tropical e hoje é apenas um grupo independente (Grupo de Trabalho de Ecologia Tropical), sob a responsabilidade de Wolfgang Junk.

alternadamente, uma vez por ano no Brasil e na Alemanha, para examinar "questões especiais", podendo constituir grupo de peritos.

O "novo" convênio com a Sociedade Max-Planck anulava o anterior assinado em 1969 (que fazia referência expressa ao INPA) e os projetos de pesquisa em andamento foram incorporados a este novo convênio. Este último era suficientemente genérico ao dizer que: "O CNPq e a MPG fomentarão a cooperação entre cientistas e instituições científicas de ambos os países ***em todos os ramos do conhecimento da pesquisa científica***, em particular no campo da pesquisa básica (...) através das seguintes modalidades: 1) Apoio a projetos conjuntos de pesquisas; 2) recursos para os cientistas viajarem principalmente na fase final de planejamento e na formulação de projetos conjuntos de pesquisas; 3) apoio a seminários; 4) intercâmbio de informações científicas, publicações, amostras, espécimes e outros materiais" (CNPq, Termo de Convênio, artigo II).

O convênio também previa (art. III) que a iniciativa para o planejamento de projetos conjuntos seria daqueles cientistas interessados em tais cooperações, cabendo ao CNPq e MPG facilitar na identificação dos parceiros de pesquisa. As propostas resultantes seriam submetidas por esses cientistas às respectivas organizações que lhe digam respeito (CNPq e MPG). Os proponentes seriam responsáveis pela efetivação dos projetos e ambos deveriam apresentar relatórios sobre o progresso dos trabalhos de conformidade com o costume das suas respectivas organizações.

O CNPq e a MPG se comprometeram em apresentar os seus programas de cooperação nas reuniões anuais da Comissão Mista Teuto-Brasileira para a cooperação em C&T (comista).

Com relação a recursos financeiros dizia o art. VI que uma vez aprovados pelo CNPq e MPG, ambas as organizações alocariam recursos financeiros para os projetos conjuntos de pesquisas, arcando cada uma das organizações com as despesas de sua competência (ver abaixo no adendo). Exceções a esta regra seriam restritas a *casos isolados e circunstâncias extraordinárias.*

O CNPq e a MPG se comprometiam também a assistir os cientistas de ambos os países na obtenção de vistos, licença para a realização da pesquisa, liberação alfandegária e outros documentos oficiais necessários à realização oportuna e ininterrupta dos trabalhos de pesquisa. O convênio teve validade de 3 anos, renovável por períodos de um ano. A denúncia do referido convênio não afetaria os projetos em andamento. O convênio poderia também ser alterado através de notas diplomáticas, mediante mútuo

entendimento. Assinaram o documento: Linaldo Cavalcante de Albuquerque, pelo CNPq e R. Lüst, pela MPG

O convênio teve um apêndice ao ajuste complementar entre o CNPq e a MPG que dizia que as propostas de projetos conjuntos deveriam estar de acordo com os requisitos formais do CNPq e MPG e deveriam conter: uma descrição detalhada dos objetivos e métodos do projeto como também dos custos; um plano de trabalho detalhado; *curriculum vitae* do pessoal científico envolvido. As propostas deveriam ser apresentadas com pelo menos 6 meses de antecedência do início do projeto. As passagens seriam pagas pelo país que envia; os deslocamentos internos, pelo país hospedeiro. O país hospedeiro pagaria também as diárias do pesquisador estrangeiro. Além disso, o país hospedeiro comprometia-se a pagar tratamento médico e dentário para aos pesquisadores visitantes. Os procedimentos administrativos poderiam ser modificados a qualquer momento mediante concordância mútua.

No entanto não foi encontrado nenhum termo aditivo ou troca de notas diplomáticas referindo-se especificamente ao antigo convênio CNPq-INPA/MPIL assinado em 1969. A única referência é que este era anulado e seus projetos incorporados ao novo convênio genérico CNPq/Sociedade Max-Planck. Nos arquivos do INPA não existe qualquer menção ou documento referente à renovação do convênio CNPq/MPG entre 28/02/1987 (data do vencimento do primeiro convênio e da saída do INPA do CNPq 15/04/1987) a 1991, quando se tentou restabelecer, sem sucesso, o convênio INPA/MPIL.

O único documento encontrado foi uma longa correspondência datada de 17/08/1984 (quase seis meses depois de assinado o convênio CNPq/Sociedade Max-Planck) e enviada pelo então diretor do INPA, Roberto dos Santos Vieira, ao chefe do Departamento de Ecologia Tropical do Instituto Max-Planck de Limnologia, Wolfgang Junk. Dizia o ofício (doc. 26) que o objetivo era formalizar e balizar os entendimentos relativos à colaboração técnico-científica e financeira entre o INPA (então vinculado ao CNPq) e o MPIL, tendo em vista a assinatura recente do convênio CNPq/Sociedade Max-Planck. Esse balizamento se constituía de 11 ítens e iniciava (a) afirmando que o INPA e o MPIL devem dar continuidade à colaboração existente desde a assinatura do convênio INPA/MPIL (28/05/69) agora com base no convênio CNPq/Sociedade Max-Planck (28/02/84).

Dizia também (b) que a colaboração seria desenvolvida em termos de projetos científicos bem definidos quando a objetivos, participantes e duração e aprovados, respectivamente, pela Sociedade Max-Planck e pelo CNPq. A inclusão de pesquisadores

e temas de pesquisas não previstos no projeto original só seria possível mediante apresentação de proposta específica, acompanhada de *curriculum vitae* dos pesquisadores e deveriam ser antes analisados pelo INPA e aprovados pelo CNPq. Era exigido um relatório dos trabalhos desenvolvidos.

No mesmo ofício, o ítem "c" explicitava que o projeto seria de responsabilidade conjunta de um coordenador brasileiro, indicado pelo INPA e designado pelo CNPq, e de um líder designado pelo MPIL, os quais deveriam se reportar à diretoria do INPA sobre o andamento do projeto.

Em continuidade, o ítem "d", na referida correspondência, diferentemente do convênio CNPq/Sociedade Max-Planck, dizia que as despesas pessoais e de transporte dos pesquisadores do MPIL ao INPA seriam custeadas pelo próprio MPIL. Os pesquisadores e técnicos brasileiros para trabalharem nos projetos conjuntos seriam indicados pelo INPA. O ítem "f" assegurava que o INPA forneceria (dentro de suas possibilidades orçamentárias) equipamentos e instalações além de equipes de apoio para excursão no campo (barcos, tripulação, pescadores, mateiros).

Com relação à formação de recursos humanos o ofício do diretor do INPA dizia que o MPIL receberia pesquisadores do INPA para treinamento e especialização (ítem g). Dizia ainda que os pesquisadores do MPIL poderiam se credenciar junto aos cursos de pós-graduação do INPA para ministrar aulas e/ou orientar alunos (ítem h).

No que dizia respeito ao trânsito de material científico e equipamentos, o ítem "e" assegurava que caberia ao INPA possibilitar facilidades para o ingresso no país de material e equipamento estrangeiro necessários aos trabalhos, bem como a saída de material científico para ser analisado em Plön. Em seguida (ítem "i") dizia que "o material científico será enviado ao MPIL, em Plön, através da diretoria do INPA". Dizia também que o material de coleções zoológicas e botânicas seria recebido pelo MPIL como empréstimo até o final dos estudos; o MPIL ficaria responsável por devolver (após os estudos) todos os holótipos, alótipos, unicatas e 50% dos demais materiais determinados para a coleção do INPA; os outros 50% ficariam como propriedade do MPIL. Se o MPIL depositasse material destes 50% em outras instituições, o material seria declarado como doação por parte do INPA, incluindo-se o nome do pesquisador do MPIL responsável pela doação; o diretor do INPA seria informado sobre a doação.

Finalmente os ítens "j" e "k" diziam que a publicação dos resultados das pesquisas conjuntas faria menção às instituições envolvidas e que o MPIL se responsabilizaria pela doação, sem ônus, de 500 exemplares de cada fascículo da revista "*Amazoniana*" (do

MPIL) e o INPA doaria, em contrapartida, 60 exemplares de cada fascículo da revista *Acta Amazonica* (do INPA).

Como se pode ver, o documento repetia algumas coisas do antigo convênio (permuta de revistas, por exemplo), mas não concedia apenas ao chefe do Departamento de Limnologia do MPIL a iniciativa exclusiva de propor os projetos, como fora no convênio anterior (CNPq/INPA/MPIL). De qualquer forma, esse documento não se consubstanciou em convênio, nem em termo aditivo. O certo é que não se podia mais falar em "convênio INPA/Max-Planck" e isso ficou claro através da correspondência encaminhada pelo Coordenador Substituto Estrangeiro, Joachim Adis, ao então diretor do INPA, Herbert Schubart, datada de 15/06/1985 (doc. 27). Posteriormente voltaremos a tratar do convênio INPA/MPIL.

5.2.4. O Ajuste Complementar de 14/10/87 entre a Sema/DFVLR – CNPq atua como 'bombeiro'

Apesar do convênio CNPq/MPG se referir à cooperação em todos os ramos do conhecimento da pesquisa científica, foi assinado em 14/10/1987 um ajuste complementar tratando especificamente da cooperação em P&D no campo da pesquisa e tecnologia para a proteção ambiental. Pelo lado do Brasil assinou o titular da então Secretaria Especial do Meio Ambiente[53] (Sema/Presidência da República) e, pelo lado alemão, a *Deustche Forschungs und Versuchsanstalt fuer luft und Raumfahrt* – DFVLR (Instituto Alemão de Pesquisa e Ensaio de Navegação Aérea e Espacial). Esse ajuste complementar tinha o mesmo número de artigos do próprio Acordo Geral assinado em 1969 entre os governos do Brasil e da Alemanha e em cujas áreas prioritárias não constava cooperação na área ambiental.

[53] A SEMA foi criada em 1973 no âmbito do Ministério do Interior. Em 1985 foi absorvida pelo recém-criado Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Em 14/02/1989 foi extinta mas oito dias depois era transformada (junto com IBDF, Sudhevea e Sudepe) em Ibama. Em 1990 todas essas instituições passaram a se subordinar a Semam (Secretaria do Meio Ambiente) vinculado diretamente à presidência da República. Em 1992 a Semam foi transformada em Ministério do Meio Ambiente (MMA). Ainda em 1993 o MMA foi transformado em Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Em 1995 passa a ser Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. Em 1999 seu nome foi reduzido para apenas Ministério do Meio Ambiente.

Esse ajuste complementar parecia ter surgido em função de problemas ambientais específicos e elegia sete áreas prioritárias para a cooperação[54]. No entanto, o ajuste deixava bem claro que os campos de cooperação poderiam ser ampliados indefinidamente.

Além do intercâmbio de pessoal técnico, o ajuste complementar previa o intercâmbio de equipamentos científicos, material e amostras necessárias para a execução de projetos e programas conjuntos, respeitadas as respectivas legislações nacionais. A comissão mista Teuto/Brasileira (comista) receberia um relatório anual (em inglês) dando conta dos projetos em execução, bem como referendaria (ou não) os novos projetos aprovados entre as partes (Sema/DFVLR), que para isso poderiam criar comitês *ad hoc*.

O art. VII repetia coisas que nunca se concretizaram como "o parceiro que recebe pagará uma compensação adequada para as despesas de subsistência (diárias, despesas com acomodação e quaisquer outras despesas sujeitas a disposições especiais)". O parceiro que envia agora passa a ser o responsável pelo seguro de vida e acidentes pessoais dos seus técnicos enviados em missão. O parceiro que recebe, auxiliará os técnicos enviados no encaminhamento e solução de formalidades tais como vistos, permissão de trabalho e outros documentos oficiais, respeitadas as respectivas legislações nacionais.

Esse ajuste complementar já previa o sigilo de determinadas informações ("informações filo"), bem como dos documentos relativos a estas informações obtidas por qualquer técnico participante. Dizia também que a troca de dados e informações relativas às áreas de cooperação seria realizada através das entidades (Sema/DFVLR), "sempre que não houver objeções legais ou regulamentares aplicáveis, ou que tal intercâmbio não estiver impedido por qualquer acordo com terceiros" (art. IX).

No que tange a alfândega e taxas, dizia o ajuste complementar que: "as entidades auxiliar-se-ão mutuamente a fim de resolver formalidades alfandegárias e de impostos, particularmente no que se refere à importação e exportação de materiais, sistemas, equipamentos e amostras necessários para a cooperação (...)". (art. XI).

---

[54] Adaptação, construção e testes de uma instalação de demonstração para zincagem eletrolítica de baixo teor de emissão; problemas específicos na indústria de papel e celulose; proteção de monumentos históricos contra o impacto ambiental; pesquisas sobre poluição atmosférica e seu impacto na vegetação; tratamento de resíduos perigosos; abastecimento de água potável através do sistema de osmose reversa; e, tratamento anaeróbico de resíduos.

Anexos eventualmente propostos e aprovados formarão parte deste Ajuste Complementar. Já emendas e adendos só terão efeitos jurídicos apenas se acordados por escrito, por via diplomática. Para a implementação e execução deste "Acordo Especial" foi escolhido o idioma inglês.

O presente ajuste complementar vigorará por período **ilimitado** a partir da troca de notas[55] entre os governos do Brasil e da Alemanha e só poderia ser denunciado se fosse por escrito, por via diplomática, a partir de um aviso prévio dado com um ano de antecedência. Enquanto isso, os projetos e programas em curso permaneceriam sem alteração, a não ser que houvesse uma decisão em contrário.

Finalmente o Ajuste complementar Sema/DFVLR dizia que as controvérsias deveriam ser resolvidas amigavelmente e, caso isso não fosse possível, o problema seria levado à Comissão Mista Teuto-Brasileira para a Cooperação Científica e Tecnológica. Assinaram o ajuste: pela Sema, Roberto Messias Franco e pela DFVLR, Ulrico Daunert.

Em 1988 os alemães começaram a refazer suas estratégias com relação a pesquisas ambientais no Brasil. Segundo Yamada (2002), o então chanceler Helmut Kohl[56], que tinha o meio ambiente como bandeira do seu governo, passou a assumir um papel de vanguarda no cenário internacional na coordenação de esforços globais, no sentido de "salvar a selva tropical com ajuda alemã", dando apoio a 54 países do Terceiro Mundo em programas de proteção às florestas tropicais (Camurça, J, 1992, op. Cit. Yamada, 2002). A justificativa para que as entidades alemãs propusessem um programa mais amplo em meio ambiente tinha como *leit-motiv* "as alarmantes taxas de destruição dos ecossistemas tropicais e os inadequados esforços e uso de mecanismos de controle existentes para a sua proteção, inclusive a falta de conhecimentos científicos" (Yamada, 2002, p. 54)[57]. Assim, na Comista de 1988, os representantes do governo alemão aventaram, mesmo que extra-oficialmente, a possibilidade de se criar um amplo programa ecológico (Yamada, 2002).

Segundo Yamada (2002), a hipótese de tal programa "ainda era vista e interpretada pelo governo brasileiro como interferência nas questões internas do País" (p. 55). No entanto, já na Comista de 1989, o recém-criado Ibama, propôs o estabelecimento

---

[55] A troca de notas se deu em 11/03/88 e um extrato do Ajuste Complementar foi publicada no Diário Oficial de 20/04/88.

[56] Helmut Kohl foi chanceler da Alemanha durante 16 anos (1982/1998) e era lider do conservador União Democrata-Cristã.

[57] De fato, como resultante deste convênio foi criado o Programa *Shift* que diz no seu *site*, entre outras coisas que: "estas extensas florestas tropicais são caracterizadas por uma variada

de um amplo programa ecológico dentro do convênio Sema/DFVLR (Yamada, 2001)[58]. A iniciativa tomou de surpresa os alemães que não esperavam, a tão curto prazo, desenvolver uma cooperação com o Brasil devido aos antecedentes que já se conheciam com relação à sua política de cautela, principalmente em regiões de marcada importância como a Amazônia – foco de constantes polêmicas internacionais e um dos biomas de interesse da Alemanha, sobretudo pelas relações já existentes entre o INPA e o MPIL (Yamada, 2002).

Pelo que se depreende da dissertação de mestrado de Yamada (2002), o CNPq sequer foi consultado sobre essa proposta, o que causou até constrangimentos dada sua tradicional parceria com os alemães[59]. Apenas em 1991 é que o CNPq veio integrar o Programa através da assinatura de um termo aditivo em função de que o órgão (Ibama) não tinha vocação e nem capacidade operacional de conduzir e coordenar projetos científicos bilaterais (opinião de Eneas Salati, então conselheiro do Ibama (Yamada, 2002, p. 57). Assim, ficou claro que a escolha do CNPq para ingressar como partícipe do Programa (*Shift*) ocorreu mais em função das necessidades práticas gerenciais do que de um resultado articulado entre os atores governamentais brasileiros na busca de interesses e objetivos comuns (Yamada, 2002).

Aliás, segundo Yamada (2002) quando os alemães trouxeram a primeira versão do Programa em 1992 e que deveria resultar de um trabalho conjunto das partes, não contou na realidade com a participação do principal parceiro, o Ibama, que era o "gerente" do programa. Ou seja, os alemães fizeram todo o planejamento do programa e precisavam agora do CNPq para implementá-lo. De qualquer forma, é importante salientar que o

---

biodiversidade o que poderia, até mesmo, justificar medidas extremadas de proteção, levando ao completo afastamento humano destas áreas".

[58] A Comista de 1989 realizou-se nos dias 28 e 29/08, em Brasília e contou com a maior delegação brasileira nesse tipo de encontro (61 pessoas). O Ibama foi representado pelo então primeiro presidente, jornalista Fernando Cesar Mesquita e três outros burocratas do órgão. A ata da reunião dizia simplesmente que "A comissão [comista] concorda em dar alta prioridade aos projetos de pesquisas em ecossistemas tropicais que têm sido definidos por um grupo de especialistas brasileiros e alemães que se encontraram no dia 25/08/89 [três dias antes da realização da comista/1989]". Dizia ainda a ata que as pesquisas devem se concentrar nas áreas de estudos sobre ecologia e uso das florestas tropicais; estudos sobre as influências antropogênicas nos sistemas tropicais de água doce; e Interação entre condições sócio-econômicas e meio ambiente em ecossistemas tropicais. O documento afirmava também que o Ibama iria submeter as propostas detalhadas (para análise de resposta do lado alemão) ainda em meados do final de 1989. Afirmava também a ata que a Comista foi informada sobre as primeiras discussões a respeito de um acordo especial no campo da pesquisa ambiental e tecnológica entre o CNPq e a DLR "a fim de que se faça uso completo das capacidades científicas existentes".

[59] O CNPq estava representado apenas por Bernhard Joachim Mokross e Guilherme Euclides Brandão. Nenhuma instituição de pesquisa da Amazônia esteve representada.

Programa (que posteriormente viria a ser batizado pelos alemães de *Shift*) foi discutido numa reunião prévia entre *experts* brasileiros e alemães nos dias 24 e 25/08/1989, portanto três dias antes da reunião da Comista de 1989, que elegeram algumas áreas prioritárias para pesquisa onde cabia absolutamente qualquer pesquisa na Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica.

Segundo ainda Yamada (2002), o CNPq, após a Eco-92, passou a assumir o seu espaço gradual como coordenador nacional do programa, movido muito mais pelo afastamento do próprio Ibama, que sofreu com a ocorrência de sua reestruturação interna, perda dos principais atores da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento (a qual o *Shift* esteve inicialmente ligado) que assumiram outras funções no MMA.

Esse programa *Shift* foi desenhado de modo a absorver outros projetos alemães de uma forma geral (e não só de meio ambiente) abrangendo Amazônia, Pantanal e Mata Atlântica. Na Amazônia dois grupos foram fundamentais na catalisação de novos projetos para o *Shift*: na Amazônia Central, o INPA que abriu as portas para a pesquisa alemã há mais de 40 anos. Na Amazônia Oriental, o grupo centralizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA.

Mais de três anos depois, começou-se a perceber que o programa não funcionaria através do Ibama. O CNPq foi então colocado às pressas no processo através da assinatura de um *Addendum-Agreement* (mais conhecido como adendo de 1991), cujas cópias não foram encontradas nos arquivos do CNPq e Ibama, mas que existe uma cópia (em inglês) no *site* do Programa Teuto-Brasileiro *Shift*. Esse *addendum* tem apenas 3 parágrafos e diz que o CNPq entra no *Acordo Especial* de Cooperação em Pesquisa e Desenvolvimento no Campo da Pesquisa Ambiental e Tecnológica (na verdade era apenas um *ajuste complementar*) entre o Ibama (era a Sema) e DLR (o novo nome da DFVLR.). A validade continuava ilimitada e entrava em vigor a partir da troca de notas diplomáticas.

Apesar do CNPq ter entrado apenas em 1991 no Ajuste Complementar assinado em 1987 entre Sema/DFVLR (posteriormente foi chamado de Acordo Especial Ibama/DLR/CNPq) sua participação não ocorreu conforme se esperava, mas somente a partir de 1994[60]. Segundo Yamada (2002), esta demora na organização interna do CNPq acarretou conseqüências desastrosas em relação a aspectos práticos tais como obtenção de vistos, importação de equipamentos dos projetos em andamento (Env. 3, Env. 12 e Env. 14) e criou frustração e descontentamento dos pesquisadores (Yamada, 2002,

citando ata da reunião técnica conjunta de 02/07/92). Diz ainda Yamada (2002) que "um outro fato que também gerou desapontamento foi o pouco progresso apresentado inclusive na definição do comitê avaliador do lado brasileiro[61], principalmente em vista de o CNPq não abrir mão da avaliação dos projetos que já estavam em andamento. Por pressão alemã e pela morosidade no processo dessas análises, o CNPq teve que concordar com algumas missões exploratórias planejadas para 1992 para que atividades em pleno curso não fossem inviabilizadas, a exemplo do Env. 12 e 14 (Amazônia) e do Env. 03 (Mata Atlântica) que já existiam bem antes do *Shift*.". (p. 68)

Para acompanhar o projeto foi estabelecido um Grupo Assessor (GA), composto por membros da comunidade científica e das Agências CNPq e Ibama. Em 1995 esse grupo passou a se chamar Grupo de Assessores Científicos (AS) para o qual foram nomeados pelo presidente do CNPq em 14/06/95, os seguintes pesquisadores: Enéas Salati (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - coordenador científico do lado brasileiro); Samia Maria Tauk-Tornisiello (UNESP/São Carlos - Mata Atlântica e Pantanal); Reynaldo Luiz Victória (CENA/Piracicaba - Amazônia Oriental); Maria Lúcia Absy (INPA/Manaus - Amazônia Central). (Yamada, 2002)[62]. Salati ficou responsável por apresentar relatórios preparatórios para as discussões nas reuniões da Comista.

Atualmente o Programa está subordinado administrativamente à Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq, sucessora, desde 1998, da extinta Superintendência de Cooperação Internacional.

5.2.5. Pós-Decreto 98.830/90 – MPIL busca atualizar seu convênio com o INPA

Em retrospectiva, é importante lembrar que o INPA foi transferido do CNPq para o recém-criado MCT em 15/04/1987. Teóricamente o ajuste complementar ao convênio entre o CNPq e a Sociedade Max-Planck (assinado 28/10/1987) já não prevalecia automaticamente para o INPA. Mas os projetos do MPIL continuaram a serem executados

---

[60] A partir de 1996 o CNPq assumiu sozinho a parte brasileira na administração do Programa.

[61] Esse comitê avaliador não era previsto nem no Ajuste complementar de 1987 nem do *Addendum Agreement* de 1991.

[62] Segundo ainda Yamada (2002) a escolha dos assessores obedecia a uma estratégia de disponibilidade e proximidade regional para minimizar gastos com viagem Certamente esse não foi o caso de escolha Reinaldo Victória para Coordenador dos Projetos do *Shift* na Amazônia Ocidental já que o mesmo era pesquisador aposentado do CENA (Centro de Energia Nuclear na Agricultura) da USP/Piracibaba, tendo sido escolhido muito mais por suas parcerias anteriores com Salati.

no INPA mesmo sem um convênio formal entre as duas instituições[63]. Além do mais o processo de planejamento estratégico do INPA (financiado pelo PPG-7/Banco Mundial) em 1994 recomendara a criação de uma agenda de pesquisas do INPA. Não por acaso, logo depois a Agenda de Pesquisas do INPA passou a internalizar também os programas de cooperação internacionais. Assim, além do projeto do MPIL contar com uma identificação na Alemanha (Env [de environmental] 12 e 29), passou a fazer parte da agenda de pesquisa no próprio INPA (PPI 1-3150) e do Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil (Plataforma Lattes, CNPq: "Ecologia de Áreas Alagáveis Amazônicas", Ref. 0019 INPA) com quinze linhas de pesquisas[64].

No final da década de 1980, o Governo Brasileiro sofria o auge das pressões internacionais contra o desmatamento na Amazônia. Em março de 1990 entrou um novo presidente da República (Fernando Collor de Melo), já com o compromisso do governo anterior de realizar (em 1992) a Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Rio-92). Mas ainda em 1990, menos de três meses depois da posse do novo presidente é realizada em Hounston (EUA) em 11/07/1990 uma Reunião dos Grupo dos 7 Países mais ricos do planeta (G-7) que discutiu, entre outras coisas, a questão ambiental. Dizia o documento final desse encontro que, apesar de reconhecer-se a soberania dos países sobre seus próprios recursos naturais, a destruição das florestas tropicais havia alcançado proporções alarmantes e que os países participantes da reunião de Houston davam as boas vindas ao compromisso, manifestado pelo governo brasileiro, de conter a destruição e promover o manejo sustentável das florestas. Um Programa Piloto para a proteção das florestas tropicais foi encomendado ao Banco Mundial para ser apresentado na próxima reunião do G-7 *(Houston Economic Declaration,* 11/07/90, ítem 66).

---

[63] A XIX Comista (realizada em 1990, portanto três anos depois da transferência do INPA do CNPq para o MCT) afirmava que o projeto de colaboração entre o INPA e o MPIL teria continuidade mesmo depois da separação do INPA do CNPq em 1987 (Não foi encontrado nenhum termo aditivo nesse sentido, como previsto no convênio). A ata desse encontro também dizia que quatro projetos do Shift já estavam em andamento e seis estavam em preparação e que o governo alemão havia selado na reunião de Houston (11/07/1990) um compromisso especial de iniciar um programa piloto para a proteção das florestas tropicais.

[64] Balanços de carbono e CO2 em áreas alagáveis; balanço de nutrientes em solo, água e plantas em áreas alagáveis; biologia e ecologia de artrópodes de áreas alagáveis; cadeias alimentares aquáticas e organismos bentônicos; ecofisiologia vegetal; ecologia manejo e conservação da fauna silvestre; ecologia química de interações planta-inseto em áreas alagáveis; ecologia de peixes; ecologia de zooplancton; ecologia e manejo de áreas alagáveis; fisiologia e produtividade de frutos em espécies vegetais de áreas alagáveis; limnologia; manejo sustentável de áreas alagáveis; produção primária e atividade fotossintética da vegetação de áreas alagáveis; sócio-economia e sistemas de produção agrícola na várzea amazônica.

Em 1990, no último dia do governo Sarney, foi regulamentado o novo decreto de controle das pesquisas científicas estrangeiras no Brasil.

É difícil precisar a correlação entre o novo decreto (98.830/90) e a proposta de retomada do convênio INPA/MPIL, feita logo depois mas que, efetivamente só foi implementada em 1996. De fato, em 1990, já na administração de Enéas Salati foi proposta e até aprovada pela consultoria jurídica do INPA uma minuta de convênio INPA/MPIL que já se referia ao Dec. nº 98.830/90 e da Portaria MCT nº 55/90 mas o então Secretário da C&T, Édson Machado de Souza não chegou a assiná-la. Essa proposta da administração Salati, formalizada em 1991, repetia quase todo o convênio CNPq/INPA/Departamento de Ecologia Tropical do MPIL assinado em 28/05/1969, inclusive concedendo ao Dr. Wolfgang Johannes Junk, chefe do Grupo de Ecologia Tropical do MPIL, a prerrogativa da elaboração dos programas básicos para os projetos de pesquisa limnológica e ecológica na Amazônia brasileira. Foi, talvez, a primeira vez que se concedia a iniciativa de um programa de pesquisa estrangeiro por sucessão hereditária, já que o convênio anterior também dava ao chefe do GTET/MPIL essa iniciativa.

O convênio proposto por Salati se diferenciava do de 1969, quanto à inclusão da área ecológica entre as áreas prioritárias de pesquisa; da presença de três doutorandos, além de dois pesquisadores permanentes, e quanto à saída de material já que passava explicitamente a ser responsabilidade do INPA a obtenção da autorização para a coleta de dados e materiais científicos, segundo as disposições do Decreto nº 98.830/90 e do Regulamento criado pela Portaria MCT nº 55/90.

5.2.6. O Acordo de Regulamento INPA/GTET-MPIL de 06/07/1996

Foi apenas em 1996 que foi assinado um novo convênio entre MPIL e INPA, quando já era diretor do INPA, Ozório Fonseca. Em uma correspondência (doc. 28) encaminhada à consultoria jurídica do MCT, datada de 09/01/96, o então diretor do INPA, faz uma retrospectiva da cooperação institucional do MPIL com o INPA.

Tal documento aponta que o MPIL mantém com o INPA uma colaboração de mais de 30 anos e que tem sido benéfica para ambos, inclusive com a publicação da revista *Amazoniana*[65]. Como corolário de tudo isso, diz Fonseca, foi feita a formulação de um

[65] A revista *Amazoniana* publicou de 1965 (quando foi criada) a 1999, cerca de 385 artigos, sendo 75 (19,5%) de primeiro autor brasileiro. Se separamos os trabalhos realizados a partir do convênio

projeto conjunto que foi institucionalizado pelo INPA com sua inserção na Agenda de Pesquisas do órgão.

Diz a retrospectiva que algumas questões administrativas têm que ser corrigidas, tais como: "1) O convênio que suporta essa colaboração foi firmado entre o CNPq e o Max-Planck quando o INPA ainda era um instituto subordinado administrativamente àquele órgão; 2) Ao passar para o MCT a subordinação hierárquica ficou desvirtuada de forma que, as negociações dos conveniados não inclui o INPA nas reuniões; 3) Esse deslocamento do eixo das decisões com a exclusão do INPA traz algumas dificuldades que se exacerbaram agora quando o Instituto Max Planck se nega a assinar um convênio com o INPA, transferindo essa responsabilidade para o Dr. Wolfgang Junk, líder de um grupo de ecologia tropical daquele instituto. Na gestão do Dr. Seixas Lourenço [na direção do INPA] houve uma recusa do INPA em assinar esse documento, pois a direção do Instituto entendia não haver equivalência hierárquica entre os signatários pelas duas instituições (diretor do INPA e líder do Grupo de Ecologia Tropical do Instituto Max-Planck)". (doc. 28, op. Cit.)

E continuava Fonseca: "Entendo que chegou o momento de se definir de forma perene, as relações entre o INPA e o Max-Planck fazendo com que aspectos ligados ao desenvolvimento de projetos de colaboração tenham um respaldo legal melhor definido". E encaminhou, em anexo, uma minuta de convênio INPA/MPIL igual à elaborada para um convênio INPA/Governo do Maranhão (doc 28, op. cit.).

O consultor jurídico do MCT, Fábio Guilherme Vogel, ao receber tal correspondência, questionou: "Por que o Instituto Max-Planck 'se nega a assinar um convênio com o INPA?'"; "há algum documento da *Max-Planck – Institur Für Limnologie* expressando a intenção de desenvolver, novamente, projetos com o INPA?". Solicita, então, que lhe sejam encaminhados os convênios, acordos, ou qualquer outro instrumento através do qual foram implementados os projetos na área de Ecologia Tropical e Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (doc. 29).

No dia 05/01/1996, a chefe da AJUR/MCT, Luduvina de Melo Sampaio, já tinha alertado ao diretor do INPA (através do parecer 10/096-AJUR), que a minuta de convênio

---

INPA/MPIL (1965-2002), chegaremos a 109 trabalhos, sendo 8 (7%) de primeiro autor brasileiro. (Fonte: elaboração própria a partir dos dados do *site* do MPIL). Velho (1995) que estudou as publicações resultantes dos convênios de cooperação internacional do INPA, já apontava que "Se assumirmos que 'a colaboração internacional em ciência é o resultado de trabalhos desenvolvidos entre dois ou mais países e é identificada por meio de artigos assinados pelos pesquisadores dos países envolvidos', então, podemos dizer que há pouquíssima cooperação dentro do INPA".

(com base no texto do convênio firmado entre o INPA e o Estado do Maranhão) não poderia ser assinado pelo titular do INPA, por envolver comprometimento financeiro.

Essa recomendação foi ignorada pelo então diretor, Ozório Fonseca; já que em 06/07/1996 é assinado pelo mesmo e pelo Chefe do Grupo de Trabalho Ecologia Tropical do MPIL, Wolfgang J. Junk, um acordo de "Regulamento dentro do convênio 'guarda-chuva' CNPq-Sociedade Max-Planck, assinado em 28/02/1984" e que incluiu compromissos financeiros. É importante observar que esse estranho "acordo de regulamento" provavelmente foi feito à revelia do próprio CNPq, já que não consta a assinatura de nenhuma autoridade do CNPq como interveniente. As testemunhas da área científica foram Casemiro Monteiro Elífio e Fernanda Valéria Gil Costa Lima.

Esse "acordo de regulamento" repetia em muitos aspectos a minuta de convênio proposta por Salati em 1991, inclusive a introdução *ipsis litteris* à exceção que agora em vez de convênio se falava em acordo. A área de ecologia é, pela primeira vez, inserida expressamente no "acordo de regulamento".

A elaboração dos programas básicos de pesquisa ecológica na Amazônia brasileira continuaria cabendo ao Chefe do Grupo de Ecologia Tropical do MPIL, Wolfgang J. Junk, agora junto com o pesquisador do INPA, José Alberto Sampaio Nunes de Mello (que trabalha há mais de 30 anos junto aos projetos do MPIL) "nomeado" coordenador brasileiro por esse acordo de regulamento.

A diretoria do INPA passaria a aprovar, num intervalo de 3 anos (sic) o detalhamento financeiro e técnico-científico dos projetos propostos. A tradicional cláusula de manutenção de pelo menos dois cientistas em Manaus, transforma-se agora em "um grupo de cientistas, doutorandos, estagiários e pessoal técnico em missões de curta e longa duração".

Pela primeira vez, um acordo assinado em nome do INPA, faz referência implícita ao programa *Shift*, quando afirma (cláusula 3.1.4) que o Grupo de Ecologia Tropical do MPIL oferecerá assessoria na elaboração das propostas de continuidade e apoio à infra-estrutura técnico científica já existente dos projetos no programa ENV-29 (Produção Primária e Fotossíntese) e de *outros projetos de interesse comum*. De fato, o ENV-29 é executado no INPA e faz parte do programa *Shift*.

Com relação à saída de material científico o INPA se comprometeu a fornecer apoio administrativo para a realização do projeto, facilitando, conforme as leis vigentes no Brasil, a importação e exportação de equipamentos e de material científico. (A proposta de convênio de Salati, falava em Dec. nº 98.830/90 e Portaria MCT nº 055/90). Dizia ainda

o acordo de regulamento que o INPA responsabilizar-se-ia pela obtenção da autorização para a coleta de dados e materiais científicos (cláusula 4.1).

No que diz respeito ao fornecimento de recursos o tal acordo de regulamento é contraditório. O ítem 5.1 diz que o lado alemão fornecerá "de acordo com o regulamento alemão", em forma de empréstimo ou doação, o material necessário (equipamentos e material de consumo) para a realização do "projeto" proposto (...) colocando-os à disposição dos partícipes brasileiros. Já o ítem 5.4 diz que caberá ao INPA a responsabilidade pelo financiamento, dentro do possível, do material de consumo, de escritório e de trabalho de campo (diárias, alimentação e combustível).

A permuta das revistas *Acta Amazonica* (INPA) e *Amazoniana* (MPIL) continuava constando deste acordo de regulamento, só que agora sem um número de exemplares específicos. O acordo de regulamento vigoraria por um prazo de 5 anos (até 08/07/2001).

Finalmente, a mudança mais drástica e menos compreensível é que o foro para dirimir eventuais pendências (que já foi Manaus, Brasília e Haia) passa a ser uma reunião entre o diretor do INPA e o chefe do GTET/MPIL.

5.2.7. O atual convênio INPA-MCT/MPIL

Em 2001 realizou-se a última e nova guerra burocrática e política para renovar o convênio do MPIL com o INPA agora por mais 7 anos (até 2008)[66]. Embora o documento aprovado afirme expressamente que o convênio é entre o MCT, através do INPA, e a Sociedade Max-Planck, por meio do seu Grupo de Trabalho em Ecologia Tropical, não consta a assinatura de nenhum representante da Sociedade. Se para a Alemanha isto não tem muita importância, para o INPA tem, uma vez que seria muito prejudicial departamentos ou grupos de trabalho do INPA, assinarem convênios com instituições

[66] Em correspondência (doc. 30) encaminhada em 24/11/2000 ao diretor do INPA, Warwick Kerr, o coordenador do GTET/MPIL, Wolfagang Junk, afirma que "a falta do convênio [INPA/MPIL] limita seriamente minhas ações [para conseguir dinheiro (4 milhões de marcos) do MCT da Alemanha para a continuidade do Shift/INPA]. Diz ainda Junk que ele tem boas chances de conseguí-lo, mas "sem base legal não adianta negociar" mesmo porque a competição [por recursos] na Alemanha é muito dura e a disposição do Ministério para continuar financiando projetos na Amazônia está diminuindo por causa das pressões de outros grupos que trabalham na África e na Ásia. Diz ainda Junk que quer um convênio até 2007 (quando vai se aposentar) e já está cansado desses processos burocráticos e quer concentrar os últimos anos de sua vida científica ativa na produção científica pura e exclusivamente, "sem preocupações adicionais de ordem burocrática".

estrangeiras sem a interveniência da instituição matriz[67]. O INPA, neste caso, está referendado pelo ministro Ronaldo Sardenberg (MCT), além do diretor do INPA, Warwick Kerr.

O novo (e atual) convênio não faz qualquer referência a avaliação, nem mesmo nas reuniões da Comissão Mista Brasil/Alemanha (Comista)[68]. Apesar disso, Maria Teresa Fernandez Piedade, pesquisadora do INPA e coordenadora brasileira (de fato) do convênio INPA/MPIL, afirma no documento (doc. 31) "Informações complementares sobre a cooperação entre as equipes do MPIL e INPA" (2001) que: "bianualmente a Sociedade Max-Planck promove um seminário presidido por um comitê de avaliação, cujos membros são peritos da área de limnologia escolhidos em vários países. A avaliação, denominada BEIRAT, é meritocrática e avalia o desempenho científico do grupo, por meio de relatório escrito onde deve constar a produção científica, palestras apresentando trabalhos, como também por meio de entrevistas individuais com os participantes do grupo, incluindo alunos de pós-graduação". Diz ainda Piedade que ela, na qualidade de contrapartida brasileira e representante do projeto pelo lado do INPA, tem sido convidada e financiada pela Sociedade Max-Planck para participar e apresentar resultados nessas reuniões nos últimos 10 anos (cinco seminários BEIRAT).

É importante também ressaltar que em 20/06/96 foi assinado um *Acordo Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico* entre o Brasil e a Alemanha[69], que reforçou e definiu melhor o papel das Comistas que passaram a ser o fórum para definição dos campos da cooperação, avaliação dos convênios e estabelecimento dos ajustes complementares necessários à regulamentação do conteúdo e alcance dos projetos de pesquisa (convênio INPA/MPIL omisso quanto a isso). Nas comistas também são escolhidas as instituições para implementarem os programas e projetos, os orçamentos e as formas de exploração dos resultados (convênio INPA/MPIL também omisso).

---

[67] William Magnusson, pesquisador de nacionalidade australiana que trabalha há muitos anos na Coordenação de Ecologia do INPA, sofreu uma sindicância e esteve na iminência de ser demitido por assinar convênio em nome do INPA com a CSIRO da Austrália (*Commonwealth Scientific & Industrial Research Organisation*).

[68] Isso não impede que o MPIL sempre esteja representado nas Comistas pelo menos desde 1989, na pessoa de Wolfgang Junk e mais recentemente por Reinhard Lieberei, da Universidade de Hamburg e coordenador do Shift. O INPA não esteve representado oficialmente durante toda a década de 1990.

[69] Esse Acordo Quadro substitui e dá continuidade ao Acordo Geral de 1969. Diferentemente deste, que previa áreas prioritárias específicas, o novo as substitui por atividades científicas em todo e qualquer ramo do conhecimento e envolve desde universidades a centros de pesquisa,

Também nesse novo convênio INPA/MPIL, não há referência alguma a projetos do *SHIFT*, que, aliás, só constaram no acordo de regulamento assinado pelo diretor anterior (Fonseca). Afora isso, ele repete muito dos convênios anteriores, mas chancela definitivamente as pesquisas em ecologia, além das tradicionais em limnologia na Amazônia brasileira. José Alberto Sampaio Nunes de Melo é designado coordenador brasileiro e Maria Teresa Fernandez Piedade, sua substituta automática (em caso de renúncia ou ausência). Wolfgang Johannes Junk continua como coordenador do lado alemão.

O convênio continua concedendo a iniciativa e a elaboração dos programas à dupla: chefe do GTET-MPIL / **coordenador brasileiro** (grifo do original), mas continua omisso sobre qualquer instância de avaliação. Também é omisso com relação à questão da propriedade do material científico e à colaboração do MPIL na formação de coleções do INPA e de outras instituições nacionais. É omisso também com relação à propriedade intelectual.

Com relação à presença do pessoal alemão em Manaus, voltou-se à proposta do Salati (1991) que fala na permanência de pelo menos dois cientistas, três doutorandos, e pessoal técnico em missões de curta e longa duração. No acordo de regulamento assinado por Fonseca/Junk em 1996, isso era sutilmente ilimitado.

Uma e meia boas novidades (QUE NO CONVÊNIO VÊM ATÉ EM CAIXA ALTA) são as que dizem: que o GTET/MPIL financiará DISSERTAÇÕES dos estudantes vinculados ao projeto como orientandos dos pesquisadores alemães e brasileiros; e, abre, pela primeira vez, a possibilidade (EM CAIXA ALTA) de treinar estudantes de doutorado em Plön (antes eram só pesquisadores).

O INPA continua a fornecer apoio para a importação e exportação de equipamentos e do material científico necessários à realização dos projetos. Ironicamente, a cláusula terceira é tratada como "Da Execução dos Trabalhos", mas na verdade diz respeito apenas à coleta e remessa de material científico[70]. Diz essa cláusula (3.1): "para execução das pesquisas conjuntas na Amazônia brasileira, o INPA responsabilizar-se-á pela obtenção da autorização para coleta de dados e de material científico, segundo as disposições do Dec. 98.830/90 e do regulamento criado pela Portaria 55/90 da SCT/PR".

---

passando por instituições e empresas públicas e privadas. Em 28/01/97 foi aprovado pelo Congresso Nacional e em 18/02/97 foi sancionado pelo presidente da república.

[70] A não ser que os autores tenham querido resumir a execução dos trabalhos apenas a esta atividade, o que é pouco provável.

Um relatório anual será enviado pelo GTET/MPIL ao INPA dando conta do desenvolvimento dos trabalhos e os principais resultados alcançados.

Hoje é difícil separar a cooperação do INPA com o MPIL, daqueles projetos realizados no âmbito do programa *Shift*. O projeto do INPA criou asas e voou para outros locais do Brasil, particularmente para o Pantanal.

5.2.8. Considerações

A título de finalização, podemos dizer que o Grupo de Ecologia Tropical do Max-Planck tem uma longa história com o INPA, mas ainda tem vários pontos obscuros. Em termos institucionais o convênio começou através das relações pessoais entre Sioli, chefe do Departamento de Ecologia Tropical do MPIL desde 1957 e Djalma Batista, que ficou de 1958 a 1969 na direção do INPA. Apesar dessa antiga ligação apenas em 1969 é que foi estabelecido um convênio formal entre o CNPq-INPA/Departamento de Ecologia Tropical do MPIL. Esse convênio foi assinado antes até do Acordo Geral de 1969 que foi matriz de dezenas de convênios em várias áreas científicas e tecnológicas.

Com base nesse acordo geral, foi assinado em 1984 um termo aditivo entre o CNPq e a Sociedade Max-Planck. Como ambos (INPA e MPIL) estavam subordinados administrativamente à CNPq e MPG, tudo parecia se encaixar nesse novo termo aditivo.

Em função desse termo aditivo, Roberto Vieira, então diretor do INPA, encaminha, ainda em 1984, longa correspondência ao chefe do GTET/MPIL estabelecendo novas regras no jogo.

E a vida continuou assim até que em 1987 o INPA foi transferido para o recém-criado MCT e o *SHIFT* começa a tomar forma. A saída do INPA da órbita do CNPq levantou dúvidas quanto à validade do convênio CNPq/MPG. Em 1990 há uma abertura criada pelo Dec. 98.830 que permite tratamento diferenciado e especial aos convênios. Em 1991, Enéas Salati, propõe a assinatura de um convênio MCT/INPA/MPIL. Por razões não muito explícitas, esse convênio não vingou. Enquanto isso, o *Shift* estava a pleno vapor. Na administração Seixas Lourenço, houve (segundo Fonseca, 1994) uma recusa de se assinar um convênio em função da não correspondência hierárquica entre diretor do INPA e chefe do GTET/MPIL. Em 1994 o diretor do INPA, contrariando a consultoria do MCT e os trâmites pelo Itamaraty, estabelece um questionável expediente de "acordo de regulamento", que foi publicado no DOU como acordo. Finalmente em 2001 o diretor do INPA, Warwick Kerr, com a interveniência de Ronaldo Sardenberg (Ministro da C&T),

assina um convênio de cooperação entre o INPA/MCT e GTET/MPIL/MPG com a duração de 7 anos.

Hoje é muito difícil separar o que é convênio INPA/MPIL, o que é *Shift* (ENV 12 e 29), o que é PPI/INPA (1-3150) e o que é PPG-7 (PPD). Piedade (2001) afirma que o PPI 1-3150 é um projeto institucional aprovado pelo INPA para desenvolver as atividades cooperativas. Assim esse PPI, coordenado pela mesma, abarca também os projetos PPG-7 0986/95 e 0023/98 (coordenados por Gercília Soares) e ambos sob o título: "*Dinâmica das Interações bio-ecológicas e pulso de inundações em áreas alagáveis da Amazônia*". Também sob o guarda-chuva do convênio INPA/MPIL amparam-se os projetos "*Ecologia de Áreas Alagáveis: Várzea e Igapó*" e "*Produção Primária*" (Env/29-2) do Programa *Shift* (Piedade, 2001).

Yamada (2001) relaciona oito projetos do Programa Shift na Amazônia Central, sendo três coordenados pelo INPA (ENVs 12, 14 e 29) e os outros cinco pelo Centro de Pesquisas Agroflorestais da Amazônia (CPAA/Embrapa Amazônia Ocidental, Manaus).

Já o site do MPIL (página do *Tropical Ecology Working Group*) se refere explicitamente a quatro projetos Shift em parceria com o INPA, todos com duração inicial de quatro anos: o ENV-12 (*Fish and Floodplain Forests*) com 10 sub-projetos no período de 01/01/1989 a 31/12/1993; o ENV 14 (*Multiple Use of Amazon Floodplains*) com 10 sub-projetos no período 01/01/1991 a 31/12/1994; e o ENV 29-1 (*Primary Production and Photosynthesis*) com nove sub-projetos no período 01/01/1993 a 31/12/1996; e o ENV 29-2 (*Stress Physiology and Primary Production of Floodplain Forests - Including interactions with other activities of the Working Group*) com 14 sub-projetos no período 01/01/1997 a 31/12/2001[71].

O convênio atual tem muitas lacunas e precisa ser melhor definido. A iniciativa precisa ser melhor estabelecida; é essencial a presença de um comitê avaliador; é preciso ter um melhor acompanhamento da saída de material científico e da contribuição às coleções do INPA. Não há estatística a esse respeito e é preciso que seja criada[72].

É importante assinalar que uma política mais ampla de pesquisa dos alemães na Amazônia e em outros ecossistemas brasileiros passou por uma grande reformulação na Alemanha nos últimos anos. A questão da destruição das florestas tropicais que

[71] Yamada (2001, pg. 171) assinala que esses projetos (Env 12, 14 e 29) só foram implementados no âmbito do CNPq a partir de 1994, quando na Alemanha já estavam em vigência desde 1989 (Env 12); 1991 (Env 14) e 1993 (Env 29).

"alcançava proporções alarmantes" (G-7, Reunião de Hounston, 11/07/1990) serviu de *lei-motiv* para essa reformulação. Os alemães começaram a atuar em duas frentes: na bilateral (Ibama, CNPq, e um leque de outras instituições, muitas *ad hoc*) e na multilateral com a criação do PPG-7 (Programa Piloto Para as Florestas Tropicais do Brasil), sendo a Alemanha o maior contribuinte para esse programa (cerca de 60%, segundo Kohlhepp, 1995).

A criação do Programa Shift em 1990, cristalizou bem essa nova política com centralização das iniciativas no BMBM (Ministério da C&T Alemão com sua rede de instituições e universidades) com a contratação de consultores *ad hoc* escolhidos entre os pesquisadores *senior* para orientar as ações e executá-las através de terceiros, como é o caso do Shift que foi contratado pela agência GKSS. Segundo Yamada (2001) esse processo permanece em curso e recentemente (1997) houve uma reestruturação da cooperação internacional do BMBM que "foi tomada em vista da necessidade de otimizar e centralizar as ações de cooperação internacional para atuação em termos geopolíticos".

Seguindo essa política recentemente (28/04/2003) foi Promulgado pelo presidente da República, um Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre cooperação financeira para a execução de Projetos para a Preservação das Florestas Tropicais (1997-2000). Ela é resultante de trabalhos de preparação realizados de 1997 a 2000 e que foram aprovados em 14/02/2002 pelas Comistas e referendados pelo Congresso Nacional em 19/03/2003.

Não estão previstos recursos para o MCT dos 66,5 milhões de euros colocados à disposição pela Alemanha.

Com relação à presença dos pesquisadores estrangeiros convidados através de cartas convites do INPA na década de 1993 a 2002, observa-se (anexo 2) que os pesquisadores e estudantes alemães vieram sobretudo para participarem de quatro projetos (cujos anfitriões declararam estar sob o guarda-chuva do convênio INPA/MPIL): Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis, Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical, PPI 1-3150 e Shift. Os projetos de iniciativa alemã receberam um total de 163 cartas dirigidas a 125 pesquisadores (alguns receberam mais de uma carta). Participaram como contrapartida do INPA um total de dezoito pesquisadores, incluindo estudantes de pós-graduação. Como se pode ver na figura 5.1, persiste uma pouca participação de pesquisadores e estudantes do INPA como contrapartidas nos projetos alemães,

[72] A única referência a esse respeito foi feita em 1985 na *Acta Amazonica* 15(3-4): 481-504 (Adis, J., W. J. Junk, et al. "Material zoológico depositado nas coleções sistemáticas de entomologia do

caracterizando-se estes como os principais beneficiários. Além disso, alguns poucos pesquisadores do INPA serviram de contrapartidas para muitos pesquisadores alemães. O INPA durante a década de 1990 não recebeu nenhuma expedição científica alemã, o que prova que de fato os alemães do MPIL não se utilizaram desse mecanismo para fazer pesquisas tendo como contrapartida pesquisadores do INPA.

No próximo capítulo será analisado o principal beneficiário das cartas convites do INPA: o convênio INPA/Smithsonian Institution.

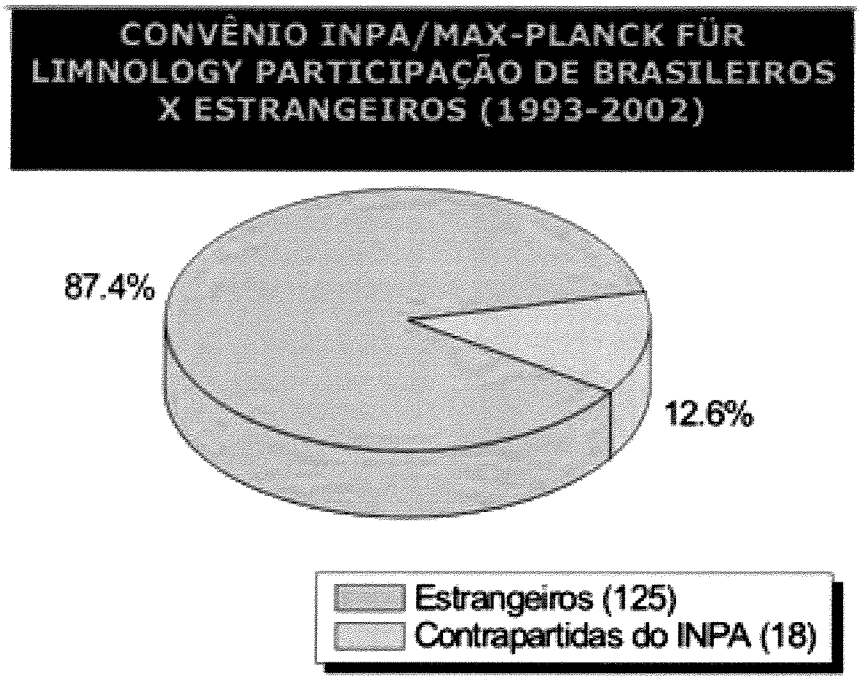


Figura 5.1 – Convênio INPA/MPIL
Participação dos contrapartidas do INPA x Estrangeiros

INPA, resultante do Projeto INPA/Max- Planck " (Convênio CNPq/MPG).

CAP. 6. A PESQUISA CIENTÍFICA NORTE-AMERICANA NA AMAZÔNIA – O CASO DO PDBFF

Este capítulo trata da presença de pesquisas e pesquisadores norte-americanos na Amazônia brasileira e em particular do PDBFF projeto que se iniciou no final da década de 1970 através da realização de expedições científicas financiadas via WWF/US e que acabou se transformando, em 1992, em um convênio de cooperação internacional entre o INPA e a SI.

Na primeira parte do capítulo é feita uma retrospectiva da presença científica norte-americana na Amazônia brasileira que se iniciou de forma truculenta em meados do século XIX. Essa presença se fez de forma não continuada e foi intensificada a partir do pós - II-guerra e se acelerou exponencialmente com o surgimento das questões de ordem ecológicas e biotecnológicas. Atualmente o maior programa norte-americano em curso é o LBA, que foi deixado propositalmente de lado por já estar sendo estudado por outros autores.

Depois dos antecedentes é feita uma pequena retrospectiva do PDBFF e em seguida apresentado os dados da fase convênio. No final são apresentados os dados das cartas convites recebidas para estrangeiros atuarem no PDBFF.

6.1. Antecedentes

Atualmente pesquisadores dos EUA são predominantes entre os estrangeiros que fazem pesquisa científica na Amazônia brasileira, como se constata pela sua notável presença no INPA (ver ítem 1, capítulo 4, Cartas convites), bem como nas expedições científicas realizadas na Amazônia na década de 1990 (ver anexo 1).

Mas, até meados do século XIX, os norte-americanos tiveram pouca participação nas pesquisas científicas na Região embora já em 1826 a marinha norte-americana, nas águas da Doutrina Monroe, tenha estabelecido um esquadrão no Brasil, cujo papel era proteger as rotas comerciais bem como desenvolver missões exploratórias e diplomáticas" (Manthorme, 1996)

A partir de 1840 uma série de norte-americanos (principalmente missionários) passam a viajar para a Amazônia para depois publicar seus livros nos Estados Unidos. William Edward escreveu *a Voyage up to the River Amazon, including a residence at Para*, em 1847, enquanto o livro de John Esaias Warren, de 1851, intitulado *Scenes and*

Adventures along the Banks of the Amazon, foi publicado em capítulos no Harpers Magazine.

Para Manthorme (1996) os viajantes norte-americanos que vieram para a Amazônia [no século XIX] tinham em mente objetivos muito específicos e duas motivações primárias para a exploração: aqueles levados por um olhar na história natural e aqueles levados por uma agenda expansionista, embora, para essa autora, as duas coisas estivessem muito interrelacionadas.

Harrison (1955, cf. Reis, 1976)[73] sustenta que as expedições que procuraram a América do Sul no período entre o fim da Guerra contra o México (1846/1848) e a Guerra da Secessão (1861/1865), não visavam apenas ao progresso das ciências. Serviam ao chamado "destino manifesto", a cuja sombra os Estados Unidos caminhavam na sua expansão territorial sem limites. (Reis, 1976, p. 104/105). E para comprovar sua tese, Harrison cita exatamente a expedição dos oficiais da marinha norte-americana à Amazônia patrocinados por Matthew Fontaine Maury, superintendente do Observatório Naval (ver detalhes mais adiante).

Essa opinião é corroborada por Bandeira (1978) que diz que o enriquecimento material dos EUA (no início do século XIX) exacerbou o seu expansionismo e a sua belicosidade, que se traduziu num movimento com o nome de Destino Manifesto. A conquista do Texas, do Arizona e da Califórnia e a aquisição do Oregon ao México deu-se na década de 1840. E foi nesse clima de expansionismo que as atenções dos Estados Unidos voltaram-se para a Amazônia.

Naquele momento o Rio Amazonas continuava proibido à navegação estrangeira (Bandeira, 1978). Com base nessa proibição, um navio norte-americano foi impedido de seguir rio acima em 1826. A empresa dona do navio reclamou junto ao Departamento de Estado uma indenização de 150 mil dólares. Essa reivindicação foi feita em 1829 por um representante norte-americano que aproveitou a oportunidade para sugerir o estabelecimento de uma linha de vapores no Amazonas e sua abertura à exploração científica. Essa reivindicação não teve acolhimento até que, em 1845, um ministro norte-americano voltou a reivindicar a indenização. Mas agora o clima já estava mais exacerbado entre o império brasileiro e a república norte-americana (Bandeira, 1978).

Uma campanha para colonizar o vale do Amazonas por negros norte-americanos foi desencadeada por um tenente da marinha norte-americana, Matthew Fontaine Maury,

influente superintendente do Observatório Naval . A abertura do rio Amazonas foi a sua principal bandeira. O tenente escreveu dezenas de artigos sob um pseudônimo. Mais tarde reuniu esses artigos num livro intitulado *'The Amazon and the Atlantic Slopes of South America*" lançado em 1853. Toda a imprensa norte-americana aderiu à campanha[74]. Segundo Bandeira (1978:88) "Mobilizaram-se escravistas, armadores, comerciantes e flibusteiros pela *política de comércio* e no *interesse da ciência*, conforme os argumentos de Maury". Segundo ainda Bandeira (1978:88) a provocação tinha cobertura do governo já que "o Departamento de Estado desfechou ofensiva a fim de forçar o Império à abertura do Amazonas e, inclusive, mobilizou para a sua causa os países ribeirinhos, particularmente o Perú e a Bolívia, através de uma série de intrigas e manobras". Os departamentos de guerra e da marinha dos EUA aderiram ao projeto de Maury e dois tenentes da esquadra americana estacionada em Valparaíso (William Lewis Herndom e Lardner Gibbon) receberam ordem para entrar no Amazonas através da Bolívia e do Peru, com o objetivo de atingir o Atlântico (Bandeira, 1978).

Para Manthorme (1996) Maury invocou o argumento de sempre: a abertura do Amazonas pelo "bem do comércio norte-americano". Para Bandeira (1978) o interesse da ciência era apenas um pretexto e os objetivos eram claramente expansionistas.

A campanha de Maury continuou com a fundação de uma companhia para colonizar a Amazônia e várias expedições se organizaram com o apoio velado ou aberto do governo norte-americano (Bandeira, 1978). Em 1855 o ministro dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, cumpriu o *desagradável dever* [grifo do original] de comunicar ao Governo do Brasil a determinação dos Estados Unidos de obter o livre uso do Amazonas (Bandeira, 1978). Em resposta, o governo do Império outorgou a Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, o monopólio da navegação no Amazonas, acrescentando uma cláusula que o obrigava a estabelecer colônias com imigrantes oriundos da Europa (Bandeira, 1978).

Os expansionistas norte-americanos ainda tentaram várias vezes penetrar no Amazonas, sem sucesso. Mas, segundo Bandeira (1978:95) "o caso do Amazonas desencadeou efetivamente o primeiro movimento antiamericano no Brasil".

---

[73] John P. Harrison, *"Science and Politics: origins and objectives of Mid-Nineteenth century Government Expeditions to Latin America". The Hispanic American Historical Review*, maio 1955, citado por Reis 1976

[74] O romancista e humorista Mark Twain, ficou tão excitado com o relato da viagem dos militares (publicado pelo governo dos EUA), que planejou sua própria aventura amazônica (que desafortunadamente nunca executou). (Monthorme, 1996)

Em 1866 o imperador do Brasil, Pedro II, assinou decreto franqueando a navegação do rio Amazonas. Neste mesmo ano, Louis Jean Rodolphe Agassiz, um suiço naturalizado norte-americano, conseguiu autorização para entrar no Amazonas em caráter científico (Bandeira, 1978). Agassiz, que veio fazer coleções para o Museu da Universidade de Harvard, já tinha trabalhado, a pedido de Martius, na classificação de coleções ictiológicas recolhidas por Spix no Brasil. A expedição de Agassiz ficou conhecida como Expedição Thayer em homenagem a seu patrocinador, o milionário norte-americano Nathaniel Thayer e, segundo Garcia (1914) e confirmado por Agassiz, teve convite e proteção do próprio imperador, Pedro II, que pôs à disposição pessoal técnico brasileiro para acompanhá-lo.

No rastro de Agassiz, seguiu-se, em 1867, a primeira expedição da então recém-criada Smithsonian Institution, de Washington, que foi enviada para explorar os Andes equatoriais e o Amazonas, num percurso de 2.000 milhas de canoa. (Garcia, 1921). Tinha entre seus membros o Coronel Staunton, James Orton, Leroy, F.S. Williams, P.V. Myers, A Bushnell, H.M. Myers, R.H. Forbes, William Gilbert (Garcia, 1922).

Quatro anos após a abertura do Amazonas para a pesquisa norte-americana, vem a Primeira expedição Morgan (o coronel Edwin Morgan doou US$ 2 milhões para a viagem) que saiu dos Estados Unidos em junho de 1870 e foi dirigida por Charles Frederick Hartt, que mais tarde integraria a Comissão Geológica do Império. Vieram nessa expedição Herbert Huntington Smith (que durante 16 anos participou de várias expedições na Amazônia - principalmente Tapajós - colecionando insetos e depois foi para a Universidade de Cornell). Participaram também das expedições Morgan Richard Rathbun e John Clark.

Orville Adalbert Derby, que morou e morreu no Brasil, veio na Segunda expedição Morgan. Estudou a foz do Amazonas e a Ilha de Marajó e a convite de Derby também integrou a Comissão Geológica do Império.

A Escola de Minas de Nova Iorque patrocinou uma expedição do Pará ao Jurimaguas (Perú) em 1873. Participaram: James Orton, H. Walter Webb e E.I. Frost. Também esteve na Amazônia em 1879, Herbert H. Smith que depois publicou *The Amazon and the Coast.*

John Casper Branner veio pela primeira vez ao Brasil entre 1875 e 1877[75]. Aqui trabalhou na Comissão Geológica do Império percorrendo o Nordeste brasileiro. Foi um

[75] Segundo Charles Wagley, cf Bom Meihy, 1990:68, John Casper Banner passou sete anos no Brasil (1874/81) e retornou com uma boa coleção de livros, mapas e demais informações

dos fundadores da Universidade Stanford em 1891 e depois presidente emérito dessa mesma universidade. Veio várias vezes ao Brasil. Em 1911 Branner traria novamente ao Nordeste a *Stanford Expedition* composta por ele e mais Fred. Baker, Harold Heath, Edwin C. Starks e William M. Mann.

Em 1913 veio o ex-presidente norte-americano (1901-1909), Theodor Roosevelt que foi acompanhado pelo então Coronel Candido Rondon percorrendo o Paraguai, o Tapajós e o Madeira.

Entre 1933 a 1968 as expedições científicas norte-americanas foram registradas pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, cujos arquivos estão depositados no Museu de Astronomia e Ciências Afins no Rio de Janeiro (MAST/MCT). De 1968 em diante foram registradas pelo CNPq, mas só estão disponíveis para pesquisa os dados relativos à década de 1990 (vide capítulo 4 e anexo 1). Esses dados mostram uma predominância de expedições de origem norte-americana no Brasil, apesar de que, conforme constatado nessa tese, a principal porta de entrada para os pesquisadores norte-americanos se deu, no caso do INPA, através dos chamados "convênios de cooperação".

Mas foi a partir da década de 1960 que as pressões dos EUA para pesquisar a Amazônia se intensificaram. Segundo Reis (1982), a Academia de Ciências de Washington, com o beneplácito de alguns brasileiros preparava-se para reavivar o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (proposto à Unesco em 1946), só que agora excluindo o comando e até a participação de brasileiros. Dizia esse autor, que um grupo de vanguarda, composto de cientistas norte-americanos veio à Amazônia e sugeriu a operação dentro das seguintes formas de atuação:

> "A Força-tarefa concluiu que o principal esforço para atingir os resultados necessários nas pesquisas deve ser feito independemente das instituições existentes na área;
>
> Um dos novos conceitos é o de que o planejamento de programas de pesquisas vá ao encontro das necessidades das zonas ecológicas ao invés das unidades políticas;
>
> A Força-tarefa propõe, inicialmente, compor a direção da Fundação, com um corpo de cientistas treinados e recrutados particularmente nos Estados Unidos;
>
> A Força-tarefa propõe que a fundação do seu colegiado de diretores retenha a direção dos programas, suas finanças e seu corpo;
>
> A Força-tarefa sugere que a Academia de Ciências dos Estados Unidos e suas entidades de agricultura escolham os membros do colegiado, diretor ou indiquem um outro órgão para fazer isso;
>
> A Força-tarefa propõe que o colegiado de direção seja localizado em Washington."

---

científicas sobre o Brasil. Mais tarde se tornou reitor da Universidade de Stanford, doou esse material para a biblioteca daquela universidade e estabeleceu o primeiro centro de estudos sobre o Brasil nos Estados Unidos

Segundo ainda Reis (1982), decidiu-se pela exclusão do INPA e do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agronômica do Norte – IPEAN (atual Embrapa Amazônia Oriental), passando a ser responsável pelo projeto um instituto novo chamado Centro do Trópico Úmido. O então presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, ao tomar conhecimento do projeto da Academia de Ciências de Washington, determinou que a direção do empreendimento fosse confiada a brasileiros, com a participação de instituições brasileiras e com a contribuição de recursos financeiros nacionais.

Mas as pressões iriam se intensificar especialmente nas áreas de biologia/ecologia e é isso que veremos a seguir.

6.2. A área de biologia/ecologia no acordo de cooperação em C&T entre Brasil e EUA

A participação de norte-americanos na pesquisa científica na Amazônia antes da década de 60, restringia-se a um ou outro antropólogo e a uma ou outra viagem de coleta realizadas através de expedições (Bom-Meihy, 1990). Com a assunção dos militares ao poder em 1964, ela se intensificou. Na área educacional foi assinado o acordo MEC-USAID, em 1966, que previa reformas curriculares em 18 universidades. Em 1972, foi assinado um acordo de cooperação científica e tecnológica entre os governos do Brasil e EUA, que foi posteriormente aprovado pelo Congresso brasileiro. Os militares, em plena era do *milagre econômico*, desejavam cooperação na área tecnológica. Como se poderá ver a seguir os norte-americanos estavam particularmente interessados em cooperar em pesquisas básicas, especialmente em ambientes peculiares e ricos como a biodiversidade amazônica.

Os sub-grupos brasileiros encarregados das negociações bilaterais Brasil/Estados Unidos referentes a C&T, apresentaram várias restrições à pesquisa científica norte-americana na Amazônia (doc. 32). As instituições executantes, CNPq (Brasil) e *National Science Foundation* - NSF (EUA), estabeleceram um memorando de "entendimento" no qual os EUA insistiam em um programa na área biologia/ecologia e a delegação brasileira querendo-a fora do acordo (doc. 32, op. Cit.). A delegação brasileira alegava que o programa se destinava apenas ao apoio a projetos de alto nível e relevância e em nível comparável de desenvolvimento. Assim, o acordo não devia incluir projetos de auxílio para o desenvolvimento de campos ainda não devidamente estruturados, ou projetos em entidades de um país sem a cooperação com instituições do outro (doc. 33).

Apesar das restrições brasileiras, os negociadores norte-americanos continuaram a pressionar pela inclusão dessa área de estudo já que o Acordo para um Programa de Cooperação Científica entre Brasil e Estados Unidos falava apenas em estudos conjuntos em ambientes peculiares. Já antes, numa reunião realizada em Washington, nos dias 04 e 05/04/74, foi aprovado um programa dentro do Acordo, denominado Programa Fabit destinado a estudos de doenças em áreas tropicais (doc. 34). Na esteira desse programa, o lado americano - através do *New York Botanical Garden* - propôs, nessa mesma reunião, um estudo botânico das áreas do Rio Caruru e Serra do Cachimbo (PA). Esse projeto recebeu – pelo lado americano - excelente avaliação (nível 4), mas foi rejeitado

pelo governo brasileiro sob o argumento de que não se enquadrava dentro do programa (doc. 34, op. Cit.).

As pressões aumentaram: em 23/04/75, o diretor da NSF, Eduardo Feller, escrevia a Lindolpho de Carvalho Dias, diretor do CNPq e coordenador brasileiro do Programa de Cooperação Brasil/Estados Unidos, insistindo na expansão das pesquisas para as regiões dos trópicos úmido e semi-árido (doc. 35). Propunha uma reunião com especialistas de ambos os países e sugeria um convite para o presidente do CNPq visitar Washington. Alguns meses mais tarde, o diretor da *National Academy Sciences*, G.S. Hammond, escreveu ao presidente do CNPq em 18/08/75, detalhando os projetos norte-americanos para o trópico úmido (doc. 36). Em 07/12/76, Eduardo Feller, diretor da NSF, escrevia ao presidente do CNPq sugerindo estudos básicos de ecologia na Amazônia (doc. 37). Feller e outros diretores da NSF visitaram o Brasil em dezembro de 1977. O conselheiro para C&T da embaixada norte-americana solicitava ao CNPq, em 31/08/78, um programa de cooperação em conservação da natureza e manejo de recursos naturais (doc. 38)[76].

Já antes, o presidente do CNPq, José Dion de Melo Teles, diante das pressões finalmente aceitou a inclusão, no acordo, de pesquisas nas áreas dos trópicos úmido e semi-árido (doc. 39). Imediatamente a NSF apresentou ao CNPq um convênio para estudo botânico da Amazônia brasileira (*Plant Survey of Treatened Areas of Brasilian Amazonia),* no qual se comprometia a investir U$ 155.249,00 durante três anos. O responsável por esse projeto era Guillean T. Prance, então pesquisador do *New York Botanical Garden*, que já vinha pesquisando a flora amazônica através de expedições desde 1964 e até aquela data já havia feito 8 grandes excursões botânicas pela Amazônia brasileira. Esse estudo acabou se transformado no projeto Flora Amazônica que durou mais de 10 anos[77].

Depois de tanta insistência norte-americana para a inclusão das áreas de biologia/ecologia entre as prioritárias para cooperação dentro do convênio, o máximo que

---

[76] Todos os documentos referenciados neste parágrafo encontram-se no Arquivo Geral do CNPq (caixa 52 M2P1/P2).

[77] Para maiores informações sobre o Projeto Flora Amazônica ver Nogueira, Eliana (2000) in "Uma História Brasileira da Botânica", Paralelo 15; e Suplemento de março/junho de 1984 da Revista Acta Amazônica, Manaus 14 (1-2). Projeto Flora (1977-1984) - "Contribuições do Projeto Flora Amazônica" - Parte 1 / "Projeto Flora Amazônica: *Eight years of binational botanic expedition*" por Guillean T. Prance, Bruce W. Nelson, Marlene F. da Silva e Douglas C. Daly. Uma síntese do projeto é apresentada no anexo III.

o governo brasileiro conseguiu foi transformar os estudos nessa área em "estudos de espécies em extinção" (doc. 39, op. Cit.)[78].

Em 1976, quando começaram a se reunir os sub-grupos de negociações bilaterais BR/USA, referentes a Ciência, Tecnologia e Energia, os representantes brasileiros pareciam negociar com base na tradicional "política de ajuda", pedindo, por exemplo, bolsas para estudantes brasileiros estudar nos EUA e transferência de tecnologia. Nesse sentido, ficaram frustrados quando os representantes americanos lhes garantiram que o Departamento de Estado Norte Americano "não dispõe de um mecanismo financeiro para custear as atividades decorrentes de possíveis projetos conjuntos" (doc. 32, op. Cit.). Os norte-americanos apenas concordavam em que o Brasil apresentasse projetos às agências norte-americanas que estudariam a possibilidade de participar dos mesmos (doc. 32, op. Cit.)[79].

Embora cientes de que a parte brasileira não considerava prioritárias pesquisas na área de biologia/ecologia, os norte-americanos garantiram que havia disponibilidade de recursos para um projeto para preservar espécies em extinção. O CNPq, então, ficou de organizar junto com a SEMA (Secretaria Especial de Meio Ambiente da Presidência da República), um projeto nesse sentido (doc. 32, op. Cit.).

Na primeira reunião do Grupo Conjunto Brasil-Estados Unidos da América sobre Cooperação Científica e Tecnológica, realizada nos dias 16 e 17/09/76, no Itamaraty, sob as chefias dos Embaixadores Francisco de Assis Grieco (BR) e Frederick Irving (EUA), ficou decidido que entre as áreas comuns para a cooperação científica e tecnológica constaria a de "recursos naturais", formada pelas sub-áreas de proteção de espécies ameaçadas, flora do Brasil, biologia marinha e pesca; preservação da fauna e da flora. A delegação norte-americana deixou claro que especial atenção seria dada a programas interdisciplinares no trópicos úmido e semi-árido, e cerrados (ata da 1ª reunião conjunta Brasil/EUA sobre cooperação em C&T – doc. 40)[80].

---

[78] Em correspondência encaminhada ao presidente do CNPq em 24/09/76 (doc. 39, op. Cit.), o então Superintendente de Cooperação Internacional do CNPq, Raimundo Nonato Fialho Mussi, informa que "Soube pelo embaixador Grieco (chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Itamaraty) que haviam decidido tirar a ecologia das áreas prioritárias, mas quando especificaram em que campos queriam operar com a NSF estava ecologia. Demos um grito e ficou apenas 'proteção a espécies em extinção'. Creio que temos de preparar um projeto nesta área".

[79] Ofício Confidencial 0300.06002/76, Brasília, 23/09/76 - do Sup. da SCI/CNPq Luiz Augusto Lowndes Brasil (assinado pelo substituto Raimundo Nonato Fialho Mussi) ao Presidente do CNPq José Dion de Melo Teles (arquivo geral do CNPq, caixa 52).

[80] Arquivo Geral do CNPq, caixa 52.

Os negociadores brasileiros diziam que havia uma contradição entre querer aumentar a cooperação, quando na verdade estava havendo um decréscimo no custeio americano para o programa de química (NAS/CNPq) estabelecido a partir do Acordo de 1972 que vinha sendo mantido apenas com recursos brasileiros (a parte americana seria financiada pela USAID). (ata, doc. 40, op. Cit.).

Também foram aprovadas nessa 1ª Reunião Conjunta Brasil/EUA sobre cooperação em C&T as orientações para apresentação de projetos. Eles deveriam ser de alto nível de relevância e em nível comparável de desenvolvimento, como já se afirmou anteriormente. As diretrizes previam que os projetos deveriam ser aprovados simultaneamente por NSF e CNPq; que os responsáveis tinham que ser doutores. A representação brasileira também pediu que, a exemplo do CNPq, a NSF coordenasse os trabalhos das agências norte-americanas como um todo[81] (doc. 33, op. Cit.).

Sem subestimar a importância das expedições científicas norte-americanas nos séculos XIX e XX, é importante registrar que elas cresceram em volume e densidade a partir do fim da 2a. Guerra Mundial e mais especificamente a partir das décadas de 1960 e 1970 com a criação de projetos de longo-prazo e instalação de bases de pesquisas mais ou menos permanentes[82]. Isso se deve, entre outras coisas, à intensificação da preocupação com a preservação ambiental, bem como ao próprio avanço da biologia molecular.

Mas norte-americanos em maior quantidade vieram a Amazônia a partir de 1964 (início do período militar) quando a Fundação Rockfeller apoiou a criação de um Laboratório de Arbovírus junto ao Instituto Evandro Chagas em Belém, em 1965.

---

[81] Essa agenda sobre pesquisa científica norte-americana na Amazônia brasileira evoluiu muito e desde 1996 vêm sendo realizadas Reuniões Operativas da Agenda Comum Brasil e EUA para o Meio Ambiente com a participação, por um lado, do Ministério das Relações Exteriores e por outro do Departamento de Estado (Subsecretaria para Oceanos, Meio Ambiente e Ciência). Na penúltima reunião (Brasília, 2000) foi discutido, entre outras coisas: florestas (organização do Fórum das Florestas nas Nações Unidas; considerações sobre uma iniciativa bilateral sobre áreas protegidas); biodiversidade (negociações no ambito da Convenção da Diversidade Biológica; estabelecimento de uma rede internamericana de informações sobre a diversidade biológica). A VI reunião estava programada para ser realizada em Washington em 2001. (MRE, Informação à Imprensa 117, 29/03/2000). Também têm sido assinados alguns ajustes entre os governos dos EUA e do Brasil para a execução do Projeto LBA, um mega projeto da Nasa na Amazônia que recentemente passou à administração do INPA.

[82] Entretanto, mesmo antes disso, vários pesquisadores norte-americanos trabalharam em instituições brasileiras. De 1945 a 1957, por exemplo, trabalhou no IPEAN (atual Embrapa Amazônia Oriental) o botânico George Alexander Black, que morreu em uma de suas muitas excursões pela Amazônia. Este, junto com o botânico Adolpho Ducke, propôs talvez o primeiro modelo da distribuição das espécies botânicas da Amazônia.

Complementarmente ao projeto de arbovírus do Instituto Evandro Chagas / Fundação Rockfeller, desenvolveu-se um projeto entre o Instituto de Pesquisas Agronômicas do Norte - IPEAN (depois CPATU, atual Embrapa Amazônia Oriental) e a *Smithsonian Institution* com o objetivo de "proteger o trecho de mata de propriedade do IPEAN, situado ao longo do Rio Guamá, onde há anos vem sendo feitas coletas sistemáticas de dados pelo Laboratório de Vírus de Belém e, mais recentemente, por pesquisadores do Departamento de Zoologia e Vertebrados da *Smithsonian Institution*, de Washington - EUA" (IPEAN, 1966). Esse projeto chamava-se "Área de Pesquisas Ecológicas do Guamá - Um programa integrado de colaboração científico-educacional na Amazônia". Segundo um relatório do IPEAN (1966), o programa/convênio fazia a complementação salarial dos pesquisadores brasileiros, além de ofereçer bolsas para estagiários. Dentro desse convênio foi proposta a criação de duas novas áreas de pesquisas ecológicas: a da Serra do Navio (Amapá) e a de Caxiuanã (Pará).

Veio a trabalhar nesse projeto um estudante do departamento de zoologia de vertebrados da Universidade de Yale, Thomas E. Lovejoy III, que coletando pássaros em Belém fez seu doutoramento[83] e, anos mais tarde seria o criador e principal executivo do projeto que tinha a pretensão de medir o Tamanho Mínimo Crítico de um Ecossistema para orientar o governo brasileiro a criar áreas de preservação ecológica na região amazônica, conhecido hoje como Projeto Dinâmica Biológica de fragmentos Florestais – PDBFF (maiores informações sobre o projeto no próximo ítem).

Um marco da pesquisa científica norte-americana na Amazônia na década de 1960 foram as expedições realizadas pelo Navio Oceanográfico Alpha-Helix que duravam entre 6 a 12 semanas. O navio, de 40 metros de comprimento, deslocava 300 toneladas, tinha espaço para 10 pesquisadores e 12 tripulantes, levava um jeep, pequenas

[83] De acordo com o *curriculum vitae* apresentado por Lovejoy ao CNPq em 1979, ele estudou de set/67 a ago/69 a ecologia das populações de pássaros em Belém e a epidemiologia de 18 arbovírus associados a estes pássaros com financiamentos (*grants*) do NIH (Instituto Nacional de Saúde do EUA), AFSOR (Escritório de Pesquisas Científicas da Força Aérea dos EUA), *Frank M. Chapman Memorial Fund* (Museu Americano de História Natural), *Conservation Foundation* e apoio da Fundação Rockfeller (Laboratório de Vírus de Belém). Lovejoy voltou a Belém em 1970 (jan/out) para trabalhar como pesquisador assistente no "Projeto Belém " do *National Museum of Natural History* da *Smithsonian Institution* com *grant* do *Army Research Office*. Lovejoy foi vice-presidente do WWF/US, Secretário assistente do Smithsonian, diretor do Banco Mundial para a biodiversidade e atualmente preside *oThe H. John Heinz III Center for Science, Economics and the Environment.*

embarcações e cabanas pré-fabricadas[84]. Essas expedições foram propostas em 1966, mas em 1975 ainda estavam em andamento (IPEAN, 1966; CNPq, 1975).

Ainda não foram feitos estudos que avaliem os impactos da cooperação científica norte-americana na Amazônia brasileira. Faz-se necessário organizar a memória dessa cooperação, estudá-la a fundo para entender sua dinâmica e inferir para que essa cooperação tenda sempre a beneficiar em primeiro lugar a comunidade científica nacional que trabalha na Amazônia. Estão aí para ser estudados projetos como: o projeto do Laboratório de Arbovírus de Belém (Fundação Rockfeller/Smithsonian/IEC/IPEAN); as expedições do navio oceanográfico Alpha-Helix; navio Fred H. Moore; *The Wallace Expedition to Amazonia*; Projeto Flora Amazônica (*New York Botanical Garden*/INPA/MPEG); Projeto Camrex (U. Washington); Projeto LBA e outros. A dissertação de Gama (1997), foi uma contribuição no esforço de analisar um dos maiores projetos norte-americanos ainda em curso na Amazônia brasileira, qual seja, o Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (WWF/US-Smithsonian-INPA).

Gama (1997) estudou sobretudo a fase de expedição científica do PDBFF (1979/1992). O presente capítulo se propõe a estudar a sua fase de convênio de cooperação (1992/2001) quando o acesso dos pesquisadores norte-americanos à biodiversidade amazônica começou a se dar através do recebimento de cartas-convites emitidas pelo INPA. E foi o PDBFF quem mais solicitou e recebeu essas cartas.

[84] Inicialmente desenvolveram 4 programas coordenados, respectivamente, por T.H. Bullock, da Universidade da Califórnia (Neurobiologia); K. Schmidt-Nielsen, da *Duke University* (regulação osmótica), Carrol M. Williams, da *Harvard University* (fisiologia de insetos) e Jacob Biale, também da Universidade da Califórnia (fisiologia de plantas).

6.3. O Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais

O PDBFF, desde sua concepção nos EUA até sua aprovação formal pelas autoridades brasileiras demorou cerca de dois anos. No fluxograma abaixo (tabela 6.1) poderá se ver as diferentes etapas pelas quais passou o projeto.

Tabela 6.1 - Da Concepção à aprovação do PDBFF

Nº	Fonte	Data	Assunto
01	Wetterberg 1976	Jul/76	Gary Wetterberg, especialista norte americano em manejo de áreas silvestres, a convite do governo brasileiro e através do PNUD/FAO, apresenta sua proposta (*A General Programme for Wildlife Management and Conservation in Brazil*). Dedica 4 páginas à questão do tamanho mínimo de um ecossistema na Amazônia.
02	Wetterberg et al (1977) e Wetterberg (1976b)	Jul/77	Esse trabalho de Wetterberg é abrasileirado com a inclusão de co-autorias de Maria Pádua, Celso de Castro e José de Vasconcelos (todos do IBDF) e ampliado para incluir toda a Pan-Amazônia. É publicado com o título de "*An Analysis of Nature Conservation Priorities in the Amazon*" e passa a ser a posição oficial do Brasil sobre o tema na II reunião dos Países da Pan-Amazônia. No relatório final dessa reunião a questão do tamanho mínimo é expressamente entregue a Thomas Lovejoy.
03	Doc. 41	Jun/77	Apresenta um *draft* do projeto TMCE ao IBDF tendo como propositor o WWF/US e como patrocinador o NFWL/USDI (doc 45). Antes conversa com o diretor e com o chefe da Divisão de Ecologia do INPA (Kerr e Schubart).
04	Doc. 42	Jul/77	O chefe da Divisão de Ecologia do INPA, Herbert Schubart, solicita autorização da Suframa para fazer o projeto em áreas do Distrito Agropecuário a 30 kms de Manaus.
05	Doc. 43	Jul/77	O IBDF o encaminha o *draft* do PTMCE em forma de processo ao CNPq pedindo autorização
06	Doc. 44	Set/77	O CNPq pede para que o projeto seja transformado em expedição científica, encaminha os formulários e pede a Lovejoy que dê entrada através da embaixada Brasileira em Washington.
07	Doc. 45	Jun/78	*Draft* do PTMCE é apresentado pela WWF/US (Lovejoy) ao *The Department of Interior's – National Fish and Wildlife Laboratory* (NFWL/USDI)
08	Doc. 46	Ago/78	Lovejoy (WWF/US) envia ao CNPq o *draft* da proposta apresentada ao NFWL/USDI para o PTMCE/PDBFF
09	Doc. 47	Jul/78	Lovejoy cobra uma posição do INPA. Warwick Kerr (diretor do INPA) detalha as condições para o INPA participar.
10	Doc. 48	Set/78	O projeto é apresentado à Embaixada Brasileira em Washington em nome da NFWL/USDI já no formato pedido pelo CNPq. A embaixada brasileira encaminha o projeto ao CNPq;

11	Doc. 49	Set/78	O projeto é considerado de alta relevância na 1a. Conferência Internacional de Pesquisa em Biologia da Conservação realizada em San Diego (Califórnia);
12	Doc. 50	Out/78	Começa o processo de aprovação em nível de CNPq que solicita pareceres a respeito do projeto de consultores do CNPq, da SEMA e do IBDF;
13	Doc. 51	Nov/78	Pareceres positivos do consultor do CNPq (Frota Moreira); e IBDF (Wetterberg e P.A. Berutti) chegam ao CNPq;
14	*Nature*, 26/10/78	Out/78	Primeira notícia publicada a respeito do projeto na revista "*Nature*" (26/10/78) que diz que a iniciativa é de Herbert Schubart (INPA).
15	OESP, 26/12/78	Dez/78	O projeto é divulgado pela primeira vez na imprensa brasileira (O Estado de São Paulo, 26/12/78). Causa grandes repercussões por se tratar de um projeto norte-americano para salvar a Amazônia brasileira;
16	OESP, 12/01/79	Fev/79	Data prevista para o início do projeto. A realização do Simpósio Internacional sobre Refúgios do Pleistoceno, que seria realizado em Manaus em fevereiro e marcaria o início do Projeto, é cancelada pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN) que retira o assunto das mãos do CNPq (OESP, 12/01/79);
17	Doc. 52	Fev/79	Chega ao CNPq os pareceres positivos do chefe da SEMA, Paulo Nogueira Netto e do consultor da SEMA, Naírio Simões, a respeito do PDBFF;
18	Doc. 53	Fev/79	O presidente do CNPq comunica a Lovejoy que o Projeto/expedição tem que ser encaminhado através da NSF como projeto bilateral de pesquisa sob a responsabilidade do INPA.
19	Doc. 54	Mar/79	O diretor do INPA, Warwick Kerr, solicita autorização para Lovejoy e Bierregaard (chefe-de-campo) iniciarem projeto em julho;
20	Doc. 55	Abr/79	CNPq solicita um parecer do Comitê Assessor de Zoologia, Botânica e Ecologia do CNPq que se manifesta positivamente;
21	Doc. 56	Mai/79	NSF recomenda ao CNPq a aprovação do projeto;
22	Doc. 57	Jun/79	Chega a Manaus o chefe de campo do projeto, Richard Bierregaard, para dar início ao projeto;
23	Doc. 58	Jun/79	CNPq encaminha o projeto para aprovação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), conforme manda a lei;
24	Doc. 59	Jul/79	CSN informa nada ter a opor à solicitação do chefe da divisão de ecologia do INPA, Herbert Schubart, para pesquisa em colaboração com Lovejoy.
25	Doc. 60	Ago/79	Presidente do CNPq assina autorização para a Expedição 017/79 (PTMCE) e designa Herbert Schubart como responsável brasileiro pela mesma.

Uma vez aprovado, o projeto teve rápida evolução. Por iniciativa do governo brasileiro, logo depois de iniciado, o nome do projeto foi alterado de *tamanho mínimo crítico de ecossistemas* para PDBFFF. Teve duas fases: a primeira como expedição científica e a segunda e atual como convênio de cooperação internacional.

O Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais (PDBFF) é, atualmente, uma base de pesquisas científicas norte-americana na Amazônia brasileira, operada pelo Museu Nacional de História Natural dos EUA (*The U.S. National Museum of Natural History - NMNH*), do Smithsonian Institution (SI), como um programa de bolsas competitivas em biologia tropical. No Smithsonian o PDBFF é subordinado administrativamente ao Programa BIOLAT (Biodiversidade na América Latina) o qual opera também em áreas amazônicas da Bolívia e Perú, representando a base dos programas de biodiversidade neotropical do NMNH (PDBFF, 10° e 11° Relatórios anuais)[85].

Quando foi proposto em 1978 por Thomas E. Lovejoy (doc. 45, op. Cit.), o PDBFF era um projeto de pesquisa dirigido a estudar a extinção e os processos de extinção em fragmentos de florestas isoladas durante 20 anos. Originalmente, chamava-se "Projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecosssistemas - Um Estudo Fundamental para o Planejamento de Parques Nacionais" ("*Minimum Critical Size of Ecosystems Project - A Study Fundamental to National Park Design*") e tinha como objetivo determinar o tamanho mínimo pelo qual não haveria perda da biodiversidade em função da fragmentação da mata primária provocada por desmatamentos em áreas destinadas a projetos agropecuários. Concomitantemente o projeto buscava saber os processos pelos quais os ecossistemas desintegram-se pela perda de espécies, quando reduzidos para menos que o tamanho mínimo crítico.

Com base na legislação brasileira, que naquela época previa que projetos de desenvolvimento agropecuário, na Amazônia, deviam reservar 50% de suas áreas para conservação, o projeto propunha-se a estudar cerca de 62 áreas ou fragmentos de mata primária de 1, 10, 100 e 1.000 ha, a serem isoladas pelo desmatamento em fazendas localizadas no Distrito Agropecuário da Suframa, um projeto do governo federal que cobre uma área de cerca de 600 mil hectares, que se inicia a 30 kms de Manaus, às margens da BR-174 que liga Manaus à Venezuela.

Os levantamentos se iniciaram em 1979 em três fazendas a 60 kms de Manaus[86]. A partir dos dados coletados nessas fazendas, eles poderiam ser estendidos para toda a

---

[85] O *Smithsonian Institution* possui também o *Smithsonian Tropical Research Institute* (STRI) , localizado na Ilha de Barro Colorado (Panamá) e o *Smithsonian Environmental Research Center* (Maryland, USA). Financia também trabalhos de campo na Estação Biológica La Selva, na Costa Rica.

[86] O início do projeto está registrado na Enciclopédia Barsa (1990:318) no verbete "Amazonas". Diz: "1979 - Início, em uma grande fazenda, a 70 km de Manaus, do Projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas, lançado conjuntamente pela seção norte-americana do Fundo Mundial da

região, sendo possível planejar o tamanho mínimo dos parques nacionais da Amazônia, a serem criados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF (atualmente incorporado ao IBAMA).

A metodologia proposta para o projeto era relativamente simples e consistia em inventariar a biodiversidade a intervalos regulares antes e depois do desmatamento (isolamento). Réplicas de áreas de diferentes tamanhos seriam comparadas entre si, de forma a se poder acompanhar o desaparecimento das espécies da flora e da fauna. Para o sucesso do projeto, os coordenadores contavam com a ajuda dos fazendeiros na derrubada e queima da floresta e na formação e manutenção dos pastos, de forma que as áreas das reservas isoladas permanecessem isoladas.

Entretanto, como o governo federal interrompeu, em 1984, a concessão de novos financiamentos para os fazendeiros do Distrito Agropecuário da Suframa, estes não conseguiram promover novos desmatamentos. Por conseguinte, o projeto original da pesquisa proposto por Lovejoy ficou prejudicado, uma vez que novas áreas deixaram de ser desmatadas, ficando as áreas de pesquisa do projeto reduzidas a menos de 10, sendo que a única de 100 ha. ficou apenas parcialmente isolada[87]. Além disso, a maioria dos pastos foram abandonados e tomados rapidamente por densas capoeiras. Para manter algum isolamento o próprio projeto teve que bancar o desmatamento. Ainda hoje o projeto mantém desmatada uma faixa de 100 metros ao redor de algumas reservas.

Inicialmente o Projeto era formado pelos seguintes subprojetos: ecologia vegetal, aves, pequenos mamíferos, primatas, herpetologia, insetos e solos.

A partir do quarto ano de execução, por imposição da parte brasileira, o título do projeto foi alterado de *Projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas* (PTMCE) e passou a chamar-se, no Brasil, de *Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais* (PDBFF). Nos Estados Unidos foi mantido o nome original (*Minimum Critical Size of Ecosystems Project*) e só com a mudança do *status* do projeto de expedição do WWF/US para convênio INPA/Smithsonian, em 1992, passou a ter este título também em inglês (*Biological Dynamics of Forest Fragments Project*), mantendo-se o antigo título como sub-título.

Vida Selvagem e pelo INPA a fim de medir o espaço mínimo necessário à sobrevivência das espécies vegetais e animais da região com vistas ao dimensionamento ideal de futuras reservas biológicas e parques regionais".

[87] Atualmente a maior parte das pesquisas são realizadas nos arredores do acampamento conhecido como "41", em área não fragmentada.

O projeto foi autorizado pelo CNPq como expedição científica em 1979 e assim permaneceu até 1992, quando foi incorporado ao convênio firmado entre o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), do MCT, e o *Smithsonian Institution* através do *National Museum of Natural History* (Museu Nacional de História Natural) de Washington. Por esse convênio, as pesquisas já não se limitam apenas às áreas das fazendas, mas estendem-se por toda a Amazônia brasileira e por tempo indeterminado. Nesse caso, o PDBFF joga um papel importante como base de recepção para a entrada de pesquisadores para esse e outros projetos do Smithsonian.

Passados 25 anos da criação do projeto, centenas de milhares de informações foram obtidas sobre plantas e animais (inclusive raros ou de valor econômico) a partir de investimentos de mais de U$ 17,5 milhões de dólares[88], envolvendo mais de 700 pesquisadores/estagiários só na sua fase de coleta de campo.

O projeto foi totalmente concebido nos EUA e financiado até hoje, em sua maior parte, por instituições governamentais Norte-americanas. Nas áreas do projeto até 1997 já tinham sido identificadas mais de 1.000 espécies de árvores, 51 de sapos, 24 de lagartos, 63 de cobras, 370 de pássaros e 52 de mamíferos.

O PDBFF foi formalmente proposto pelo Fundo Mundial para a Vida Selvagem (*Word Wildlife Foundation* - WWF/US) e viabilizado financeiramente através de um contrato entre este e o Laboratório Nacional de Peixes e Vida Selvagem do Departamento do Interior dos EUA (*National Fish and Wildlife Laboratory of US Department of Interior*). O projeto recebeu uma autorização do CNPq para uma expedição científica com a duração de três anos.

Não foi encontrado nenhum registro em relatórios ou atas do projeto sobre a entrada dos recursos financeiros nos primeiros quatro anos do PDBFF (Gama, 1997). A partir de 1983, segundo a ata do comitê de manejo de 16/06/83, os recursos da WWF/US para o projeto passaram a ingressar no Brasil através da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), do Rio de Janeiro, que os repassava à ELFA (Empresa de Levantamento Florestal do Amazonas Ltda.), empresa privada, criada em Manaus pelo diretor de campo do projeto, Richard Bierregaard, para contratar o pessoal para o trabalho de campo. Em 1986, por exigência do CNPq foi alterada a razão social da ELFA se transformando em ALFA (Associação de Levantamento Florestal do Amazonas). O contrato social também foi modificado subordinando a ALFA às autoridades científicas

[88] Segundo o Relatório de Avaliação Externa do PDBFF de 1992 (Relatório Terborgh), o gasto anual do Projeto girava em torno de US$ 700 mil (Terborgh, 1992).

do País, limitando sua área de atuação ao Amazonas e restringindo suas atividades àquelas ligadas ao PDBFF. A ELFA/ALFA chegou a ter mais de 60 trabalhadores no campo[89].

A partir de 1991, com a entrada do Smithsonian em cena, os recursos passaram a ser fornecidos via Programa de Biodiversidade do Museu Nacional de História Natural (NMNH). Atualmente as principais fontes de recursos advém da *USAID, Pew Charitable Trusts, Biodiversity Support Program (Smithsonian), Citibank, Andrew W. Mellon Foundation e Barbara Gauntlet Foundation.* Mas ao longo da história do projeto muitos foram os contribuintes: WWF/US, *National Park Service, Consortium for The Study of Man's Relationship with the Global of U.S. Man and Biosphera Program - US-MAB, Weyerhaeuser Family Foundation, Sequoia Foundation*, WWF-Canadá, *George D. Harris Memorial Foundation*, WWF-Holanda, *National Geographic Society*, MacDonald's Corporation, Pew Memorial Trusts, OEA, *State University of the New York Benevolent Fund, Tinker Foundation, Sigma Xi, W. Alton Jones Foundation, Frank Chapman Fund*, Congresso dos EUA, *Organization for Tropical Studies,* NASA, NSF, IAEA, NYBG, *MacArthur Foundation*, além de doadores privados. Pelo lado brasileiro contribuíram o IBDF, a Companhia Vale do Rio Doce, o INPA, o CNPq e a Capes. Atualmente (2004) a principal fonte de recursos do PDBFF é a USAID (site inpa.gov.br/pdbff)[90].

Com a transferência do projeto para o Smithsonian, em 1991, o PDBFF foi transformado em um programa de bolsas competitivas, recebendo propostas de pesquisadores de qualquer nacionalidade uma vez por ano. Essas propostas são julgadas por um comitê científico consultor do Smithsonian em Washington e referendadas ou não pelo comitê de manejo do projeto em Manaus.

O Comitê de Manejo é o órgão deliberativo do PDBFF. Inicialmente esse comitê era formado pelo chefe-de-campo, pelos coordenadores brasileiro e estrangeiro e por dois pesquisadores convidados. Historicamente o Comitê de Manejo sempre foi dirigido (chefe de campo) por estrangeiros: Thomas Lovejoy/Richard Bierregaard/Marina Wong/Roger Hutchings/Claude Gascon. Com a transferência do projeto para o Smithsonian, o antigo chefe-de-campo passou a ser chamado de diretor científico. Os últimos três desses diretores científicos passaram a ser brasileiros. As reuniões do Comitê de Manejo são

[89] Ainda hoje os trabalhadores de campo e de escritório são funcionários da ALFA.
[90] Em 1993, uma ONG com sede no Rio de Janeiro, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS), apresentou ao *World Bank* e ao *United Nations Development Programme* (UNDP) uma proposta, dentro do *Global Environment Facilities - Biodiversity Program* (GEF), no

registradas em atas assinadas por todos os participantes[91] e não possuem uma regularidade tendo em média de 4 a 5 reuniões por ano. O projeto também é avaliado de quatro em quatro anos por um comitê científico independente selecionado pelo Smithsonian.

O PDBFF tem um *staff* administrativo e um número de mateiros que varia conforme a necessidade. No total empregou uma média de 35 funcionários de apoio, todos funcionários da ALFA (Associação de Levantamento Florestal do Amazonas). O projeto usava também um ou dois técnicos de laboratório do INPA.

O projeto montou uma estrutura paralela e independente do INPA alugando casas e, em 1993, construindo, com recursos do congresso norte-americano, um prédio no campus do INPA - Aleixo II. Dispõe, além disso, de vários automóveis e diversos acampamentos na floresta, sendo que um deles (o "41") possui boa infra-estrutura inclusive energia elétrica.

No início do projeto (fase de expedição científica), o escritório-base foi instalado em Washington como parte do Departamento de Ciências do WWF/US (*World Wildlife Fundation* - 1250 Twenty-Fourth Street, NW Washington, DC 20037 - USA). Esse escritório, até o projeto passar para o Smithsonian em 1992 (fase de convênio), tinha como objetivo dar apoio logístico e administrativo ao projeto, fazendo, entre outras coisas, pesquisa bibliográfica, compra de materiais, organização burocrática para o transporte de equipamentos de pesquisa para o Brasil. Além disso, cuidava das viagens dos participantes do projeto e visitantes e era responsável pela preparação de relatórios para as organizações doadoras e pelas relações públicas do PDBFF nos Estados Unidos.

Em 1994 o projeto foi "institucionalizado" pelo INPA, passando a fazer parte da Coordenação de Pesquisas em Ecologia do INPA e a compor a Agenda de Pesquisa do Instituto.

No que diz respeito à componente política e de educação ambiental do PDBFF, o comitê de cientistas independentes que avaliou o projeto em 1988, já reconhecia que:

> "o projeto tem dado a maior contribuição para aumentar a conscientização da importância da conservação da floresta tropical por meio da televisão e da imprensa popular. Entretanto, o maior direcionamento tem sido sobre os meios de comunicação dos EUA, com ênfase insuficiente na publicidade do projeto e suas amplas implicações no Brasil. O cultivo dos meios de comunicação brasileiros, e talvez o contrato de um oficial da imprensa com

---

valor de US$ 4,1 milhões de dólares para o PDBFF. Para administrar esses recurso foi assinado um convênio entre a FBDS e a Fundação Djalma Batista, ligada ao INPA.

[91] Segundo o então chefe de campo, Claude Gascon e corroborado pelo próprio Roger Hutchings, as atas do Comitê de Manejo referentes à chefia-de-campo deste (Roger Hutchings 1989/1993) desapareceram do escritório do projeto em Manaus.

base em Manaus, deveria ser bem considerado. Um esforço para aumentar o número de visitas pelos dirigentes-chaves no Governo brasileiro deveria receber atenção" (Soulé, 1988).

Já a comissão de cientistas independentes que avaliou o projeto em 1992 dizia tratar-se (o projeto) de um apelo global da importância da biodiversidade e da difícil situação das florestas tropicais. Segundo ainda esse relatório "as imagens dos fragmentos isolados do projeto estão irreversivelmente inscritas na memória de milhões de pessoas nos EUA" (Terborgh, 1992). O relatório considerava essa componente a de maior sucesso do PDBFF e "que pode justificar as despesas mesmo se descontar os outros componentes (treinamento e ciência)".

Essa componente de educação pública se traduz na visita de celebridades do mundo da TV (Walter Cronkite), Cinema (Tom Cruise), música (Bianca Jagger) e na publicação de centenas de matérias nos principais jornais, revistas e TV's dos EUA e de outros países. Cerca de 1/4 dos deputados e senadores dos EUA já visitaram as áreas do PDBFF.

O INPA, desde o início, foi a "contraparte" brasileira no projeto mas em média o projeto teve apenas um pesquisador brasileiro para cada dez estrangeiros. Ao longo de sua execução foram tentadas fórmulas para que o INPA pudesse tirar mais proveito.

Em 24/06/93, por exemplo, o então diretor do INPA assinou uma portaria regulamentando a execução dos projetos desenvolvidos no ambito do INPA com fontes extra-orçamentárias provenientes de recursos nacionais, estrangeiros e internacionais. Por essa portaria, por exemplo, seriam obrigatoriamente alocados nos orçamentos de cada projeto, recursos necessários ao ressarcimento dos custos indiretos do INPA na respectiva execução, consoante estimativa feita pela coordenação ou assessoria competente. Isso nunca foi posto em prática.

O atual convênio venceu em 31/12/2002 mas continua usufruindo do tratamento especial concedido pelo Dec. 98.830/90, continuando a receber cartas-convites.

As pesquisas que - inicialmente se voltavam mais a inventários e colecionamento - evoluíram para a área da genética, sendo comum a saída de germoplasma em nitrogênio líquido (docs. 61, 62, 63 e 64).

Desde 1993 o PDBFF realiza anualmente um curso de campo com a duração de um mês intitulado "Ecologia da Floresta Tropical". Esse curso é patrocinado pela

Organization for Tropical Studies e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)[92] com apoio de INPA e *Smithsonian* e emprega 20 alunos de várias nacionalidades bem como professores do México, Brasil e EUA (STRI). Outros cursos de curta duração também têm sido criados nos últimos tempos.

Em nível interno do INPA o PDBFF sempre despertou grandes controvérsias e debates apaixonados. No seminário de avaliação da cooperação internacional do INPA, realizado em 1993, foi destacado como um projeto com um longo histórico de desavenças e desconfianças. Naquela ocasião foram destacados entre outros os seguintes pontos: o projeto era considerado como um enclave de pesquisa estrangeira no Brasil, uma ilha inacessível aos pesquisadores brasileiros; através do projeto eram enviados materiais científicos para o exterior, principalmente para os EUA sem obediência às normas legais; pesquisadores estrangeiros faziam, através do projeto, pesquisas com visto de turista; depois de quase 15 anos de projeto/expedição os resultados eram pífios para a parte brasileira; formando-se mais estrangeiros que brasileiros e a proporção de pesquisadores estrangeiros era três vezes maior, tendo subprojetos sem nenhuma presença de brasileiros; a relação entre os recursos investidos e o número de publicações decorrentes do projeto era extremamente alta (cerca de US$ 100 mil dólares por publicação); o projeto apresentava contradições metodológicas uma vez que o tamanho mínimo crítico de um ecossistema necessário para a sobrevivência de uma aranha é completamente diferente para uma onça (ASPI-ACI/INPA, Anais, 1993).

Também nesse sentido foi a avaliação do pesquisador do INPA, o norte-americano Bruce Forsberg (doc. 65), feita em 1993 como contribuição à reformulação do projeto. Diz a avaliação desse ex-coordenador de pesquisas em ecologia do INPA:

> "A imagem do projeto perante a comunidade científica e do INPA tem se deteriorado nos últimos anos por vários motivos: 1) A baixa produção científica do projeto (poucos trabalhos publicados em revistas indexadas); 2) A participação predominante de estagiários e alunos sem orientadores residentes na elaboração e execução do Projeto; 3) A falta de um objetivo claro, essencial para um projeto de pesquisas; 4) A falta de participação efetiva de pesquisadores do INPA no Projeto; 5) A existência de uma infraestrutura completamente independente e isolada do INPA o que dificulta a colaboração de pesquisadores do INPA e traz poucos benefícios para o Instituto".

[92] Em 12/07/2004 encaminhei consulta à Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais da Unicamp (CORI) a respeito desse patrocínio. No dia 01/09/2004, Marta Rodrigues, responsável pelo assuntos relacionados aos Estados Unidos, Canadá e Ásia da CORI/Unicamp, respondeu informando que, de fato, a Unicamp não tem convênio com a Smithsonian e diz achar que algum professor da Unicamp deve estar envolvido no projeto, mas não há nada cadastrado na Cori.

Por outro lado, o PDBFF, comparado a outros projetos de cooperação internacional do INPA e aos próprios projetos do INPA, pode ser considerado uma ilha de excelência: não tem problemas de continuidade administrativa (possui o mesmo coordenador desde sua criação); possui uma administração bastante enxuta (cerca de 30 funcionários entre técnicos de campo, auxiliares e administrativos); possui uma infraestrutura com boa manutenção (um prédio-escritório no INPA, carros, acampamentos com cozinha, refeitório, dormitório e locais de estudos, sendo que um possui energia elétrica e rádio-comunicação); seus recursos chegam sempre nos prazos previstos; possui uma sólida retaguarda de pesquisadores/orientadores de alto nível; é avaliado periódicamente por cientistas independentes; é amplamente divulgado na mídia norte-americana.

Da leitura dessa parte do trabalho, observa-se os seguintes pontos no que diz respeito às posturas adotadas pelo CNPq durante o processo de aprovação do projeto:

1. Ao receber a proposta do projeto do IBDF, mandou que esta desse entrada pela Embaixada brasileira em Washington e que fosse transformada em expedição científica. Isso ajudou a ganhar tempo e enquadrou o projeto na lei existente sobre expedições científicas, promulgadas em 1969.

2. A repercussão que o projeto causou na opinião pública brasileira (depois de noticiado na imprensa) e sua imbricação com uma campanha (difamatória, segundo nota do Governo brasileiro) de concessão de terras para exploração madeireira em troca de perdão de parte da dívida externa, alarmou os militares, que avocaram a aprovação do projeto ao Conselho de Segurança Nacional (CSN) e proibiram a realização em território nacional do *Simpósio Internacional sobre Refúgios do Pleistoceno*, que marcaria o início do projeto.

3. Para acalmar o pessoal do CSN, o presidente do CNPq adotou uma política de que todos os projetos/expedições norte-americanos teriam que dar entrada via NSF. Se lá aprovados, seriam encaminhados ao CNPq, no Brasil, para avaliação. Também o CNPq, que já vinha adotando uma política de "nacionalização" do Projeto Flora Amazônica, novamente adotou a política de nacionalizar esse projeto. O fato é que a partir daquele momento, legalmente, nenhum projeto seria estrangeiro já que tinha que ser solicitado por uma instituição brasileira[93]. Isso foi incorporado na legislação atual[94].

---

[93] Um *aid memoire* (doc. 06, op. Cit.) sobre a nova política adotada pelo CNPq, elaborado pela Superintendência de Cooperação Internacional do CNPq mostrou que essa nova política tinha muito de improviso. Além disso o INPA não foi orientado a assumir essa nova política (vide capítulo 2).

6.4. O PDBFF Pós Dec. 98.830/90

Muito provavelmente a proposta de convênio INPA/SI surgiu em função do Decreto 98.830/90 que ensejou novas possibilidades para um tratamento privilegiado aos convênios. De fato, o Dec. nº 98.830 foi editado no início do ano de 1990 e regulamentado de afogadilho no último dia do governo Sarney (15/03/90) e o convênio INPA/SI foi analisado e aprovado já em outubro de 1990[95]. O certo é que o PDBFF foi se institucionalizando até se transformar em um convênio de cooperação entre o INPA e a Smithsonian Institution. Esse convênio originalmente se destinava a dar prosseguimento ao PDBFF, mas não fazia qualquer referência a este. Foi costurado de forma muito abrangente dando margem a qualquer proposta de pesquisa. O convênio tem o mesmo formato do convênio INPA/MPIL (Alemanha) com algumas pequenas alterações. Foi assinado pelo então diretor do INPA, Enéas Salati e pelo então Secretário Assistente para relações exteriores da SI (designado por relação conjunta do congresso norte-americano), Thomas Lovejoy, com a anuência do então Secretário de C&T, José Goldemberg.

O documento diz que se trata de um convênio de cooperação técnico científica e financeira entre a SCT/PR (atual MCT), através do INPA, e Smithsonian Institution e tinha como objeto o estudo conjunto sobre biologia de evolução e conservação da região amazônica. Observa-se, *in limine*, que o convênio não se restringe mais às fazendas utilizadas pelo PDBFF (fazendas localizadas dentro do Distrito Agropecuário da Suframa, nos arredores de Manaus), mas de toda a região amazônica. Isso sempre foi fórum de controvérsias anteriores entre o CNPq e a coordenação estrangeira do projeto, conforme se pode ver pelo documento que criou a auditoria (doc 07, 08 e 09, op. Cit.).

Os campos da cooperação são ilimitados e reproduzem o mesmo teor do convênio INPA/MPIL ao estabelecer que a cooperação entre as partes far-se-á através da elaboração e execução de projetos; coletas e estudos de campo; consultoria; intercâmbio de pesquisadores e estudantes; cessão de equipamentos e laboratórios; e apoio a projetos de pesquisa. Essas atividades deveriam ser detalhadas em um plano de trabalho a ser apresentado juntamente a cada projeto a realizar mas, ao longo da execução do

---

[94] Dec. 98.830, de 15/01/90 que diz que as atividades de campo de pessoa física ou jurídica em território nacional somente serão autorizadas desde que haja co-participação e co-responsabilidade de instituição brasileira de elevado e reconhecido conceito técnico-científico, no campo da pesquisa correlacionado com o trabalho a ser desenvolvido, segundo avaliação do CNPq. Por esse decreto, cabe à instituição brasileira solicitar o pedido de autorização ao MCT.

[95] O extrato do convênio foi publicado no DOU de 03/05/91 com data de validade de 30/04/91

projeto, tais planos não foram apresentados, mas apenas uma relação com os projetos aprovados pelo Comitê de Manejo.

Diferentemente dos convênios do INPA com a MPIL que designava os coordenadores brasileiro e estrangeiro dentro do próprio convênio, o convênio INPA-SCT/SI, dizia apenas que cada uma das instituições designaria um coordenador para analisar e aprovar, conjuntamente, os projetos de pesquisas específicos, baseados em seus respectivos interesses (Cláusula 3ª)[96]. Estabelecia também que nenhum dos lados poderia substituir seu coordenador sem comunicação oficial ao outro. Esses dois coordenadores é que, entre outras coisas, analisariam e aprovariam o grau da colaboração; as linhas de pesquisas apropriadas e até os requisitos de relatórios a serem seguidos.

Fica claro, pela leitura da cláusula quarta[97] (da execução dos trabalhos) que o papel precípuo do INPA é obter a autorização para as atividades de coleta de dados e materiais científicos. Essa cláusula, é cópia, *ipsis litteris*, do artigo do convênio INPA/MPIL proposto à SCT/PR em 1991 por Enéas Salati e que não chegou a ser assinado[98]. Refere-se explicitamente ao Dec. 98.830/90 e à Portaria MCT 55/90, aprovados no afogadilho da mudança presidencial entre Sarney e Collor.

A cláusula quinta se refere à utilização da mão-de-obra e difere completamente do convênio com os alemães do MPIL que se utilizam de mão-de-obra do INPA (motorista, barqueiros, técnicos). O SI se responsabiliza pelo pessoal que utilizar para a realização dos trabalhos. De fato, o PDBFF sempre teve seu próprio quadro de técnicos e mateiros que eram contratados por uma Empresa de nome ELFA (Empresa de Levantamento Florestal do Amazonas) que foi transformada posteriormente em ALFA (Associação de Levantamento Florestal do Amazonas (Ver Gama, 1997).

A cláusula sétima fala dos recursos financeiros "que porventura forem necessários no futuro, para fazer face às despesas relativas às atividades deste convênio" que ocorrerão por conta dos orçamentos respectivos, devendo serem celebrados termos aditivos para a inclusão dos respectivos créditos e empenhos. Não há, nos arquivos do INPA qualquer termo aditivo nesse sentido. A cláusula 7.2 vai além e diz que os recursos

---

[96] Niro Higuchi, pesquisador do INPA, foi nomeado pelo diretor do INPA, Enéas Salati, como coordenador brasileiro em 05/02/92.

[97] Cláusula Quarta - Da execução dos trabalhos – Para a execução das pesquisas conjuntas na Região Amazônica, o INPA responsabilizar-se-á pela obtenção de autorização para coleta de dados e materiais científicos, segundo as disposições do Dec. 98.830/90 e do regulamento criado pela Portaria no. 55/90, do MCT.

[98] Fica difícil saber quem propôs primeiro (SI ou MPIL). O diretor era o mesmo, Enéas Salati.

financeiros serão depositados no Banco do Brasil em conta especialmente vinculada à finalidade do convênio. Contradizendo o convênio, o termo aditivo assinado entre os coordenadores brasileiro e estrangeiro, respectivamente, Niro Higuchi e Thomas Lovejoy, em 13/04/1992, falava expressamente que os recursos públicos e privados obtidos nos EUA seriam depositados em Washington e gerenciados pela própria SI (artigo V, seção V.3). Somente aqueles obtidos no Brasil é que seriam depositados no Banco do Brasil.

A SI se comprometia a enviar um relatório semestral à então SCT/PR informando sobre o desenvolvimento dos trabalhos e seus principais resultados. Dois anos depois de finalizado cada projeto seria enviado um relatório final com os objetivos e metas alcançados. No entanto, tais relatórios (se foram efetivamente feitos) não foram encontrados nos arquivos do setor de cooperação internacional do INPA nem no MCT.

O prazo do convênio seria de cinco anos[99] e poderia ser prorrogado, modificado ou complementado mediante a assinatura de termos aditivos e rescindido a qualquer tempo. Um extrato desse convênio seria publicado no DOU, vinte dias após a sua assinatura.

No dia 04/02/1992, Roger W. Hutchings Honecker, então diretor de campo do PDBFF, encaminha correspondência ao diretor do INPA, Enéas Salati, sugerindo os nomes para compor o Comitê de Manejo do projeto, no que foi acatado já no dia seguinte com a nomeação do pesquisador do INPA, Niro Higuchi, para coordenador do convênio INPA/SI pelo INPA[100].

Pouco mais de dois meses depois (13/04/1992) é assinado o primeiro termo aditivo a esse convênio agora firmado apenas pelos coordenadores brasileiro e estrangeiro com a superveniência do diretor do INPA. Assim Thomas Lovejoy, Niro Higuchi e José Seixas Lourenço, fazem pela primeira vez referência ao PDBFF dentro do convênio INPA/SI cujo escopo principal era dar prosseguimento ao projeto e pretendia regular o funcionamento do mesmo[101].

---

[99] O original assinado por Enéas Salati, Thomas Lovejoy e José Goldenberg (com o testemunho de Ângelo Augusto dos Santos e Richard Odd Bierregaard) não consta a data de assinatura mas o carimbo da Assessoria Jurídica da SCT/PR indica 24/10/1990. Memorando da secretária e responsável pelo Grupo de Trabalho de Cooperação do INPA, Maria dos Santos, aponta 04/10/1990. O termo aditivo refere-se a 03/05/91

[100] Diretor científico: R.O. Bierregaard; diretor de campo: Roger Hutchings; coordenador do INPA: Niro Higuchi; Coordenador do SI: Thomas Lovejoy; Pesquisador do INPA; Angelo Augusto dos Santos.

[101] Tempos depois (06/01/1994) o então Ministro da C&T, José Israel Vargas, assinou Portaria (MCT/01) obrigando todos os institutos do MCT a submeterem a exame prévio da Consultoria Jurídica do MCT todas as minutas de convênios, contratos, acordos e outros instrumentos similares, inclusive termos aditivos.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
DESENVOLVIMENTO DE COLEÇÕE

Diz ainda que o PDBFF iniciou-se em setembro de 1979 e ficou no formato de expedição até 03/05/91 quando foi assinado o convênio INPA/SI. Contrariando o espírito que presidiu a mudança do nome do projeto de Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistemas para Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais ainda no início do projeto, esse Termo Aditivo concedia aos coordenadores do projeto a iniciativa de estabelecer as bases biológicas para a conservação da fauna e flora da região amazônica.

E o projeto não se restringia mais apenas às áreas amostrais de diferentes tamanhos (fragmentos) localizadas a cerca de 40 quilômetros de Manaus, mas se referia agora também à provisão de consultoria para a conservação e estabelecimento de reservas em toda a região amazônica (Art. II, letra f).

Os resultados do projeto seriam alcançados através da execução de estudos biológicos e ecológicos aprovados por um Comitê de Manejo sendo ouvido o Comitê Científico Consultor[102]. Outras atividades: consultoria de especialistas internacionais; treinamento de estagiários brasileiros e estrangeiros; estímulo ao desenvolvimento de teses de mestrado e doutorado; veículos, acampamentos, construções e apoio logístico.

O Comitê de manejo, existente desde o início do projeto em 1979, tinha onze objetivos, entre os quais: coordenar as atividades administrativas atuando na ligação INPA/SI; elaborar os relatórios científicos; supervisionar as atividades da entidade designada pela SI para contratar o pessoal de apoio administrativo e técnico e fornecer a infra-estrutura necessária aos estudos (Associação de Levantamento Florestal do Amazonas – ALFA); discutir e aprovar o orçamento financeiro apresentado pelo diretor de campo e pelo diretor científico do projeto (na época Claude Gascon e Thomas Lovejoy, respectivamente); estabelecer as linhas de pesquisa do PDBFF; escolher os consultores científicos do projeto; e, qualquer outra atividade não prevista nos casos anteriores.

Pelo termo aditivo os cinco membros do Comitê de Manejo seriam indicados pelos coordenadores estrangeiro e brasileiro sendo: o diretor científico, o diretor de campo, o coordenador brasileiro, o coordenador do Smithsonian e um pesquisador do INPA. Todos os membros teriam que ser homologados pelo diretor do INPA e não receberiam qualquer remuneração adicional. O diretor científico e o diretor de campo seriam escolhidos pelos coordenadores.

[102] Não foi encontrado nenhum documento se referindo a este tal Conselho.

Logo depois seria assinado um convênio de cooperação técnico-científica entre o INPA, a Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS)[103] e a Fundação Djalma Batista (FDB), esta ligada ao INPA, a fim de agilizar o repasse dos recursos para o PDBFF. Observe-se que naquele momento estavam sendo negociados recursos do *GEF (Global Environmental Fund)* do Banco Mundial, onde o coordenador estrangeiro, Thomas Lovejoy, passou a ocupar um posto chave neste banco (diretor de meio ambiente).

Mas retrocedendo um pouco no tempo, ainda no primeiro semestre de 1993, por iniciativa da Associação dos Pesquisadores do INPA (ASPI) e com o apoio da diretoria do INPA foi realizado durante três dias um seminário para avaliar a cooperação internacional do INPA. O PDBFF foi duramente criticado. Como conseqüência o então diretor do INPA, José Seixas Lourenço, publicou a Portaria INPA 082 no DOU de 29/06/1993 tentando regulamentar os convênios internacionais, inclusive com a cobrança de *over-read*, mas o processo não teve continuidade.

Em 09/04/1994, o responsável pela Assessoria de Cooperação Internacional do INPA (ACI/INPA), Sérgio Guimarães, em resposta a uma consulta realizada pelo coordenador brasileiro do PDBFF, Niro Higuchi, informa que o PDBFF não se enquadrava no capítulo XI da Portaria MCT 055/90 (casos especiais) e que o projeto para alcançar esse *status* precisava passar antes pelo Ministério das Relações Exteriores (Lei 8.028/90). Informava também que a ACI/INPA (responsável pela vinda dos pesquisadores estrangeiros) não dispunha de informações referentes aos planos de trabalho dos projetos, conforme estipulava a cláusula segunda (da cooperação entre as partes) do convênio INPA/SI. Acrescentava também que a ACI não estava recebendo os relatórios previstos na cláusula nona. Por fim, propunha uma "ampla e urgente revisão do convênio de modo a atender os objetivos das instituições envolvidas" (doc. 66).

O coordenador brasileiro do convênio INPA/SI, Niro Higuchi, não satisfeito, encaminha em 17/06/1994, correspondência (doc. 67) a Francisco Guerra, da Assessoria de Cooperação Internacional do CNPq, consultando-o sobre a possibilidade de enquadrar o PDBFF no Capítulo XI (dos casos especiais) da Portaria MCT 055/90. A consulta foi respondida cinco dias depois pelo Coordenador de Programas Internacionais do CNPq, Gilvan Fernandes Marcelino, que informou que o PDBFF se enquadrava do capítulo XI

[103] Tornaram-se diretores dessa Fundação: Enéas Salati (ex-diretor do INPA que propôs e assinou convênios INPA/SI e propôs o convênio INPA/MPIL) e Angelo Augusto dos Santos (ex-coordenador brasileiro do PDBFF e ex-chefe da coordenação de pesquisas em ecologia do INPA).

(dos casos especiais) por se tratar de programa de intercâmbio científico vinculado a acordo de cooperação (doc. 68).

É importante lembrar que o capítulo XI da Portaria MCT nº 55/90, exige uma Portaria do MCT nesse sentido, o que de fato nunca ocorreu.

Logo em seguida, na qualidade de diretor substituto, Niro Higuchi assina uma Portaria INPA-DIR 014 de 25/08/1994 (doc. 69) regulamentando a saída de material científico à revelia do MCT que exigia uma Portaria nesse sentido[104].

Em 1994, dentro do programa do PPG-7 para o fortalecimento institucional foi elaborado um planejamento estratégico para o INPA. Recomendou-se a criação de uma Agenda de Pesquisas que iria incorporar todos os projetos dos pesquisadores do INPA. Não se sabe por recomendação de quem os projetos em convênio com entidades estrangeiras também passaram a fazer parte da Agenda de Pesquisa do INPA[105]. Isso criou enormes distorções na avaliação dos projetos de pesquisas do INPA na medida em que os convênios envolviam uma gama muito grande de subprojetos e pesquisadores estrangeiros *vis a vis* os projetos individuais dos pesquisadores do INPA. Além disso, os parcos recursos brasileiros eram dirigidos para atingir objetivos forâneos[106]. Mas, o principal objetivo era a institucionalização dos projetos dentro do INPA e CNPq.

O convênio INPA/SI venceu em 04/10/95. Seis meses depois, 30/04/1996, foi assinado, às pressas, o "primeiro" termo aditivo entre o INPA e a SI, destinado exclusivamente a prorrogar o convênio por mais um ano (até 30/04/1997), já que o convênio original já expirara há seis meses[107]. Na verdade, não se tratava do primeiro termo aditivo, mas do segundo, uma vez que o primeiro fora assinado em 13/04/1992 e destinava-se a incorporar o PDBFF ao convênio. Foi claramente uma falta de memória por parte do setor de cooperação internacional do INPA que havia sido enfraquecido e reduzido pelo novo diretor, Ozório Fonseca, a um tal Grupo de Trabalho de Cooperação

---

[104] Diz o Capítulo VII (ítem 40) que "quando conveniente, o MCT poderá, **por portaria**, delegar à instituição brasileira co-participante e co-responsável a competência para autorizar, em caráter excepcional, a remessa de material ao exterior".

[105] Peter Weigel, então chefe da Coordenação de Ações Estratégicas do INPA e responsável pela Agenda de Pesquisa do INPA, confirmou o fato e diz não entender o porquê.

[106] Em 1995 foi aprovado pela Finep o Projeto de Pesquisa Dirigido (PPD) de número 0839/95 destinado às pesquisas do PDBFF. De 1996 a 1998 foram liberados RS$ 265.000,00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais) . O referido PPD foi proposto pelo coordenador brasileiro do convênio INPA/SI, Renato Cintra para ser realizado com a participação da LSU (Louisiana State University) e co-financiamento da SI. Fonte: www.mct.gov.br.

[107] Em memorando (doc. 70) encaminhado ao Coordenador de Ações Estratégicas do INPA EM 25/02/97, a secretaria do GTC/INPA, Maria do Carmo Lopes dos Santos, afirmava que: "durante o período de 04/10/95 a 29/04/96 (o equivalente a seis meses) o PDBFF ficou descoberto. (COMO FUNCIONOU? NÃO SEI [maiúsculas do original])."

(que na verdade era composto apenas por uma secretária), contrariando o Planejamento Estratégico, o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Interinstitucional do INPA e as indicações dos consultores do MCT que recomendaram o seu fortalecimento (Planejamento Estratégico INPA 1994).

Um novo convênio começou a ser discutido e, depois de muitas idas e vindas, foi assinado em 21/08/1997, quatro meses depois de vencida a prorrogação, com validade até o final do ano 2002, portanto 3 anos além do previsto inicialmente (20 anos) por Thomas Lovejoy em 1979. Foi assinado por Ozório Fonseca (INPA), Thomas Lovejoy (SI) e José Israel Vargas (MCT). Renato Cintra Soares, pesquisador do INPA ligado ao projeto, foi nomeado coordenador brasileiro do convênio INPA/SI em 02/04/1998.

O novo convênio era muito similar ao anterior assinado em 1990 por Enéas Salati e tinha o mesmo objetivo, qual seja, o estudo conjunto sobre biologia de evolução e conservação na Região Amazônica. Também não fazia qualquer referência ao PDBFF. Esse novo convênio começava a diferir do anterior no que dizia respeito à sua institucionalização, já que dizia que as atividades de cooperação seriam detalhadas em projetos específicos que seriam apresentados para análise dos órgãos colegiados do Instituto e, após aprovação, incorporados ao conjunto de projetos que compõem a AGENDA DE PESQUISA DO INPA [maiúsculas do original]. Acrescentava ainda que a inclusão do projeto na AGENDA DE PESQUISA DO INPA assegurava a inclusão de recursos do Instituto na planilha de custos do projeto/atividade dentro dos mesmos critérios usados para a distribuição dos recursos pelos demais projetos da AGENDA[108].

Os coordenadores do INPA e SI continuariam a analisar e aprovar todas as atividades do convênio inclusive firmar termos aditivos. O INPA continuaria responsável pela obtenção das autorizações de coleta de dados e materiais científicos.

Os recursos financeiros para os projetos continuariam a correr por conta dos orçamentos respectivos e, à exceção dos recursos do orçamento do INPA, seriam depositados no Banco do Brasil em conta especialmente vinculada.

Com relação aos relatórios estes passaram de 6 para 12 meses e deveriam ser encaminhados ao MCT/INPA e deveriam conter, além dos principais resultados, dos nomes dos pesquisadores envolvidos, do pessoal treinado e do trânsito do material científico coletado.

---

[108] Na verdade o PDBFF já fazia parte da Agenda de Pesquisas do INPA desde 1994. Atualmente está também incluído no Diretório dos Grupos de Pesquisa (LattesCNPq) com o registro de 5 linhas de pesquisas mas sem fazer qualquer referência aos 36 subprojetos ora em execução (www@pdbff.inpa.gov.br)

Estranhamente na cláusula referente à divulgação (décima-Segunda) foi acrescentado que "os resultados, as metodologias e inovações técnicas obtidas em virtude da execução de atividades cobertas por este convênio, serão de propriedade comum dos convenentes, em partes iguais, salvo disposição em contrário expressa em termos de ajustes".

A fiscalização e acompanhamento do convênio passava a ser do MCT/INPA.

Quatro dias depois de assinado (25/08/1997) esse convênio é apresentada a dissertação de mestrado de Gama (1997) analisando o PDBFF e colocando-o como uma base (enclave) de pesquisa científica norte-americana na Amazônia e não apenas como um convênio qualquer. No início de 1998 a Comissão de biopirataria da Câmara dos Deputados visita o INPA e conversa com a diretoria da ASPI. Como resultado dessas conversas a ASPI encaminha à deputada Socorro Gomes, presidente da referida Comissão, documento analisando a cooperação internacional do INPA e criticando duramente os convênios internacionais, particularmente o PDBFF principalmente pela falta de controle e fiscalização.

Em conseqüência, o diretor do INPA, Ozório Fonseca, criou uma comissão de sindicância para averiguar a procedência das informações. Ao final, esse diretor julgou-se incompetente para julgá-la e mandou a sindicância para o MCT, que a mandou arquivar, não sem antes recomendar que o INPA deveria seguir as recomendações da comissão da câmara dos deputados, considerada de real interesse público (doc. 71). O conselheiro para ciência, tecnologia e meio ambiente da embaixada norte-americana no Brasil, Marc E. Nicholson, encaminha cópia do parecer da consultoria jurídica do MCT sobre o resultado dessa sindicância do INPA, a Thomas Lovejoy, coordenador do projeto e então diretor de meio ambiente do Banco Mundial, devido ao envolvimento do nome do SI no imbróglio (doc. 72).

Ainda em 1998 o PDBFF começou a ter problemas para remeter material científico para o Exterior. O Conselho de Pesquisas da Coordenação de Botânica consultado sobre o pedido de remessa de material vegetal das espécies *Heliconia acuminata* e *Symphonia globulifera* para o PDBFF nos Estados Unidos, declarou que: o subprojeto "*The effects of forest fragmentation on mating patterns and population structure in tropical plants*" não possuía qualquer pesquisador brasileiro como contrapartida (havia seis estrangeiros) e que "os modelos baseados em propostas bilaterais deveriam implicar na existência de contrapartidas efetivas [capítulo III, parágrafo 20, ítem b da Portaria MCT 055/90]. A referida proposta foi aprovada no âmbito do Comitê de Manejo do PDBFF, sem que tenha

sido definida a participação de pesquisadores do INPA ou brasileiros, que atuem na mesma área do conhecimento. No entendimento deste Conselho, o envolvimento de pesquisadores do INPA, deveria ter sido efetivado desde o início do subprojeto ou mesmo na fase de elaboração da proposta. Este Conselho observa que pesquisadores do INPA têm trabalhado em projetos de efetiva colaboração com pesquisadores estrangeiros, em pesquisas nessa mesma área do conhecimento" (doc. 73).

Ainda em 1998 o Conselho de Pesquisas da Coordenação de Ecologia do INPA analisou o termo aditivo ao convênio INPA/SI e o aprovou.

Mas, voltemos à nossa história. Apesar da assinatura do convênio INPA/SI, o PDBFF continuava a descoberto uma vez que aquele não fazia qualquer menção ao projeto[109]. E isso só foi feito em 16/04/99, justamente há quatro meses da data originalmente prevista para o seu encerramento (20 anos) e quase dois anos depois do vencimento do primeiro convênio INPA/SI (30/04/97).

Durante a elaboração deste "termo aditivo" em 1998, o diretor do INPA foi alertado pelo consultor jurídico do MCT, Fábio Guilherme Vogel, que o documento deveria ser previamente encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores para cumprir o disposto no Ofício Circular Reservado 04/90 (05/06/1990) da Secretaria Geral da Presidência que recomenda expressamente seja o citado ministério informado e consultado sobre iniciativas que impliquem a celebração de atos ou declarações conjuntas de qualquer natureza, inclusive convênio, contrato, acordo, que se revistam de caráter internacional (doc. 74). Assim, o termo aditivo foi encaminhado ao MRE que finalmente o aprovou em 07/04/1999.

E antes que fosse publicado o extrato de termo aditivo no Diário Oficial da União, ele já era alvo de controvérsias. A secretária do Grupo Técnico de Cooperação interinstitucional do INPA em memorando (Memo. COAE/GTC 030/99, de 16/04/99) enviado à assessora do diretor, Fernanda Valéria Costa, informava que o consultor jurídico do INPA havia orientado para não publicar [o extrato do termo aditivo] "até que façamos um termo retificando algumas cláusulas que estavam deixando a comunidade do INPA com um certo desconforto". E dizia mais: "venho participando de várias reuniões, até mesmo em conversas informais, e percebo que alguns pesquisadores transparecem uma preocupação com a abertura dada pelo Convênio original e pelo Termo Aditivo às decisões dos coordenadores do Convênio, bem como do Comitê de Manejo do PDBFF,

alegando que não há uma participação efetiva das coordenações do INPA". Diz que "não é nada contra o desenvolvimento das atividades do projeto, mas sim com a forma de como as coordenações do INPA vêm sendo tratadas". E sugere que haja uma discussão entre os pesquisadores do INPA para melhorar o texto no sentido de que "haja uma participação concreta do INPA na aprovação (futura) do PDBFF e dos subprojetos nele inseridos" (doc. 75). O diretor do INPA recebeu esta correspondência e mandou publicar o extrato no diário oficial (doc. 75, verso).

Na reunião do Conselho de Pesquisas do INPA [formado por todos os chefes de coordenação de pesquisa] realizada em 06/04/99, o pesquisador Sérgio Fonseca Guimarães, chefe da Coordenação de pesquisas em Aquacultura, relata que o coordenador brasileiro do PDBFF, Renato Cintra Soares, foi convidado a debater o convênio INPA/Smithsonian. Diz Guimarães que: "quando foi ventilada a possibilidade de revisão do convênio INPA/SI (com vista a salvaguardar os interesse do INPA), o Sr. Renato Cintra Soares reagiu agressivamente dizendo-se ofendido e retirou-se da reunião para a qual havia sido convidado" (doc. 77).

Dizia esse documento (termo aditivo) que os coordenadores brasileiro e estrangeiro (Renato Cintra e Thomas Lovejoy) aprovavam, com base na cláusula terceira do convênio INPA/SI, a continuidade do PDBFF dentro do convênio INPA/SI. Esse documento era muito semelhante ao Primeiro Termo aditivo assinado em 13/04/1992 por Niro Higuchi e Thomas Lovejoy e continuava afirmando que o objetivo do projeto era estabelecer as bases biológicas para a conservação da fauna e da flora da região amazônica e que para alcançar esse objetivo estava prevista, entre outras atividades, a provisão de consultoria para conservação e estabelecimento de reservas na região amazônica brasileira.

O Comitê de Manejo, formado por 5 pessoas, passou a contar com o chefe da Coordenação de Pesquisas em Ecologia (que naquele momento por acaso era Heraldo Vasconcelos, que foi bolsista e fez toda a sua carreira científica no projeto), ficando portanto composto pelo Coordenador Científico do Projeto (atualmente Rita Mesquita, que também fez toda a sua carreira científica no projeto); Thomas Lovejoy, William Laurance, Liz Losos, Vera Silva, Arnaldo Carneiro Filho e Cláudia Keller.

Os membros brasileiros seriam indicados pelo diretor do INPA e teriam, junto com os demais membros, a capacidade de estabelecer, entre outras coisas, novas linhas de

[109] A ata da reunião do Comitê de Manejo do PDBFF realizada em 29/06/1998 (doc. 76) reconhecia que o termo aditivo (incluindo o PDBFF no convênio INPA/SI e assinado em 13/04/1992) perdera

pesquisa; fornecer os relatórios; coordenar as atividades administrativas; supervisionar a entidade designada pela SI para contratar o pessoal de apoio (ALFA) e aprovar as atividades científicas a serem realizadas dentro do PDBFF depois do processo de avaliação e estabelecer critérios para o encaminhamento dos projetos. Esse comitê de manejo deveria se reunir uma vez por ano com no mínimo 3 membros e em reuniões realizadas alternadamente em Manaus e em Washington e as atas de todas as reuniões do CM teriam que ser enviadas às diretorias do INPA e da SI[110].

Foi introduzido um novo artigo para tratar especialmente da **colaboração e contrapartida.** Dizia que estas estavam baseadas no capítulo III da Portaria 55 (aquela do último dia do governo Sarney) que diz, *ipsis litteris*:

> CAPÍTULO III
> DO ENCAMINHAMENTO E FORMULAÇÃO DO PEDIDO
>
> 14 - A co-participação e co-responsabilidade de instituição brasileira, tratada no Artigo 3° do Decreto n° 98.830/90, constitui meio para estímulo à cooperação internacional em pesquisas científicas, cabendo-lhe, em conseqüência, papel relevante nas atividades científicas com a participação de estrangeiros que envolvam coleta de dados e materiais no País, inclusive de encaminhar ao MCT os respectivos pedidos de autorização.
>
> 15 - Na hipótese de o estrangeiro não dispor de instituição brasileira que assuma a co-responsabilidade nas atividades a serem desenvolvidas no Brasil, deverá o interessado solicitar apoio ao CNPq, que procurará identificar instituições no país que possam assumir esta função.
>
> 16 - Na eventualidade de não ter sido possível essa identificação, o próprio CNPq poderá assumir esta função, caso julgue a atividade a ser desenvolvida no Brasil como de interesse para o desenvolvimento científico e tecnológico do País.

No caso desse termo aditivo assinado pelo então diretor do INPA, Ozório Fonseca, o ítem 14 da Portaria MCT 55 foi mutilado e omitiu-se o encaminhamento dos pedidos de autorização para coleta de dados e materiais ao MCT[111], contrariando o disposto na Portaria original então e ainda em vigor. Já com base no novo ítem 15 (letra b do artigo IV) o termo aditivo dá poderes para que o Comitê de Manejo do PDBFF e o INPA passem a atuar em nome do CNPq, indicado para a função na portaria original[112]. O ítem 16 retira

---

seus efeitos em virtude da assinatura do novo convênio.

[110] As únicas atas encontradas na Assessoria de Cooperação Internacional do INPA tratam da aprovação por parte do Comitê de Manejo da entrada de novos pesquisadores estrangeiros nos projetos e que não tinham sido previstos quando da aprovação dos projetos. É mais um formulário que uma ata.

[111] Artigo IV a) A co-participação e co-responsabilidade do INPA constitui meio para estímulo à cooperação internacional em pesquisas científicas, cabendo-lhe, em conseqüência, papel relevante nas atividades científicas com a participação de estrangeiros que envolvam coleta de dados e materiais no País.

[112] Artigo IV – ítem b - Na hipótese de um participante estrangeiro não dispor de pesquisador brasileiro [instituição brasileira] que assuma a co-responsabilidade nas atividades a serem desenvolvidas no âmbito do PDBFF [Brasil], o CM procurará o INPA para identificar pesquisadores dentro do Instituto que possam assumir esta função.

as funções do CNPq e as transfere para o INPA e para o Comitê de Manejo do PDBFF e os interesses do Brasil no seu desenvolvimento científico e tecnológico restringem-se agora unicamente aos interesses do próprio PDBFF[113].

Nesse novo termo aditivo a figura do diretor de campo desaparece e em seu lugar surge o coordenador científico que será escolhido pelos coordenadores brasileiro e norte-americano, a princípio do quadro das próprias instituições (INPA e SI) e, em caso de necessidade, de ser contratado um coordenador de fora dos quadros dessas instituições ele será contratado pela entidade designada pela SI (ALFA).

Cabe à contrapartida norte-americana prover os recursos necessários à execução das atividades do PDBFF tanto dos projetos de pesquisas em si quanto do pagamento do pessoal de apoio administrativo e técnico-científico contratados por uma entidade designada pela SI (ALFA).

Esses recursos serão obtidos pela SI junto ao governo dos EUA e da iniciativa privada e serão depositados e gerenciados pela própria SI, diretamente de Washington, contrariando a cláusula 7.2 que diz que esses recursos teriam que ser depositados no Banco do Brasil.

Não há qualquer referência sobre o prazo de vigência desse termo aditivo mas, a secção VI.4 diz que ele, juntamente com o convênio INPA/SI, formam uma parte integral. Logo o prazo de vigência passa a ser o do convênio que assinala até o final de 2002.

O final do ano 2000 e o início de 2001 foi marcado por uma controvérsia protagonizada por um lado, pelo pesquisador norte-americano William Laurance, que naquela época já tinha cinco anos trabalhando no sub-projeto de botânica do PDBFF, e por outro, pelos ministérios da Ciência e Tecnologia, Planejamento e embaixada brasileira em Washington.

Laurance, pesquisador do *Smithsonian Tropical Research Institute* (STRI, Panamá), havia submetido um artigo para publicação na revista *Science* onde fazia projeções de que a floresta Amazônica iria perder até 42% de sua vegetação em 20 anos em função de um programa de desenvolvimento do governo federal na Amazônia denominado como *Avança Brasil*.

Como é praxe nas revistas científicas internacionais o teor do artigo não pode ser divulgado antes da publicação. Com esse artigo, porém, foi feita uma exceção, que se

[113] Atigo IV – ítem c) Na eventualidade de não ter sido possível essa identificação, o próprio INPA [CNPq], através do coordenador brasileiro do convênio INPA/SI, poderá assumir esta função, caso o Comitê de Manejo julgar a atividade a ser desenvolvida como de interesse para o desenvolvimento científico do PDBFF.

concretizou através de dois balões-de-ensaio lançados através da Folha de São Paulo e da revista Veja.

O primeiro foi lançado no dia 12/11/2000 pelo jornalista Marcelo Leite, editor do caderno de Ciência do Jornal Folha de São Paulo, como um furo jornalístico espetacular, que foi colocado inclusive na primeira página da edição dominical. A chamada dizia: "Amazônia diminuirá 42%, aponta estudo". Já a matéria, intitulada "Amazônia perde 42% de floresta até 2020" diz que o estudo inédito de cientistas brasileiros (sic) e americanos e obtido pela FSP estima que 42% da floresta amazônica serão destruídos em conseqüência do plano federal *Avança Brasil*. Leite (2000) diz também que o estudo reuniu pesquisadores do INPA (é citado nominalmente William Laurance) e das Universidades do Oregan e Michigan. Diz também que a pesquisa foi submetida à influente revista norte-americana "*Science*", mas ainda não estava confirmada a sua publicação (sic. O artigo já tinha sido aceito e foi publicado menos de dois meses depois). O governo brasileiro não se manifestou.

A revista Veja fez sensacionalismo e também colocou a especulação na capa da sua edição de 22/11/2000 sob o título "Amazônia – Até quando? – Alarmados com as agressões ambientais, os cientistas marcam até data para a morte da floresta". A Veja diz também que Laurance é pesquisador do INPA e do STRI. O governo brasileiro também não se manifestou.

E logo no início de 2001 é finalmente publicado na *Science* o artigo "*The future of the Brazilian Amazon*" de autoria de William F. Laurance, Mark A. Cochrane, Scott Bergen, Philip M. Fearnside, Patricia Delamonica, Christopher Barber, Sammya D'Angelo e Tito Fernandes (apenas o pesquisador norte-americano Philip Fearnside é ligado ao INPA). O artigo repercutiu no mundo inteiro e foi objeto de editorial dos maiores jornais do Planeta.

Os ministérios da C&T, do Planejamento e a embaixada brasileira em Washington refutaram vivamente as projeções (docs.78, 79 e 80). O MCT em nota oficial (doc. 78) afirmou que o estudo em questão era apenas um exercício de futurologia ecológica e que não contava com a chancela institucional do INPA, nem do MCT por não refletir o consenso técnico dessas instituições. Dizia ainda a nota que o principal pesquisador que assina o documento (William Laurance) é um cientista do *Smithsonian Tropical Reserch Institute*, baseado no Panamá. A sua vinculação com o INPA deriva da existência de um projeto comum entre o Smithsonian e o INPA, para pesquisas sobre Dinâmica Biológica de Fragmentos de Florestais (doc 78, op. Cit.).

O MCT dizia ainda que o estudo também não contava com a chancela técnica do governo brasileiro, porque incorporava projeções muito pouco críveis em termos de tendências de desflorestamento da Amazônia, dentro de qualquer cenário metodologicamente consistente. Os autores discordaram do MCT e um longo debate travou-se na *Science Online*.

E assim chegou 2002 e começava uma nova batalha para a renovação do convênio INPA/SI destinado a dar prosseguimento ao PDBFF. Uma nova minuta de convênio é elaborada com base no convênio então em vigor e submetida à apreciação do MCT. Por solicitação do ministro de C&T, Ronaldo Sardenberg, Ione Egler, Coordenadora Geral de Captação Nacional do MCT elabora uma Nota Técnica a respeito dessa minuta (doc. 81) em 21/07/2002. Diz essa Nota Técnica MCT nº 003/2002 que a cooperação existe desde 1979 e, embora tenha trazido algum benefício para o INPA, foi muito mais vantajosa para a SI, conforme demonstra a pesquisa "O INPA no contexto da cooperação internacional" (INPA, 1994) e a dissertação de mestrado "PDBFF: uma base científica norte-americana na Amazônia brasileira" (NAEA/UFPA, 1997).

Diz ainda a assessora do Ministro da C&T que o objeto do convênio é excessivamente vago e que, decorridos 20 anos de cooperação INPA/SI "era de se esperar que já se pudessem ter identificados projetos de interesse comum, onde a participação de ambas as partes se desse claramente entre as instituições e não mais entre grupos de pesquisa isolados. Em outras palavras, não está claro qual o interesse e a capacidade do INPA em trabalhar em '... todos os aspectos da biodiversidade, como definido pela Convenção sobre Diversidade Biológica...'".

Recomenda a assessora do MCT que seja aprimorado o convênio INPA/SI no sentido de deixar claro seu foco de atuação e que seja embasado nos princípios de (1) interesse mútuo das partes envolvidas/ (2) simetria de participação/ (3) benefícios alcançados de forma eqüitativa. Recomenda ainda que o INPA seja dotado de recursos próprios para fazer face aos compromissos assumidos pelo convênio "sem contudo abdicar de demandar tratamento preferencial por estar dando o privilégio de a SI ter acesso e estudar a maior biodiversidade do planeta". Finalmente Egler (2002) lembra e recomenda que "sendo o *Smithsonian Institution* um dos mais eminentes institutos americanos poderia ele utilizar seu poder de influência para convencer o Congresso americano a ratificar a Convenção Internacional sobre Diversidade Biológica, para que possam trabalhar com o Brasil dentro do espírito de uma convenção que declaram ser

importante, mas que não serve de sustentáculo legal pois os EUA dela não fazem parte" (doc. 81, op. Cit.).

E foi elaborada uma nova minuta de convênio INPA/SI mas que ainda não foi aprovada apesar do convênio ter vencido em 31/12/2002. Mas ainda neste mesmo ano foi assinado um convênio entre o INPA e a Associação de Levantamento Florestal do Amazonas (ALFA) que é a entidade que é mantida com recursos financeiros da Smithsonian destinados ao PDBFF.

Com a posse do novo presidente da república em 01/01/2003, o diretor do INPA, Marcus Barros, foi nomeado presidente do Ibama e em seu lugar assumiu o pesquisador José Antonio Alves Gomes. O processo para a assinatura do novo convênio continuou. No dia 17/02/2003, o chefe da Assessoria Especial para Assuntos Internacionais do MCT, Guilherme Patriota, informava que o processo de renovação estava sob exame do novo Consultor Jurídico do MCT e deveria incorporar observações feitas pelo Itamaraty, no sentido de nele incluir referências à Medida Provisória sobre acesso a recursos genéticos, entre outra preocupações. E afirmava que o "texto terá de referir-se mais claramente aos projetos executados ao seu abrigo, o que não ocorria na versão anterior" (doc. 82).

A Consultoria Jurídica do MCT se manifestou em 27/02/2003 (doc. 83) devolvendo a minuta de convênio à Assessoria de Cooperação Internacional do MCT para revisar o objeto do convênio ("o objeto do convênio é excessivamente vago"; "o objeto do convênio está redigido de forma excessivamente ampla') bem como solicitou manifestação técnica e jurídica por parte do INPA, antes de uma apreciação final por parte da Consultoria Jurídica.

Em 10/03/2003 em correspondência encaminhada ao novo diretor do INPA, a coordenadora científica do PDBFF, Rita Mesquita cobrava a renovação do convênio INPA/SI, vencido há 3 meses. Dizia Mesquita que essa é a principal demanda do PDBFF, visto que é um entrave que inviabiliza a continuação do repasse dos recursos financeiros (doc. 84).

O diretor do INPA, José Gomes, solicitou então um parecer do pesquisador Rogério Gribel, coordenador de pesquisas em Botânica do INPA. Este encaminha suas considerações no dia 18/03/2003 e diz que a proposta não está bem elaborada, partindo de premissas de paridade e reciprocidade equivocadas. Diz também que o INPA não pode abdicar da primazia de realizar pesquisas no espaço amazônico brasileiro, convidando, conforme a conveniência e área do conhecimento, seus parceiros nacionais e internacionais para colaboração. Diz ainda que o convênio proposto é extremamente

aberto quanto ao espaço geográfico, quanto aos temas das pesquisas e quanto à sua duração (doc. 85).

Quanto ao objeto do convênio (.. estudo conjunto da diversidade biológica...) Gribel diz que ele é demasiadamente amplo e lembra que originalmente o projeto se restringia a questões específicas (dinâmica de fragmentação florestal) e área geográfica definida (fazendas no distrito agropecuário da Suframa) e mesmo assim o controle institucional foi sempre difícil e ineficaz. Sugere então que o objeto do convênio se restrinja ao distrito agropecuário da Suframa e à temática da dinâmica biológica de fragmentos florestais. Quanto à cooperação entre as partes (INPA e SI) o coordenador da botânica sugere que seja incluída a cobrança de *over-head* para os projetos aprovados e que não seja permitida a execução de projetos sem contrapartida efetiva do INPA. Propõe, por fim, que a minuta de convênio seja reavaliada levando-se em conta o interesse e a função estratégica do INPA na região amazônica (doc. 85, op. Cit.).

Ainda em 18/03/2003 chega ao MCT o parecer do Chefe (interino) da Divisão do Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, João Maurício Cabral de Mello (doc. 86), sobre a renovação do convênio INPA/SI. Seu parecer vai na mesma direção dos anteriores (Egler, Patriota, Gribel,) no sentido de melhor delimitar o escopo do convênio ("definido em termos excessivamente vagos") e que seja levado em consideração "não somente o interesse, mas também a capacidade da parte brasileira em estudar 'conjuntamente' a diversidade biológica da Região Amazônica em extensão tão incerta". São feitas 14 recomendações de mudanças na minuta de convênio entre as quais algumas supressões, novas redações e a inclusão de referências ao CGEN e à Media Provisória 2.185/2001 (acesso aos recursos genéticos).

Em 20/05/2003, Ira Rubinoff, diretor do *STRI (Smithsonian Tropical research Institute*) encaminha correspondência ao novo diretor do INPA manifestando interesse na renovação do convênio INPA/SI (doc. 87).

Em 04/07/2003, a nova Assessora de Relações Institucionais do INPA, Sonia Alfaia, remete toda a documentação solicitada pela Consultoria Jurídica e pela Assessoria de Cooperação Internacional do MCT, entre as quais uma nova minuta de convênio; uma exposição de motivos do INPA, justificando o interesse da instituição na cooperação; uma "exposição de motivos" do SI (carta do Rubinoff?, doc. 87); a análise da Assessoria Jurídica do INPA e toda a documentação referente ao processo anteriormente encaminhada.

Informa ainda Alfaia (doc. 88) que todos os contatos da Consultoria Jurídica do MCT para a renovação do convênio estavam sendo feitos indevidamente, no INPA, diretamente com a Coordenadora Científica do PDBFF, Rita Mesquita, que não tem nenhuma relação com a Assessoria de Relações Institucionais do INPA.

Na "Justificativa do interesse do INPA pelo Convênio", assinada pelo diretor do INPA, José Antônio Alves Gomes, em 07/08/2003, é reafirmada a intenção do INPA em dar continuidade ao convênio "que indiscutivelmente tem produzido conhecimento científico de alto nível e contribuído fortemente para o treinamento de recursos humanos na Amazônia" (doc. 89).

O diretor do INPA dá conta ainda nesse documento, entre outras coisas, que "pesquisadores e alunos [do PDBFF] participam do grupo de trabalho que busca identificar áreas potenciais para a criação de unidades de conservação no Estado do Amazonas" e que "Os produtos do convênio INPA/Smithsonian também subsidiaram a criação de 23 novas unidades de conservação na Amazônia, ARIES [áreas de relevante interesse ecológico] do Ibama". Por essas justificativas do diretor do INPA, nota-se que as pesquisas elaboradas pelos pesquisadores do convênio INPA/Smithsonian foram muito além de meras pesquisas sobre a dinâmica biológica de fragmentos florestais para ocupar o papel do Estado brasileiro na definição de suas áreas de conservação.

Diz ainda o diretor do INPA que dos 36 subprojetos em andamento, apenas 6 são liderados por pesquisadores estrangeiros. Essa declaração não se sustenta quando se analisa a relação de subprojetos do PDBFF (ano fiscal 2002/2003, doc. 90) que revela que: 19 são coordenados por pesquisadores estrangeiros (entre os quais 3 por pesquisadores estrangeiros trabalhando no INPA) e 9 por pesquisadores contratados diretamente pela ALFA para o PDBFF.

A última versão da minuta de convênio, ora em processo de negociação, datada de 10/07/2003 difere completamente das anteriores e inclui nada menos que 57 ítens, ou seja, quase o dobro de ítens dos convênios anteriores.

Com relação ao recebimento de cartas convites o projeto continua a recebê-las mesmo com o convênio vencido, como já afirmado anteriormente. O PDBFF recebeu, de 1993 a 2002, 265 cartas para 207 pesquisadores e alunos estrangeiros pertencentes a 85 instituições de 21 países, a grande maioria de norte-americanos e de instituições daquele país (figura 6.1).

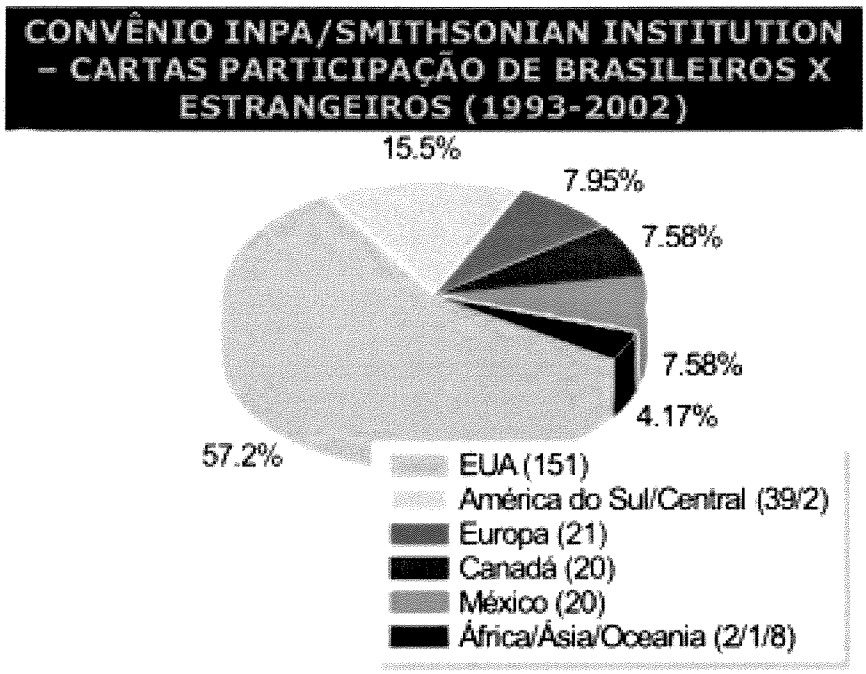


Figura 6.1 – PDBFF [Convênio INPA/SI] Procedência dos Pesquisadores Estrangeiros

Finalmente, com relação à participação de contrapartidas do INPA (pesquisadores e estudantes citados nas cartas como tal) nota-se uma grande assimetria tendo apenas um pesquisador brasileiro para cada grupo de nove estrangeiros (figura 6.2). Isso talvez se explique pela notável autonomia adquirida pelo projeto.

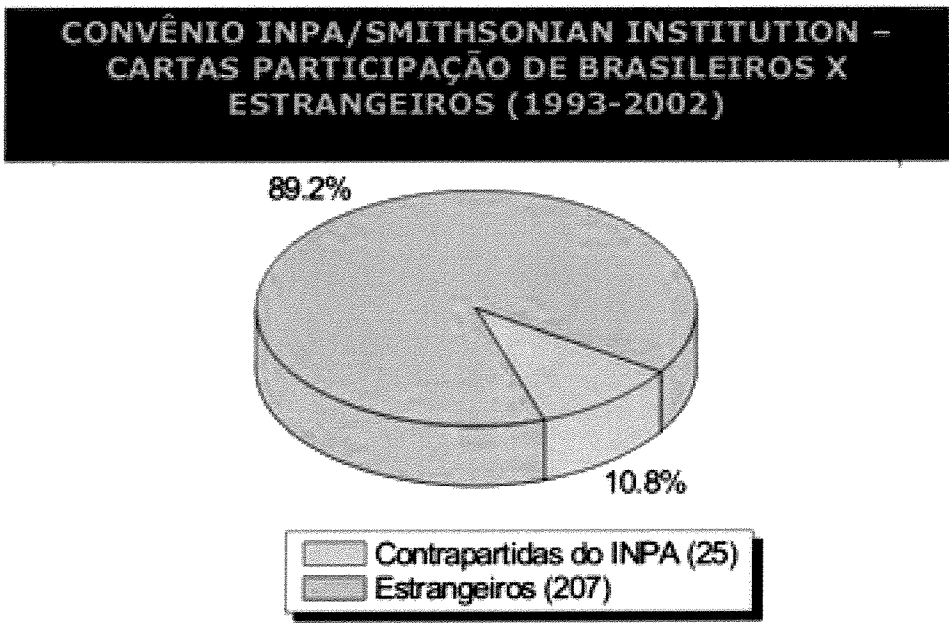


FIgura 6.2 – PDBFF - Participação dos contrapartidas do INPA x Estrangeiros

7. OBSERVAÇÕES E CONCLUSÕES

Na introdução deste trabalho coloca-se a questão da falta de controle governamental e social sobre a pesquisa estrangeira na Amazônia. Tal atividade desenvolve-se de forma isolada, com pouca convergência com os objetivos estratégicos das instituições regionais, de tal forma que a parte estrangeira adquiriu completa autonomia, estabelecendo mecanismos unilaterais de projetos informais de pouquíssimo interesse para o Brasil (Canto, 2003). Foi dito também que as aproximações dos estrangeiros com as instituições de pesquisa da região amazônica se multiplicam sem que essas ultimas estejam devidamente preparadas para saber o que desejam, mas suficie

ntemente ávidas por recursos financeiros para aceitar o que lhes for oferecido (Velho, 1994). Enfim, foi dito que o Brasil tem dificuldades para entrar em parcerias de pesquisa com as instituições estrangeiras e internacionais de forma a obter resultados realmente beneficos para o pais (Becker, 2003).

Essa tese partiu da hipótese de que a edição do decreto nº 98.830/90 (que 57 anos depois extinguiu os controles governamentais do tipo fiscalização das expedições científicas estrangeiras colocando-as sob a égide de um conceito sujeito a múltiplas interpretações como é o de cooperação internacional) foi um dos fatores, senão o mais importante, para alterar profundamente os mecanismos de controle governamental sobre a entrada de pesquisadores estrangeiros no Brasil e na Amazônia brasileira em particular.

Dessa forma, optou-se por iniciar esse trabalho (capítulo um) buscando entender o fenômeno da cooperação científica internacional no mundo de hoje, para só então voltar (capítulo dois) e tentar entender os mecanismos institucionais de controle da pesquisa científica estrangeira no Brasil e como se deu tal rito de passagem da fiscalização das expedições para a cooperação internacional. Em seguida (capítulo 3) foi analisada a cooperação científica internacional praticada pelo INPA, o maior e mais importante instituto federal de pesquisas na região amazônica.

No capítulo quarto foram então analisadas quantitativamente as formas de inserção da pesquisa científica estrangeira no Brasil com ênfase na região amazônica e no INPA, em particular. Nesse capítulo foram estudadas tanto as expedições científicas estrangeiras recebidas pelo INPA quanto outras (novas) formas de inserção de pesquisadores estrangeiros na Amazônia, via INPA. Constatou-se que as expedições representaram, durante a década de 1990, apenas uma minúscula parte do trabalho

científico estrangeiro, que passou a se configurar através de convênios de cooperação internacional. Nos capítulos 5 e 6 analisaram-se mais detalhadamente os dois principais convênios do INPA (MPIL e SI).

Consentâneo com a hipótese deste trabalho, os dados apresentados no capítulo 4, confrontando expedição científica x carta-convite, demonstraram que efetivamente houve uma mutação na política de acesso de pesquisadores estrangeiros na Amazônia, e que a nova modalidade de controle (carta-convite) herdou todos os defeitos e desprezou as virtudes do modelo expedição até então adotados, como os controles institucionais e de mérito e contrapartida.

Como se viu no primeiro capítulo, a cooperação internacional se move no terreno pantanoso (teatro ambíguo) das relações internacionais, ora prevalecendo o unilateralismo, ora se colocando no âmbito multilateral (caso da salvação da Amazônia dos brasileiros). De qualquer forma, a cooperação internacional é sempre utilizada para ampliar e fortalecer os interesses de uma nação sobre outra e usada politicamente para fortalecer a amizade entre os países envolvidos, ao mesmo tempo em que são criadas condições propícias à penetração dos interesses econômicos. Com a cooperação científica internacional não é diferente. Embora os documentos governamentais preguem o aumento da cooperação nesta área e aceite-se que a ciência é intrinsecamente universal, na realidade esta cooperação existe mas se dá de forma subordinada e assimétrica e não é objeto da generosidade distributiva das nações mais avançadas e sofre as restrições de um cálculo unilateral por parte do prestador (Cervo, 1994), servindo muitas vezes nosso território como mero laboratório para experiências forâneas.

Como se viu também a cooperação internacional não pode ser encarada como alternativa para o esforço interno. Só coopera com outros países quem já dispõe de certa base científica e tecnológica própria. Apelar para a cooperação como fonte exclusiva ou principal de desenvolvimento é condenar-se à dependência e à submissão (Amorim, 1994).

Já Aragón (1997) que durante muitos anos foi assessor de relações internacionais da UFPA, afirma que uma forma de transferir o conhecimento gerado nos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos se dá através da ida de estudantes e técnicos para cursos de treinamento e pós-graduação, bem como na vinda de técnicos, professores e estudantes e pesquisadores do exterior. Nesse último caso, acrescenta Aragón, é frequente a criação de enclaves dentro das instituições onde programas de cooperação deste tipo constituem-se num mundo à parte na instituição receptora, com

baixo aproveitamento de pessoal qualificado local e produção científica maior publicada no exterior. As equipes estrangeiras convertem-se em extensões de suas instituições de origem no exterior, com as quais mantém maior contato que com a própria instituição local, lucrando, consequentemente, muito mais aquelas instituições ricas do exterior que aquelas pobres que as acolhem.

No entanto, apesar das restrições impostas pelos países mais desenvolvidos para a transferência de conhecimentos aos menos desenvolvidos, observa-se que o exercício do poder na área de C&T é mais fragmentado do que se poderia supor. Este poder é, por outro lado, repartido no plano nacional entre instituições públicas, as academias, as grandes empresas públicas ou privadas. Esta multiplicação de centros de decisão tem o mérito de garantir várias vias de pesquisa, quando não diversas variantes dos mesmos objetivos.

Já o livro verde (ABC/MCT) afirma que há uma premência de revisão completa da política de cooperação internacional do Brasil, pois estão defasadas as premissas, práticas e metodologias de trabalhos dominantes na cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação. O diagnóstico elaborado pelo livro verde diz que a evolução da ordem mundial, bem como as mudanças em curso no país com novos patamares da pesquisa e da inovação, abre-se uma nova fase na gestão da cooperação internacional em C&T. Mas o livro não deixa de reconhecer que os países em desenvolvimento têm contra si as desvantagens das tradicionais assimetrias políticas, econômicas e tecnológicas e acrescenta que o quadro externo não é inteiramente favorável ou amigável, pois há o risco de concentração do conhecimento e inovação nas mãos de uns poucos países desenvolvidos. Diz ainda que o acesso internacional ao conhecimento é complexo e em alguns casos inexistente; há um alargamento da marginalização tecnológica em escala mundial com o aprofundamento do hiato científico e tecnológico e que os países em desenvolvimento encontrarão crescentes dificuldades para participar do avanço científico e tecnológico mundial.

O livro verde reconhece que a pesquisa e o desenvolvimento têm caráter internacional e por isso mesmo, impõe-se o avanço do esforço nacional em C&T. Propõe também a criação de um programa para internalizar a massa de conhecimento sobre o Brasil existente em importantes centros de pesquisa no exterior, o que no caso da Amazônia é muito importante. Propõe ainda que deva-se priorizar também a cooperação em C&T com países em nível de desenvolvimento semelhante ou inferior ao nosso, o que no caso dos países da Pan-Amazônia (Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru e Venezuela),

apesar do Tratado de Cooperação Amazônica, ainda é incipiente e pouco expressiva. Por fim o Livro Verde reconhece que há uma excessiva concentração da pesquisa científica nas regiões sudeste e sul, havendo um desatendimento das necessidades de pesquisas na Amazônia e Semi-árido.

Em suma o conceito de cooperação internacional está sujeito a múltiplas interpretações que vão desde a solidariedade genuína entre os povos e os interesses pragmáticos das partes envolvidas.

De fato, no caso da Amazônia, onde, apesar dos avanços, a comunidade científica nacional ainda não atingiu massa crítica, observa-se com temor que, se existe uma política científica ela está muito mais subordinada aos centros de excelência científica dos Estados Unidos e da Europa do que às necessidades de conhecimento do Brasil. Nessas circunstâncias é temeroso o Brasil deixar sua política de desenvolvimento a cargo de fóruns multilaterais onde tem apenas o seu voto. È importante também reconhecer a imbricação entre ciência e política.

A questão da cooperação científica internacional volta a ser tratada no capítulo 3, quando é analisada a literatura existente sobre a cooperação científica na Amazônia brasileira tendo como estudo de caso o INPA. Antes (capítulo 2) é feita uma análise retrospectiva sobre o papel do Estado na regulação da pesquisa científica estrangeira e vale a pena repetir as conclusões desse capítulo.

Pelo menos nos últimos três séculos, ciência e política vêem caminhando lado a lado. As expedições, que na sua gênese tinham caráter estritamente militar, passaram no século XVII a incorporar a presença de cientistas (naturalistas). Assim, no século XVIII, quando se deu o auge desse tipo de empreitada, as expedições científicas adquiriram autonomia e começaram a atuar também politicamente. Assim, graças às expedições científicas patrocinadas pelos países mais poderosos foi desenhado e redesenhado o mapa atual do mundo, inclusive o do Brasil, que perdeu o território do rio Pirara (Roraima) na fronteira com a antiga Guiana Inglêsa (Expedição da *Royal Geographical Society*). As expedições também serviam para enriquecer os museus e jardins botânicos dos países líderes da ciência mundial e contribuíram para o avanço das ciências naturais.

Por seu caráter político e econômico as expedições científicas sempre foram vistas com desconfiança pelos países a serem percorridos e, quando inevitáveis, eram acompanhadas por militares e/ou cientistas nativos. Antes do século XIX (quando o Brasil se abriu às expedições científicas estrangeiras) Portugal, além de promover suas próprias expedições "científicas" de conquista (vide o caso de Angola), procurava se

resguardar das expedições forâneas e até impedindo-as (caso da expedição de Humboldt à América do Sul entre 1799 e 1802, que foi proibido de entrar na Amazônia brasileira), mas sem uma regulamentação específica promulgada em leis ou decretos.

Foi apenas no início do século XX que se chegou a um consenso quanto à necessidade de dotar o Estado brasileiro de um arcabouço institucional e de instrumentos jurídicos básicos para regulamentar as atividades de pesquisa científica estrangeira em território nacional. De fato, desde 1933, quando o governo federal criou a primeira regulamentação, os pesquisadores estrangeiros passaram a necessitar de uma autorização para pesquisas e coletas em território nacional. Durante os primeiros 35 anos essas autorizações foram concedidas por um Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, criado especialmente para esse fim, e representado, em sua maioria, por membros da comunidade científica nacional. Em 1969 esse conselho foi extinto e suas atribuições passaram para o CNPq e desde 1986, com a criação do MCT no ano anterior, passou a ser do próprio MCT, sempre ouvida a comunidade científica nacional. Essa regulamentação, apesar dos procedimentos burocráticos criados, buscou atingir principalmente dois objetivos: evitar que a pesquisa estrangeira em território nacional se desse de forma isolada, sem participação brasileira, e evitar que o material científico saísse do país ou, se saísse, o fosse com registro e dividido entre instituições nacionais e estrangeiras, permanecendo no país as espécimes raras ou únicas. É preciso ainda analisar até que ponto esses objetivos foram atingidos.

Olhando em retrospectiva, ao longo dos 70 anos de existência dessa legislação pode-se distinguir pelo menos duas fases: a da fiscalização das expedições (1933-1990), na qual o governo buscava transformar qualquer proposta de pesquisa estrangeira em expedição; e a fase atual, que pode ser chamada fase da cooperação internacional (pós decreto nº 98.830/90), que se configura através da celebração de convênios de cooperação entre instituições estrangeiras e nacionais e que parece estar na origem da inaudita autonomia dessas pesquisas. De fato, como vimos nos capítulos 5 e 6, esses convênios não obedecem a diretrizes pré-definidas, sendo do tipo guarda-chuva cabendo todo tipo de pesquisa em qualquer área do território nacional e sem necessariamente ter a contrapartida de pesquisadores brasileiros.

Além do mais, o decreto nº 98.830/90, ao transferir a responsabilidade de acompanhar os projetos científicos estrangeiros para as instituições científicas brasileiras, o que poderia ser correto para o Sul/Sudeste do Brasil que dispoe de um contingente significativo de pesquisadores qualificados, sobrecarregou enormemente as poucas

instituições localizadas na Amazônia, principal destino dessas expedições/projetos desde o século XIX.

Como se viu depois (capítulo 4), as expedições científicas pós- decreto nº 98.830/90 representam muito pouco da pesquisa científica estrangeira feita no INPA. Atualmente, as atividade de pesquisa nesta instituição realizam-se quase que totalmente na forma de convênios de cooperação do tipo guarda-chuva.

Cabe registrar que existem atualmente duas leis em vigor para se ter acesso ao patrimônio genético nacional. Uma, o decreto nº 98.830/90, que institui regras para coleta de material científico no Brasil e a MP nº 2.186-16/2001, que regula o acesso ao patrimônio genético nacional. À primeira vista, elas criam um conflito de competência entre o MCT e o MMA, no que diz respeito a quem autoriza a saída de material científico. Depois de 13 anos da edição do dec. nº 98.830/90 e três da MP, finalmente os presidentes do IBAMA e CNPq se reuniram no início de julho de 2003 para discutir e tentar uniformizar os procedimentos com relação ao assunto (CNPq Notícias 24 - Informativo Eletrônico, 11/07/2003).

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, criado como conseqüência da MP nº 2.186-16/2001, tem todas as características do extinto Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas no Brasil, criado em 1933 e extinto em 1968: procedimentos burocráticos complicados e parâmetros difíceis de avaliar.

De qualquer forma, o controle do acesso de estrangeiros aos recursos genéticos nacionais não esta garantido nem pelo decreto nº 98.830/90, nem por essa MP do Ministério do Meio Ambiente. Ambas as legislações possuem brechas que permitem a saída de material sem grandes dificuldades, bastando para isso seguir os procedimentos para os "casos especiais" previstos em ambos os regulamentos. Aliás é digno de nota que em nenhum dos processos de autorização de expedições científicas estrangeiras pelo CNPq conste qualquer registro ou autorização de saída de material científico coletado.

Em suma, como já se disse, a atual legislação de controle da pesquisa científica estrangeira coloca-a como uma atividade sob a égide da cooperação internacional.

Sendo assim, o capítulo terceiro foi dedicado a discutir a questão da cooperação internacional, agora centrada em um dos principais institutos de pesquisa da Amazônia, o INPA, que procurou mostrar as diversas visões sobre esse tipo de atividade naquela instituição.

De uma forma geral, os autores convergem para um diagnóstico bastante crítico do ponto de vista do controle do INPA sobre sua própria cooperação, que se dá forma

subordinada e serve muito mais ao interesses externos. O INPA tem sido utilizado como base para pesquisa por várias instituições estrangeiras e o entrosamento com as equipes estrangeiras tem deixado muito a desejar, com pouco ou nenhum aproveitamento pelos pesquisadores do INPA (Relatório Bevilacqua, 1994). Além disso o controle sobre a saída de material científico é bastante precário e não ainda sistematizado.

Foi observado também que o INPA tem sido escolhido como instituição contraparte brasileira não por sua capacitação científica, mas pelo acesso que propicia ao maior e mais importante laboratório natural do planeta. Assim, a participação dos pesquisadores brasileiros nos processos de negociação e gerenciamento dos projetos é reduzida (aparece como lado fraco), sendo mero homologador de propostas estrangeiras previamente fechadas cuja iniciativa é sempre forânea (Velho, 1994).

Apesar das reiteradas propostas de se melhorar o setor de cooperação internacional do INPA, as coisas permanecem improvisadas, não havendo nem controle nem sistematização dos convênios e das informações deles decorrentes. Há uma falta de memória e descontinuidade nos trabalhos.

Apesar de ser desejada e ser considerada um ponto forte do INPA a ser explorado a cooperação científica estrangeira apresenta sérios incovenientes como: cooptação, utilização subalterna de pessoal local, coleta e retirada de material do país sem nenhum controle, pouco acesso aos conhecimentos gerados, crescente ingerência nos assuntos internos do INPA e formação de instâncias de difícil controle administrativo e científico (Weigel, 1994).

A grande maioria dos diagnósticos propõem a reformulação dos convênios; com avaliações sistemáticas *ex-ante* e *ex-post*; o fortalecimento da assessoria de cooperação internacional do INPA e maior controle sobre a saída de material científico.

É importante registrar também que o INPA (na sua fase CNPq) subordinou sua política de cooperação internacional a este, cujos controles sempre deixaram muito a desejar e sem que as políticas estabelecidas fossem previamente combinadas ou discutidas com o INPA.

Já o capítulo 4 mostrou que o controle sobre as atividades científicas estrangeiras em que o INPA foi contrapartida sofreu uma mutação depois da edição do decreto nº 98.830/90 no sentido de que diminuíram os parcos controles até então exercidos pelo CNPq e MCT, passando o próprio INPA a conceder tratamento especial aos seus convênios, por iniciativa própria.

Diante dos números apresentados (expedições x cartas convites), a primeira constatação foi de que efetivamente encerrou-se a fase das expedições científicas e iniciou-se a era da cooperação científica assentada em mecanismos frágeis e de pouco controle por parte do INPA. Em termos de expedições, apesar da região norte (leia-se Amazônia), ter recebido a maioria dessas expedições, o INPA, apesar do seu tamanho e importância, recebeu, durante toda a década de 1990, menos de 7% dessas expedições ficando inclusive atrás da UnB em termos de Amazônia. Apesar da pequena quantidade de expedições, persiste um desequilíbrio entre pesquisadores estrangeiros (34) e pesquisadores do INPA (13), resultando em um pesquisador do INPA para cada 2,6 estrangeiros. No caso das cartas convites essa proporção é ainda mais ampla, dando um pesquisador/estudante do INPA para cada 7,3 pesquisadores/estudantes estrangeiros.

Isto é surpreendente para alguém que achava que as expedições científicas autorizadas pelo CNPq/MCT representavam a totalidade da atividade científica estrangeira no Brasil, o que se mostrou completamente falso quando se viu que a grande maioria (92,7%) das pesquisas estrangeiras se fez através de uma nova modalidade de inserção de pesquisadores com base nas chamadas cartas-convites. Se compararmos o número de pesquisadores estrangeiros que vieram através de expedições recebidas pelo INPA (34) com o número de pesquisadores/estudantes que vieram através de cartas convites (463) chega-se à conclusão de que efetivamente a modalidade de inserção de pesquisadores estrangeiros mudou radicalmente, certamente em função do tratamento privilegiado dado aos pesquisadores que trabalham sob o guarda-chuva dos convênios internacionais, que ignorou os controles até então existentes através de CNPq/MCT e não colocou nada no lugar.

Como é sabido, o CNPq faz uma série de exigências para autorizar uma expedição científica estrangeira no Brasil (vide capítulo 2), mas, mesmo assim, durante entrevistas com os pesquisadores que foram nomeados contrapartidas pelo MCT, nota-se que muitos deles sequer acompanharam os trabalhos de campo. Além disso, em quase a totalidade dos processos de autorização dessas expedições (constantes nos arquivos do CNPq) não existem relatórios, bem como não estão registradas as coletas, nem a saída do material científico, conforme exige o decreto nº 98.830/90. De qualquer forma, pelo menos uma avaliação inicial é feita por *referees ad hoc*.

Como já foi dito, no caso do INPA, observou-se que a grande maioria de pesquisadores estrangeiros vieram através de cartas convites emitidas pelo próprio órgão. De fato, enquanto o INPA recebia ao longo da década de 1990, dezessete expedições

(envolvendo a participação de 34 pesquisadores), enviou 653 cartas convites envolvendo 463 pesquisadores e estudantes estrangeiros.

Como se pode ver no anexo II e na figura 14, os principais beneficiários das cartas convites foram os convênios INPA/SI e INPA/MPIL. Esses convênios foram analisados nos capítulos 5 e 6. A conseqüência prática da introdução das cartas convites foi a tentativa imediata, por parte das instituições convenentes estrangeiras de se estabelecer ou atualizar seus convênios com o INPA, o que lhes facultou o benefício de introduzir em seus projetos os estrangeiros que quizessem sem mais delongas de ordem burocrática ou científica.

Quando se chega a analisar a introdução das cartas convites o que ressalta é que elas ignoraram os trâmites anteriores (inclusive avaliação prévia e indicação de contrapartidas) e não estabeleceram nenhuma regra para a sua emissão. Isso é facilmente verificável quando se observa que os responsáveis pela introdução das cartas convites afirmam peremptoriamente que elas não se destinavam a pesquisadores estrangeiros que desejavam coletar, mas, ao longo da existência desse tipo de expediente ela serviram explicitamente para tal. Também se verifica que foram tentadas outras formas de regulação, como a introdução de um tal termo de referência para solicitação de cartas convites, mas ele não passou de uma intenção, sem conseqüências práticas.

Quanto à regulação da emissão de cartas pelo MCT, observa-se que este só veio a criar alguma regra para a assinatura de cartas convites exatos dez anos depois que elas estavam em pleno vigor (Portaria MCT nº 814/02), ainda assim de forma parcial e se restringindo ao controle e participação do MCT na assinatura de convênios internacionais. Também foi aprovado pelo MCT um Manual de procedimentos para atividades de cooperação internacional no âmbito das instituições ligadas àquele Ministério, que, por vias transversas acabou chancelando as cartas convites aceitando-as como um fato consumado. Também é digno de nota que a Comissão permanente de acompanhamento, avaliação e atualização do referido manual, criada pelo então ministro Sardenberg, deixou de se reunir desde a saída deste em 2002.

Enfim, ficou claro pela leitura do capítulo 4 que efetivamente houve uma mudança significativa na política de inserção de pesquisadores estrangeiros no INPA, e que certamente a edição do decreto nº 98.830/90 foi uma alavanca poderosa para que tal acontecesse. Finalmente observa-se pela leitura dos anexos I e II (relação das expedições e das cartas convites emitidas pelo INPA na década de 1990) que tanto as

expedições quanto as cartas-convites foram predomintes pesquisadores de origem norte-americana. Os alemães quase não se utilizaram do modelo expedição científica, mas em termos de recebimento de cartas-convites ficaram em segundo lugar. Por conseguinte, esses dois convênios (INPA/MPIL e INPA/SI) foram analisados nos capítulos 5 e 6.

Ao se estudar a pesquisa científica alemã na Amazônia brasileira é mister reconhecer que ela sempre foi muito profícua em vários campos do conhecimento com destaque, nos últimos quarenta anos, à limnologia através do grupo de trabalho do MPIL. Isso, no entanto, não impede que se busque apontar certas distorções geradas na sua execução e que sobretudo se procure corrigi-las.

Como foi visto no capítulo 5, as relações entre o INPA/CNPq e o grupo de trabalho em ecologia tropical do Instituto Max-Planck de Limnologia, se iniciou de maneira informal até alcançar o *status* de convênio de cooperação. Mas desde a sua gênese verificou-se uma grave distorção que foi conceder a exclusividade da iniciativa dos projetos à parte estrangeira. Isso só foi parcialmente corrigido muito tempo depois e coincidiu (ou foi propiciado) pelo decreto nº 98.830/90, quando o MPIL buscou atualizar seu convênio de forma a garantir os benefícios de um tratamento especial por parte do INPA. Mesmo assim, o mais grave (e isto serve para os dois convênios: MPIL e SI) é a falta de uma avaliação sistemática por parte do INPA. Não há controle efetivo sobre o andamento desses dois convênios que ficam sujeitos a pesquisadores do INPA que foram escolhidos muito mais por serem amigos de longa data desses projetos, ou terem seus projetos financiados total ou parcialmente pela parte estrangeira. Nessas circunstâncias continua a não haver uma avaliação sistemática (externa e independente) desses projetos, onde o INPA efetivamente possua voz ativa.

Chama a atenção também no convênio INPA/MPIL o fato do CNPq continuar a ter um papel preponderante e resolutivo, mesmo que muitos anos tenham se passado desde que o INPA deixou de se subordinar àquele.

Também um outro fato comum aos dois convênios (além da falta de avaliação) é que cada diretor do INPA que entra, não herda os acertos feitos anteriormente com os responsáveis estrangeiros desses convênios. Tudo acaba ficando no círculo vicioso da incipiência. No caso do INPA pode-se observar no capítulo 5 que a cooperação INPA/MPIL se dá de forma subordinada. O Brasil não consegue sequer mensurar os eventuais benefícios que esta cooperação trouxe para o fortalecimento da pesquisa científica do INPA. O que se observa é que a parte alemã consegue manter um corpo fixo de pesquisadores coordenadores (Sioli, Junk, Adis), mas ao mesmo tempo, novos

pesquisadores e estudantes são introduzidos no projeto. Já o INPA pouco se renova e mantém praticamente os mesmos contrapartidas sempre (Nunes de Melo, Maria Teresa, Gercília, Assad, Cláudio Ruy). Assim não é de se estranhar a enorme assimetria entre a participação de brasileiros e alemães, na base de 1,2 brasileiro para cada 8,7 estrangeiros.

É preciso que seja desenhado um novo modêlo de convênio onde fiquem claramente estabelecidas as obrigações das partes. O estabelecimento de uma avaliação sistemática e uma exigência crescente de participação de brasileiros parece ser apropriado para os interesses brasileiros. Como se viu nas cartas convites, o envolvimento dos pesquisadores do INPA e até o dos estudantes é muito inferior ao alemão. Tem prevalecido os interesses unilaterais dos alemães que mantém um longo programa sistemático e o INPA apenas legitima, sem usufruir dos benefícios que seria de se esperar.

Já os norte-americanos tiveram pouca participação nas pesquisas na Amazônia até a segunda metade do século XIX. E começaram de forma bem truculenta, ignorando explicitamente a soberania do Brasil sobre a região. No entanto, hoje os pesquisadores provenientes dos EUA são predominantes tanto em termos de expedição científica como também através de cartas convites.

O PDBFF sempre despertou grandes controvérsias entre os pesquisadores do INPA e no próprio CNPq e MCT. É considerado um enclave e a participação brasileira se faz predominantemente através de pesquisadores que tiveram suas carreiras científicas forjadas e financiadas pelo próprio projeto (Heraldo Vasconcelos, Rita Mesquita). A assimetria na participação de brasileiros e estrangeiros consegue ser ainda maior do que a dos alemães e se dá na base de um pesquisador/estudante brasileiro para nove estrangeiros.

Além disso, o PDBFF (talvez também por falta de continuidade administrativa do INPA) como mostrou Gama (1997), freqüentemente desconhece os acertos anteriores tendo ampla autonomia para ditar as regras do jogo, inclusive tomando o lugar das instituições públicas brasileiras no desenho das políticas de desenvolvimento a serem seguidas na região amazônica.

Um regulamento para a concessão de cartas convites tem que ser claramente estabelecido, onde os critérios de avaliação ex-ante e a posteriori tornam-se necessários. È preciso comprometer mais os pesquisadores estrangeiros com os objetivos nacionais. O que se tem visto no caso do convênio com o SI é que o INPA está sistemativamente e

ingenuamente dando guarida a projeções pouco confiáveis sobre o desenvolvimento do nosso território, induzindo a opinião pública internacional a nos colocar como vilões de nosso próprio território. É como alimentar os abutres para comer nossas criações.

Tem que ficar claro que o projeto do SI deve se voltar exclusivamente para a questão do estudo da dinâmica biológica de fragmentos florestais, e não ficar querendo estabelecer as políticas públicas baseadas em projeções catastróficas que eles mesmos induzem e criam. Há certamente um engessamento na capacidade de o Brasil ter suas próprias políticas públicas para a Amazônia, sem terceirizar como tem sido até agora quando se vê que uma conjunção de ONGs, Banco Mundial, PPG-7, estabelecem suas próprias políticas para a Amazônia sem levar em contar os interesses nacionais, que são definidos por eles mesmos, lá fora.

A pergunta que se coloca é: deve o Brasil continuar subordinando sua política para a Amazônia aos fóruns multilaterais (onde tem apenas seu voto) ou deve estabelecer para a região e para a ciência em particular tão intensamente financiada por organizações multilaterais que se utilizam dos caboclos apenas para legitimar suas próprias políticas para a região. com sua política multilateral na qual sempre perde, ou deve subordinar sua política científica da Amazônia aos interesses de desenvolvimento e integração regional, nacional e internacional?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Celso Luiz Nunes (1994). "Perspectivas da Cooperação Internacional". In Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo.

ARAGÓN, Luis E (1997). "Desenvolvimento Sustentável e Cooperação Internacional". In "Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável - Uma contribuição para a Amazônia 21", Tereza Ximenes (org.), NAEA/UFPA, Unamaz, Belém.

ARCHER, Renato (1987). Telex enviado à Prof. Carolina Bóri, presidente da SBPC, sobre a expedição da *Royal Geographical Society* a Roraima.

ASPI (1998). O INPA avaliado por seus pesquisadores. Pesquisa de Opinião coordenada por: Gama, William. Caderno.

ASPI-ACI/INPA (1993) - Fórum de Cooperação Internacional do INPA - Relatório dos Grupos de Trabalho. Manaus, Fita K-7. 1993.

BANDEIRA, Moniz (1978). Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História). Ed. Civilização Brasileira, RJ, 2a. Edição, 1978.

BARBOSA, Ruy P. (1978). "Na maior floresta, o grande plano ecológico". Jornal O Estado de São Paulo, 26/12/78.

BARBOSA, Ruy P. (1979a). "ABT lamenta decisão e defende os biólogos". Jornal O Estado de São Paulo, 12/01/79.

BARBOSA, Ruy P. (1979b). "Amazônia - Sugestão do Embaixador de retirar a verba dos EUA do Projeto Ecológico". Jornal O Estado de São Paulo, 19/01/79.

BECKER, Bertha (1989). Geopolítica da Amazônia. In Macrocenários da Amazônia 2.010. Sudam, Belém, 1989. Mimeo.

BECKER, Bertha (2003). Amazônia, Hoje e Sempre - www.memorialdomeioambiente.org.br/projeto/down/bertha_becker.doc

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes (1994). O Brasil dos viajantes. Vol. II. SP, Organização Odebrecht.

BOM-MEIHY, José Carlos Sebe (1990). "A Colônia Brasilianista - História oral de vida acadêmica", Ed. Nova Stella, São Paulo, 1990.

BORI, Carolina (1986). Telex encaminhado ao Ministro da C&T, Renato Archer, protestando contra a autorização da Expedição da *Royal Geographical Society*. JCH 74, 7-13/02/1987.

BRASIL (1933). Dec. 22.698 - Institui a Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Diário Oficial da União de 11/03/1933.

BRASIL (1933). Dec. 23.311 – Cria o Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Diário Oficial da União 31/10/1933.

BRASIL (1968). Dec. 62.203 – Extingue o CFEACB e passa suas atribuições ao CNPq e à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (MEC). Diário Oficial da União 31/10/1968.

BRASIL (1969). Dec. 65.057 – Dispõe sobre a concessão de licença para realização de Expedições Científicas no Brasil. Diário Oficial da União 26/08/1969.

BRASIL (1974). Polamazônia. Seplan/PR.

BRASIL (1986). Dec. 93.180 – Dispõe sobre a concessão de licença para realização de Expedições Científicas no Brasil. Diário Oficial da União 27/08/1986.

BRASIL (1986). Exposição de Motivos da Comissão Interministerial destinada a estudar mudanças na legislação sobre expedições científicas (proposta).

BRASIL (1990). Dec. 98.830 – Dispõe sobre a coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos do Brasil. Diário Oficial da União 15/01/1990.

BRASIL (1997). Congresso Nacional, Câmara dos Deputados. Relatório Final da Comissão de Biopirataria na Amazônia. Câmara dos Deputados, Brasília.

BRASIL (2001). Medida Provisória 2.186-16. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição dos benefícios e o acesso à tecnologia e transferência de tecnologia para sua conservação e utilização. Diário Oficial da União 23/08/2001.

CABRAL, Bernando (1998). A Cooperação Técnica e Financeira Internacional. Senado Federal, Gabinete do Senador Bernardo Cabral, Brasília.

CANTO, Isabel (2003). Uma agenda para parcerias na Amazônia. Folha de São Paulo, Tendências/Debates, 11/02/2003.

CERVO, Amado L. (1994). Socializando O Desenvolvimento: Uma Historia da Cooperação Técnica Internacional do Brasil. Revista Brasileira de Política Internacional. UnB, Brasília, v.37, n.1, p.37 – 63.

CHESNAIS, François (1993). A inevitável internacionalização da Pesquisa e da tecnologia. In "Ciência e Tecnologia Hoje" , Witkowski, Nicolas (org.) Ed. Ensaio, SP.

CHEVILLOT, Jean-Pierre (1993). O dispositivo de Pesquisa e Desenvolvimenhto Europeu - Entre a concorrência e a Parceria. In "Ciência e Tecnologia Hoje" , Witkowski, Nicolas (org.) Ed. Ensaio, SP.

CNPq (1986). Reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, 12-13/11/1986. Publicado no JCH 68, 13-22/12/1986.

CNPq (2003). CNPq e Ibama discutem coleta de material biológico. CNPq Notícias 24, Informativo eletrônico 11/07/2003.

CORRÊA, Margarida Maria da Silva (1997). Da construção do olhar europeu sobre o novo mundo ao (re)descobrimento do reino tropical. Dissertação de Mestrado. UFGoiás.

DERBY, Orville (1883). O estado atual da ciência no Brasil. In *Science*, v. 1, n. 8, 30/03/1883. Traduzido pela revista Ciência Hoje, v. 10, n. 59, 1989, pp. 18-21.

DICKSON, D (1988). "*The New Politics of Science*". Chicago, The University of Chicago Press, 1988, 404 p.

FARIA, L. de Castro (2000). Inventário Analítico do Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Introdução. MAST, RJ.

GAMA, William N.G. (1997). "O PDBFF (INPA/WWF-US/Smithsonian): uma base de pesquisa científica norte-americana na Amazônia Brasileira". Dissertação de Mestrado. NAEA/UFPA.

GARCIA, Rodolfo (1922). "História das Explorações Scientíficas. In ".Diccionário Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil. IHGB. Imprensa Nacional. Cap. 25°.

GRUPIONI, Luís D. B. (1998). Coleções e Expedições Vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. SP, Hucitec.

GT/INPA (1994). Workshop de Apresentação e Avaliação do Planejamento Estratégico do INPA. Grupo de Trabalho "Estratégias para a Cooperação Inter-Institucional do INPA". Manaus 28-29/01/94. Conclusões.

GUIMARÃES, Sérgio Fonseca (1994). "A Gestão da Cooperação Internacional do INPA: Diretrizes Básicas para Consolidação", In "Gestão da Cooperação Internacional - Experiências e Depoimentos" Coletânea de Ensaios dos participantes do IV PROCINT, FEA/USP, Org. por Jacques Marcovitch e Maria Selma Baião, 1994.

HARRISON, John P. (1955). "*Science and Politics: origins and objectives of Mid-Nineteenth century Government Expeditions to Latin America*". *The Hispanic American Historical Review*, maio 1955.

INPA (1994). Planejamento Estratégico do INPA. Relatório Final, Jan/94. Manaus.

INPA/SRH (2001). Relatório de Gestão do INPA 2001.

JCH 203 (1990). Burocracia prejudica Expedições Científicas. Notícia publicada em 06/04/1990.
JCH 74 (7-13/02/1987). Algumas Sugestões da SBPC sobre a mudança da legislação brasileira sobre as expedições científicas.
JCH 74 (7-13/02/1987). Manifesto sobre as expedições estrangeiras na região Norte.
JCH 82 (16-22/05/1987). INPA pede socorro. Editorial.
JORNAL DO BRASIL (1986). INPA vai ser reformulado. Notícia publicada em 31/10/86.
JORNAL DO BRASIL (1986). Reação do INPA à Expedição Britânica. Notícia publicada em 05/12/1986.
KOHLHEPP, Gerd (1995). "As relações científicas entre a Alemanha e o Brasil". In Brasil e Alemanha: a construção do futuro. Org. L.A Moniz Bandeira e Samuel Pinheiro Guimarães, IPRI, FAG.
LAMPREA, Luiz Felipe (1998). A Cooperação Técnica e Financeira Internacional. Prefácio. Senado Federal, Gabinete do Senador Bernardo Cabral, Brasília.
LAURANCE, William F; Mark A. Cochrane, Scott Bergen, Philip M. Fearnside, Patricia Delamonica, Christopher Barber, Sammya D'Angelo e Tito Fernandes (2001). "*The future of the Brazilian Amazon*". *Science*, Vol 291, Issue 5503, 438-439 , 19 January 2001.
LISBOA, Araci Gomes (2001). O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e o projeto Nacionalista de Vargas. In História, Ciências, Saúde, Vol. II(3).
LIVERNASH, Robert (1992) *'The growing influence of NGOs in the developing world', Environment*, 34(5), June, pp.12-20; 41-3
LIVRO VERDE (2001). Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira. Coordenadores: Cylon Gonçalves da Silva e Lúcia Carvalho Pinho de Melo. Brasília. Ministério da Ciência e Tecnologia e Academia Brasileira de Ciências (MCT-ABC).
MACHADO, Angelo (1988). Carta enviada ao Jornal da Ciência Hoje (JCH 124, 12-18/03/1988), SBPC.
MACHADO, Carlos José Saldanha (1994). "*L´ORSTOM en action en Amazonie: décryptage et synthèese d´un dispositif de recherche*". Communication au Colloque du Cinquentenaire de la création de l´ORSTOM à l´UNESCO, 19-23 septembre 1994.
MACHADO, Carlos José Saldanha (1999). Formação e modo de organização de uma coletividade heterogênea de pesquisadores: o caso do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia. Revista Internacional de Estudos Políticos 1(3): 567-600.
MANTHORME, Katherine E. (1996) "O Imaginário Brasileiro para o Público Norte-americano do Século XIX". Dossiê Brasil dos Viajantes, Revista da USP, n. 30, pp. 58-73, jun.-ago./96.
MARCOVITCH, Jacques (1994). Competição, Cooperação e Competitividade; in Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.
MCT (1990). Portaria MCT nº 55. Aprova o Regulamento sobre coleta, por estrangeiros, de dados e materiais científicos do Brasil. Diário Oficial da União 14/03/1990.
MCT (2002). Portaria MCT nº 425/2002. Delega competência aos titulares das Unidades de Pesquisa, órgãos integrantes da estrutura básica deste Ministério
MCT (2002). Portaria MCT nº 814/2002. Aprova o Manual de Procedimentos para Atividades de Cooperação Internacional na Área de C&T".
MCT (2002). Manual de Procedimentos para Ingresso de Estrangeiros, Atividades de Cooperação Internacional e seu Acompanhamento na Área de C&T".
MCT (2001). Relatório Tundisi (Relatório Final da Comissão destinada a propor uma política de longo prazo para os institutos do MCT).

MCT/INPA (1993) - Proposta do MCT/INPA submetida ao *appraisal* do Banco Mundial. Programa Piloto das Florestas Tropicais do Brasil, Projeto Centro de Excelências, Sub-Projeto INPA.

MCT/INPA (1993) – Relatório Bevilácqua. O INPA Como Centro de Excelência em Pesquisas na Amazônia. Relatório da Comissão de Alto Nível.

MELATTI, Júlio Cezar (2004). "O Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendajú". In www. geocities.página do melatti.

MELLO-LEITÃO, Candido de (1941). História das Expedições Científicas no Brasil. Coleção Brasiliana, vol. 209. Cia. Editora Nacional.

MERTON , R.K. (1973[1942]): *The Normative Structure of Science*, in Merton, R.K. (*The Sociology of Science: Theoretical and Empirical Investigations. Edited and Introduced by NW Storer, University of Chicago Press, Chicago.*

MOTOYAMA, Shozo (2002), organizador. "50 anos do CNPq: contados pelos seus presidentes". Fapesp; SP, 720 p.

NOGUEIRA, Eliana (2000). Uma história brasileira da botânica. Edições Marco Zero/Paralelo 15, São Paulo.

OBERACKER, Carlos (1985). Viajantes, naturalistas e artistas estrangeiros. In: Holanda, Sérgio Buarque de (Org.). Hist°oria Geral da Civilização Brasileira. 6a. ed. 1o. vol, tomo II, SP, Difel.

OLIVEIRA, Eliézer R. (1995). "As Universidades e a Cooperação Internacional". Trabalho apresentado no III Seminário sobre diálogo e a cooperação entre as universidades das regiões fronteiriças dos países do Mercosul. Passo Fundo, RS.

PRANCE, G.T.; Nelson, Bruce; M.F. Silva et et alii. (1984). Projeto Flora Amazônica*: eight years of binational botanical expedictions.* Acta Amazônica, v. 14, n. 1-2, Suplemento.

RAMINELLI, Ronald (2000). "Viagens e inventários: tipologia para o período colonial". Revista História – Questões e Debates. Ano 17, n° 32, jan/jun 2000.

REIS, Arthur C.F. (1956) - "O INPA e sua contribuição para o conhecimento realístico da Amazônia", publicações avulsas, n. 7, INPA, 1956, Mímeo.

REIS, Arthur C.F. (1976) - "A Amazônia e a Cobiça Internacional". Ed. Civilização Brasileira, 5a. Edição, Rio de Janeiro.

SAMPAIO, Theodoro (1955). Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e o progresso da etnografia indígena no Brasil. In. Coleção de Estudos Brasileiros, série Cruzeiro, Vol. 8. Livraria Progresso, BA.

SANTOS, Nadja Paraense dos (2004). "Theodoro Peckolt – A Carreira Abrangente de um Pioneiro da Fitoquímica no Brasil". LabMMol - DQO - IQ/UFRJ, arquivo http://www.iq.ufrj.br/gigantes/peckolt/peckolt.pdf.

SOARES, Guido F.S (1994). - A cooperação técnica Internacional. In Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.

STORER, N.W (1970). *The Internationality of Science and the nationality of scientists. International Science Journal*, 22: 87-104, 1970.

SUDAM/PNUD/GTZ (1992). Simpósio Internacional sobre Cenários de Desenvolvimento Sustentado: Alternativas Econômicas e Perspectivas de Cooperação Internacional.

TESCHAUER, Carlos (1955). Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX no Brasil. In. Coleção de Estudos Brasileiros, série Cruzeiro, Vol. 8. Livraria Progresso, BA.

TONI, F (1994). "Avaliação da Cooperação Científica Internacional em Pesquisa Biológica na Amazônia: o caso Brasil e França". Dissertação de Mestrado, Unicamp, 1994.

TONI, Fabiano & VELHO, Léa (1996). "A presença Francesa no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – INPA". Interciencia, Jan-Fev, Vol. 21 n° 1.

TUNDISI, J.G. (1993). "Análise da Auto-Avaliação do INPA". Planejamento Estratégico do INPA, Relatório. INPA, Manaus.

VAL, Vera M.F. A. & HIGUCHI, Maria I. G. (1994). "O INPA no contexto da cooperação Internacional"., ASPI/INPA, Manaus.

VALVERDE, Orlando (1987). Amazônia vai virar deserto. Notícia publicada no Jornal do Brasil, em 05/06/1987.

VELHO, Léa & VELHO, Paulo (1996). *Scientific Collaboration of Advanced/Developing Countries in Biological Sciences: The Case of The Maracá Rain Forest Project".* Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 13, n. 1, p. 9-20.

VELHO, Léa (1994). Impactos dos projetos colaborativos Norte-Sul em ciências biológicas na Amazônia. Artigo apresentado no seminário internacional *"Dinâmica y entorno de los grupos de investigacion"*, Bogotá, Colombia, 19-20/05/1994.

VELHO, Léa (1995). *International Scientific Collaboration in Brazil: The Case of the Amazonia National Research Institute. In: Koenig, M. & Bookstein, A. (Eds.). Proceedings of the 5th Biennial Conference of the International Society for Scientometrics and Informetrics (Medford, NJ: Learned Information Inc.), pp. 597-606.*

VIOLA, Eduardo (1992). O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável – www.memorialdomeioambiente.org.br.

WEIGEL, Peter (1994). "Ciência e Desenvolvimento: dificuldades de diálogo na experiência do INPA". Dissertação de Mestrado do Plades NAEA/UFPA, 1994. Mimeo.

WETTERBERG, Gary B. (1976). "*Report to the Government of Brazil. A General Program for Wildlife Management and Conservation in Brazil*". *Based on the work of* G.B. Wetterberg. Rome. *April* 1976. UNDP/FAO/BRA/71/545. *Technical Report* nº. 7. (*Restricted distribution*).

WETTERBERG, Gary B.; Pádua, Maria T.J.; Castro, Celso S. & Vasconcelos, José M.C. (1976). "*An Analysis of Nature Conservation Priorities in the Amazon*", UNDP/FAO/IBDF/BRA-545, *Technical Series* n. 8, Brasília, DF.

BIBLIOGRAFIA

ACI/INPA (1994) - Lista de Projetos de Cooperação Internacional do INPA. Manaus, Disquete.

ALBAGLI, Sarita (1998). Geopolítica da Biodiversidade. Edições Ibama, Brasília.

ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria & FERRAZ, Márcia H. M. (2002). "Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil". São Paulo Perspectiva. [online]. jul./set. 2002, vol.16, nº.3 [citado 16 Dezembro 2003], p.03-14. Disponível na http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392002000300002&lng=pt&nrm=iso> ISSN 0102-8839

ARAGÓN, Luis E (1994). "*The Amazon as a Study Object*". *Building Regional Capacity for Sustainable Development. Institute of Latin American Studies of Stockholm University. Monograph 28.*

ASSAD, Ana Lúcia Delgado (2000). Biodiversidade: Institucionalização e Programas Governamentais no Brasil. Tese de doutorado. DPCT/Unicamp.

BARBAULT, Robert (1993). Botânica e Zoologia - disciplinas em vias de desaparecimento? In "Ciência e Tecnologia Hoje" , Witkowski, Nicolas (org.) Ed. Ensaio, SP, 1993.

BARRÉ, Rémi (1993). "Europa/Estados Unidos/Japão - Uma Geopolítica Científica". In Ciência e Tecnologia Hoje, Nicolas Witkowski (Coordenador). Editora Ensaio, SP.

BENJAMIN, Cesar (1993). Diálogo sobre Ecologia, Ciência e Política. Ed. Nova Fronteira, RJ, 1993.

BERNARDES, Ernesto (1997). "Piratas da Selva - Empresas se aproveitam do vácuo legal para patentear plantas e material genético". VEJA, 15/01/97, pp. 46-47.

BIFANI, Paolo (1992). "Interesses internacionais e guerra de patentes". Volume 26 da Série Ensaios, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, 1992.

BOURGUET, M.N. (1992) O Explorador. In: Vovelle, M. (dir) O Homem do Iluminismo. Lisboa, Ed. Presença, Cap. VII: 209-249.

BROCWAY, L. H. (1979). *Science and Colonial Expansion; the role of the British Royal Botanical Gardens.* Nova York, *Academic Press.*

BUARQUE, Cristóvam (1993). O Pensamento em um Mundo Terceiro Mundo. In Para pensar o desenvolvimento sustentável. Marcel Bursztyn (Org.) . Ed. Brasiliense, RJ.

CANTO, Isabel & Hannah, Janet (2001). *A partnership of equals? Academic collaboration between the United Kingdom and Brazil. Journal of Studies in International Education,* vol. 5, n. 1, Spring.

CARVALHO, Mário César (1997). "Estrangeiros intensificam Pirataria - Empresas estrangeiras usam gratuitamente os conhecimentos de Índios em novos medicamentos". Jornal Folha de São Paulo, 24/04/97.

CNPq (1993) Cooperação Internacional - Convênios de Cooperação Bilateral. Caderno, Brasília.

CNPq (1993) Cooperação Internacional - Expedição Científica. Caderno, Brasília CNPq (1993) Cooperação Internacional - Organismos Internacionais Não Governamentais. Caderno, Brasília

CNPq (1993) Cooperação Internacional - Programas Internacionais. Caderno, Brasília

CHAPARRO, Fernando (1994) "Formas de Inserção da cooperação técnica internacional nos programas de desenvolvimento científico e tecnológico: a experiência do CIID". In Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.

CHATAWAY, Joanna e TAIT, Joyce (1992). "Regulamentação dos riscos e estratégias das empresas em biotecnologia". Volume 26 da Série Ensaios, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, 1992.

CLAVAL, Paul (1972). *La pensée géographique: introduction à son histoire. Paris: Société d'Edition d'Enseignement Supérieur (Publication de la Sorbonne).*

CROSBY, Alfred W. (1991). Imperialismo Ecológico – expansão biológica da Europa de 900 a 1900. Companhia das Letras.

DEAN, Warren (1991). A botânica e a política imperial: a introdução e a domesticação de plantas no Brasil. Estudos Históricos, vol. 4, n. 8, Rio de Janeiro.

DICKSON, David (1978). "*Brazil learns its ecological lessons - the hard way*". *Nature*, Vol. 275, 26/10/78.

DOMINGUES, Heloisa M. B. (1995). Ciência: um caso de política (as relações entre as ciências naturais e a agricultura no Brasil-Império). Tese de doutorado FFCH/USP.

DROUIN, Jean-Marc (1989). De Lineu a Darwin: os Viajantes Naturalistas. In Elementos para uma História das Ciências. II Volume. Serres, Michel (dir).

DULEEP, Deosthale (1995). Conferência durante o V Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para Assuntos Internacionais, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS), Wolfgang Wachholz (organizador), Ed. Unisinos, 1995.

ECONOMIST. "Scientific Secrets", 28/11/87.

FAUBAI (1995). 5o. Encontro do Fórum das Assessorias das Universidades Brasileiras para a Assuntos Internacionais, Santa Maria, RS. Ed. da Univ. de Santa Maria, RS.

FAULHABER, Priscila & TOLEDO, Peter Mann de (2001). Conhecimento e fronteira: história da Ciência na Amazônia. Museu Paraense Emílio Goeldi/Paralelo 15, Belém.

FERRO, José Roberto (1991). Administração de Tecnologia na Universidade e na Empresa. in Universidade e Indústria - Depoimentos. Editora UFSCar, SP, 1991.

FORMIGA, Manuel M.M. (1994). Workshop de avaliação do Planejamento Estratégico do INPA, Grupo de Trabalho sobre Estratégias para a Cooperação Inter-institucional do INPA, 28 e 29/01/94, Manaus. Comunicação.

GAMA, William N.G. (1991). Uma radiografia da Pesquisa Brasileira na Amazônia: o caso do INPA, Cadernos da Assinpa, 2, 1991. Coordenação de William Gama.

GAMA, William N.G. (1995). "Alguns dos Principais Problemas da Cooperação Científica Internacional na Amazônia Brasileira. Monografia Fipam/NAEA/UFPA, 1995.

GUIMARÃES, Roberto P. (1991). A Assimetria dos Interesses Compartilhados: América Latina e a Agenda Global do Meio Ambiente. In "Ecologia e Política Mundial", Héctor R. Leis (Org.), Ed. Vozes, Fase AIRI/PUC-RJ.

HATZICHRONOGLOU, Thomas (1993). Orçamento, financiamento, atores da pesquisa-desenvolvimento: uma comparação internacional. In "Ciência e Tecnologia Hoje" , Witkowski, Nicolas (org.) Ed. Ensaio, SP, 1993.

HERRERA (1983). "O planejamento da C&T na América Latina: elementos para um novo marco de referência" in Ciência, Tecnologia e Sociedade, CNPq, 1983.

HOBSBAWM, Eric (1995). Era dos Extremos - O Breve Século XX- 1914-1991. Companhia das Letras, SP, 1995.

HOROWITZ, Irving L. (1979). Ascenção e Queda do Projeto Camelot. Editora Civilização Brasileira, RJ.

JAGUARIBE, Hélio (1994). O Brasil e o Sistema Internacional Contemporâneo. In Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994

JAPIASSU, Daniel (1997). "O futuro é Verde - A biotecnologia, hoje um negócio de US$ 20 bilhões, vai dominar a Ciência". Carta Capital, ano II, n° 48, 14/05/97.

JUNE, Gerd (1992). "O ritmo das grandes corporações em biotecnologia agrícola". Volume 26 da Série Ensaios, Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul.

JUNQUEIRA, Eduardo (1996). "Corredores Verdes - Um estudo do Ibama propõe a interligação dos parques e reservas naturais da Amazônia". Revista Veja, 13/11/96, pp. 79.

KRIEGER, Henrique; BEIGUELMAN, Bernardo; CAMARGO, Erney Plessmann; KRIGER, Milton, & VANIN, Sérgio Antonio (2002). Academia Brasileira de Ciências – "Contribuições para a Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação: Área de Ciências Biológicas". Revista Parcerias Estratégicas, jun/2002, edição especial.

KÖNZ, Peter (1994). Financiamento Oficial da Cooperação Técnica Internacional. in Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994

LAFER, Celso (1994). Política Externa Brasileira: Reflexão e Ação. in Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.

LOURENÇO, José S (1992). Organização da Pesquisa para o desenvolvimento da Amazônia no Brasil e nos países amazônicos. In "Desenvolvimento Sustentável nos Trópicos Úmidos". Luis E. Aragón (org.), Unamaz, Série Cooperação Amazônica 13, Tomo II, 1992.

LOVEJOY, Thomas E & PÁDUA, Maria TJ (1980). *"Can science save Amazonia?".* Earthscan, IIED, USA, 1980.

LOVEJOY, Thomas E., Santos, A.A. & Salati, E. (1994). "Dívida Externa e Conversão Ecológica", in Bases Científicas para Estratégias de Preservação e Desenvolvimento da Amazônia, Vol. 2. INPA, Manaus, 1994.

LUZ, Dioclécio (1993). "A Biodiversidade pilhada". Jornal Folha do Meio Ambiente, 36, pp. 28-29. Brasília, dezembro de 1993.

MEC (1976). Manual de Cooperação Técnica Internacional, 2a. Edição, 1976.

MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de (1994). As organizações internacionais ea cooperação técnica; in Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.

MERTON, R.K (1979). Os imperativos Institucionais da Ciência. In: Deus, J.D. (Org.) A Crítica da Ciência. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1979, p. 37-52.

MICELI, Sérgio (1990) - A Desilusão Americana - relações Acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. Ed. Sumaré/USP/CNPq.

MOOG, Vianna (1993). "Bandeirantes e Pioneiros". Ed. Civilização Brasileira, 18a. Edição, 1993.

NARVAEZ-BERTHELEMOT, N. et alii (1992). *Internacional Scientific Collaboration in latin American. In Conference internationale sur les indicateurs de science dans les pays en dévelopment Orstom/CNRS.* Paris, 15-19 oct. 1990. Actes. Paris, editions de l'orstom, 1992. p. 333-356.

NEVES, Walter A (1989). Teorias de determinismo ecológico na Amazônia: um caso de marginalidade da comunidade científica nacional. In Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: avaliação e perspectiva. MPEG, Belém, 1989, Walter A. Neves (org.).

O ESTADO DE SÃO PAULO (1979a). "Governo Nega Favorecimento na Amazônia". São Paulo, 12/01/79.

O ESTADO DE SÃO PAULO (1979b). "Brasil cancela o Simpósio". São Paulo, 12/01/79.

O ESTADO DE SÃO PAULO (1979c). "INPA garante que plano não ameaça". São Paulo, 19/01/79.

O GLOBO (1978). "Associação dos empresários diz que quer conhecer os planos". RJ, 27/12/78.

O GLOBO (1978). "Biólogo Confirma Plano de Pesquisa na Amazônia". RJ, 22/12/78.
O LIBERAL (11/06/97). "Biopirataria será investigada", Belém, pp. 7.
OLIVEIRA FILHO, João Pacheco (1987). Elementos para uma sociologia dos Viajantes. In: Oliveira Filho, J.P. (Org.). Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil. RJ, Ed. Marco Zero, UFRJ.
OSSAME, Ana C. (1996). "Pesquisador denúncia apropriação indébita - Plantas da Amazônia são levadas para fora do País e têm suas propriedades patenteadas por empresas estrangeirs sem que nada seja feito". Jornal A Crítica. Manaus, 3/11/96, pp. A3.
PÁDUA, Maria T. J. & Magnanini, Alceo (1972). Parques Nacionais do Brasil: características gerais, situação atual, aspectos da fauna. IBDF, Min. da Agricultura, 32 pp.
PESQUISA FAPESP (2000). A Ciência a cargo dos naturalistas estrangeiros. Pesquisa Fapesp n. 52, Suplemento Especial – 500 anos de ciência e tecnologia no Brasil.
PIRSON, Bernard (1993). *"Directorio de Centros de Capacitacion e Investigacion de la Pan-Amazônia - Filiados a la UNAMAZ"*. 1993.. Série Informacion Amazonica 3. UNAMAZ (1993)
PRANCE, Guillean T. & KERR, W.E. (1976). *"Proposal for the Selection of Biological Reserves in Amazonian Brasil". Submitted to World Wildlife Foundation (WWF).* Mímeo, Manaus.
PROCINT (1994). Programa em Gestão da Cooperação Técnica Internacional. ABC-MRE/USP/PNUD, 1994.
REGO, George Browne do.(1974). "Brasil e Estados Unidos: Balanço Histórico do Ensino Superior sob uma Perspectiva Comparada". Editora Universitária, Recife (PE), 1974.
SACHS, I. (1993) - Estratégias de Transição para o Século XXI. In Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável. Org. Marcel Bursztyn. Editora Brasiliense, 1993.
SEITENFUS, Ricardo A. S. (1994). A política externa brasileira: da marginalidade à responsabilidade (1930-1990). In Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.
SILBER, Simão David (1994). Relações Econômicas Internacionais. In Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.
SMITH, Anthony (1990). Os conquistadores do Amazonas. Ed. Best Seller.
SOARES, Guido F.S (1994). - A cooperação técnica Internacional. In Cooperação Internacional - Estratégia e Gestão. Jacques Marcovitch (org.), EDUSP, São Paulo, 1994.
SOULÉ, Michael (1988). Relatório da Avaliação Externa do PDBFF.
STRANG, Harold E. (1962). *National park in Brazil.*
SUDAM (1991) - Macrocenários da Amazônia - 2010 - Cenários Alternativos e Normativo para a Amazônia. Belém, Março de 1991.
SUDAM (1992) - Plano de Desenvolvimento da Amazônia - PDA 92/95, Belém, 70 p.
TACHINARDI, Maria Helena (1993). O contencioso entre o Brasil e os Estados Unidos em Propriedade Intelectual - Estudo de caso das patentes farmacêuticas. Dissertação de Mestrado no Curso de Relações Internacionais. UnB, 1993.
TERBORGH, John (1992). Relatório da Avaliação Externa do PDBFF.
WETTERBERG, Gary B. (1977). "Apresentação e Discussão do documento 'Uma Análise de Prioridades em Conservação da Natureza na Amazônia'". 2a. Reunião do Comitê Intergovernamental Técnico para a Proteção e Manejo da Flora e Fauna Amazônica. Brasília, 1977.
WETTERBERG, Gary B. (1980). *"A Case study: Brazil's wildlife management and Conservation Program"*. Apresentação *no Workshop on Wildlife Management in*

developing Countries, realizado no *National Forest Institute* do Paquistão, em nov/1980.

WETTERBERG, Gary B., PRANCE, G.T. & LOVEJOY, T.E. (1981). "*Conservation Progress in Amazonia: A Structural Review*". Parks 5-10 (USA).

WWF/US - Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais - Relatórios Anuais de 1980 a 1993, Manaus.

Referências Documentais Citadas na Tese

Nº.	Documento	Data	De	Instituição	Para	Instituição	Assunto
01	Matéria do Jornal O Estado de São Paulo	19/01/79	Ruy P. Barbosa (correspondente em Washington)	OESP			"Embaixador americano quer cancelar pesquisa" (telegrama confidencial sugere o cancelamento do financiamento do governo dos EUA ao PTMCE)
02	Correspondênciade Washington	19/01/79	Thomas Lovejoy	WWF/US	Robert M. Sayre	Embaixador dos EUA no Brasil	Busca esclarecer o embaixador sobre as repercussões do PTMCE na imprensa do Brasil
03	Correspondência	04/10/79	Thomas Lovejoy	WWF/US	Frank Press	Casa Branca	Instrui assessor sobre vários projetos dos EUA na Amazônia e fala da polêmica do seu projeto na imprensa brasileira.
04	Of. 0300.05589/79	26/07/79	Dourimar Moura	SCI/CNPq	Amilcar F. Ferrari	CNPq	Informa das dificuldades do CNPq em operacionalizar novos procedimentos para ingresso de expedições estrangeiras
05	Of. Confidencial 01100090/79	19/01/79	José Dion M. Telles	CNPq	Flávio Moutinho de Carvalho	CSN	Informa sobre procedimentos adotados pelo CNPq com relação ao PDBFF
06	CNPq 330026/79 Aid Memoire	12/02/79	Yu Chi Au	CTO/CNPq	Dourimar Moura	CCB/CNPq	Questiona a nova política do CNPq para expedições científicas na Amazônia
07	Parecer CRN/CNPq 008/86	21/01/86	Mario Honda	CRN/CNPq	Pedro Thomé de Arruda Filho	ACI/CNPq	Solicita auditoria no PDBFF dado a excessiva autonomia da parte estrangeira e desinteresse do INPA pelo Projeto
08	Relatório Confidencial	26-27/06/86	Comissão de Auditoria	CNPq	CNPq	CNPq	Relatório da auditoria ao PDBFF, financiado pela WWF/US
09	Relatório Final da Auditoria	01/07/86	Comissão de Auditoria	CNPq	Felizardo P. da Silva	CNPq	Relatório final da auditoria ao PDBFF
10	Telex MCT	11/03/87	Renato Archer	MCT	Carolina Bori	SBPC	
11	Exposição de	1987	Comissão Interministerial		José Sarney	Presidente da	
12	Email	31/03/00	Adélia Japiassu Leal	MCT	Charles Clement	INPA	Informa que não existe uma delegação formal de competência do MCT para o INPA remeter material científico para o exterior.
13	Relatório Confidencial 0026/4310/DCI/ ABIN/20ABR2001	20/04/01	DCI/ABIN	Agência Brasileira de Inteligência			Aponta dficiências no controle sobre a atividade de pesquisadores estrangeiros na Amazônia

14	Memo PDBFF	16/03/93	Roger W. Hutchings	PDBFF	João B. S. Ferraz	ACI/INPA	Informa que no dia 22/10/92, George Nakamura (ACI/INPA) expedira carta-convite a Mandy Tocher e Raphael Didhan
15	Fax Ostensivo	12/12/91	Kátia Gilaberte	DCTEC/MRE	Maria Luiza Braz Alves	INPA/BSB	Orienta o INPA no sentido de que os vistos p/ pesq. estrangeiros devam ser obtidos pelos mesmos diretamente nas repartições brasileiras no exterior.
16	Despacho sobre Memo PDBFF	27/05/94	Claude Gascon	PDBFF	Sérgio Guimarães	ACI/INPA	Nega carta convite para Chris Dick (Harvard) e afirma que a autorização foge da competência do INPA e recomendo um processo de expedição científica junto ao CNPq
17	Despacho sobre Memo de Flávio de Jesus Luizão	12/09/92	Ozório José de Menezes Fonseca	DIR/INPA	Victor Py-Daniel	GTCI/INPA	Informa que o envio de material científico para o exterior é uma exigência da pesquisa globalizada.
18	Despacho sobre Memo PDBFF	30/11/93	Sérgio Guimarães	ACI/INPA	Claude Gascon	PDBFF	Informa que solicitações de vistos para estrangeiros do PDBFF têm que obter antes o aval do coordenador brasileiro
19	Despacho sobre Memo PDBFF	02/01/96	Claude Gascon	PDBFF	Vivien P.K.A Antony	CCI/INPA	Diz que apenas por uma questão de formalidade, solicita colher o 'de acordo' do coordenador brasileiro" para conseguir carta convite para Julieta Benitez-Malvido.
20	Of. INPA	04/01/94	João B.S. Ferraz	ACI/INPA	Claude Gascon	PDBFF	Informa que indicação de contrapartida não é mera formalidade.
21	Despacho sobre Memo de Adalberto Val	21/08/96	Sérgio F. Guimarães	INPA	Adalberto Luís Val	INPA	Informa que para a emissão de carta convite pelo INPA é necessário um termo de referência (TOR)
22	Despacho sobre Memo de Adalberto Val	09/08/96	Maria do Carmo Lopes dos Santos	CCI/INPA	Adalberto Luís Val	INPA	Informa que o INPA ainda não dispõe do termo de referência (TOR) para solicitação de cartas convites a estrangeiros.
23	Despacho sobre Memo de Christopher Martius	28/11/96	Maria do Carmo Lopes dos Santos	CCI/INPA	Vivien P.K.A Antony	CCI/INPA	Informa que embora Christopher Martius seja pesq. do INPA ele é estrangeiro e portanto deve pedir o "de acordo" do coordenador brasileiro antes de solicitar cartas convites para estrangeiros.
24	Memo/Relato	27/02/97	Maria do Carmo Lopes dos Santos	GTC/INPA	Victor Py-Daniel	COAE/INPA	Relata que G. B. Williamsom (para quem foi solicitado carta convite do INPA) já estava em Manaus com visto de turista.

25	Of. 001/97 GTC/COAE/INPA	29/01/97	Vivien P.K.A Antony	INPA	Rubia Silveira	CDI/CAPES	Informa que Garry B. Williamsom encontra-se em Manaus com visto de turista e assim não pode receber bolsa da Capes
26	Of. DIR/INPA 10.100.448/84	17/08/84	Roberto dos Santos Vieira	INPA	Wolfgang Junk	DEC/MPIL	Formaliza entendimento para balizar papel do INPA no convênio CNPq/MPIL
27	Memo.	15/06/85	Joachim Adis	DEC/MPIL	Herbert Otto Roger Schubart	INPA	Encaminha cópia do convênio CNPq/Max-Planck e informa que o termo convênio INPA/MPIL não pode mais ser utilizado
28	Of. DIR/INPA 021/96	09/01/96	Ozório José de Menezes Fonseca	INPA	Fábio Guilherme Vogel	Conjur/MCT	Informa que muitas questões administ. precisam ser corrigidas para a firmatura de um novo convênio INPA/MPIL
29	Despacho 005/96 AJUR/MCT	18/01/96	Luduvina de Melo Sampaio	AJUR/MCT	DIR/INPA	INPA	Questiona e requer informações acerca do da proposta de convênio INPA/MPIL
30	Of. MPIL	24/11/00	Wolfgang Junk	GTET/MPIL	Warwick Kerr	DIR/INPA	Pede prioridade à prorrogação (sic) do convênio INPA/MPIL
31	Parecer	Set/2001	Maria Teresa Fernandez Piedade	INPA			Informações complementares sobre a cooperação entre as equipes do MPIL e INPA – Projeto INPA/Max-Planck
32	Ofício Confidencial 0300.06002/76	23/09/76	Luiz A.L. Brasil	SCI/CNPq	José Dion M. Telles	PR/CNPq	Transmite minutas dos sub-grupos de negociações bilaterais BR/USA, referentes a C, T e energia. (arquivo geral do CNPq, caixa 52).
33	Anexo do doc. 30	16 e 17/09/76					Programa de Coop. Científico-Tecnológica Brasil/EUA -Conv. CNPq-NSF - Orientação para apresentação de projetos
34	Reunião do Grupo de C&T BR/EUA Washington	04 e 05/02/74	Relatório da delegação brasileira				Aprova o projeto FABIT - Delegação brasileira considera que o Projeto do NYBG (futuro Flora da Amazônia) não se enquadrava no Programa
35	Correspondência	23/04/75	Eduardo Feller	NSF	Lindolpho de Carvalho Dias	DIR/CNPq	Insiste na expansão das pesquisas para as regiões dos trópicos úmido e semi-árido
36	Correspondência	18/08/75	G.S. Hammond	NAS	José Dion M. Telles	CNPq	Detalha os projetos norte-americanos para o Trópico Úmido
37	Correspondência	07/12/76	Eduardo Feller	NSF	José Dion M. Telles	CNPq	Sugere estudos básicos de ecologia na Amazônia

38	Correspondência	31/08/78	Robert Goerckermann	Emb dos EUA no Brasil	José Dion M. Telles	CNPq	Sugere ao CNPq um programa de cooperação em conservação da natureza e manejo de recursos naturais
39	Corresp. Interna (Confidencial)	24/09/76	Raimundo Nonato Fialho Mussi	CNPq	José Dion M. Telles	CNPq	Informa sobre reunião BR/EUA sobre espécies em extinção.
40	Reunião do Grupo de C&T BR/EUA Brasília	16-17/09/76	Emb. Francisco Grieco Emb. Frederick Irving	MRE Emb. EUA			Minuta da 1ª Reunião do Grupo Conjunto BR/EUA sobre Cooperação em C&T (Anexo V)
41	Correspondência	12/06/77	Thomas E. Lovejoy	WWF/US	Maria Teresa Jorge Pádua	IBDF	Apresenta um draft do projeto TMCE ao IBDF tendo como propositor o WWF/US e como patrocinador o NFWL/USDI (doc 42)
42	Of. INPA	04/07/77	Herbert Otto Roger Schubart	INPA	Paulo Sotero	Suframa	Solicita autorização para projeto de Lovejoy no Distrito Agropecuário da Suframa
43	Of. 0327/77-P	29/07/77	Joaquim Falco Uriarte Neto	Presid. IBDF Interino	José Dion de Melo Teles	PR/CNPq	O IBDF encaminha o draft do PTMCE em forma de processo ao CNPq pedindo autorização
44	Of. 0330.05291/77	16/09/77	Raimundo Nonato Fialho Mussi	CNPq	Thomas E. Lovejoy	WWF/US	Pede para que o projeto seja transformado em expedição científica, encaminha os formulários do CNPq e pede a Lovejoy que dê entrada através da embaixada Brasileira em Washington (Dec. 65.057)
45	Draft PTMCE/PDBFF	16/06/78	Thomas Lovejoy	WWF/US	National Fish and Wildlife Laboratory	Departament of Interior's	Minimum Critical Size of Ecosystems - A Proposal for na Experimental Study (Proposta do WWF/US para a NFWL/USDI
46	Correspondência	29/08/79	Thomas E. Lovejoy	WWF/US	Attila Albert Jancso	CCB/CNPq	Lovejoy apresenta ao CNPq o draft da sua proposta ao NFWL/USDI p/ o PDBFF
47	Of. 1400.0898/78 DIR/INPA	31/07/78	Warwick Estevam Kerr	DIR/INPA	Thomas E. Lovejoy	WWF/US	Detalha as condições do INPA para participar do PTMCE. "Cientistas do INPA poderão colaborar com o seu projeto e que estes pesquisadores devem ser da mesma categoria e devem integrar o projeto em todas as suas fases"
48	Correspondência	06/09/78	Thomas E. Lovejoy	WWF/US	Roberto Torres	Scientific Attache Embaixada Brasileira	Apresenta o draft do PTMCE à Embaixada Brasileira em Washington em nome da NFWL/USDI já no formato pedido pelo CNPq.

49	Correspondência	18/09/78	Russel E. Train	PR/WWF-US	Robert Herbst	Assistant Secretary for NFWL/USDI	Informa, entre outras coisas, que o PTMCE foi considerado de alta relevância na 1ª Conferência Internacional de Pesquisa em Biologia da Conservação realizada em San Diego (Califórnia).
50	Parecer do Consultor Científico do CNPq sobre o PTMCE	21/11/78	Manoel da Frota Moreira	Consultor CNPq			Informa que o INPA expressou grande interesse na pesquisa e que ficou acertado que os trabalhos serão centralizados no INPA onde ficará depositado todo material coletado. Aprova o projeto por 3 anos (prorrogável) até chegar aos 20.
51	Parecer do Presidente do IBDF sobre o PTMCE	24/11/78	Paulo Azevedo Berutti	PR/IBDF	José Dion de Melo Teles	PR/CNPq	Acredita "oportuna a participação de brasileiros, ou ao menos um brasileiro". Aprova o PTMCE e diz que o material coletado ficará inteiramente em instituições nacionais.
52	Pareceres do Presid. da SEMA e do Consultor Técnico	07/02/79	Paulo Nogueira Neto Nairio Serpa Simões	SEMA Consultor	Attila Albert Jancsó	SCI/CNPq	Netto acha que deve haver mais brasileiros participando. Sugere a transf. do projeto de expedição em convênio. Já Simões repete, nos seu parecer, os mesmos argumentos utilizados pelo presid. do WWF/US, Russel Train, em corresp. encaminhada ao NFWL/USDI (doc. 46). Diz também que as equipes do WWF/US e INPA (sic) são do mais alto gabarito profissional.
53	Of. 0110.0167/79	07/02/79	José Dion de Melo Teles	PR/CNPq	Thomas E. Lovejoy	WWF/US	Comunica que o Projeto/expedição tem que ser encaminhado através da NSF como projeto bilateral de pesquisa sob a responsabilidade do INPA.
54	Of. 10.100.000-0283/79-DIR	13/03/79	Warwick Estevam Kerr	DIR/INPA	Attila Albert Jancsó	SCI/CNPq	Solicita autorização para T. Lovejoy e R. Bierregaard (chefe-de-campo) iniciarem projeto em julho/79.
55	Of. 0310.850/79	17/04/79	Attila Albert Jancsó	SCI/CNPq	Coord. do CA/CNPq de zoologia, botânica e ecologia	CA/CNPq	CNPq solicita um parecer do Comitê Assessor de Zoologia, Botânica e Ecologia do CNPq que se manifesta positivamente.
56	Correspondência	31/05/79	Eduardo Feller	NSF	Maurício Matos Peixoto	PR/CNPq	Recomenda ao CNPq a aprovação do PTMCE (excellence) e pede vistos.

57	Corresp. com o timbre do CNPq	05/06/79	Richard O Bierregaard	PTMCE/ PDBFF	Lindolfo de Carvalho Dias	Vice-Presid. CNPq	Consulta sobre a permissão oficial para iniciar o PTMCE e solicita visto.
58	Of. 0130.8010/79	28/06/79	Oscar Sala	DIR/CNPq	Rubem Carlos Ludwig	CSN	Encaminha o PTMCE para aprovação do Conselho de Segurança Nacional (CSN), conforme manda a lei.
59	Of. 059/1ªSC/2111/79	13/07/79	Conselho de Segurança Nacional	CSN	Oscar Sala	CNPq	Informa nada ter a opor à solicitação do chefe da divisão de ecologia do INPA, Herbert Schubart, para pesquisa em colaboração com Lovejoy.
60	Autoriza expedição/projeto PDBFF	Ago/79	José Dion de Melo Teles	CNPq			Presidente do CNPq assina autorização para a Expedição 017/79 (PTMCE) e designa Herbert Schubart como responsável brasileiro pela mesma.
61	Memo. ACI/INPA 002/94	04/01/94	João Batista da Silva Ferraz	ACI/INPA	Claude Gascon	PDBFF	Demonstra surpresa pelo fato da contrapartida brasileira não ter sequer lido o projeto e não saber que seria enviado material genético para o exterior
62	Memo PDBFF	28/04/94	Claude Gascon	PDBFF	Sérgio Fonseca Guimarães	ACI/INPA	Solicita carta convite para pesquisador dos EUA coletar material vivo de espécimes de plantas em nitrogênio líquido
63	Memo PDBFF	27/05/94	Claude Gascon	PDBFF	Sérgio Fonseca Guimarães	ACI/INPA	Solicita carta convite para pesquisador dos EUA coletar material vivo de espécimes de plantas em nitrogênio líquido
64	Memo PDBFF	13/05/93	Roger W. Hutchings	PDBFF	João Batista da Silva Ferraz	ACI/INPA	Esclarece que pesq. dos EUA faz coleta botânica durante suas viagens de turismo com carta convite do PDBFF/INPA
65	Memo	21/05/93	Bruce Forsberg	INPA	William Magnusson	INPA	Sugere reformulações no PDBFF dentro do convênio INPA/Smithsonian
66	Memo ACI/INPA 081/94	09/04/94	Sérgio Guimarães	ACI/INPA	Niro Higuchi	Coordenador brasileiro do PDBFF	Informa que o PDBFF não se enquadrava no capítulo XI da Portaria MCT 055/90 (casos especiais) e sugere "uma ampla revisão do convênio de modo a atender os objetivos das instituições envolvidas".

67	Memo.	17/06/94	Niro Higuchi	Coordenador brasileiro do PDBFF	Francisco Guerra	ACI/CNPq	consultando-o sobre a possibilidade de enquadrar o PDBFF no Capítulo XI (dos casos especiais) da Portaria MCT 055/90.
68	CTA.EXC/SCI-260/94	22/06/94	Gilvan Fernandes Marcelino	Coordenador dePrograma s Internacionais. do CNPq	Niro Higuchi	Coordenador brasileiro do PDBFF	Informa que o PDBFF se enquadrava do capítulo XI (dos casos especiais) por se tratar de programa de intercâmbio científico vinculado a acordo de cooperação.
69	Portaria INPA-DIR 014/94	25/08/94	Niro Higuchi	DIR/INPA			Regulamenta a saída de material científico através do INPA
70	Memo GTC/COAE 015/96	25/02/97	Maria do Carmo Lopes dos Santos	GTC/INPA	Victor Py-Daniel	COAE/INPA	Afirma que:durante o período de 04/10/95 a 29/04/96 o PDBFF ficou descoberto [sem convênio]. (COMO FUNCIONOU? NÃO SEI). [maiúsculas do original]
71	Nota Conjur/MCT Nº 160/98	22/04/98	Consultoria Jurídica CONJUR/MCT	MCT			Sugere ao INPA melhor controlar suas parcerias (em proveito dos interesses nacionais) e seguir as recomendações da comissão de biopirataria da câmara dos deputados, consideradas de real interesse público
72	Correspondência	09/11/98	Marc E. Nicholson Conselheiro para C, T & Meio Ambiente	Embaixada dos EUA no Brasil	Thomas Lovejoy	PDBFF e diretor d meio amb. Banco Mundial	Encaminha parecer da Conjur/MCT nº 160/98 sobre o envolvimento do nome da SI no relatório da Comissão de biopirataria da Câmara dos Deputados.
73	Parecer sobre saída de material botânico para o Exterior	16/04/98	Conselho de Pesq. da Coordenação de Botânica do INPA	CPBO/INPA	Wanderli Pedro Tadei	COPE/INPA	Afirma, entre outras coisas, que não há efetivo envolvimento de pesq. do INPA no PDBFF e, por isso, não deve ser remetido material científico para o exterior.
74	Memo. 204/Conjur	27/08/98	Fábio Guilherme Vogel	Conjur/MCT	Ozório José de Menezes Fonseca	INPA	Alerta que "termo aditivo" ao convênio INPA/SI tem que ser previamente encaminhado ao MRE antes da assinatura
75	Memo. COAE/GTC 030/99	16/04/99	Maria do Carmo Lopes dos Santos	GTC/INPA	Fernanda Valéria Costa	Assessora do diretor do INPA	Informa que o consulor jurídico do INPA orientou para não publicar [o extrato do termo aditivo ao conv. INPA/SI] "até que façamos um Termo retificando algumas cláusulas que estão deixando a comunidade do INPA com um certo desconforto"..

76	Ata do Comitê de Manejo do PDBFF	29/06/98	Claude Gascon Heraldo Vasconcelos Gil Vieira Niro Higuchi (convidado)	PDBFF			Reconhece que o termo aditivo (incluindo o PDBFF no convênio INPA/SI e assinado em 13/04/92) perdera seus efeitos em virtude da assinatura do novo convênio
77	Relato de reunião do Conselho de Pesquisas do INPA de 06/04/99	08/04/99	Sérgio Guimarães	Conselho de Pesquisas do INPA e CPAQ/INPA	Wanderli Pedro Tadei	COPE/INPA	Relata fato ocorrido na reunião do Conselho de Pesquisa do INPA de 06/04/99 que impediu a discussão da revisão do convênio INPA/SI (com vista a salvaguardar os interesse do INPA).
78	Nota do MCT	21/01/01	Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT		Nota oficial		MCT considera inconsistente pesquisa divulgada pela revista *Science* sobre o deflorestamento na Amazônia (PDBFF) e afirma que a revista informa, de maneira equivocada, que houve participação do INPA na mesma.
79	Nota da Seplan						
80	Nota da Embaixada Brasileira em Washington	26/01/01	Roberto Goldanich	Seção de Meio Ambiente MRE	Science magazine	dEbate	Contesta informações contidas no artigo *The Future of the Brazilian Amazon* (William Laurance et all, Science, 2001)
81	Nota Técnica nº 003/2002	21/07/04	Ione Egler	CGCN/MCT			Nota Técnica sobre a renovação do Convênio de Cooperação Técnica-Financeira entre MCT/INPA e Smithsonian Institution
82	Email – Resposta à Consulta sobre Convênio INPA/SI	17/02/03	Guilherme Patriota	Assessor Especial para Assuntos Internacionais do MCT	Edinaldo Nelson dos Santos Silva	Assessoria de Relações InstitucionaisARIN/INPA	Informa que a autonomia do INPA para firmar convênio vai ser sempre relativa e que os arranjos com parceiros internacionais devem assumir a forma de acordo formal entre os governos.
83	Nota CONJUR/MCT nº 052/2003	27/02/03	Paulo Barbosa Fernandes/Marlene de Oliveira	Conjur/MCT	Coordenadora de atos, contratos e convênios do MCT	MCT	Parecer sobre o processo de renovação do convênio MCT/INPA e Smithsonian Institution
84	Memo PDBFF	10/03/03	Rita Mesquita	Coordenador científico do PDBFF	José Antonio Alves Gomes	DIR/INPA	Cobra a renovação do convênio INPA/SI, vencido há 3 meses, que inviabiliza a continuação do repasse dos recursos financeiros

85	Parecer sobre a renovação do PDBFF	18/03/03	Rogério Gribel Soares Neto	INPA	José Antonio Alves Gomes	DIR/INPA	Faz considerações sobre a proposta de convênio INPA/Smithsonian e diz que a mesma parte de premissas de paridade e reciprocidade equivocadas.
86	Parecer sobre a renovação do PDBFF	18/03/03	João Maurício Cabral de Mello	Divisão Meio Ambiente do MRE	Guilherme de Aguiar Patriota	Assesso.de Coop. Intern. do /MCT	Informa as recomendações da Divisão do Meio Ambiente do MRE sobre a minuta de convênio MCT/INPA e Smithsonian.
87	Office of the Director	20/05/03	Ira Rubinoff	SmithsonianTropical Research Institute	José Antonio Alves Gomes	DIR/INPA	Manifesta o interesse do STRI na continuação do convênio entre o INPA e a Smithsonian Institution
88	Ofício nº 08/2003/Arin/INPA	04/07/03	Sonia Sena Alfaia	Assessoria de Relações InstitucionaisARIN/INPA	Guilherme de Aguiar Patriota	Assessoria de Coop. Internacional do /MCT	Informa que os contatos da Conjur/MCT com o INPA para a renovação do convênio INPA/SI estão sendo feitos indevidamente com Rita Mesquita (PDBFF e INPA).
89	Justificativa do interesse do INPA pela renovação do convênio com a SI	17/08/03	José Antonio Alves Gomes	DIR/INPA			Reafirma a intenção do INPA em dar continuidade ao convênio INPA/SI que, "indiscutivelmente tem produzido conhecimento científico de alto nível e contribuído fortemente para o treinamento de recursos humanos na Amazônia"
90	Relação dos Projetos do PDBFF		PDBFF – Subprojetos ano fiscal 2002/2003	PDBFF			PDBFF – Relação dos subprojetos ano fiscal 2002-2003

Obs: Cópia de todos os documentos acima citados estão à disposição dos interessados nas bibliotecas do IGE/Unicamp (Campinas/SP) e INPA (Manaus). Para acessá-los, procurar: Gama, William (2004). "Fontes documentais da Tese: O Papel do Estado na Regulação do Acesso de Pesquisadores Estrangeiros na Amazônia brasileira na década de 1990: o caso do INPA".

Anexo I – Expedições Científicas Estrangeiras no Brasil (1990 a 1999)

No.	Ano	Participantes Estrangeiros	Instituição	Origem	Período Autorizado	Objetivos	Local	Contrapartida Brasileiro	Instituição
1	1990	Dennis Albert Moore	U. NY	EUA		Estudos linguísticos	RO/Guaporé/Aripuanã	Adélia Rodrigues	MPEG
2	1990	Stephanie Splett	U. Bonn	Alemanha		Adaptações das folhas das plantas do Cerrado	DF	Lacê M. Breyer	UnB
3	1990	Douglas C. D. Daly Bruce W. Nelson	NYBG	EUA EUA		Realizar coletas botânicas no Morro dos seis lagos (Alto Rio Negro, AM)	Pico da Neblina (AM)	Marlene F. da Silva	INPA
4	1990	Iain Thornton Simon Worthington Nigel John Brown David M. Cleary	Imperial College Suiça Imperial College U. Edinburgh	Inglaterra Suiça Inglaterra Inglaterra		Avaliação quantitativa de contaminação mercurial no vale do Tapajós	Tapajós	Alberto RB da Silva	UFPA
5	1990	Maria Mercedes Arbo	Inst. De Bot. Da Argentina	Argentina		Observação, estudos e coleta de exemplares de espécimes da família Turneraceae em cerrados	MG, BA, GO	Reinaldo Monteiro	Unesp RC
6	1990	David George Campbell	NYBG	EUA		Estudo botânico em oito sítios de inventário permanente	AP, PA, AC e RR	Marlene F. da Silva	INPA
7	1990	Janice Saunders-Scherrer	U. Texas	EUA		estudos e coleta de amostras do gênero Waltheria (Sterculiaceae)	RS, SC, MG, BA, GO, PR	Lacê M. Breyer	UnB
8	1990	Peter Schröder	U. Bonn	Alemanha		Causas e pré-condições dos movimentos políticos dos Índios Guajajaras	MA	Lux Boelitz Vidal	USP
9	1990	Karen Barbara Strier	U. Wisconsin	EUA		Ecologia do Muriqui (primata)	MG	Gustavo da Fonseca	UFMG
10	1990	Paul A. Colinvaux Mark Bennett Bush	U. Ohio	EUA EUA		Paleontologia da Floresta Amazônica	Amazonia e Costa	Elena Franzinelli	UFAM
11	1990	Andrew J. Henderson	NYBG	EUA		Taxonomia das palmeiras amazônicas	Amazônia	Marlene F. da Silva	INPA
12	1990	José Manoel V. Fragoso	U. Flórida			Projeto ecológico dos queixadas e sua influência s/ a ecologia das palmeiras	Maracá (RR)	José Márcio Ayres	MPEG
13	1990	Nigel P. Taylor Urs Eggli	Royal Botanic G U. Zurich	Inglaterra Alemanha		Cactáceas do Brasil Oriental	MG, ES, BA, SE, AL, PE	Daniela C. Zappi	Unesp
14	1990	Louis Carlos Forline	U. Flórida	EUA		Manejo dos recursos naturais pelos Índios Guajá	MA	Expedito C Arnaud	MPEG

15	1990	Martin Lodenius Hannu E Braunschweiler Ilkka Lauri Aula Tuija Maria Leino Ismo Juha Tapio Malin Petri Kalevi Porvari	U. Helsinque	Finlandia		Carga de mercúrio na barragem de Tucuruí e arredores	Amazônia	Anastácio A Juras	Eletronorte
16	1991	William W. Thomas	NYBG	EUA	01/02/91 a 31/01/92	Estudo do ecossistema Mata Atlântica do Nordeste	Nordeste todo	André Maurício de Carvalho	Ceplac
17	1991	Gwilym Peter Lewis	RBG, Kew	Inglaterra	15/02/91 a 31/05/91	taxonomia, ecologia e biologia do gênero Caesalpinia (DNA)	BA	André Maurício de Carvalho	Ceplac
18	1991	Simon J. Mayo	RBG, Kew	Inglaterra	10/03/91 a 10/07/91	Levantamento das espécies da família Araceae	BA, ES	André Maurício de Carvalho	Ceplac
19	1991	William Lockert Balée Jovita I. B. Hemmingsen	U. Tulane	EUA	04/04/91 a 04/04/92	Levantamento etnoictiológico dos índios Guajá, Ka´apor e Tembé	MA, PA	Ronaldo B. Barthem	MPEG
20	1991	James Ralph Malcolm Claude Gascon James Lloyd Patton	U. Flórida U. Flórida U. Califórnia	EUA Canadá EUA	01/04/91 a 30/09/92	A importância dos rios na estruturação das comunidades de vertebrados amazônicos	Japurá e Juruá	José Márcio Ayres	MPEG
21	1991	Richard T. Pennington	RBG, Kew	Inglaterra	03/04/91 a 01/07/91	taxonomia e ecologia do gênero Andira e Caesalpinia (DNA)	RJ, ES, BA, GO, AM, CE	André Maurício de Carvalho	Ceplac
22	1991	John Proctor Jill Thompson Penelope Jane Frazer Sarah K. Latham Gillian M. Fairweather	U. Stirling Grã-Bretanha	Inglaterra Inglaterra Inglaterra Inglaterra Inglaterra	01/05/91a 30/07/91	Projeto Maracá - sub-projeto de regeneração florestal	RR	João B.S. Ferraz	INPA
23	1991	Esteban A Pizarro Rainer Schultze Kraft	CIAT-Colombia	Colombia	28/05/91 a 07/06/91	coleta de germoplasma de amendoim e espécies silvestres de Arachis	MG, GO, BA	José F. M. Valls	Cenargen
24	1991	Alfred Rosenberger	U. Maryland	EUA	15/06/91 a 01/08/91	Estudo do mico leão dourado	RJ	Adelmar Coimbra Filho	FEEMA
25	1991	Kenneth E. Campbell Carl David Friley Michael J. Stokes	NHM Los Angeles	EUA	15/06/91 a 01/08/91	A geologia e a Paleontologia do alto Rio Purús, região de Sena Madureira (Acre)	Acre	Rosalie Benchimol Diógenes Campos	UFAM
26	1991	Scott Morrow Lindbergh	USA	EUA	04/07/91 a 30/06/92	Reintrodução do bugio preto (Alonatta caraya) no Parque Nac. de Brasília	DF	Alberto C. de Paula	Ibama
27	1991	Gordon J. McMillan	U. Edinburgh	Inglaterra	05/07/91 a 01/05/92	avaliar mudanças no uso do solo nas proximidades da BR-174 Roraima	RR	Roberto M. Oliveira	UFAM

28	1991	Benjamin B. Beck Jonathan D. Ballou James M. Dietz Andrew J. Baker	Smithsonian Smithsonian U. Maryland Philadelphia Zoo	EUA	08/07/91 a 30/09/92	Estudo do mico leão dourado	RJ, BA	Adelmar Coimbra Filho	FEEMA
29	1991	Thomas P. Husband David Abedon Andrea Vecchione Dana Filippini Melanie Smith Gretchen Hobbs Adam Fry	U. Rhode Island	EUA	14/07/91 a 14/09/91	Pesquisa da fauna da Mata Atlântica no Estado de Sergipe	Sergipe	Maria Auxiliadora Santos	UFSE
30	1991	Mercedes Zegri Boada Sara Alonso Arroyo Dolores Badenes Saez	U. Barcelona	Espanha	23/07/91 a 23/07/92	Os Tembé: articulação interétnica e identidade	PA e MA	Roberto MC Souza	MPEG
31	1991	David George Campbell	Grinnell College	EUA	01/09/91 a 31/07/92	estudo florestal	RR	Marlene F. da Silva	INPA
32	1991	Lee Harper	U. St. Lawrence	EUA	09/09/91 a 09/09/92	Estudo da arara azul	MT, MS	Neiva Robaldo Guedes	Embrapa
33	1991	Claire Lorrain	U. Cambridge	Inglaterra	21/10/91 a 21/03/92	Estudo dos índios kulina	AM, PA	Roque Laraia	UnB
34	1991	David George Campbell Jerry D. Robertson Ellen Louise McCallie Heidi Jo Freiburger	Grinnell College	EUA	15/11/91 a 15/11/92	Dinâmica de longo prazo da floresta amazônica	AP, RR, AC	Edileuza Sette Silva	INPA
35	1991	Massaki Imanaga	U. Kagoshima	Japão	11/11/91 a 11/11/92	Estudo de comportamento de comunidades	SP, PR, AM	Roberto Hosokawa	FPFPR
36	1991	Raymond M. Harley Brian Leslie Stannard David John Hind Sandra Atkins Eimear Lughadha Thomas Laessoe	RBG, Kew	Inglaterra Inglaterra Inglaterra Inglaterra Inglaterra Inglaterra	15/12/91 a 01/05/92	Estudos e coletas de plantas vasculares	BA, MG	Ana M. Giulietti	USP
37	1991	Rory G. Bolton	U. Wales UK	Inglaterra		Estudo ecológico da formação de cordões miceliais em basidiomicetos em liteira	PA	Samuel Soares de Almeida	MPEG
38	1991	Héctor A Munoz Cruz	U. México	México		documentação e descrição das línguas do Parque Indígena do Xingú	Xingú (PA)	Lucy Seky	Unicamp
39	1991	Michael Arne Rasmussen	U. Pittsburgh	Inglaterra		Pesquisa etnológica entre os índios Uru-eu-wau-wau	RO	Júlio C. Melatti	UnB

40	1992	Suzanne R. Oakdale	U. Chicago	EUA	01/01/92 a 31/12/92	Etnografia geral da sociedade Kayabi (Parque Nacional do Xingú)	Xingú	Eduardo BV Castro	MNRJ
41	1992	Andrew J. Henderson	NYBG	EUA	01/01/92 a 30/03/92	Taxonomia das palmeiras amazônicas	AM, PA	Aldicir Scariot	Embrapa
42	1992	Peter Eric Gasson	RBG, Kew	Inglaterra	15/01/92 a 30/03/92	Estudo anatômico das madeiras mais importantes e de interesse econômico da Bahia	BA, ES	André Maurício de Carvalho	Ceplac
43	1992	Ximena Londono P.	Inciva-Colombia	Colombia	22/01/92 a 22/03/92	Coletas e estudo do gênero Gradua (palmeira)	PA, BA, DF, GO, RJ, PR	Tarciso S. Filgueiras	IBGE
44	1992	Charles Thomas Haskell Elizabeth C. Mcknight Tweed Roosevelt + 7	EUA	EUA	17/02/92 a 01/05/92	River Roosevelt Expedition (comemorativa à exped. Roosevelt ao Brasil em 1914)	RO	Geraldo M.Santos	INPA
45	1992	John Spiro Walter Heilingenberg Walter Netener John Sullivan Svanja Viete James Spurling	U. Califórnia	EUA	20/03/92 a 30/04/92	Estudo de Gymnetiformes	RR	Carlos Araújo Lima	INPA
46	1992	Geo D. Coppens Marie Duval	Cirad/ (IRFA)	França	10/04/92 a 20/12/92	Coleta de germoplasma de abacaxi (Ananas)	AC, AP, AM, RR	Francisco R Ferreira/Luciano Pianchetti/José Santos Cabral	Cenargen
47	1992	Robert Ward Dixon	Australian National Univ.	Austrália	01/06/92 a 31/08/93	Estudos dos índios Jarawara, Samamadi e Kanamati	RO	Lucy Seky	Unicamp
48	1992	William W. Thomas	NYBG	EUA	10/04/92 a 01/04/94	Estudo da Mata Atlântica	ES, BA	André Maurício de Carvalho	Ceplac
49	1992	Eluned Price	Durrel Inst. Conserv. & Ecol.	EUA	01/05/92 a 30/09/93	Estudo do sagui-cara branca	ES, BA	Sérgio Mendes	MBMelloL
50	1992	Sangi-Ki Hahn	IITA - Korea	Coréia	10/05/92 a 20/06/92	Estudo da mandioca (coleta de germoplasma)	GO, MT, RO, AC, AM, PA	Antonio Costa Allem	Cenargen
51	1992	Charles E. Simpson Roy Nyal Pittman David Williams	U. Texas USDA USDA	EUA	20/05/92 a 14/06/92	coleta de germoplasma de amendoim e espécies silvestres de Arachis	SE/CO	José F. M. Valls	Cenargen
52	1992	John Summer Rombold	Yale /F. Ford	EUA	01/06/92 a 01/09/93	Usos tradicionais da terra como base para o desenv. Sust. No Estuário Amaz.	Pará	Mário AG Jardim	MPEG
53	1992	Michael Heckenberger	U. Pittsburgh	EUA	15/08/92 a 15/11/93	Etno-arqueologia do grupo indígena Kuikuru	Xingú	Bruna Franchetto	UFRJ

54	1992	Grady Webster	U. Califórnia	EUA	25/07/92 a 15/11/92	Estudos taxonômicos dos gêneros Croton e Dalechampia (estudo da mandioca)	ES, PR, DF, GO	Antonio Costa Allem	Cenargen
55	1992	Carlos-Ruiz-Miranda	Nat. Zoo. Park of Washingt	EUA	20/08/92 a 30/09/92	Estudo do mico leão dourado	RJ	Adelmar Coimbra Filho	FEEMA
56	1992	Raghavan Charudattan	U. Flórida	EUA	11/08/92 a 26/08/92	Estudo de control. biol. Da Euphorbia heterophilla, Cyperus spp, Commelina spp	MT, MS	Eliana Fontes	Cenargen
57	1992	Maria M.R.A de Sarmiento Aurélio Schinini	Inst. de Bot. Da Argentina	Argentina	01/11/92 a 30/11/92	estudo das famílias das Turneraceae e Velloziaceae	BA	Renato Mello-Silva	IB/USP
58	1992	Gustaap Verswijver	Museu Real de Tervuren	Bélgica	25/09/92 a 20/12/92	Estudo da sociedade Kalapó	PA	Lux Boelitz Vidal	USP
59	1992	Simon J. Mayo	RBG, Kew	Inglaterra	01/10/92 a 28/02/93	Pesquisas sobre a família das Araceae	BA, RJ, PE	Marcus A Nadruz Coelho	JBRJ
60	1992	Marinus S. Hoogmoed	MHN Holanda	Holanda	05/10/92 a 30/11/92	Estudo e coleta de lagartos e sapos amazônicos	Caxiuanã, PA	Teresa CS Ávila Pires	MPEG
61	1992	John G. Lundberg	Duke University	EUA	02/10/92 a 30/11/92	Estudo dos Gymnotiformes	AM	Aylton S. Teixeira	INPA
62	1992	Elmear Lughadha	RBG, Kew	Inglaterra	01/12/92 a 30/03/93	Estudo florestal	ES	Inês Machline Silva	UFRRJ
63	1992	Zulma Rúgolo de Agrasar Fernando Zuloaga Osvaldo Marrone José Francisco Pensiero	Ibot. Da U. Litoral Argentina	Argentina	05/12/92 a 15/12/92	Estudo florestal das zonas sub-tropicais e temperadas	PR, SC, RS	Hilda M. Longhi-Wagner	UFRGS
64	1992	Mark Fleming Newman	RBG, Kew	Inglaterra		Coleta de germoplasma de espécies Forrageiras nativas	GO, BA, MG	Lídio Coradin	Cenargen
65	1992	Karen Barbara Strier	U. Wisconsin	EUA	15/12/92 a 31/12/94	Estudo da ecologia do Muriqui (macaco)	MG	Gustavo da Fonseca	UFMG
66	1993	Jacquelyn Ann Kallunki	NYBG	EUA	05/01/93 a 20/02/93	Estudo de campo e coleta de Rutaceae	SP, RJ, ES, BA	José Rubens Pirani	USP
67	1993	Spike L.Owen Gildea	U. Oregon	EUA	28/01/93 a 31/12/95	Projeto de documentação das línguas Karib do Norte do Brasil	RR, AM	Lourdes F.G. Furtado	MPEG
68	1993	John Paul Sullivan	Duke University	EUA	15/02/93 a 15/04/93	Estudo de peixes elétricos da família Hypopomidae	AM, RR e SP	Jansen AS Zuanon	INPA
69	1993	Marco André D. Carvalho	U. Dusseldorf		01/03/93 a 31/12/93	Descrição do sistema médico Krahó	TO	Júlio C. Melatti	UnB
70	1993	Uwe Horst Schulz	Centro de Pesca Wuertteberg	Alemanha	31/03/93 a 30/06/93	Estudo do estoque de peixes de água doce e sua preservação	SC	Maria GC Pedemonte	UFSC

71	1993	Merideth Bonierbale USA	CIAT-Colombia	Colombia	16/05/93 a 30/06/93	Coleta de germoplasma de mandioca na Amazônia brasileira	DF, GO, MT, RO, AC, AM	Antonio Costa Allem	Cenargen
72	1993	William H. Crocker Margaret E. Greene Carl Christian Hansen	Smithsonian	EUA	20/05/93 a 20/12/93	Pesquisa etnológica entre os Índios Ramkokamekra-Canela	MA	Berta Ribeiro	MNRJ
73	1993	Samuel GM Bridgewater James Alexander Ratter	RBG, Kew	Inglaterra	15/05/93 a 15/04/94	Levantamento florístico das savanas amazônicas	AM, AP, PA, RO, RR, MA, MT, GO e TO	João B.S. Ferraz	INPA
74	1993	Marinus S. Hoogmoed	MHN Holanda	Holanda	15/07/93 a 31/03/95	Estudo e coleta de lagartos e sapos amazônicos	Caxiuanã, PA	Teresa CS Ávila Pires	MPEG
75	1993	Thomas P. Husband	U. Rhode Island	EUA	03/08/93 a 18/12/93	Pesquisa da fauna da Mata Atlântica no Estado de Sergipe	Sergipe	Ayda V. Alcantara	UFSE
76	1993	Akira Fujii Kuyoaki Oikawa Makoto Sato Osamu Tsukihashi Jorge Fernandez	U. Tóquio	Japão Japão Japão Japão Venezuela	13/08/93 a 31/10/93	Estudo de habitações nativas do Brasil	RJ, SP, GO, MA, TO, AM	Cristina Sá	UnB
77	1993	Michael J. Balick	NYBG	EUA	28/09/93 a 15/10/93	Coleta de germoplasma e material de herbário de palmeiras	TO, GO, MA	Lidio Coradin	Cenargen
78	1993	Bente Bang Klitgaard	RBG, Kew	Inglaterra	11/10/93 a 11/11/93	Conhecer o habitat de espécies da tribo Dalbergieae (Platymiscium) - DNA	RJ, ES, BA, AM, PA, SP	Haroldo Cavalcante Lima	JBRJ
79	1993	Daniel Jacob Zarin	NYBG	EUA	26/10/93 a 01/10/94	Manejo sustentável dos recursos da várzea amazônica	PA e Amapá	Pedro LB Lisboa	MPEG
80	1993	Eimear Lughadha	RBG, Kew	Inglaterra	13/12/93 a 10/04/94	estudo da biologia reprodutiva de Gomidesia (Myrthaceae)	DF, RJ	Carolyn EB Proença	UnB
81	1993	Roy Nyal Pittman	USDA	EUA		coleta de germoplasma de amendoim e espécies silvestres de Arachis	Nordeste	José F. M. Valls	Cenargen
82	1993	Robert A Burnes	U. Califórnia	EUA		Adaptação cultural dos Índios Mundurucu no Brasil		Carlos Soares	UFBA
83	1993	Fermin de la P. Ciudad	CIP-Perú	Perú		Coleta de germoplasma de batata-doce e de espécies tuberosas de Ipomoea	MA e PA	Ivo Roberto S. Costa	Cenargen
84	1993	Walter Hödl	U. Viena	Áustria		Variação genética e acústica em sapos dendrobatídeos amazônicos	AM, PA e AC	Teresa CS Ávila Pires	MPEG
85	1994	Jacquelyn Ann Kallunki	NYBG	EUA	10/01/94 a 25/02/94	Estudo de campo e coleta de Rutaceae	MG, ES, RJ	Renato Mello-Silva	USP

86	1994	Raymond M. Harley Brian Leslie Stannard Sandra Atkins	RBG, Kew RBG, Kew RBG, Kew	Inglaterra Inglaterra Inglaterra	13/01/94 a 30/04/94	Estudos sistemáticos e fitogeog. Da cadeia do espinhaço e Serra Geral	RJ, ES, MG	Ana M. Giulietti	USP
87	1994	Gary W. Shaef Phyllis R. Nix	U. Flórida	EUA		Cuniã: estudo de uma comunidade na Amazônia	RO	Ari Teixeira Ott	UFRO
88	1994	Steven J. O'Brien Warren Johnson	Smithsonian	EUA		Estudo de genética, reprod. E doenças infecciosas em felinos silv. Brasileiros	S, SE, CO, NE, PA, AM	Peter Crawshaw Jr.	Ibama
89	1994	Michael Schewe	Freiburg, Aleman	Alemanha		descrição da vida econômica dos Uru-eu-wau-wau	RO	Betty Mindlin	IAMA/SP
90	1994	Stephanie Splett	U. Bonn	Alemanha		Estudos fitossociológicos e areia quartzosa no Brasil	MG, GO, TO, DF, AM	Mariluza AG Barros	UnB
91	1994	William Lockert Balée Kathy A McGillis	U. Tulane	EUA EUA		Um complexo agroecológico indígena no sudeste da Amazônia	RO	Adélia Rodrigues	MPEG
92	1994	Seth Garfield	Yale University	EUA	10/04/94 a 30/08/94	Processo de conscientização e politização dos Xavantes de 1946 a 1988	MT	Maria APL da Silva	USP
93	1994	William G.R. Crampton	U. Oxford Inglat	Inglaterra	08/03/94 a 24/12/94	Biodiversidade e conservação de peixes ornamentais	Mamirauá (AM)	José Márcio Ayres	MPEG
94	1994	Catherine AV Chojnacki	CNRS	França	11/03/94 a 18/08/95	Comportamento dos saguis em seu amblente natural	RN	Dwain P. Santee	UFRN
95	1994	Nicholas Shorr	U. Indiana	EUA	12/04/94 a 01/08/95	Intensificação agrícola na várzea do alto solimões entre os Tikuna	AM	João P. de Oliveira	MNRJ
96	1994	Dumitru Murariu	Museu da Romênia	Romênia	20/04/94 a 20/06/94	estudo da biodiversidade	AP, BA, RJ	Jeanete M. Ramos	USÙrsula
97	1994	James Alexander Ratter Samuel GM Bridgewater Toby Pennington Ruth Atkinson	RBG, Edinburgo	Inglaterra	10/05/94 a 10/11/96	Levantamento da Biodiversidade do Bioma Cerrado	MT, GO, TO, RO, PA, MS MG, DF, MS, MA, PI, BA	José Felipe Ribeiro	Embrapa
98	1994	Geo D. Coppens Marie Duval	Cirad/ (IRFA)	França França	12/05/94 a 25/07/94	Coleta de germoplasma de abacaxi (Ananas)	AC, AP, AM, RR	Francisco R Ferreira Luciano Pianchetti José Santos Cabral	Cenargen
99	1994	Thomas C. Emmel George T. Austin John D. Turner (não consta CNPq)	U. Flórida Museu de Nevada As. Trop. Lepdopte	EUA EUA EUA	24/05/94 a 30/09/98	Inventariar as espécies de Lepidoptera (borboletas e mariposas)	RO	Vitor Osmar Becker	Embrapa

100	1994	William Milliken	RBG, Kew	Inglaterra	30/04/94 a 30/04/96	Plantas anti-malâricas de povos indígenas: troca de inf. etnobotânica na Amaz	RR, AM	Alcida Ramos	UnB
101	1994	Ivón Mercedes Carnevali	Missouri BGarden	EUA	01/08/94 a 30/08/94	Estudo de plantas do gênero cruptanthus	RJ, MG, BA, ES, PE	André Maurício de Carvalho	ceplac
102	1994	Andrew Alexander Chek James P. Bogart	U. Guelph Canadá	Canadá	01/11/94 a 31/03/98	Causas da variação geográfica nos cantos de anúncio de alguns anuros neotr	AM, PA	Miguel T. Rodrigues	USP
103	1994	Christine Housel	U. Flórida	EUA	15/07/94 a 31/12/94	Utilização dos recursos naturais pelos hab. Da microrregião Norte do Amapá	AP	Alicia Duran Coirolo	MPEG
104	1994	Alexine Keuroghlian	U. Nevada	EUA	15/12/94 a 15/12/96	Efeitos da saz. s/ alim. dos Tayassu pecari e T. tajacu numa floresta tropical isolada	SP	José Carlos Max	IF/SP
105	1994	Robert Crepeau	U. Montreal	Canadá	01/10/94 a 15/09/95	Etnografia Kaingang em Xapecó	SC	Silvio C. dos Santos	UFSC
106	1994	William Russel Buck Richard Clinton Harris	NYBG	EUA EUA	01/10/94 a 31/12/94	Estudos florísticos nos ecossistemas "Mata Atlântica", cerrado e transições	MG, RR, RO, MT, BA	Daniel Moreira Vital	SEMA/SP
107	1994	William Harry Fisher	College Virginia	EUA	15/09/94 a 15/09/96	Contexto comparativo da ação social dos Jê do Norte	PA	Lux Boelitz Vidal	USP
108	1994	Hirochika Nakamaki Hideo Kimura Hideo Takei Takehiko Hara Yoshiaki Euruva	Nat. Museum of Ethnology JP	Japão	01/09/94 a 30/03/96	Xamanismo e conceção da natureza na Amazônia Ocidental	AM, AC	Antonio MS Santos	MPEG
109	1994	Alan T. Campbell	U. Edinburgh	Inglaterra	19/09/94 a 10/04/96	Crença de saúde entre os Wayapi	AM	Adélia Rodrigues	MPEG
110	1994	Laurie J. Vitt Janalee P. Caldwell Peter Andrew Zani Shawn Sartorius (não consta)	Oklahoma MNH	EUA	01/11/94 a 30/06/97	Levantamento e ecologia da herpetofauna amazônica	AM, RO	Teresa CS Ávila Pires	MPEG
111	1994	Donald P. Eaton	U. Nevada	EUA	21/10/94 a 01/06/96	Córregos fragmentados de floresta tropical	SP	Edson P. Teixeira	IF/SP
112	1994	William H. Crocker	Smithsonian	EUA	01/11/94 a 30/12/96	Estudo etnológico dos índios Canela	MA	Júlio C. Melatti	UnB
113	1994	Hendrikus GA van der Voort Anna M. Van der Schaaf	U. Amsterdã	Holanda	21/10/94 a 15/09/96	Estudo da Língua Koaiá	RO	Sonia M. Santos	MPEG
114	1994	Brian C. Bock	U. Ohio	EUA	07/11/94 a 15/12/94	Estrutura populacional de duas espécies de tartaruga	Rio Araguaia (GO) e PA	Vitor H. Cantarelli	Ibama

115	1994	Jalani Sukaimi N. Rajamaidu Ahmad Kushairi	Malásia	Malásia		Coleta de germoplasma de dendê	BA	Afonso Valois	Cenargen
116	1994	Ivan Ramirez	Missouri Bgarden	EUA		Coleta de plantas do gênero Cryptanthus da família bromeliaceae	RJ, MG, BA, ES, PE	André Maurício de Carvalho	Ceplac
117	1994	David Hind	RBG, Kew	Inglaterra		Levantamento da família das compostas na Bahia	BA	Luciano Queiroz	UEBA
118	1994	Robin B. Foster	Field Museum US	EUA		Avifauna da mata atlântica em SP	Ubatuba (SP)	Rosely ª Sanchez	IF/SP
119	1994	John Bates Shannon Hackett Mario Cohn-Haft	AMNH AMNH	EUA		Coleta de amostras de aves da Amazônia Oriental	AM, PA, MT, AP	Fernando C. Novaes	MPEG
120	1994	Project Sunrise	Inglaterra	Inglaterra		Volta ao mundo em dois barcos infláveis entrando pela Venez e saindo em RO	Negro, AM, Madeira, Mam		
121	1994	William Fenical Paul Jensen Cleridy Lennert	U. Califórnia	EUA		Pesquisas de organismos marinhos	RJ	Rosangela Epifanio	UFF
122	1994	Ong Seng Huat Ramli Othman Zakaria Ibrahim Ali Salleh Salim Hamid Rusli Tahir	Rubber Research Institute of Malásia	Malásia		Coleta de germoplasma de seringueira	AM, PA	Afonso Valois	Cenargen
123	1994	Isabel Calpe Rufat	U. Barcelona	Espanha		Produzir um vídeo sobre as índias Tikuna	AM	Delvair Montagner	UnB
124	1995	Jennifer Hedin	Missouri Bgarden	EUA	11/01/95 a 28/01/95	Coletar amostras de plantas das famílias Hippocrataceae e Lauraceae	GO, MG, SP, RJ, DF	João B. Baitello	IF/SP
125	1995	Austin Stanley Rand Michael J. Ryan David Cannatella	STRI U. Texas U. Texas	EUA EUA EUA	08/01/95 a 28/02/95	Morfologia, acústica e isoenzimas em div. Esp. De Physalemus (Anura) DNA	SP, RJ, ES, BA, PE	Adão José Cardoso	Unicamp
126	1995	Scott A Schaefer William G. Saul	Acad. Philadelphia	EUA EUA	03/01/95 a 30/01/95	Coleta e estudo de peixes da subfamília Hypoptopomat (Loricaridae)	ES, MG e BA	Roberto E. dos Reis	PUC/RS

127	1995	Karen Barbara Strier Eloy Rodriguez	U. Wisconsin U. Cornell	EUA EUA	01/01/95 a 31/12/96	Ecologia do Muriqui (primata)	MG	Gustavo da Fonseca	UFMG
128	1995	Katharine Milton	U. Califórnia	EUA	03/03/95 a 30/06/96	Ecologia dos Índios Matis e diferença dietética entre Matis e Mayorunas	AM	Júlio C. Melatti	UnB
129	1995	François-René Picon	CNRS	França	03/03/95 a 25/03/95	Pesquisa etnográfica dos Kadiweu	PI	Carmen Junqueira	PUC/SP
130	1995	Wendy Forno	CSIRO (Austrália)	Austrália	16/03/95 a 31/12/96	coletar 2 esp. de insetos agentes de controle biol. P/ a planta Mimosa pigra	AM e PA (Mao/Santarém)	Eliana Fontes	Cenargen
131	1995	Sharon K. Savage	U. Wisconsin	EUA	05/05/95 a 30/05/95	Metabolismo da vitamina D em primatas do Novo Mundo (Callithrix jacchus)	RN	Maria B. Souza	UFRN
132	1995	Kenneth E. Campbell Carl David Friley Michel Jegú (não consta)	NHM Los Angeles	EUA EUA França	17/07/95 a 30/08/95	Geologia e paleontologia do alto Rio Purús (coleta de fósseis vertebrados)	Amazonas	Rosalie Benchimol	UFAM
133	1995	Toshie Nishizawa	U. Tóquio	Japão	18/08/95 a 30/08/96	Estratégia de sobrevivência de árvores no trópico brasileiro	Caxiuanã (PA)	Pedro LB Lisboa	MPEG
134	1995	Anthony Seeger	Smithsonian	EUA	17/08/95 a 30/09/97	Cosmologia, a org. social e a música entre os Jê (Suyá)	Parque Xingú (MT)	Eduardo BV Castro	MNRJ
135	1995	Cecilia Veracini	U. Firenze Itália	Itália	04/09/95 a 30/12/96	Ecologia e comportamento de S. midas niger e C. argentata (primatas)	Caxiuanã (PA)	Bento Mascarenhas	MPEG
136	1995	Amy Litt	NYBG	EUA	10/09/95 a 07/11/95	Estudo e coleta da família Vochysiaceae - filogenético (DNA)	MG, GO, SP, DF, AM	Taciana B. Cavalcant	Cenargen
137	1995	James Ralph Malcolm	U. Flórida	EUA	22/11/95 a 01/11/98	Impacto ecológico da retirada seletiva de plantas e animais de área SE Amaz	PA (Kayapó)	Gustavo da Fonseca	UFMG
138	1995	Peter Schröder	U. Köln Alemanha	Alemanha	01/12/95 a 31/07/97	Cognição ambiental, saber local e agricultura no Cariri	Ceará	Lux Boelitz Vidal	USP
139	1995	Loretta A Cormier	U. Tulane	EUA	04/12/95 a 01/09/97	Etnoprimatologia de caçadores-coletores Guajá	Maranhão	João Farias Guerreiro	UFPA
140	1995	Raymond M. Harley Brian Leslie Stannard Ruth Atkinson Sandra Atkins David Hind Elizabeth Woodgyer Peter Eric Gasson Eimear Lughadha Sarah Smith	RBG, Kew	Inglaterra	29/12/95 a 30/04/97	Diversidade florística e dist. Das plantas da parte central da BA (P. Chap. Diam	Bahia - Chapada diamantina	Maria L.S. Guedes Ana M. Giulietti	UFBA

141	1995	William Loughry Colleen M. McDonough	U. Valdesta US	EUA EUA	20/12/95 a 30/12/97	Fauna Xenarthran na Reserva Biol. Fed. Poço das Antas	RJ	Alcides Pissinatti	Mico Leão
142	1995	Concepción S. Aragüés Francisco G. Lorea	U. Berlin Missouri Bgarden	Alemanha EUA		Escolarização entre os Yonomami	Roraima	Márcio F. da Silva	Unicamp
143	1995	Jean Yves Lesouef Annie Chapelle Cilles Vidal José Lemoigne	Brest (França) As. Redecouverte	França França França França		Coletas da flora e de invertebrados terrestres	Ilhas Trindade/Martim Vaz	Jean Valentin	UFRJ
144	1995	Elizabeth Ewart	U. Manchester GB	Inglaterra		Etnografia dos Panara (Krenakarore)	Parque Xingú (MT)	Eduardo BV Castro	MNRJ
145	1995	Jennifer L. Rechel	USDA	EUA		Efeitos do fogo na avifauna do Cerrado	GO	Heloísa S. Miranda	UnB
146	1995	William W. Thomas	NYBG	EUA		Estudo do ecossistema Mata Atlântica do Nordeste	Nordeste todo	André Maurício de Carvalho	Ceplac
147	1995	José Manoel V. Fragoso	U. Flórida			A ecologia do white-lipped peccarie	RR	Andréia P. Nunes	MPEG
148	1995	Ravi Prabhu John Palmer	Cifor (Indonésia)	Indonésia Indonésia		Critérios usados na certificação de produtos florestais	Amazônia ou M. Atlântica	Virgílio M. Viana	Esalq/USP
149	1995	Bret Meyers Whitney	Austin, Texas	EUA		Estudos da avifauna brasileira (gravação de cantos)	Mata Atlântica e Amazôn	Luiz A P Gonzaga	UFRJ
150	1996	Walter Hödl	U. Viena	Áustria		Formas de vida e biologia de anfíbios da Amazônia (coleta espécimes)	Pará, Amazonas	Teresa CS Ávila Pires	MPEG
151	1996	Jacob K. Frenkel	U. Novo México US	EUA		Estudo de rãs da família Dendrobatidae		Aluízio Prata	Triang. Min
152	1996	Kimran E. Miller	U. Maryland	EUA		Proj. Mico Leão Dourado	RJ, BA	Adelmar Coimbra Filho	FEEMA
153	1996	Paul A. Colinvaux Mark Brenner Simon Heberle	STRI U. Flórida STRI	EUA EUA EUA		Estudos paleocológicos na Amazônia	RO	Raquel RB Negrelle	UFPR
154	1996	Joan Strassmann	Rice Univ. USA	EUA		Estudo de vespas e abelhas	SP	Vera Lúcia Fonseca	USP
155	1996	Balthasar Dubs Barbara Dubs James Alexander Ratter Samuel GM Bridgewater	U. Zurich RBG, Kew RBG, Edinburgo	Alemanha Alemanha Inglaterra Inglaterra	19/01/96 a 30/10/97	Transição floresta serrrado (o mat. Bot. Será estudado no RBG, Edinburgh)	MT	Germano Guarin	UFMT
156	1996	John R. Burns	U. George Washin	EUA	09/02/96 a 31/12/97	Estudos de peixes Characiformes (DNA)	RS e SC	Luiz R. Malabarba	UFRS

157	1996	Wilhelm Barthlott Stefan Porembski	U. Bonn	Alemanha Alemanha	20/03/96 a 20/12/96	Estudo da vegetação de afloramentos rochosos	RJ, ES, MG, BA	Gustavo Martinelli	JBRJ
158	1996	James Carpenter Donat Agosti Kye Hedlund Leeanne de Alonso Ted Schultz Alan Andersen	AMNH	EUA	01/04/96 a 31/03/97	coletar dados sobre a diversidade de insetos sociais (vespas e formigas)	BA	Jacques Delabie	Ceplac
159	1996	Johan F. Gottgens Brenda Sue Simmers	U. Toledo (Ohio)	EUA EUA	12/03/96 a 30/11/97	Padrões e processos de acumulação de mercúrio nos ecos. Aquáticos do Centro-Oeste	DF e Pantanal (MT)	Carlos A Fernandes	UnB
160	1996	Christian Brannstrom	U. Wisconsin	EUA	01/05/96 a 30/10/97	Degradação ambiental e mudança da agric. No Oeste de SP, 1900-1980	SP	Antonio M. Oliveira	IPT/SP
161	1996	Lawrence (Spike) Gildea	Rice Univ. USA	EUA	15/05/96 a 15/04/98	Descrição e documentação de línguas indígenas de família Karib	PA, AP	Priscila Faulhaber	MPEG
162	1996	Kenneth E. Campbell Carl David Friley	NHM Los Angeles	EUA EUA	10/06/96 a 03/09/96	Geologia e paleontologia do alto Rio Purús (coleta de fósseis vertebrados)	Amazonas	Rosalie Benchimol	UFAM
163	1996	Dorthe N. Sorensen	U. Copenhagen	Dinamarca	09/07/96 a 30/12/97	Pesquisa etnográfica entre os índios Guarani	MS	Eduardo BV Castro	MNRJ
164	1996	Sanford D. Porter	USDA	EUA	09/07/96 a 30/04/97	Estudos da formiga "lava-pé"	SP e MS	Luiz Nogueira de Sá	Embrapa
165	1996	Jessica W. Lynch	U. Wisconsin	EUA	05/09/96 a 05/12/97	Ecologia, comportamento social e sexual dos macacos prego (Cebus apella)	MG	Sérgio Mendes	MBMelloL
166	1996	Richard I. G. Morrison Richard K. Ross	Canadian Wild Ser	Canadá Canadá	01/10/96 a 30/11/96	Avifauna do Pantanal (aves limícolas e aquáticas)	MS, MT	Ines do Nascimento	Ibama
167	1996	John Gutierrez Paul Lechler Jerry Miller William Berry Lyons Bruce Forsberg (não consta)	US Forest Service U. Nevada U. Nevada U. Nevada INPA	EUA EUA EUA EUA EUA	09/10/96 a 30/12/97	Estudo dos efeitos do mercúrio no Rio Madeira	RO, AM	Luiz D. de Lacerda	UFF
168	1996	Wolfgang Wüster	U. Wales UK	Inglaterra	01/11/96 a 01/11/98	Estudar a sistemática e a distribuição de serpentes do gênero Bothrops	PA, AM, RO, MT, MS, MA e	Maria da G. Salomão	Butantan
169	1996	Katharine Milton	U. Califórnia	EUA	30/08/96 a 31/05/97	Ecologia dos índios Matis	AM	Júlio C. Melatti	UnB
170	1996	David G. Williams	U. Canberra Austra	Austrália	12/12/96 a 30/12/98	Estratégias de regeneração nas florestas inundadas na Amazônia	AM, PA	Rita de Cássia G. Mesquita	INPA

171	1996	Naburo Hida Osamu Shimmi	U. Akita U. Kagawa	Japão Japão		Estudo do regime hídrico do Rio Amazonas	AM, PA	José G. S. Maia	MPEG
172	1996	Maria M.R.A de Sarmiento Maria S.F. de Carrera	Corrientes - Arg.	Argentina Argentina		Estudo de Leguminosae, Sapindaceae e Turneraceae (DNA)	ES, BA, MG	André Maurício de Carvalho	Ceplac
173	1996	Becky Ellen Raboy		EUA		Pesq. Iniciada em 1992 sobre o Mico Leão			
174	1996	William W. Thomas	NYBG	EUA		Projeto Mata Atlântica Nordeste	BA, Nordeste, ES	André Maurício de Carvalho	Ceplac
175	1996	Karen L. Bales David K. Covington	U. Maryland U. Maryland	EUA EUA		Projeto Mico Leão Dourado	RJ	Adelmar Coimbra Filho	FEEMA
176	1996	James Lloyd Patton	U. Califórnia	EUA		Quantificar a diversidade de esp. De mamíferos na bacia do rio Negro (DNA)	Rio Negro (AM), Jaú	Maria Nazareth Silva	INPA
177	1997	Robert Mason David Parker Marc Rodler (consta CNPq)	U. Maryland Minnesota U. Quebec (?)	EUA EUA Canadá	15/01/97 a 28/02/97	Origem da contaminação mercurial no Rio Negro	AM	Bruce Forsberg	INPA
178	1997	Kent D. Dunlap	U. Texas (Austin)	EUA	19/02/97 a 20/03/97	Evol. e base hormonal da sinaliz. Elét. durante ativ. Reprod. Dos Gymnotiforme	AM	Cristina Cox Fernandes	INPA
179	1997	Austin Stanley Rand Michael J. Ryan David Cannatella	Smithsonian U. Texas U. Texas	EUA EUA EUA	19/02/97 a 20/03/97	Morfologia, acústica e isoenzimas em div. Esp. De Physalemus (Anura) DNA	SP, SC, PR, RS	Adão José Cardoso	Unicamp
180	1997	Jutta Verón	U. Viena	Áustria		Perspectivas e impactos possíveis de um ecoturismo nas áreas indíg. Do BR	Pantanal Matogrossense	Stephen Baines	UnB
181	1997	Michael J. Balick	NYBG	EUA		Botânica econômica do Maranhão, etnobotânica e conservação de recursos	MA	Dulce Maria Aires	UEMA
182	1997	Lynn G. Clark	U. Iowa	EUA		Coleta de bambus para vários museus norte-americanos	RJ, SP, BA, ES	Luiz Sarahyba	Ibama
183	1997	Reagan Anne Lake Karen Bales	U. Maryland U. Maryland	EUA EUA		Mico Leão dourado	RJ	Adelmar Coimbra Filho	FEEMA
184	1997	Steven C. Schecter Kalanit Baumhaft Brian J. Buckley Myles H. Crocker	Smithsonian	EUA		Inclusão de pesquisadores na pesq. Estudo etnológico dos Índios Canela	MA	Júlio C. Melatti	UnB
185	1997	David Allan Rodgers	U. Manchester GB	Inglaterra	20/02/97 a 31/10/98	Etnografia dos índios Ikpéng	Parque Xingú (MT)	Bruna Franchetto	MNRJ

186	1997	Shirley Graham	U. Kent USA	EUA	20/02/97 a 15/09/97	revisão de 141 espécies sul americanas do gênero Cuphea (Lythraceae)	MG, GO, SP, PR, MT, TO	Taciana B. Cavalcant	Cenargen
187	1997	Donald P. Eaton Gary L. Vinyard	U. Nevada U. Nevada	EUA EUA	20/02/97 a 31/12/98	Córregos fragmentados de floresta tropical	SP	Edson P. Teixeira	IF/SP
188	1997	Javier R. Martin	U. Tulane	EUA	10/04/97 a 07/02/98	sistema político de uma soc. Indígena do grupo ling. Pano: os Morubo	AM	Júlio C. Melatti	UnB
189	1997	Marilyn D. Loveless	College of Wooster Ohio	EUA	06/05/97 a 31/08/98	Estudos sobre a variabilidade genética de mogno, piquiá, sumaúma e mungub.	PA, RO, AM	Rogério Gribel	INPA
190	1997	Samuel GM Bridgewater Alicia Ibañez-Garcia	RBG, Edinburgo	Inglaterra Inglaterra	28/05/97 a 31/12/97	Levant. Etnobot. das comunid. Humanas em volta do Parque Nac.Serra Canas	MG	Ary T. Oliveira Filho	UFLavras
191	1997	John M. Heraty Bryan Carey	U. Califórnia U. Califórnia	EUA EUA	17/06/97 a 31/12/98	Estudo dos insetos Eucharitidae comedor de pupas de formigas	SP, MG, MT, RO, AM, PA	Carlos Roberto F. Brandão	USP
192	1997	Karen Barbara Strier	U. Wisconsin	EUA	19/06/97 a 31/12/99	Ecologia e reprodução do muriqui (Brachyteles arachnoides) macaco	MG (E.Biol. Caratinga)	Gustavo da Fonseca	UFMG
193	1997	Susan Marie Moegenburg	U. Flórida	EUA	08/07/97 a 10/11/99	Ecologia da palmeira açaí (Euterpe oleraceae)	AP e PA (Caxiuanã)	Mário AG Jardim	MPEG
194	1997	Hendrikus GA van der Voort Anna M. van der Schaaf	NWO - Holanda	Holanda Holanda	01/07/97 a 31/07/99	Estudo da língua Koaiá	RO	Nilson Gabas Júnior	MPEG
195	1997	Alexine Keuroghlian	U. Nevada	EUA	24/07/97 a 24/07/99	Estudo dos Tayassu –(CNPq: Kaetitus e Queixadas)	SP	José Carlos Max	IF/SP
196	1997	James Campbell Plowden	U. Pensylvania	EUA	11/08/97 a 31/12/99	potencial de prod. E ext. de prod. flor. Não-mad.na Reserva Ind. Alto Rio Guam	PA	Francisco A Oliveira	FCAP
197	1997	Hugh de Forest Safford	U. Califórnia	EUA	18/09/97 a 31/10/00	Estudo de vegetação de altitude	RJ	Rejan RGuedes-Bruni	JBRJ
198	1997	Jean-Pierre Estival Christine Ferri	CNRS U. Paris VII	França França	19/09/97 a 01/09/99	Pesquisa etnomusicológica entre os índios Assurini	PA	Eduardo BV Castro	MNRJ
199	1997	Donald Nelson Emilio F. Moran	U. Arizona U. Arizona	EUA EUA	22/09/97 a 31/12/98	Padrões de desenvolvimento na Rodovia Transamazônica (desmatamento)	AM	Lux Boelitz Vidal	USP
200	1997	Kenneth Matthew Olsen	U. Washington	EUA	30/11/97 a 21/12/97	Coleta de material para estudo filogenético do gênero Manihot (DNA)	DF, MA, PA, PI, TO RJ	Luiz JCB Carvalho	Cenargen

201	1997	Don J. Melnick Beatriz Perez-Sweeney Juan C. Morales-Muciño Michael RJ Forstner Kathleen S. Gobush/ (não consta lista CNPq)	Columbia Columbia Columbia Columbia Columbia	EUA EUA EUA EUA EUA EUA	21/11/97 a 31/12/99	Estudo genético de populações do mico-leão-prêto		Cláudio V. Pádua	UnB
202	1997	Maria C. von der Pahlen Mark Schulze	Argentina U. Pensylvania	Argentina EUA	Não consta lista CNPq	Tornar a exploração dos recursos florestais sob regime de manejo viável econ.aos peq. produtores	Pará	Paulo H. C. Amaral	Imazon
203	1997	Nigel Smith William Leonard Gay Biery-Hamilton Catherine Smith	U. Flórida U. Flórida Rolling College Flor Rolling College Flor	EUA EUA EUA EUA	Não consta lista CNPq	Projeto alimentos e matérias primas (estudar a nutrição indígena e cabocla)	PA	Roberto AO Santos	MPEG
204	1997	Catherine Duckett	U. Porto Rico	EUA	Não consta lista CNPq	relações filogenéticas entre 24 gêneros de Oedionychina	RS, SC	Maria H.M. Galileo	UFRS
205	1998	Daniel Hoffman	U. Califórnia	EUA	Não consta lista CNPq	Etnohistória e etnografia das missões salesianas entre os índios do Rio Negro	AM	Aparecida Vilaça	MNRJ
206	1998	Wolfgang G. Kapehammer	U. Munique	Alemanha	Não consta lista CNPq	Pesquisa de campo antropológica entre os índios Saterê-Mawé	AM e PA	Robin M. Wright	Unicamp
207	1998	Susan Eugenia Swales	U. Flórida	EUA	Não consta lista CNPq	Práticas agrícolas e uso da terra na baixa Amazônia	PA	Antonio C Magalhães	MPEG
208	1998	Leslie Jane Digby	Duke University	EUA	Não consta lista CNPq	Comportamento e ecologia de populações de sagui comum	PI	Antonio A de Castro	UFPI
209	1998	William H. Crocker	Smithsonian	EUA	Não consta lista CNPq	Estudo etnológico dos índios Canela	MA	Júlio C. Melatti	UnB
210	1998	James Carpenter Donat Agosti	AMNH AMNH	EUA EUA	Não consta lista CNPq	Biodiversidade de insetos sociais (vespas e formigas) na Mata Atlântica	BA	Jacques Delabie	Ceplac
211	1998	Clinton Wakefield Epp	Rice Univ. USA	EUA	Não consta lista CNPq	Estudo de línguas Karibe	PA	Priscila Faulhaber	MPEG

212	1998	Laurie J. Vitt Janalee P. Caldwell Peter Andrew Zani	U. Oklahoma	EUA EUA EUA	Não consta lista CNPq	Prorrogação do projeto do Vitt sobre herpetofauna e inclusão de gente nova		Teresa CS Ávila Pires	MPEG
213	1998	A Vanessa P. Cliffton	RBG, Kew	Inglaterra	Não consta lista CNPq	Coletar e estudar a família de Proteaceae, com enfase no gênero Euplassa	MG, RJ	Ary T. Oliveira Filho	UFLavras
214	1998	Page W. Caufield	U. Alabama	EUA	Não consta lista CNPq	Isolar amostras de Streptococus mutans na boca dos Índios brasileiros (DNA)	MT	Marcia Figueiredo	UFRS
215	1998	Alan Townsend	U. Colorado	EUA	Não consta lista CNPq	Sens. Remoto p/ o estudo das dinâmicas de isótopos de carbono e nutrientes	Santarém - PA	Mercedes Bustamant	UnB
216	1998	Jennifer A Rehg	U. Illinois	EUA	Não consta lista CNPq	Ecologia de Callimico goeldi e grupos de Saguinus fuscicollis e labiatus	Acre	Armando Muniz Calouro	UFAC
217	1998	Meinrat Andreae Jürrgen Kesselmeier Annette Wolf Paola Formenti Uwe Kuhn Gregory Roberts Guenter Schebeske Jan Cafmeyer Alex Guenther James Greenberg Lee Klinger Jingchuan Zhou Hans Christen Hansson	Instituto Max-Planck ?.	Alemanha	06/03/98 a 01/02/00	Biosfera e atmosfera da Amazônia (Claire-LBA e Eustach-LBA)	AM, RO, PA	Paulo Artaxo	USP
218	1998	Devra Gail Kleiman Benjamin B. Beck Jonathan D. Ballou James M. Dietz Andrew J. Baker Lisa Gail Rapaport Jeffrey A French Tara Stoinski	Smithsonian Smithsonian Smithsonian U. Maryland Philadelphia Zoo U. Novo México US U. Nebraska Atlanta Zoo	EUA EUA EUA EUA EUA EUA EUA EUA EUA	07/04/98 a 01/02/02	Continuação do projeto mico-leão-dourado	RJ, BA	Alcides Pissinatti	FEEMA

218	1998	Balthasar Dubs Barbara Dubs	U. Zurich	Alemanha Alemanha	15/04/98 a 15/10/99	Plantas das áreas de transição Cerrado	Mato Grosso	Germano Guarin	UFMT
219	1998	Catherine Jane Karr	Duke University	EUA	01/04/98 a 31/12/98	Estudo de populações em unidades de conservação	SP	Onildo Barbosa	IF/SP
220	1998	Jean C. B. D´Hauteville	U. Bruxelas Bélgic	Bélgica	Não consta lista CNPq	Coletar ninhos de formigas de várias esp. Do gênero Crematogaster	CE	Yves Quinet	UFCE
221	1998	Ruth Atkinson	RBG, Edinburgo	Inglaterra	Não consta lista CNPq	levantamento florístico de uma parcela 10x10 na floresta	Pará (Caxianã)	Pedro LB Lisboa	MPEG
222	1998	William D. Hamilton Gediminas Valkuinas	Oxford GB AC da Lituânia	Inglaterra Lituânia	Não consta lista CNPq	doenças sanguíneas nas aves da várzea: suas correlações e importância	Médio Solimões (AM)	Miriam Marmontel	SC Mamira
223	1998	Sverker Molander	Chalmers U. Suéc	Suécia	Não consta lista CNPq	Risco ecológico dos impactos humanos nos ecos. do Parque Ecológico Vale da Ribeira	SP	Eleonora Trajano	USP
224	1998	Francis L. Black Robert J. Biggar	Yale University Nat. Inst. Of Health	EUA EUA	Não consta lista CNPq	Det. A rel. entre a carga viral e o potencial de transmis. Do virus linfotrópico humano de células T do tipo II (HTLV-II) entre os índios Cateté (Marabá)	PA	Jorge T. da Rosa	IEC/FNS
225	1998	Frank Almeda Orbélia Ramos Robinson	Ac.Ci. Califórnia	EUA EUA	12/05/98 a 30/12/00	Características químicas e citológicas da família Melastomataceae (DNA)	MG, GO, BA	Angela B. Martins	Unicamp
226	1998	Piero Delprete	NYBG	EUA	15/07/98 a 31/05/00	Estudos taxonômicos e florísticos de Rubiaceae	GO, TO, CE, SC, DF	Francisca Cavalcanti	UFCE
227	1998	Sven Oscar Kullander	Swedish MNH	Suécia	10/08/98 a 30/09/98	Variação geográfica e especiação em acará-disco na bacia amazônica	AM, PA	Efrem JG Ferreira	INPA
228	1998	Anne Line Dalsgaard	U. Copenhagen	Dinamarca	01/10/98 a 30/04/99	Intervenção cirúrgica e saúde reprodutiva no Brasil	PE	Russel Scott	UFPE

			Cons. Internat./ US						
			Equador						
			Florida Marine						
		Leenanne E. Alonso	Field Museu						
		Ramiro Barrigo	Chicago	EUA					
		Theresa M. Bert	Peru/	Equador					
		Barry Chernoff	U. Central	EUA					
		Blanca Léon	Caracas	EUA					
		Antonio Machado-Allison	U. Nac.	Perú					
			Assuncion	Venezuela					
		Maria Fátima Mereles	Field Museu	Paraguai					
229	1998	Debra K. Moskovits	Chicago	EUA	20/08/98 a 31/12/02	Estudo de prioridades de conservação e manejo sustentável de ecossistemas Aquáticos Tropicais.	MT, MS, RO, MG, BA, SE	Naercio A Menezes	MZ-USP
		Hérnan Ortega Torres	MHN Lima	Perú					
		Jaime Sarmiento	MHN La Paz	Bolívia					
		Tavel	Cons. Internat.	EUA					
		Jorgen B. Thomsen	US	EUA					
		Arlo H. Hemphill	Cons. Internat.	EUA					
		James D. Murdoch	US	EUA					
		Philip W. Willink	Cons. Internat.	EUA					
		Katherine R. Thomas	US	EUA					
		Robin B. Foster	M. Zoo. Michigan						
			Field Museu						
			Chicago						
			Field Museu						
			Chicago						
230	1998	Richard I. G. Morrison	Canadian Wild	Canadá	09/10/98 a	Aves limícolas e aquáticas nas	MT, MS	Ines do Nascimento	Ibama
		Richard K. Ross	Service	Canadá	31/12/99	lagoas salinas do Pantanal			
231	1999	Shirley Graham	U. Kent USA	EUA	03/01/99 a	revisão de 141 espécies sul	BA	Taciana B. Cavalcant	Cenargen
		Raymond M. Harley	RBG, Kew	Inglaterra	23/01/99	americanas do gênero Cuphea (Lythraceae)			
232	1998	Ellen B. Basso	U. Arizona	EUA	18/11/98 a 16/11/99	Mudanças sociais e culturais que estão afetando as com. Kalapalo (Alto Xing)	MT	Bruna Franchetto	UFRJ
233	1998	Michael J. Balick	NYBG	EUA	01/12/98 a 30/11/00	Coleta de espécimes botânicos e dados etnobotânicos do Maranhão	MA	Cláudio Pinheiro	EMAPA

234	1998	Albertus Dolman Alessandro Badalotti Allstair Culf Bart Kruijt Bernhard Lehmann C.H. Groen Caroline Nichol (LBA) Christof Ammann Eduardus Moores Fiona Carswell Francesco Loreto Franz Meixner Friso Holwerda Giorgio Mateucci Grant Kirkman H.F. Vugts J. Bakker Jan Elbers Jens Beck John Grace John Gash Jörg Trentmann Jörn Jouanne Kevin Ooteman Lee Vierling Maarten Waterloo Mark Ashby Maurizio Mencuccini Michael Welling Monika Scheibe Niek-Jan Bink Olga Bracero Paolo Ciccioli Paolo Stefani Pascal Guyon Patrick Meir Pavel Kabat Peter Harley Ralph Lasage Ricardo Valentini Robert Kormann Ronald Hutjes Saskia Dijk Stefanie Rottemberger Steven Scott Tae Rhee Thomas Biesenthal Udo Rummel Urs Gut Yadvinder Malhi	Instituto Max-Planck ?	Alemanha	27/11/98 a 01/02/00	Estudo da biodiversidade amazônica	AM, RO, PA	Paulo Artaxo	USP

235	1999	Paul A Garber	U. Illinois	EUA	15/01/99 a 15/01/00	Comportamento, ecologia reprod. E conservação de micos-de-goeldi, soim-bigodeiro e soim	Acre	Armando Calouro	UFAC
236	1999	Marinus S. Hoogmoed	Museu Nacional de HN de Leiden	Holanda	15/01/99 a 31/03/99	Anfíbios e répteis na bacia do rio Iriri (Médio Xingú)	Pará	Ulisses Gallati	MPEG
237	1999	Eimear Lughadha Brian Leslie Stannard Paul Mass Hiltje Mass-Van de Kamer Leo Junikka (não consta)	RBG, Kew RBG, Kew Utrech Herb. Holan Utrech Herb. Holan U. Helsinque FIN	Inglaterra Inglaterra Holanda Holanda Suécia	21/01/99 a 28/02/99	Estudos da flora: Annonaceae, Loranthaceae, Myrtaceae	MG, ES, RJ, BA	Renato Mello-Silva	USP
238	1999	John Langley	U. Middlesex GB	Inglaterra	Não consta lista CNPq	Middlesex-Brazil Expedição de ecologia (Entomologia) PN Tijuca e PN Iguaçu	RJ, PR	Josimar R. Almeida	Fac. Cidad
239	1999	Samuel Gruber John Heonig Jerald Ault Mary Ashley	U. Miami Virginia Inst. Of Marine Scien U. Illinois	EUA EUA EUA EUA	11/03/99 a 01/04/99	Estudo do tubarão-limão	PE	Ricardo de Souza Rosa	UFPB
240	1999	John Sivinski David J. Mellow Kevina Vulinec	U. Flórida	EUA EUA EUA	01/04/99 a 01/04/00	Besouros de esterco, macacos e dispersão de sementes na floresta	AM, PA (Bacia Amazônica)	Cláudio Ruy V. da Fonseca	INPA
241	1999	Donald P. Eaton	U. Nevada	EUA	23/04/99 a 01/04/01	Córregos fragmentados de floresta tropical	SP	Giselda Durigan	IF/SP
242	1999	Brian Brown	Natural Museum Los Angeles	EUA	23/04/99 a 13/07/99	Estudo de moscas	RJ	Athayde Tonhasca	UENF
243	1999	Sarah W. Blangero John L. Vandeberg Allen Ford/Mary Jo Avallotis (não constam)	Southwest Found. Biomedical Research	EUA EUA EUA EUA	06/05/99 a 01/02/04	Susceptibilidade genética à infecção pelo Trypanosoma cruzi	GO	Antonio RL Teixeira	UnB
244	1999	Sarah Stai	U. Miami	EUA	06/05/99 a 31/08/99	Estudo de patos selvagens	MT, MS	Regina Macedo	UnB
245	1999	Anne K. Hansen Richard Ree (não consta)	U. Texas U. Harvard	EUA EUA	14/05/99 a 27/02/01	Origens e relações do gênero Passiflora	PR	Armando Cervi	UFPR
246	1999	Mathew H. Godfrey	U. Toronto	Canadá	20/05/99 a 20/02/01	Tartarugas marinhas	Bahia	Maria A Marcovaldi	Pro-Tamar
247	1999	Tracy Holt	USIA (US Inform. Agency)	EUA	03/07/99 a 03/07/01	Uso da fauna e da flora pela população do Pantanal	MS	José Márcio Ayres	UFPA

248	1999	Ana Simó Emiliano Pegoraro Evelyne Rebmann Olaf Kolle John Grace Bart Kruijt (LBA) Caroline Nichol (LBA) Jonathan Lloyd Julie Styles Kieran Lawton Simona Castaldi Maria Cotrufo Raffaele Pascale	U. Edinburgh Instituto Max Planck (LBA) Universidade de Nápoles		30/09/99 a 01/08/02	Estudo de queimadas no Cerrado	DF	Antonio Carlos Miranda	UnB
249	1999	Tadao Matsumoto Masahiro Kon Takema Fukatsu Osamu Kitade Toru Miura Kiyoto Maekawa	U. Tóquio	Japão	01/10/99 a 30/09/00	Estudo de insetos	DF, PA, MA e SP	Reginaldo Constantino	UnB
250	1999	Frank Wolff	U. Missouri	EUA	21/10/99 a 31/10/00	Estudo de carnívoros neotropicais	PI	Peter Crawshaw Jr.	Ibama
251	1999	Birgit Harter Andreas Köehler Roland Mecke Jochen Ketterl Alex Kwet Mirco Kienle Christof Pietsch Jochen Bihn Maria Bruninger Klaus Maier	U. Tübigen	Alemanha	25/10/99 a 31/05/01	Estudo da ecologia da araucária	RS	Betina Blochtein	PUC/RS
252	1999	Ted Schultz Ulrich Mueller Stephen Rehner Ritta Savolainen Philip Ward Sean Brady John Bravo (?)	Smithsonian	EUA EUA EUA EUA EUA EUA EUA	01/11/99 a 30/12/03	Estudo de formigas	AM, BA, CE, GO, MT, MS, MG, RN, RS, DF	Carlos Roberto Ferreira Brandão	USP
253	1999	Lucia Libertini	U. Cambridge	Inglaterra	30/09/99 a 31/08/01	Estudo dos índios Surui e Kwazá-Aikaná	RO	Aparecida Vilaça	UFRJ
254	1999	Tadashi Kajita	U. Tóquio	Japão	20/11/99 a 30/12/99	Estudo da Canavalia e Ipomoea	RJ, PE, PA	Haroldo Cavalcante Lima	JBRJ

Anexo II – Cartas Convites Emitidas pelo INPA a pesquisadores Estrangeiros (1993/2002)

No.	Data da emissã	Estrangeiro Convidado	Instituição	Origem	Prazo Solicitado	Objetivos	Atividade	Solicitante / Contra partida do INPA
1	18/12/92	Sylvia Bahri	Institut de Botanique	França	01/04/93 a 30/03/94	"Extrativismo na Amazônia Central: Viabilização e Otimização".	Pesquisa	Arnaldo Carneiro Filho- João Ferraz
2	05/01/93	Sarah Weems Workman	Univ. Georgia (School of Forest)	EUA	01/01/93 a 28/02/93	PDBFF (Manejo de vegetação secundária)	Pesquisa	Roger Hutchings
3	18/01/93	Joachim Adis	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	04/02/93 a 04/04/93	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
4	18/01/93	Wilfried Paarmann	Fachhochschule Hildesheim/Holzminden/Göttingen	Alemanha	04/02/93 a 04/04/93	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical" (convênio INPA/MPIL)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
5	18/01/93	Nicole Tobaschus	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	04/02/93 a 04/08/93	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
6	18/01/93	Clemens Niers	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	04/02/93 a 04/08/93	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical" (convênio)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
7	19/01/93	Walter Hödl	Inst. for Zoologie der Univ. wien Altthanstrasse	Áustria	27/01/93 a 27/04/93	Tópicos especiais em Ecologia: herpetologia na Amazônia (disciplina de 3 a 16/02/1993 – Bruce Fosberg)	Ensino	João Baptista da Silva Ferraz/William Magnusson
8	21/01/93	Colleen M.Scanlan	School for International Training in Brattleboro	EUA	01/03/93 a 30/12/93	educação ambiental no Jardim Botânico, publicação de artigos científicos do INPA, e cooperação internacional	Estágio	João Baptista da Silva Ferraz
9	27/01/93	Rainer Mw Amon	Univ. Texas at Austin	EUA	15/02/93 a 15/03/93	CAMREX - Biogeoquímica do Carbono no Rio Amazonas"	Pesquisa	Bruce Rider Forsberg
10	02/02/93	Carl F. Jordan	Univ. Georgia-Athens	EUA	10/02/93 a 10/03/93	PDBFF (Manejo de vegetação secundária) e orientação da Rita Mesquita	Pesquisa	Roger Hutchings
11	05/02/93	Brian Frank Green	CSIRO - Division of Wildlife	Austrália	01/03/93 a 28/02/94	"Ecologia Bufo Marinus"	Pesquisa	William Magnusson/Tânia Sanaiotti
12	15/02/93	H. Langer	Ruhr-Universität Bochum - Fakultat fur Biologie	Alemanha	15/03/93 a 25/03/93	comportamento de caranguejos Trichodactylide e fisiologia da visão desse organismo	Pesquisa	Célio Magalhães
13	08/03/93	Robert Logan	Univ. Missouri – Escola Jornalismo	EUA	01/04/93 a 15/04/93	Visitar o INPA, o Museu Paraense Emílio Goeldi, a UNAMAZ, e as Universidades.	Visita	José Seixas Lourenço
14	11/03/93	Juan Torres	International Institute of Tropical Forestry	Costa Rica	16/04/93 a 30/04/93	Conhecer e discutir projetos de ecologia florestal do INPA e Simpósio "Manejo e Reabilitação de Áreas Degradadas e Florestais e Secundárias na Amazônia.	Discussão	João Baptista da Silva Ferraz
15	17/03/93	Charles W. Myers	American Museum of Natural History	EUA	01/05/93 a 31/07/93	Avaliação final do projeto "Estudo da Herpetofauna de Roraima "	Avaliação final	Celso Morato de Carvalho
16	17/03/93	William Ronald Heyer	National Museum of Natural History	EUA	01/05/93 a 31/07/93	Avaliação final do projeto "Estudo da Herpetofauna de Roraima "	Avaliação final	Celso Morato de Carvalho
17	18/03/93	Colin John Brauner	Univ. British Columbia	Canadá	01/07/93 a 31/12/93	Desenvolver projeto de pesquisa junto a Adalberto Val	Pesquisa	Adalberto Luis Val

18	18/03/93	Gerit Johanna Oberraufner	Instituto de Viena	Áustria	03/12/93 a 31/12/93	Desenvolver trabalhos sobre biologia reprodutiva de anfíbios	Mestrado	William Ernest Magnusson
19	22/03/93	Pia Parolin	University of Bielefeld (Alemanha)	Alemanha	28/03/93 a 27/03/94	fisiologia e crescimento de árvores de áreas alagáveis, no projeto "Produção Primaria e Fotossintese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia",	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
20	26/03/93	Mandy Darlene Tocher	Univ. Canterbury	Nova Zelândia	11/05/93 a 12/11/93	PDBFF" - sub-projeto sapos - Continuidade ao pós-doutorado	Pós-doutorado	Roger Hutchings
21	26/03/93	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	25/04/93 a 25/11/94	PDBFF" - sub-projeto aves - Continuidade ao pós-doutorado	Pós-doutorado	Roger Hutchings
22	26/03/93	Raphael Didhan	The Natural History Museum	Nova Zelândia	11/05/93 a 11/11/93	PDBFF" - sub-projeto sapos - Continuidade ao pós-doutorado	Pós-doutorado	Roger Hutchings
23	10/05/93	Michael Judas	Zoologisches Institut der Univ.Göttingen	Alemanha	01/09/93 a 31/12/93	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Christopher Martius e Cláudio Ruy
24	10/05/93	Cacilia Hanne	Univ. Frankfurt	Alemanha	01/09/93 a 28/02/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Christopher Martius e Cláudio Ruy
25	10/05/93	Ingo Curdt	Staatliches Museum Fur Naturkunde Karlsruhe	Alemanha	01/07/93 a 30/08/93	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (aranhas e escorpiões)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
26	10/05/93	Evi Woolscherid	Staatliches Museum Fur Naturkunde Karlsruhe	Alemanha	01/07/93 a 30/08/93	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
27	12/05/93	Wayne Van Devender	Univ. Appalachian State Universitty VIII	EUA	25/05/93 a 30/06/93	curso "Tópicos Especiais em Ecologie", e crescimento de ectotermos	Fazer curso	William Ernest Magnusson
28	12/05/93	Peter Andrew Zani	Ohlahoma Museum of Natural History	EUA	14/06/93 a 13/08/93	Ecologia de Vertebrados Terrestres	Pesquisa	William Ernest Magnusson
29	12/05/93	Robin Rae Whitekiller	Ohlahoma Museum of Natural History	EUA	14/06/93 a 13/08/93	Ecologia de Vertebrados Terrestres	Pesquisa	William Ernest Magnusson
30	12/05/93	Janalee Paige Caldwell	Univ. Oklahoma	EUA	07/06/93 a 06/08/93	comunidades de repteis e anfíbios,	Pesquisa	William Ernest Magnusson
31	12/05/93	Laurie Joseph Vitt	Univ. Oklahoma	EUA	07/06/93 a 06/08/93	comunidades de repteis e anfíbios,	Pesquisa	William Ernest Magnusson
32	19/05/93	Stefan Friedrich Keppler	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/06/93 a 31/05/95	convênio INPA/MAX-PLANCK - programa SHIFT de cooperação teuto-brasileira	Doutorado	Maria Teresa Fernandez Piedade
33	21/05/93	Wade Strickland	Univ. Texas	EUA	01/06/93 a 30/07/93	PDBFF" sub-projeto "Aves"	Pesquisa	Roger Hutchings
34	25/05/93	Johanna Annamaria Teurlings	College Larenstein	Holanda	01/08/93 a 30/06/94	convênio INPA/MAX PLANCK - sub-projeto "Sistema Agroflorestais" do projeto "Várzea"	Pesquisa	Johannes Van Leeuwen
35	27/05/93	Reiner Eckmann	Institute of Freshhwater and Fisheries Ecology	Alemanha	10/11/93 a 01/12/93	Determinação de Idade e Crescimento em Peixes de Importância Comercial da Amazônia Central".	Pesquisa	Maria Gercilia Mota Soares
36	04/06/93	Hubert Hofer	Staatliches Museum Fur Naturkunde Karlsruhe	Alemanha	01/09/93 a 30/03/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca

37	05/06/93	Christine Padoch	NYBG	EUA	01/08/93 a 30/06/94	Trabalhar junto a nossa Coordenação de Pesquisa em Ciências Sociais.	Pesquisa	Johannes Van Leeuwen
38	05/06/93	Miguel Pinedo Vasquez	NYBG	Perú	10/05/93 a 10/05/94	Trabalhar junto a nossa Coordenação de Pesquisa em Ciências Sociais.	Pesquisa	Roger Hutchings
39	14/06/93	Richard Odd Bierregaard Jr.	Smithsonian Institution	EUA	15/06/93 a 14/07/93	PDBFF" sub-projeto "Aves"	Pesquisa	Claude Gascon
40	22/06/93	Burkhard Gutzmann	Fachhochschule Hildesheim/Holzminden	Alemanha	01/07/93 a 30/03/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
41	24/06/93	Garry Bruce Williamson	Southeastern Louisiana University	EUA	01/07/93 a 30/09/93	PDBFF"	Pesquisa	Claude Gascon
42	24/06/93	Kalan Leonard Ickes	Southeastern Louisiana University	EUA	01/07/93 a 30/09/93	PDBFF"	Pesquisa	Claude Gascon
43	02/07/93	Roman Wittig	Univ. Bielefeld	Alemanha	01/10/93 a 30/03/94	Produção Primaria e Atividade Fotossintética "	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
44	02/07/93	Martin Bolte	Univ. Hamburg	Alemanha	01/10/93 a 30/03/94	Determinação de Idade e Crescimento em Peixes de Importância Comercial da Amazônia Central".	Estágio	Maria Gercília Mota Soares
45	26/07/93	Heike Rahmsdorf	Univ. Osnabrück	Alemanha	20/08/93 a 20/10/93	Extrativismo na Amazônia Central, junto a Coordenação de Pesquisas em Silvicultura Tropical-CPST,	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz
46	26/07/93	Daniel Jacob Zarin	NYBG	EUA	02/08/93 a 02/09/94	Trabalhar junto a Coordenação de Pesquisa em Ciências Sociais.	Pesquisa	Niro Higuchi
47	01/09/93	Sophie Cornu	Univ. d'Aix-Marseille III	França	01/02/94 a 30/06/94	"Estudo das modificações ligadas ao manejo agrosilvicultural da floresta: linha de pesquisa funcionamento dos solos na Amazônia Central"	Doutorado	Flávio de Jesus Luizão
48	13/09/93	Masashi Kawasaki	Univ. Califórnia	EUA	01/10/93 a 30/11/94	O Sistema eletrosensor em peixes elétricos",	Pesquisa	Geraldo Mendes dos Santos
49	13/09/93	Walter Heilingenberg	Univ. Califórnia	EUA	01/10/93 a 30/11/94	O Sistema eletrosensor em peixes elétricos",	Pesquisa	Geraldo Mendes dos Santos/José Gomes
50	14/09/93	Mandy Darlene Tocher	Univ. Canterbury	Nova Zelândia	01/10/93 a 01/10/94	PDBFF (Sapos)	Pesquisa	Claude Gascon
51	17/09/93	Fabienne Yvonnecharpentier	Univ. Pierre et Marie Curie	França	24/10/93 a 12/12/93	Fauna de Solo em ecossistema naturais e perturbados pela ação antrópica "	Pesquisa	Thierry Desjardins/Lucille Antony
52	23/09/93	Maria Miriti	Univ. Illinois	EUA	01/10/93 a 01/10/94	PDBFF (dispersão de sementes)	Pesquisa	Claude Gascon
53	19/10/93	Eric Blanchart	IRD - Orstom (Centre du Fort de France)	França	15/11/93 a 30/11/93	Fauna de Solo em ecossistema naturais e perturbados pela ação antrópica "	Pesquisa	Thierry Desjardins/Lucille Antony
54	19/10/93	Jean Pierre Rossi	Univ. Pierre et Marie Curie	França	15/11/93 a 30/11/93	Fauna de Solo em ecossistema naturais e perturbados pela ação antrópica "	Pesquisa	Thierry Desjardins/Lucille Antony
55	11/11/93	John Bolling Sullivan Iii	Smithsonian Institution	EUA	01/12/93 a 01/01/94	Sub-projeto Borboletas, no âmbito do convênio Inpa/ Smithsonian Institution.	Pesquisa	Claude Gascon/Roger Hutchings

56	19/11/93	Janalee Paige Caldwell	Univ. Oklahoma	EUA	01/01/94 a 30/05/94	Levantamento, catalogação e Ecologia da Herpetofauna Amazônica	Pesquisa	William Ernest Magnusson
57	19/11/93	Laurie Joseph Vitt	Univ. Oklahoma	EUA	01/01/94 a 30/05/94	Levantamento, catalogação e Ecologia da Herpetofauna Amazônica	Pesquisa	William Ernest Magnusson
58	19/11/93	Peter Andrew Zani	Univ. Oklahoma	EUA	01/01/94 a 30/05/94	Levantamento, catalogação e Ecologia da Herpetofauna Amazônica	Pesquisa	William Ernest Magnusson
59	19/11/93	Raphael Didhan	The Natural History Museum (Londres)	Nova Zelândia	13/12/93 a 12/12/94	sub-projeto "Insetos"do "PDBFF".	Pesquisa	Claude Gascon/Nigel Stork-Claúdio Ruy
60	02/12/93	Audrey Bergan	Univ. Hamburg	Alemanha	01/01/94 a 31/05/94	Estudos de produção primária, Biomassa e Balanços de C02, com espécies de gramíneas de áreas inundáveis da Amazônia Central"	Estágio	Maria Teresa Fernandez Piedade
61	09/12/93	Arno Pabst	Univ. Téc. de Munique (Lehrstuhl fur Geologie)	Alemanha	20/01/94 a 30/04/94	Projeto Várzea" sub-projeto "Interpretação do regime hidrológico com relação a sua importância para a agropecuária na Várzea"	Estágio	Jorg Johannes Ohly/Luiz Antonio de Oliveira
62	14/12/93	Steffen Küppers	Fachhochschule Hildesheim/Holzminden	Alemanha	01/02/94 a 31/08/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
63	14/12/93	Richard Odd Bierregaard Jr.	Univ. North Carolina at Charlotte	EUA	01/01/94 a 29/02/94	PDBFF" sub-projeto "Aves"	Pesquisa	Claude Gascon/Niro Higuchi
64	17/12/93	Emlee Bin Mohamad Taib	Forestry Research Institute Malaysia	Malásia	07/02/94 a 07/03/94	Participar de um treinamento na área de secagem solar de madeira na CPPF (Malaysian-German Forestry Research Project)	Treinamento	Roland E. Vetter/Alfredo de Souza Mendes
65	20/12/93	Max Adolphe Sarrazini	IRD - Orstom - Cayene	França	10/01/94 a 31/07/94	Promover treinamento e apoiar os trabalhos de laboratório, na área de física de solos na CPST e CPEC.	Treinamento	Michel Moliner/João Baptista da Silva Ferraz
66	21/12/93	Argelis Roman	Smithsonian Institution	EUA	01/01/94 a 30/01/94	Visitar o "PDBFF", bem como, o nosso Instituto.	Visita	Claude Gascon/Niro Higuchi
67	21/12/93	Don Wilson	Smithsonian Institution	EUA	01/01/94 a 30/01/94	Visitar o "PDBFF", bem como, o nosso Instituto.	Visita	Claude Gascon/Niro Higuchi
68	21/12/93	Marsha Sitnik	Smithsonian Institution	EUA	01/01/94 a 30/01/94	Visitar o "PDBFF", bem como, o nosso Instituto.	Visita	Claude Gascon/Niro Higuchi
69	21/12/93	Michael Robinson	Smithsonian Institution	EUA	10/01/94 a 10/02/94	Visitar o "PDBFF", bem como, o nosso Instituto.	Visita	Claude Gascon/Niro Higuchi
70	21/12/93	Nigel Stork	The Natural History Museum (Londres)	Inglaterra	01/01/94 a 31/12/94	PDBFF (sub-projeto Insetos)	Pesquisa	Claude Gascon/Cláudio Ruy V. da Fonseca ,
71	21/12/93	Robert Hoffmann	Smithsonian Institution	EUA	01/01/94 a 30/01/94	Visitar o "PDBFF", bem como, o nosso Instituto.	Visita	Claude Gascon/Niro Higuchi
72	21/12/93	Ross Simons	Smithsonian Institution	EUA	10/01/94 a 10/02/94	Visitar o "PDBFF", bem como, o nosso Instituto.	Visita	Claude Gascon/Niro Higuchi
73	21/12/93	Stanwyn Shetler	Smithsonian Institution	EUA	01/01/94 a 30/01/94	Visitar o "PDBFF", bem como, o nosso Instituto.	Visita	Claude Gascon/Niro Higuchi
74	21/12/93	Stewart Hine	The Natural History Museum (Londres)	Inglaterra	01/01/94 a 31/12/94	PDBFF (sub-projeto Insetos)	Pesquisa	Claude Gascon/Cláudio Ruy V. da Fonseca ,

75	05/01/94	Heike Küchmeister	Univ. Justus Liebig	Alemanha	20/01/94 a 20/08/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
76	06/01/94	James Bogart	Univ. Guelph	Canadá	15/01/94 a 15/02/94	PDBFF (Estrutura genética de populações de anfíbios na mata primária e em fragmentos)	Pesquisa	Claude Gascon/Glória Moreira
77	13/01/94	Burkhard Gutzmann	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	27/03/94 a 28/05/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Paarmann-Joachim Adis/Cláudio Ruy V. da Fonseca
78	31/01/94	Pia Parolin	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	22/03/94 a 23/02/96	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e de Áreas Inundáveis da Amazônia"	Doutorado	Maria Teresa Fernandez Piedade
79	02/02/94	Richard Odd Bierregaard Jr.	Univ. North Carolina at Charlotte (UNCC/BDFFP)	EUA	15/02/94 a 15/04/94	PDBFF (Reunião do Comitê de Manejo e sub-projeto pássaros"	Pesquisa	Claude Gascon/Niro Higuchi
80	23/02/94	Michel Grimaldi	INRA - Center de Rennes	França	07/03/94 a 27/03/94	"Estudo das propriedades físicas dos solos e ecossistemas naturais e pertubados pela ação antrópica (pastagem, cultivo) (Convênio Orstom)	Pesquisa	Thierry Desjardins/Lucille Antony
81	23/02/94	Eric Blanchart	IRD - Orstom (Centre du Fort de France)	França	10/03/94 a 25/03/94	"Estudos da fauna do solo (minhocas, cupins, formigas, etc...) em ecossistemas naturais e perturbados pela ação antrópica pastagem, cultivo) (Convênio INPA/CNPq/Orstom)	Pesquisa	Thierry Desjardins/Lucille Antony
82	01/03/94	Oliver Von Sperber	Univ. Göttingen	Alemanha	15/03/94 a 30/04/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical" (Biodiversidade de Cicindelidae/Carabidae)	Estágio	Christopher Martius-Paarmann/Cláudio Ruy V. da Fonseca
83	02/03/94	Norbert Dockal	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	14/03/94 a 30/05/94	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia" (software para análise dos dados)	Assistência Técnica	Maria Teresa Fernandez Piedade/Pia Parolin-Lúcia Maia-Anete Rubim
84	07/04/94	Mathilakah M. Vijayan	Univ. British Columbia	Canadá	01/08/94 a 30/11/94	"ADVANCE-Adaptation and Vulnerability in the Amazon: Natural Changing Environments"	Pesquisa	Adalberto Luís Val
85	07/04/94	Ingo Curdt	Univ. Bielefeld	Alemanha	10/07/94 a 30/01/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Estágio	Cláudio Ruy V. da Fonseca
86	07/04/94	Holger Bekel	Univ. Bielefeld	Alemanha	10/07/94 a 31/10/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Estágio	Cláudio Ruy V. da Fonseca
87	07/04/94	Audrey Bergan	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/04/94 a 30/08/94	Ecologia de Áreas Alagáveis: Várzea e Igapó (Projeto INPA/Max-Planck)	Estágio	Maria Teresa Fernandez Piedade
88	07/04/94	Stefan Friedrich Keppler	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/06/94 a 30/05/95	Ecologia de Áreas Alagáveis: Várzea e Igapó (Projeto INPA/Max-Planck)	Doutorado	Maria Teresa Fernandez Piedade
89	07/04/94	Emilio Mayorga	Univ. Washington	EUA	01/07/94 a 30/07/94	CAMREX - Biogeoquímica do Carbono no Rio Amazonas"	Pesquisa	Bruce Rider Forsberg
90	08/04/94	Zachary Freeman	Princeton University (Human Rights Watch?)	EUA	20/06/94 a 20/08/94	Determinação de Idade e Crescimento em Peixes de Importância Comercial da Amazônia Central".	Estágio	José Goldemberg/Gercília Mota-Nídia Noemi Fabré

91	12/04/94	John Kress	Smithsonian Institution - NMNH - Department of Botany	EUA	01/05/94 a 30/06/94	PDBFF e 3 dias na identificação de plantas no herbário (Viagem prevista também para Porto Velho e Belém)	Pesquisa	Claude Gascon/Maria Lúcia Absy-Niro Higuchi
92	12/04/94	Scott Armbruster	Smithsonian Institution	EUA	01/05/94 a 30/06/94	PDBFF e 3 dias na identificação de plantas no herbário (Viagem prevista também para Porto Velho e Belém)	Pesquisa	Claude Gascon/Maria Lúcia Absy-Niro Higuchi
93	19/04/94	David Gregory Williams	Univ. Camberra (Austrália)	Austrália	25/06/94 a 16/12/94	pesquisas conjuntas no projeto "Ecologia de Ecossistemas Amazônicos"	Pesquisa	William Ernest Magnusson
94	22/04/94	Jeffrey Edward Richey	Univ. Washington	EUA	06/05/94 a 25/05/94	CAMREX". Discutir os detalhes da nova fase do Projeto (Conv. CNPq/NSF/INPA)	Discussão	Bruce Rider Forsberg
95	29/04/94	Colin John Brauner	Univ. British Columbia	Canadá	01/07/94 a 30/10/94	"ADVANCE-Adaptations and Vulnerability in the Amazon: Natural Changing Environments" Vai fazer seminários e treinamento no laboratório da CPBA.	Pesquisa	Adalberto Luis Val
96	03/05/94	Norbert Dockal	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	30/05/94 a 15/06/94	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia" (continuacao)	Assistência Técnica	Maria Gercília Mota Soares
97	11/05/94	Maurice Lourd	IRD - Orstom	França	21/05/94 a 30/06/94	"Extrativismo na Amazônia Central"	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz
98	11/05/94	Guy Couturier	IRD - Orstom	França	21/05/94 a 30/06/94	"Extrativismo na Amazônia Central"	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz
99	11/05/94	Laure Emperaire	IRD - Orstom	França	28/05/94 a 06/08/94	"Extrativismo na Amazônia Central" (?) Pesquisas nas reservas extrativistas de Cruzeiro do Sul (AC), Iranduba e Campus do INPA	Pesquisa	Danielle Mitja (INPA?)
100	11/05/94	Jean Paul-Lescure	IRD - Orstom	França	15/05/94 a 11/06/94	"Extrativismo na Amazônia Central" (?) Pesquisas no médio Juruá em relação com o MEB e no campus do INPA	Pesquisa	Danielle Mitja (INPA?)
101	13/05/94	Lucas Mott	Univ. Bodenkultur	Áustria	01/08/94 a 30/09/94	"Recuperação da Áreas Degradadas-Plantio de Castanheira-do-Brasil".	Estágio	João Baptista da Silva Ferraz
102	13/05/94	Melaine Krebs	Univ. Osnabrück	Alemanha	01/10/94 a 30/04/95	Projeto Ecologia Florestal: Recuperação de Áreas Degradadas"	Estágio	João Baptista da Silva Ferraz
103	18/05/94	Hamish Kimmins	Faculty of Forestry McMillan Building	Canadá	03/06/94 a 15/06/94	"Biomassa e Nutrientes em Florestas Manejadas-BIONTE"	Consultoria	Niro Higuchi
104	20/05/94	David John Randall	Univ. British Columbia	Canadá	01/08/94 a 30/09/94	"ADVANCE-Adaptations and Vulnerability in the Amazon: Natural Changing Environments"	Pesquisa	Adalberto Luis Val
105	26/05/94	Wilfried Paarmann	Fachhochschule Hildesheim/Holzminden/Göttingen	Alemanha	10/07/94 a 31/08/94	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Christopher Martius/José Albertino Rafael
106	26/05/94	Kirsten Ludecke	Univ. Göttingen	Alemanha	10/07/94 a 28/02/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Estágio	Christopher Martius/José Albertino Rafael
107	26/05/94	Jeffrey Albert Stratford	Southeastern Louisiana University	EUA	15/06/94 a 15/06/95	PDBFF"	Pesquisa	Claude Gascon/Niro Higuchi
108	26/05/94	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	15/06/94 a 15/06/95	PDBFF"	Pesquisa	Claude Gascon/Niro Higuchi

109	26/05/94	Raphael Didhan	The Natural History Museum (Londres)	Nova Zelândia	13/07/94 a 13/10/94	sub-projeto "Insetos"do "PDBFF" (prorrogação) Trata-se de um projeto coordenado por Nigel E. Stork	Pesquisa	Claude Gascon /Nigel Stork-Cláudio Ruy V. da Fonseca
110	07/06/94	Michael E. Mcclain	Univ. Washington	EUA	01/07/94 a 30/07/94	CAMREX - Biogeoquímica do Carbono no Rio Amazonas (Reservas Ducke e de Campina)	Doutorado	Bruce Rider Forsberg/Jeffrey Richey
111	07/06/94	Emilio Mayorga	Univ. Washington	Nicarágua	01/07/94 a 30/07/94	CAMREX - Biogeoquímica do Carbono no Rio Amazonas (Reservas Ducke e de Campina)	Mestrado	Bruce Rider Forsberg/Jeffrey Richey
112	15/06/94	Pierre Pucheu	Univ. Pierre et Marie Curie	França	01/07/94 a 31/07/94	Realizar um estágio na área de Botânica, no Laboratório de Fisiologia Vegetal.	Estágio	Maria Lúcia Absy
113	15/06/94	Florian Karl Wittmann	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/07/94 a 31/10/94	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /Maria Anete L. Rubin
114	28/06/94	Franz-Josef Risse	Univ. Bielefeld	Alemanha	25/08/94 a 30/12/94	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia"	Estágio	Maria Teresa Fernandez Piedade
115	21/07/94	Dar Alexander Roberts	Univ. California at Santa Barbara	EUA	15/08/94 a 15/09/94	sensoriamento remoto relacionada ao comportamento espectral de Folhas e dossel de florestas.	Pesquisa	Maria Lúcia Absy/Bruce W. Nelson-Gracimar P. de Araújo
116	01/08/94	Christopher Dick	Harvard University	EUA	05/08/94 a 31/10/94	o fluxo gênico e a estrutura genética de árvores tropicais , no "PDBFF" (tecidos de árvores em nitrogênio líquido)	Pesquisa	Claude Gascon/Paulo Kageyama-William Magnusson-Niro Higuchi
117	01/08/94	Mark Lomolino	Univ. Oklahoma	EUA	05/08/94 a 24/10/95	Efeitos da fragmentação da floresta no movimento de mamíferos no "PDBFF"	Pesquisa	Claude Gascon/William Magnusson-Maria Nazaré da Silva-Lucille Antony
118	04/08/94	David Bullington Clark	La Selva Biological Station (Org. for Tropical Studies) Costa Rica	EUA	15/09/94 a 20/11/94	Desenvolver atividades de ensino em ecologia florestal, no curso de Pós-Graduação do INPA e atividades, junto à CPEC.	Ensino	William E.Magnusson/Renato Cintra-Niwton Leal Filho
119	09/08/94	Deborah Clark	La Selva Biological Station (Organization for Tropical Studies) Costa Rica	EUA	15/09/94 a 20/11/94	Desenvolver atividades de ensino em ecologia florestal, no curso de Pós-Graduação do INPA e atividades, junto à CPEC.	Ensino	William Ernest Magnusson/Bolsa Rhae
120	29/08/94	Bárbara Edda Hofbauer	Estudante de biologia (?)	Áustria	01/10/94 a 31/12/94	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade/ Maria Anete L. Rubim
121	30/08/94	Arjan Nico Roos	Agricultural University	Holanda	01/09/94 a 31/05/95	Realizar um estágio em sistemas agroflorestais na Coordenação de Pesquisas em Ciências Agronômicas	Estágio	Johannes Van Leeuwen
122	06/10/94	Michel Grimaldi	INRA - Center de Rennes	França	06/11/94 a 13/11/94	Propriedades físicas dos solos em ecossistemas naturais e perturbados pela ação antrópica (pastagens , cultivo), no âmbito do projeto "Estudos das Modificações Ecológicas ligadas ao manejo Agrosilvicultural da Floresta"	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz/Lucille Antony

123	13/10/94	James Andrew Comiskey	Smithsonian Institution	EUA	24/10/94 a 23/01/95	PDBFF" sub-projeto "Árvores"	Pesquisa	Claude Gascon/Roger Hutchings-Renato Cintra
124	13/10/94	Jeffrey Albert Stratford	Southeastern Louisiana University	EUA	15/10/94 a 14/01/95	PDBFF" sub-projeto "Aves"	Pesquisa	Renato Cintra
125	25/10/94	Michael Judas	Univ. Göttingen	Alemanha	15/01/95 a 30/04/95	Biodiversidade de Cupins"	Pesquisa	Christopher Martius/Cláudio Ruy V. da Fonseca
126	07/11/94	Gerhard Erich Weber	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/11/94 a 30/12/94	Modelagem de dados sobre ciclagem de nutrientes no âmbito dos projetos INPA/Max-Planck/Programa SHIFT.	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade/Assad Darwich
127	08/11/94	Cord Fahrenhorst	Univ. Bonn	Alemanha	25/11/94 a 25/03/95	Realizar estágio na CPST, no projeto "Recuperação de Áreas Degradadas - Plantio de Castanheira-do-Brasil.	Estágio	Moacir Campos/João Baptista da Silva Ferraz
128	09/11/94	Simon Llewelyn Lewis	Univ. Cambridge	Inglaterra	02/01/95 a 24/10/95	PDBFF (Sub-projeto clareira e regeneração)	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra
129	22/11/94	Jeffrey Edward Richey	Univ. Washington	EUA	10/12/94 a 09/03/95	CAMREX - Biogeoquímica do Carbono nos Rios Amazônicos" - discutir o andamento do projeto com pesq. locais	Pesquisa	Bruce Rider Forsberg
130	05/01/95	Christopher Dick	Harvard University	EUA	20/01/95 a 19/01/96	PDBFF (efeitos da fragmentação da floresta sobre o fluxo gênico e a estrutura genética das árvores tropicais)	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra
131	05/01/95	Maria Miriti	Univ. Illinois	EUA	15/01/95 a 14/01/96	PDBFF (efeitos da dispersão de sementes sobre a regeneração florestal)	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra
132	10/01/96	Yves Lucas	IRD - Orstom (Université Toulon-Var)	França	15/02/95 a 28/02/95	Discutir com os pesq. da CPEC a continuidade dos programas do convênio INPA/CNPq/Orstom	Discussão	Thierry Desjardins /Flávio Luizão-João Baptista da S. Ferraz
133	10/01/95	Sam Savin	Case Western Reserve University (Ohio)	EUA	15/02/95 a 30/02/95	Discutir com os pesquisadores da CPEC a continuidade dos programas do convênio INPA/CNPq/Orstom	Discussão	Thierry Desjardins /Flávio Luizão-João Baptista da S. Ferraz
134	18/01/95	Susanne S.Renner	Institut für Spezielle	Alemanha	01/03/95 a 31/03/95	Flora e Vegetação da Amazônia Central (convênio INPA/ODA).	Pesquisa	Mike Hopkins/Maria Lúcia Absy
135	06/02/95	Wilfried Paarmann	Fachhochschule Hildesheim/Holzmind en/Göttingen	Alemanha	15/02/95 a 14/05/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (conv.CNPq/INPA/MPG)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
136	06/02/95	Ulrich Simmat	Fachhochschule Hildesheim/Holzmind en/Göttingen	Alemanha	15/02/95 a 14/05/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (convênio CNPq/INPA/MPG)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
137	08/02/95	Douglas C. Daly	NYBG	EUA	01/03/95 a 31/03/95	Flora e Vegetação da Amazônia Central (convênio INPA/ODA).	Pesquisa	Mike Hopkins/Maria Lúcia Absy
138	21/02/95	Martina Thea Lohmann		Alemanha	20/03/95 a 20/03/97	Sucessão Vegetal em Áreas Recuperadas da Amazônia".	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz
139	22/02/95	Arjan Nico Roos	Agricultural University (Universidade Agrária de Wageningen)	Holanda	22/03/95 a 20/08/95	Dar continuidade ao seu estágio sobre Sistemas Agroflorestais na Coordenação de Pesquisa em Ciência Agronômicas .	Estágio	Johannes Van Leeuwen
140	23/02/95	Eric Blanchart	IRD - Orstom (Centre du Fort de France)	França	20/03/95 a 03/04/95	Estudo da fauna do solo (minhoca, cupins, formigas, et...) (Conv. INPA/CNPq/ORSTOM)	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz/Flávio Luizão

141	24/02/95	Patrick Lavelle	IRD - Orstom (Bondy)	França	19/03/95 a 25/03/95	Papel dos processos biológicos na degradação e regeneração dos solos da Amazônia (Conv. INPA/CNPq/ORSTOM)	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz/Flávio Luizão
142	16/03/95	William R. Driedzic	Mount Alisson University	Canadá	01/05/95 a 30/06/95	a bioquímica de vários organismos tolerantes à hipoxia.	Pesquisa	Vera M.F.A. e Val
143	12/04/95	David Terault	Univ. Oklahoma	EUA	15/04/95 a 15/06/95	Efeitos da fragmentação da floresta no movimento de mamíferos no "PDBFF"	Doutorado	Claude Gascon/Mark Lomolino-Renato Cintra
144	12/04/95	Kellen Ann Gilbert	Southeastern Louisiana University	EUA	10/06/95 a 10/09/95	Efeitos da fragmentação da floresta no movimento de mamíferos no "PDBFF"	Pesquisa	Renato Cintra/Silvia Egler
145	12/04/95	Melissa Songer	Univ. Oklahoma	EUA	15/04/95 a 15/06/95	Efeitos da fragmentação da floresta no movimento de mamíferos no "PDBFF"	Doutorado	Claude Gascon/Mark Lomolino-Renato Cintra
146	12/04/95	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	10/06/95 a 10/09/95	Efeitos da fragmentação da floresta no movimento de pássaros no "PDBFF"	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra-Silvia Egler
147	02/05/95	Roman Klune	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	02/05/95 a 30/11/95	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia"	Estágio	Maria Teresa Fernandez Piedade /Maristela Farias
148	05/05/95	Erik Arndt	Univ. Leipzig	Alemanha	23/07/95 a 26/08/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
149	05/05/95	Hubert Hofer	Staatliches Museum für Naturkunde Karlsruche	Alemanha	25/06/95 a 14/07/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (PPI 3430)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
150	12/05/95	Tatjana Jensen		Alemanha	12/05/95 a 15/06/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (coleopteros carabidae na Reserva Ducke)	Estágio	Cláudio Ruy V. da Fonseca
151	15/05/95	David Bullington Clark	La Selva Biological Station (OTS) Costa Rica	EUA	14/07/95 a 14/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Renato Cintra
152	15/05/95	John Terborgh	Ducke University	EUA	14/07/95 a 14/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Renato Cintra
153	15/05/95	Jonathan Coddington	Smithsonian Institution	EUA	14/07/95 a 14/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Renato Cintra
154	16/05/95	Geraldine Weissrock	Ecole National Sup. Agronomique de Montpellier	França	01/07/95 a 31/07/95	Solos, Agrosilvicultura e Fitotecnia junto à coordenação de pesquisa em ciências Agronomicas	Estágio	Sônia Sena Alfaia
155	16/05/95	Christine Gaullier	Ecole National Sup. Agronomique de Montpellier	França	01/07/95 a 31/07/95	Solos, Agrosilvicultura e Fitotecnia junto à Coordenação de Pesquisa em Ciências Agronômicas.	Estágio	Sônia Sena Alfaia
156	25/05/95	Harold A. Stewart	Univ. Mississipi	EUA	30/08/95 a 12/09/95	Ministrar a disciplina "Processamento da madeira", do curso de esp. Lato Sensu.	Ensino	Estevão Vicente C. M.de Paula
157	06/06/95	Nicole Armbruster	Univ. Oldenburg	Alemanha	21/06/95 a 21/09/95	INPA/MAX PLANCK, Progama SHIFT de Coordenação Brasil/Alemanha.	Estágio	Maria Teresa Fernandez Piedade /Maristela Farias
158	12/06/95	Benedikt Schmidt	Univ. Basel	Suiça	15/07/95 a 16/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazônica	Curso de Campo	Claude Gascon/Renato Cintra
159	12/06/95	Adolfo Amézquita Torres	Univ. Los Andes - Colombia	Colômbia	15/07/95 a 16/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Claude Gascon/Renato Cintra

160	12/06/95	Cecilia Maria Sanchez Garduno	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México	México	15/07/95 a 16/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Claude Gascon/Renato Cintra
161	12/06/95	Edjuly Marquez	Univ. Simon Bolivar	Venezuela	15/07/95 a 16/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Claude Gascon/Renato Cintra
162	12/06/95	Karen Braun	Universidade de Buenos Aires (UBA)	Argentina	15/07/95 a 16/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Claude Gascon/Renato Cintra
163	12/06/95	Luis Alberto Acosta Moreno	Univ. Javeriana	Colômbia	15/07/95 a 16/08/95	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Claude Gascon/Renato Cintra
164	14/06/95	Bri J Gopal	Escola de Ciências Ambientais Jawaharlal Nehru (Nova Delhi)	Índia	01/07/95 a 21/07/95	Consultoria sobre fluorescência e análise de infravermelho aplicadas ao estudo da produção primária de macrófitas aquáticas.	Consultoria	Maria Teresa Fernandez Piedade
165	14/06/95	Carol Gracie	NYBG	EUA	14/07/95 a 24/07/95	Flora e Vegetação da Amazônia Central. Identif. de material botânico no herbário e coletas na Reserva Ducke (INPA/ODA)	Pesquisa	Aldaléa Sprada Tavares/Mike Hopkins
166	14/06/95	Scott M. Mori	NYBG	EUA	14/07/95 a 24/07/95	Flora e Vegetação da Amazônia Central. Identif. de material botânico no herbário e coletas na Reserva Ducke (INPA/ODA)	Pesquisa	Aldaléa Sprada Tavares/Mike Hopkins
167	19/06/95	Karsten Holzkamp	George August Universitat Gottingen	Alemanha	19/07/95 a 21/02/96	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Estágio	Cláudio Ruy V. da Fonseca
168	19/06/95	Wilfried Paarmann	Fachhochschule Hildesheim/Holzminden/Göttingen	Alemanha	19/07/95 a 19/08/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
169	27/06/95	Jessica Budds	Univ. Glasgow (Institute of Latin American Studies)	Inglaterra	01/11/95 a 01/06/96	Desenvolver estágio de pesquisa, no sub-projeto "Reserva Ducke" da Coord. De Educação Ambiental do INPA.	Estágio	Luiz Carlos de Miranda Joels/Christine Storey
170	27/06/95	Miroslav Honzák	Univ. College of Swansea	Tchecoslová	15/07/95 a 30/08/95	"ABRACOS (Balanço de energia, vapor d´água e CO2 para a Amazônia Central - PPI 5280) Especialista em sens. remoto	Pesquisa	Ary Marques Filho /Bruce Nelson-Ieda Amaral-Carlos Nobre
171	27/06/95	Richard Lucas	Univ. College of Swansea	Inglaterra	15/07/95 a 30/08/95	"ABRACOS (Balanço de energia, vapor d´água e CO2 para a Amazônia Central - PPI 5280) Especialista em sens.remoto	Pesquisa	Ary Marques Filho /Bruce Nelson-Ieda Amaral-Carlos Nobre
172	13/07/95	Michael Nee	NYBG (Herbarium)	EUA	01/08/95 a 30/09/95	Flora e Vegetação da Amazônia Central. Identif. de material botânico no herbário e coletas na Reserva Ducke (INPA/ODA)	Pesquisa	Aldaléa Sprada Tavares/Mike Hopkins
173	03/08/95	Bie Musze	Gorlaeus Laboratorie	Holanda	15/09/95 a 15/03/96	"Interações organismo-Ambiente e Evolução Orgânica" (PPI 3420)	Pesquisa	Vera M.F.A. e Val
174	11/08/95	Theodore Garland	Univ. Wisconsin	EUA	10/11/95 a 31/11/95	Ministrar a disciplina "Análise Filogenética de dados Ecologicos".	Ensino	William Ernest Magnusson/Édson Lóssi
175	18/08/95	Gerhard Erich Weber	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	28/08/95 a 04/10/95	INPA/MAX-PLANCK, prog. SHIFT, dentro dos estudos de produção primária (Lago Camaleão, Ilha da Marchantaria)	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares/Maria Teresa Fernandez Piedade
176	18/08/95	Johannes Cullmann	Universidade Técnica de Dresden	Alemanha	01/09/95 a 28/02/96	Produção Primária e Fotossíntese em Sistemas Florestais e Áreas Inundáveis da Amazônia"	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares/Uwe Thein

177	18/08/95	Stuart L. Pimm	Univ. Tennessee	EUA	26/10/95 a 26/11/95	Ministrar disciplina "Tópico especial em Ecologia e Manejo da Biodiversidade" (visitas à R. Ducke e ao PDBFF)	Ensino	William Ernest Magnusson/Edson Léssi
178	18/08/95	Paul J. M. Maas	Univ. Utrecht	Holanda	01/10/95 a 15/11/95	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Aldaléa Sprada Tavares/Mike Hopkins
179	12/09/95	Hiltje Maas-Van Der Kramer	Univ. Utrecht	Holanda	01/10/95 a 15/11/95	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Aldaléa S.Tavares /Mike Hopkins-Mauro Miralha
180	25/09/95	Hubert Hofer	Staatliches Museum für Naturkunde Karlsruche	Alemanha	15/10/95 a 15/11/95	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Christopher Martius /Cláudio Ruy V. da Fonseca
181	25/09/95	Annie B.Narahara	Univ. Wyoming	EUA	15/11/95 a 20/12/95	Ministrar Seminários sobre "Ecotoxicologia".	Ensino	Adalberto Luís Val
182	25/09/95	Richard J. Gonzalez	Univ. San Diego	EUA	10/11/95 a 10/01/96	Interações Organismo-Ambiente e Evolução Orgânica".	Pesquisa	Adalberto Luís Val
183	25/09/95	Harold L. Bergman	Univ. Wyoming	EUA	15/11/95 a 20/12/95	Ministrar Seminários sobre "Ecotoxicologia".	Ensino	Adalberto Luís Val
184	25/09/95	Roderick W. Wilson	Univ. Exeter Manchester	Inglaterra	10/11/95 a 10/01/96	"Interações Organismo-Ambiente e Evolução Orgânica".	Pesquisa	Adalberto Luís Val
185	25/09/95	Christopher M. Wood	McMaster University	Canadá	10/11/95 a 10/01/96	"Interações Organismo-Ambiente e Evolução Orgânica".	Pesquisa	Adalberto Luís Val
186	25/09/95	Patrick Marjorie	McMaster Univ.	Canadá	10/11/95 a 10/01/96	"Interações Organismo-Ambiente e Evolução Orgânica".	Pesquisa	Adalberto Luís Val
187	25/09/95	Cornelius C. Berg	Univ. Bergen	Noruega	30/10/95 a 01/12/95	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Aldaléa Sprada Tavares/Mike Hopkins
188	26/09/95	Matthias Koschorreck	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/11/95 a 01/11/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (PPI 3210)	Pesquisa	Wolfgang Junk/Maria Gercília Mota Soares
189	27/09/95	Irmgard Adis	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/11/95 a 31/03/96	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (coleta de invertebrados terrestres em áreas inundáveis)	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares
190	27/09/95	Joachim Adis	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/11/95 a 31/03/96	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares
191	06/10/95	Peter Trüby	Univ. Freiburg (Institut fur Bodenkunde)	Alemanha	17/10/95 a 17/11/95	Sistema de Produção e Estudo dos Processos de Degrad., Recup. e Reconst.de Ecossistemas Florestais"	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz
192	19/10/95	Carl F. Jordan	Univ. Georgia-Athens	EUA	25/11/95 a 10/12/95	Realizar consultoria na área de Celulose e Carvão Vegetal.	Consultoria	Antonio de Azevedo Corrêa
193	19/10/95	Edgar F. Rummel	Univ. Georgia-Athens	EUA	25/11/95 a 10/12/95	Realizar consultoria na área de Celulose e Carvão Vegetal.	Consultoria	Antonio de Azevedo Corrêa
194	26/10/95	Andrew J. Henderson	NYBG	EUA	10/11/95 a 30/11/95	Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Bruce Walker Nelson/Aldaléa Sprada Tavares-Mike Hopkins
195	03/11/95	Charles Handley	Smithsonian Institution	EUA	02/01/96 a 01/04/96	PDBFF (sub-projeto morcegos)	Pesquisa	Renato Cintra
196	03/11/95	Elizabeth Kalko	Univ. Tuebingen	Alemanha	02/01/96 a 01/04/96	PDBFF (sub-projeto morcegos)	Pesquisa	Renato Cintra

197	03/11/95	Jean Paul Metzger	Enssib (Ecole Nation. Super. Des sciences de la infom. Et des bibliot)	França	05/01/96 a 15/01/96	Visitar-nos e manter contatos científicos com pesquisadores deste instituto.	Visita	Luiz Carlos de Miranda Joels/Bruce Walker Nelson
198	03/11/95	Matthew Bryan Hamilton	Smithsonian (NZP/Molecular Genetics Laboratory)	EUA	01/12/95 a 01/03/96	PDBFF (Sub-projeto "Genetic Diversity")	Pesquisa	Renato Cintra
199	03/11/95	Ghillean Tolmie Prance	Royal Botanic Garden (KEW)	Inglaterra	20/11/95 a 01/12/95	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Aldaléa Sprada Tavares/Mike Hopkins
200	03/11/95	Guido Van Den Thilard	Univ. Leiden	Holanda	20/11/95 a 20/12/95	"Interações Organismo/Ambiente e Evolução"	Pesquisa	Vera M.F.A. e Val
201	14/11/95	Uwe Krumme	Max-Planck Institut Fur Limnologie (?)	Alemanha	01/01/96 a 31/03/96	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (PPI 3430)	Estágio	Cláudio Ruy V. da Fonseca/Joachi Adis
202	14/11/95	Terje Sortun	Univ. Aberdeen	Inglaterra	01/11/95 a 31/10/96	"Estudo da Biomassa e Nutrientes de Ecossist. Florestais da Amazônia Central".	Estágio	Niro Higuchi/João Baptista da Ilva Ferraz
203	27/11/95	Georg Irion	Senckenberg Institut	Alemanha	16/01/96 a 15/02/96	Sedimentodologia de Rios e Lagos Amazônicos" (Santarém e Amanã - Tefé) (A influência do pulso de cheias e...	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares/José Alberto S. N. de Mello
204	27/11/95	Gertrud Keim	Senckenberg Institut	Alemanha	16/01/96 a 15/02/96	Sedimentodologia de Rios e Lagos Amazônicos" (Santarém e Amanã - Tefé)	Doutorado	Maria Gercília Mota Soares/José Alberto S. N. de Mello
205	27/11/95	Katrin Vohland	Max-Planck Institut Fur Limnologie (?)	Alemanha	01/01/96 a 30/05/98	Impacto do pulso de inundação, as populações de diplopoda e pseudoscorpiones"	Doutorado	Joachim Adis-Wolfgang Junk/Elizabeth Franklin
206	13/12/95	Wilfried Paarmann	Fachhochschule Hildesheim/Holzmind en/Göttingen	Alemanha	06/02/96 a 05/03/96	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
207	13/12/95	Burkhard Gutzmann	Fachhochschule Hildesheim	Alemanha	06/02/96 a 30/08/96	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical"	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
208	18/12/95	Simon Llewelyn Lewis	Univ. Cambridge	INGLATERRA	16/01/96 a 15/01/97	PDBFF (Clareiras e regeneração: uma comparação de floresta contínua e fragmentos)	Pesquisa	Renato Cintra
209	09/01/96	Marcus William Edward Adams	Royal Botanic Garden (KEW)	EUA	01/02/96 a 31/03/96	Flora e vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda/Aldaléa-Mike Hopkins
210	18/01/96	John Kress	Smithsonian Institution - NMNH - Department of Botany	EUA	20/01/96 a 31/02/96	Efeitos da Fragmentação da floresta sobre a estrutura genética de Heliconia e palmeiras	Pesquisa	Renato Cintra
211	18/01/96	William Hahn	Smithsonian Institution	EUA	20/01/96 a 31/02/96	Efeitos da Fragmentação da floresta sobre a estrutura genética de Heliconia e palmeiras	Pesquisa	Renato Cintra
212	23/01/96	Christopher Dick	Harvard University	EUA	19/01/96 a 30/09/96	o fluxo gênico e a estrutura genética de árvores tropicais , no "PDBFF" (tecidos de árvores em nitrogênio líquido)	Pesquisa	Renato Cintra
213	23/01/96	Stewart Hine	The Natural History Museum	Inglaterra	28/01/96 a 17/02/96	PPI-3410.	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca

214	23/01/96	Peter Hammond	The Natural History Museum	Inglaterra	28/01/96 a 17/02/96	PPI-3410.	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
215	24/01/96	Ellen Andresen	Univ. Florida	EUA	01/05/96 a 01/05/97	PDBFF (The fate of mammal-dispersed seeds in a tropical rainforest in Central Amazonian)	Pesquisa	Renato Cintra
216	24/01/96	Jeffrey Chambers	Univ. Califórnia	EUA	01/02/96 a 01/08/96	PDBFF e do sub-projeto Bionte	Pesquisa	Renato Cintra/ Flávio Luizão-Niro Higuchi
217	24/01/96	Susan Laurance	Tropical Forest Research Centre (Austrália)	Austrália	01/04/96 a 01/04/98	PDBFF (Distrib., abundância e dinâmica populacional de árvores em uma floresta de terra firme na Amazônia Central)	Pesquisa	Renato Cintra/ Roger Hutchings
218	24/01/96	William Laurance	Tropical Forest Research Centre (Austrália)	EUA	01/04/96 a 01/04/98	PDBFF (Distrib., abundância e dinâmica populacional de árvores em uma floresta de terra firme na Amazônia Central)	Pesquisa	Renato Cintra/ Roger Hutchings
219	08/02/96	Thibaud Decaens	IRD - Orstom (aluno)	França	15/02/96 a 27/02/96	Estudo da fauna do solo (minhocas, cupins, formigas, etc..) em ecossistemas naturais e perturbados pela ação antrópica	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz/Regina Luizão
220	08/02/96	Eric Blanchart	IRD - Orstom (Centre du Fort de France)	França	09/03/96 a 23/03/96	Estudo da fauna do solo (minhocas, cupins, formigas, etc..) em ecossistemas naturais e perturbados pela ação antrópica	Pesquisa	João Baptista da Silva Ferraz/Flávio Luizão-Lucille Antony
221	08/02/96	Gerhard Gottsberger	Abteilung Spezielle Botanik	Alemanha	07/03/96 a 27/03/96	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (PPI 3430)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
222	08/02/96	Brigitte Gottsberger	Abteilung Spezielle Botanik	Alemanha	07/03/96 a 27/03/96	Mecanismos de Preservação da Diversidade Tropical (PPI 3430)	Pesquisa	Cláudio Ruy V. da Fonseca
223	22/02/96	Leo Junikka	Univ. Helsinki	FINLÂDIA	25/03/96 a 05/05/96	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Aldaléa Sprada Tavares/Aldaléa-Mike Hopkins
224	04/03/96	Peter H. Adler	Univ. Clemson	EUA	01/06/96 a 30/06/96	Participar como orientador, do desenv. da tese de doutorado de Neusa Hamada (Manaus, Pres. Figueiredo e Novo Airão).	Pesquisa	José Albertino Rafael
225	07/03/96	Pia Parolin	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	29/03/96 a 30/11/96	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (crescimento e produtiv. de 6 espécies de árvores da várzea da AC)	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares
226	03/04/96	Jonh W. Mccreadie	Univ. Clemson	EUA	01/10/96 a 30/10/96	Participar como orientador, do desenvolvimento da tese de doutorado de Neusa Hamada (Amazonas e Roraima).	Pesquisa	José Albertino Rafael
227	26/04/96	Hind Benlekhal	Univ. Pierre et Marie Curie	França	20/06/96 a 05/08/96	Realizar estágio na Coordenação de Pesquisas em Botânica deste Instituto.	Estágio	Edelcílio Marques Barbosa
228	06/05/96	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	10/06/96 a 15/09/96	PDBFF (Habitat associations of several species of terrestrial insectivorous birds in a disturbed ladscape matrix)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
229	28/05/96	Jeffrey Albert Stratford	Southeastern Louisiana University	EUA	10/06/96 a 10/09/96	PDBFF (Habitat associations of several species of terrestrial insectivorous birds in a disturbed ladscape matrix)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon/Phillip Stouffer
230	03/06/96	Matthew Bryan Hamilton	Smithsonian (NZP/Molecular Genetics Laboratory)	EUA	25/06/96 a 25/09/96	PDBFF (genética de árvores)	Pesquisa	Renato Cintra

231	05/06/96	Florian Karl Wittmann	Max-Planck Institut Fur Limnologie (Univ. Manheim)	Alemanha	15/05/96 a 15/08/96	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis 3220 (A influência do pulso de cheias e ...(PPD 0986/95)	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares
232	10/06/96	Deborah Clark	La Selva Biological Station (Organization for Tropical Studies) Costa Rica	EUA	05/07/96 a 05/09/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo2	Renato Cintra/Claude Gascon
233	10/06/96	John Coddington	Smithsonian (NMNH)	EUA	05/07/96 a 05/09/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo2	Renato Cintra/Claude Gascon
234	13/06/96	Martha Elena R. Medina	CIELAT - Centro de Investig. Ecológicas de los Andes Tropic.	Venezuela	05/07/96 a 05/09/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
235	13/06/96	Katia Alejandra Caro Ferreyra	UNMSM - Museo de Historia Natural	Perú	05/07/96 a 05/09/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
236	13/06/96	Mireya Patricia C. Sanchez	Univ. Javeriana	Colômbia	05/07/96 a 05/09/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
237	13/06/96	Terezita Ines Lama Scolo	Univ. Nacional de Tucuman	Argentina	05/07/96 a 05/09/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
238	26/06/96	Pedro Acevedo	Smithsonian Institution (NMNH)	EUA	05/07/96 a 05/10/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica e excursão ao Rio Negro para coletas botânicas	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon/Mauro Miralha
239	26/06/96	Marguerite Reder	SILVOLAB (Centre de Documentation)	Guiana Francesa	27/06/96 a 07/07/96	Visita e intercâmbio de informações bibliográficas	Visita	João Baptista da Silva Ferraz
240	27/06/96	Rodolfo Dirzo	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México	México	15/07/96 a 14/08/96	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Renato Cintra/Claude Gascon
241	23/07/96	Hubert Keckeis	Univ. Vienna	Áustria	06/08/96 a 16/08/96	Excursão-curso de campo na região da várzea ilha da marchantaria e lagos de água preta do Rio Negro	Curso de Campo	Elsa Hardy
242	23/07/96	Fritz Schiemer	Univ. Vienna	Áustria	06/08/96 a 16/08/96	Excursão-curso de campo na região da várzea ilha da marchantaria e lagos de água preta do Rio Negro	Curso de Campo	Elsa Hardy
243	23/07/96	Martin Dokulil	Univ. Vienna - Zoological Institute	Áustria	06/08/96 a 16/08/96	Excursão-curso de campo na região da várzea ilha da marchantaria e lagos de água preta do Rio Negro	Curso de Campo	Elsa Hardy
244	23/07/96	Georg Janauer	Univ. Vienna	Áustria	06/08/96 a 16/08/96	Excursão-curso de campo na região da várzea ilha da marchantaria e lagos de água preta do Rio Negro	Curso de Campo	Elsa Hardy
245	23/07/96	Uwe Humpesh	Univ. Vienna	Áustria	06/08/96 a 16/08/96	Excursão-curso de campo na região da várzea ilha da marchantaria e lagos de água preta do Rio Negro	Curso de Campo	Elsa Hardy
246	23/07/96	Manfred Bobek	Univ. Vienna	Áustria	06/08/96 a 16/08/96	Excursão-curso de campo na região da várzea ilha da marchantaria e lagos de água preta do Rio Negro	Curso de Campo	Elsa Hardy
247	29/07/96	Karl Christoph Graffmann	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	20/08/96 a 19/08/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares

248	29/07/96	Ewald Müller	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/08/96 a 30/07/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (ecofisiologia de plantas, fotossíntese de árvores de várzea e prod.primária	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares
249	06/08/96	Dominik Schulz-Burck	Univ. Mainz (Inst. Spez. Bot)	Alemanha	10/08/96 a 15/09/96	Continidade da tese de mestrado (Polen de Siparuna (Monimiaceae)	Mestrado	Ires P. de A Miranda /Susanne Renner
250	15/08/96	James I. Morison	Univ. ESSEX	Inglaterra	02/11/96 a 30/11/96	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (medição de fluxos de CO2 e água em stands de Echinochloa polystachya)	Pesquisa	Maria Gercília de Andrade/Maria Teresa Fernandez Piedade
251	19/08/96	Jeffrey Chambers	Univ. Califórnia	EUA	20/09/96 a 19/03/97	PDBFF e do sub-projeto Bionte	Pesquisa	Renato Cintra/ Flávio Luizão-Niro Higuchi
252	29/08/96	Jessica Budds	Univ. Glasgow	Inglaterra	01/11/96 a 31/06/97	Estágio de pesquisa no projeto "Ações educativas sobre água potevel no bairro vale do amanhecer"	Estágio	Luiz Carlos de Miranda Joels
253	02/09/96	Tarun Banerjee	Univ. Banaras Hindu	Índia	01/05/97 a 30/06/97	Discutir resultados de pesquisa do Laboratório de Ecofisiologia e Evolução Molecular.- Discussão com alunos	Discussão	Adalberto Luís Val
254	09/09/96	Joachim Adis	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/09/96 a 30 09/96	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (discutir andamento das teses de Maristela Amorim e Katrin Vohland)	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares/Katrin Vohland-Maristela Amorim
255	07/10/96	Charles Handley	STRI	EUA	01/11/96 a 01/01/97	PDBFF (Effects of fragmentation on the structure and diversity of bat communities in Amazonian tropical rain forest)	Pesquisa	Claude Gascon/Érica Sampaio-Renato Cintra
256	07/10/96	Elizabeth Kalko	STRI	EUA	01/11/96 a 01/10/97	PDBFF (Effects of fragmentation on the structure and diversity of bat communities in Amazonian tropical rain forest)	Pesquisa	Claude Gascon/Érica Sampaio-Renato Cintra
257	08/10/96	Jean Louis Guillaumet	IRD - Orstom	França	15/10/96 a 05/11/96	Ministrar parte da disciplina "Ecologia Florestal" (PG-INPA).	Ensino	João Baptista da Silva Ferraz
258	05/11/96	Emilio Miguel Bruna	Univ. California – Div. of Environmental Studies (bolsista SI)	EUA	01/01/97 a 30/06/97	PDBFF (The effects of forest fragmentation on mating patterns and populations strctures of tropical plants)	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra
259	05/11/96	John Kress	Smithsonian Institution - NMNH - Department of Botany	EUA	01/01/97 a 30/03/97	PDBFF (The effects of forest fragmentation on mating patterns and populations strctures of tropical plants)	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra
260	12/11/96	Katrin Vohland	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	14/12/96 a 13/06/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares
261	20/11/96	James Bogart	Univ. Guelph	Canadá	10/01/97 a 09/04/97	PDBFF (The Genetic and ecological response of frog populations to forest fragmentation in the Manaus Area"	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra
262	28/11/96	Takuya Abe	Univ. Kyoto	Japão	20/01/97 a 10/02/97	Discutir e elaborar um futuro projeto de cooperação técnico-científica, entre o INPA e a Universidade de Kyoto.	Discussão	Christopher Martius
263	28/11/96	Tesushi Inoue	Univ. Kyoto	Japão	20/01/97 a 10/02/97	Discutir e elaborar um futuro projeto de cooperação técnico-científica, entre INPA e a Universidade de Kyoto.	Discussão	Christopher Martius

264	28/11/96	Masahiko Higashi	Univ. Kyoto	Japão	20/01/97 a 10/02/97	Discutir e elaborar um futuro projeto de cooperação técnico-científica, entre INPA e a Universidade de Kyoto.	Discussão	Christopher Martius/Cláudio Ruy
265	28/11/96	Norio Yamamura	Univ. Kyoto	Japão	20/01/97 a 10/02/97	Discutir e elaborar um futuro projeto de cooperação técnico-científica, entre INPA e a Universidade de Kyoto.	Discussão	Christopher Martius/Cláudio Ruy
266	06/02/97	William Driedzic	Univ. Mount Allisson	Canadá	15/05/97 a 15/07/97	PPI # 3240.	Pesquisa	Vera M.F.A. e Val
267	06/02/97	Bruce Sidell	Univ. Marine	EUA	15/05/97 a 15/07/97	PPI # 3240.	Pesquisa	Vera M.F.A. e Val
268	13/02/97	John Bailey	Univ. Mount Allisson	Canadá	15/05/97 a 15/07/97	PPI # 3240.	Pesquisa	Vera M.F.A. e Val
269	06/02/97	Jenny West	Univ. Mount Allisson	Canadá	15/05/97 a 15/07/97	PPI # 3240.	Pesquisa	Vera M.F.A. e Val
270	02/07/97	Katell Uguen	IRD - Orstom/Lest	França	01/04/97 a 01/04/98	tese de doutorado: Influência dos tipos de liteira sobre o nitrogênio do solo em sistemas agroflorestais na Amaz. Central	Doutorado	Flávio Luizão/Thierry Desjardin/France Bernhard-Reversat
271	26/02/97	Garry Bruce Williamson	Southeastern Louisiana University	EUA	01/03/97 a 15/01/98	PDBFF e Curso de pós-Graduação em Ecologia	Ensino	Renato Cintra/Regina Luizão
272	10/03/97	Ellen Andresen	Smithsonian Institution	EUA	01/05/97 a 01/05/98	sub-projeto "Dispersão de Sementes"do "PDBFF".	Pesquisa	Claude Gascon/Renato Cintra
273	10/03/97	Joachim Adis	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/04/97 a 30/04/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares/ Maristela-Vohland
274	10/03/97	Ramiro Barriga	Escuela Politencnica Nac.	Equador	07/09/97 a 24/10/97	Realizar uma visita técnica ao INPA.	Visita	Ilse Walker
275	18/03/97	Ruth Waldick	McMaster University	Canadá	01/05/97 a 01/10/97	PDBFF (Ecological and evolutionary implications of forest fragmentation for neotropical primate populations)	Pesquisa	Renato Cintra
276	21/03/97	Johannes Cullmann	Univ. Técnica de Dresden	Alemanha	01/06/97 a 30/12/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Estágio	Maria Gercília Mota Soares/Assad Darwich
277	24/03/97	Graciela Garcia-Guzmán	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	08/09/97 a 08/12/97	PDBFF - Frequency and Diversity of Seedling Pathogen Infection in Fragmented and Successional Vegetation)	Pesquisa	Claude Gascon/Isolde Ferraz-Renato Cintra
278	24/03/97	Julieta Benitez	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	08/09/97 a 08/12/97	PDBFF - Frequency and Diversity of Seedling Pathogen Infection in Fragmented and Successional Vegetation	Pesquisa	Claude Gascon/Isolde Ferraz-Renato Cintra
279	03/04/97	Maria Pilar Monteiro	Instituto del Frio	Espanha	15/05/97 a 14/06/97	Realizar visita técnica ao INPA, na área de Tecnologia de Pescado, bem como, ministrar treinamento técnico.	Visita	Nilson de Aguiar Carvalho
280	03/04/97	Jeffrey Chambers	Univ. Califórnia	EUA	09/06/97 a 08/09/97	PDBFF (Decomposition dynamics of dea wood in primary evergreen rain forest of the Amazon Basin) RCM 09/96	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
281	22/04/97	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	01/06/97 a 01/09/97	PDBFF (Effects of fragmentation on the structure and diversity of bat communities in Amazonian tropical rain forest)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon

282	22/04/97	Cheryl Marie Strong	Southeastern Louisiana University	EUA	01/06/97 a 30/09/97	PDBFF (Effects of fragmentation on the structure and diversity of bat communities in Amazonian tropical rain forest)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
283	22/04/97	David Bullington Clark	La Selva Biological Station (OTS) Costa Rica	EUA	13/07/97 a 15/08/97	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Renato Cintra/Claude Gascon
284	22/04/97	Jonathan Coddington	Smithsonian Institution	EUA	13/07/97 a 15/08/97	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo 2	Renato Cintra/Claude Gascon
285	30/04/97	Katrin Vohland	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/06/97 a 30/09/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares
286	30/04/97	Jacqueline Dockray	McMaster University	Inglaterra	15/05/97 a 14/08/97	PDBFF (Ecological and evolutionary implications of forest fragmentation for neotropical primate populations)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
287	05/08/97	Tarun Banerjee	Univ. Banaras Hindu	Índia	01/01/98 a 30/03/98	"Effect of Crude Oil on Fish Respiration".	Pesquisa	Adalberto Luis Val
288	09/05/97	James I. Morison	Univ. ESSEX	Inglaterra	02/06/97 a 25/06/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares/Maria Teresa Fernandes Piedade
289	12/05/97	Christopher Dick	Harvard University	EUA	15/06/97 a 15/09/97	PDBFF (Effect of habitat fragmentation on genetic diversity in neotropical forest trees)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
290	12/05/97	Terrence D. Pennington	Royal Botanic Garden	Inglaterra	01/08/97 a 31/08/97	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Ires Paula de A Miranda/Mike Hopkins
291	12/05/97	Ghillean Tolmie Prance	Royal Botanic Garden	Inglaterra	10/07/97 a 30/07/97	"Flora e Vegetação da Amazônia Central" (PPI 1-3510)	Pesquisa	Ires Paula de A Miranda/Mike Hopkins
292	19/05/97	Matthew Bryan Hamilton	Smithsonian Institution (NZP/Molecular Genetics Laboratory)	EUA	15/06/97 a 15/08/97	PDBFF (The effects of forest fragmentation on mating patterns and populations structure in tropical plants)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
293	22/05/97	Diego Perez	Univ. Missouri	EUA	15/06/97 a 15/09/97	PDBFF (Woody vines indicators of chronic disturbance in Amazonian forest fragmentation) Aprovado pelo CM (?)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
294	27/05/97	Matthias Christian Gunther Zerm	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/07/97 a 30/06/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis" (PPI 2-3220) (O impacto do pulso de inundação nas populações de Cincindelidae)	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares/Joachim Adis
295	27/05/97	Jaime L. Shann	Univ. Aberdeen	Alemanha	16/06/97 a 30/09/97	Dinâmica da Vegetação Amazônia".	Pesquisa	Flávio de Jesus Luizão
296	27/05/97	Terje Sortun	Univ. Aberdeen	Escócia	16/06/97 a 30/09/97	"Dinâmica da Vegetação Amazônica" (PPI 2-3530)	Estágio	Flávio de Jesus Luizão
297	27/05/97	Rebecca Toobs	Univ. Aberdeen	Escócia	16/06/97 a 30/09/97	"Dinâmica da Vegetação Amazônica".	Pesquisa	Flávio de Jesus Luizão
298	30/05/97	Hind Benlekhal	Univ. Pierre et Marie Curie	França	01/07/97 a 30/07/98	"Ecossistema do Ciclo do Carbono e da Água em Floresta Tropical na Amazônia" (PPI 8-3610)	Estágio	Edelcílio Marques Barbosa
299	03/06/97	Nicole Armbruster	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	21/07/97 a 28/01/98	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (PPI 2-3220)	Pesquisa	Maria Gercília Mota Soares

300	03/06/97	Danitza Moscoso Zambrano	Herbário Vargas (UNSAAC)	Perú	13/07/97 a 16/08/97	Curso de campo Ecologia da floresta amazônica	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
301	03/06/97	Diego A.Gilraldo-Cañas	SINCHI - Instituto Amaz. de Investig. Cientificas	Colômbia	13/07/97 a 16/08/97	Curso de campo Ecologia da floresta amazônica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
302	03/06/97	Diego Tirira Saa	Pontificia- Univ. Católica del Equador	Equador	13/07/97 a 16/08/97	Curso de campo Ecologia da floresta amazônica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
303	03/06/97	Luz Fernanda Jimenez S.	Univ. Nacional da Colombia	Colômbia	13/07/97 a 16/08/97	Curso de campo Ecologia da floresta amazônica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
304	04/06/97	Jo Makin	Univ. Aberdeen	Escócia	15/07/97 a 15/09/97	Manejo Florestal em Regime de Rendimento Sustentado (PPI 3-3120) Mamíferos	Estágio	Tânia M. Sanaiotti/Carlos Rittl
305	04/06/97	Colin Youg	Univ. Aberdeen	Escócia	15/07/97 a 15/12/97	Manejo Florestal em Regime de Rendimento Sustentado (PPI 3-3120) Mamíferos	Estágio	Tânia M. Sanaiotti/Carlos Rittl
306	12/06/97	Jean Louis Guillaumet	IRD - Orstom	França	15/09/97 a 15/12/97	"Estudo de Algumas palmeiras de interesse econômico da Amazônia".	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda
307	19/06/97	Hubert Keckeis	Univ. Vienna - Zoological Institute	Áustria	24/07/97 a 16/08/97	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Renato Cintra/Claude Gascon
308	18/06/97	Kellen Ann Gilbert	Southeastern Louisiana University	EUA	20/06/97 a 20/09/97	PDBFF (Endoparasitic infection in sympatric primates in forest fragment and continuous forest)	Pesquisa	Renato Cintra/Claude Gascon
309	19/06/97	Rodolfo Dirzo	Unam – Univ. Nac. Autonoma do Méxixo	México	15/07/97 a 30/07/97	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Renato Cintra/Claude Gascon
310	24/06/97	Colin John Brauner	Univ. British Columbia	Canadá	15/09/97 a 14/12/97	"Peixes da Amazônia e Seus Ambientes. A Biodiv. ,o Aproveitamento Econômico e os Efeitos da Ação Antrópicas".	Pesquisa	Adalberto Luis Val
311	24/06/97	Mathilakah M. Vijayan	Univ. British Columbia	Canadá	15/09/97 a 14/12/97	"Peixes da Amazônia e Seus Ambientes. A Biodiversidade, o Aproveitamento Econômico dos Efeitos da Ação Antrópicas".	Pesquisa	Adalberto Luis Val
312	24/06/97	Crystall Ballantyne	Esposa do Colin Brauner	Dinamarca	15/09/97 a 14/12/97	"Peixes da Amazônia e Seus Ambientes. A Biodiv., o Aproveitamento Econômico e os Efeitos da Ação Antrópicas".	Pesquisa	Adalberto Luis Val
313	01/07/97	Jeffrey Edward Podos	Univ. Arizona	EUA	13/08/97 a 30/01/98	Subprojeto "Comportamento de Comunicação em Inia geoffrensis".	Pesquisa	Adalberto Luis Val/ Vera Maria F. da Silva
314	08/07/97	James Aparicio Effren	Coleccion Boliviana de Fauna	Bolívia	13/07/97 a 16/08/97	Curso de campo Ecologia da floresta amazônica	Curso de Campo	Renato Cintra/Claude Gascon
315	15/07/97	Andrea Schlegel	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/08/97 a 01/08/98	EFAI, Subproj. "A influência do pulso (O impacto da umidade do solo no cresc. e na ativ. Fotos. de Echinochloa polystachya.	Mestrado	Maria Gercília Mota Soares/Maria Teresa Fernandez Piedade
316	15/07/97	Miroslav Honzák	Univ. Wales Singleton Park	Tchecoslov á	01/08/97 a 01/08/98	"Manejo Florestais em Regime de Rendimento Sustentado".	Pesquisa	Joaquim dos Santos/Antônio Donato Nobre

317	11/08/97	Volker Duzat	Univ. Oldenburg	Alemanha	01/10/97 a 30/09/98	Projeto da Rede de Informática do INPA - INPA-NET, Subcomponente B-5: Modernização da Computação e de Redes de Computadores do INPA.	Assistência Técnica	Jose Laurindo Campos dos Santos
318	21/08/97	Juerg Sonderegger		Suiça	01/07/97 a 30/08/98	Projeto das Coleções Zoológicas, dentro do contexto de Biodiv. na Amazônia.	Assistência Técnica	Paulo Petry
319	21/08/97	Deepthi Dissanayake	Royal Botanic Garden	Inglaterra	20/10/97 a 20/11/97	"Flora e Vegetação da Amazônia Central" (PPI 1-3510)	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda
320	29/08/97	Hayke Shauermann	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	03/10/97 a 20/11/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis", Subprojeto "A influência do pulso de cheias e Vazantes na Dinâmica Ecológia em Áreas Alagadas".	Estágio	Assad Darwich-Maria Gercília Mota Soares/Joachim Adis.
321	29/08/97	Karoline Kropatscheck	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	03/10/97 a 20/11/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Estágio	Assad Darwich/Joachim Adis.
322	17/09/97	Matthias Koschorreck	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	18/10/97 a 31/12/97	Estudos sobre o ciclo microbiano de nitrogênio no solo na ilha da Marchantaria.	Pesquisa	Assad Darwich /Wolfagang Junk
323	26/09/97	Angela Auerwald	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	05/11/97 a 15/12/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis", Subprojeto "A influência do pulso de cheias e Vazantes na Dinâmica Ecológia em Áreas Alagadas".	Doutorado	Maria Gercília Mota Soares/Assad Darwich
324	20/10/97	Gertrud Keim	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/11/97 a 15/12/97	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis" Sedimentologia de rios e lagos amazônicos (PPI 2-3220)	Doutorado	Maria Gercília Mota Soares/José Alberto S. N. de Melo
325	11/11/97	Emílio Miguel Bruna	Univ. California – Div. of Environmental Studies	EUA	01/01/98 a 31/12/98	PDBFF", subprojeto "The effects of Forest Fragmentation on ating Patterns and Population Struture in Tropical Plants".	Pesquisa	Renato Cintra
326	11/11/97	John Kress	Smithsonian Institution - NMNH - Department of Botany	EUA	01/01/98 a 31/03/98	PDBFF", subprojeto "The effects of Forest Fragmentation on ating Patterns and Population Struture in Tropical Plants".	Pesquisa	Renato Cintra
327	11/11/97	Preston Aldrich	Smithsonian Institution	EUA	01/01/98 a 31/03/98	PDBFF", subprojeto "The effects of Forest Fragmentation on ating Patterns and Population Struture in Tropical Plants".	Pesquisa	Renato Cintra
328	14/11/97	Michael Túrkay	Forschungs institut Senckenberg	Alemanha	01/02/98 a 31/03/98	Diversidade de Crustáceos, Helmintos e Peixes da Região Amazônica"	Pesquisa	Célio Magalhães
329	01/12/97	Sergey I. Golovatch	Evertsov Academy of Ecology	Rússia	01/03/98 a 31/03/98	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
330	09/12/97	Susan Laurance	Smithsonian Institution	Austrália	30/03/98 a 30/09/98	PDBFF"	Pesquisa	Renato Cintra
331	09/12/97	William Laurance	STRI - Smithsonian Tropical Research Institute	EUA	30/03/98 a 30/09/98	PDBFF"	Pesquisa	Renato Cintra
332	26/12/97	Georg Irion	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/02/98 a 13/03/98	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis (PPI 3220)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /José Alberto S.N. de Melo

333	09/01/98	Danielle Mitjaird	IRD - Orstom	França	21/01/98 a 31/07/98	"Impactos Ambientais das Atividades Agro-silvopastoris sobre Ecossistemas Amaz. e opções de Sustentabilidade".	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda
334	22/01/98	Alejandro Pelaez Goycochea	(Consultor)	México	24/01/98 a xx/xx/xx	Diagnosticar a situação atual do garenciamento das coleções botânicas do INPA e recomendar procedimentos para sua modernização.	Consultoria	Célio Magalhães
335	12/02/98	Julia Viviana Horna De Zimermann	Univ. Bayreuth (Alemanha)	Perú	01/03/98 a 30/03/00	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis".(3220)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
336	12/02/98	Sabine Ludwigshausen	Okologie Zentrum Christian Albrechts - Universitat	Alemanha	01/03/98 a 30/03/00	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis".(3220)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
337	12/02/98	Nicole Armbruster	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/03/98 a 15/06/98	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
338	27/02/98	Terrence D. Pennington	Royal Botanic Garden	Inglaterra	08/03/98 a 18/03/98	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda
339	27/02/98	Ghillean Tolmie Prance	Royal Botanic Garden	Inglaterra	13/04/98 a 19/04/98	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda
340	13/03/98	Lucerina Cabrerra Trujillo	(Bolsista CNPq)	Colômbia	01/03/98 a 28/02/99	"Mercurion-Mercúrio no Rio Negro" .	Pesquisa	Bruce Rider Forsberg
341	16/03/98	Henk Van Der Werff	Missouri Botanical Garden	EUA	20/04/98 a 10/05/98	Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda
342	30/03/98	Katell Uguen	IRD - Orstom	França	01/05/98 a 30/04/99	"Processos de Degradação e Recupereção na Amazônia Brasileira".	Doutorado	Flávio de Jesus Luizão /France B.-Reversat
343	02/04/98	Bernal Rodriguez Herrera	Univ. Costa Rica	Costa Rica	08/04/98 a 07/04/99	Sub-projeto Morcegos	Estágio	Renato Cintra/Érica Sampaio
344	02/04/98	Cyntia Morton	Royal Botanic Garden	Inglaterra	13/04/98 a 19/04/98	"Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Pesquisa	Ires Paula de Andrade Miranda
345	09/04/98	Jochen Schongart	Albert-Ludwig Univ. Friburg	Alemanha	01/05/98 a 01/05/00	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
346	27/04/98	Cheryl Marie Strong	Southeastern Louisiana University	EUA	01/06/98 a 01/09/98	PDBFF (The effects of Forest Fragment. on Terrestria Insectivorous Birds).	Pesquisa	Renato Cintra
347	27/04/98	Christine Byerley	Smithsonian Institution	EUA	01/05/98 a 01/10/98	PDBFF (The effects of Forest Fragment.on Terrestria Insectivorous Birds).	Pesquisa	Renato Cintra
348	27/04/98	David Brown	Southeastern Louisiana University	EUA	01/06/98 a 01/09/98	PDBFF (The effects of Forest Fragment.on Terrestria Insectivorous Birds)	Pesquisa	Renato Cintra
349	01/06/98	Thierry Desjardins	IRD - Orstom de Cayenne	França	17/06/98 a 31/03/99	"Impactos ambientais das atividades agro-silvopastoris sobre ecossistemas amaz.e opções de sustentabilidade".	Pesquisa	Heraldo L. V. e Elisiana Oliveira
350	25/06/98	Ek Delval De Gortari	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México	México	16/07/98 a 21/08/98	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra
351	25/06/98	Joanna Marie Tucker	Univ. Arizona	EUA	16/07/98 a 21/08/98	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra
352	25/06/98	Karia Boege Paré	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México	México	16/07/98 a 21/08/98	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra

353	25/06/98	Nestor F. Perez Bultrago	Univ. Puerto Rico	EUA	16/07/98 a 21/08/98	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra
354	25/06/98	Norma Salcedo Maúrtua	Museo de Historia Natural UNMSM	Perú	16/07/98 a 21/08/98	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra
355	25/06/98	Silvia Helena Pacheco	Univ. Nacional de Tucuman	Argentina	16/07/98 a 21/08/98	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra
356	25/06/98	William Eberhard	STRI y Universidad de Costa Rica	EUA	16/07/98 a 21/08/98	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Renato Cintra
357	01/07/98	Norbert Dockal	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	04/07/98 a 31/08/98	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Assistência Técnica	Maria Teresa Fernandez Piedade
358	01/07/98	Gabriela Scheufele	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/07/98 a 31/12/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Estudante	Maria Teresa Fernandez Piedade /Assad Darwich
359	01/07/98	Heidi Kreibich	Instituto de Engenharia Agrícola de Potsdam	Alemanha	01/08/98 a 31/12/00	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Doutorado	Maria Teresa Fernandez Piedade /Assad Darwich-Juergen Kern
360	01/07/98	Karsten Holzkamp	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/08/98 a 30/01/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
361	02/07/98	Jurg Sonderegger	(Bolsista PCI)	Suiça	01/09/98 a 30/11/98	"Projeto das Coleções Zoológicas"	Consultoria	Paulo Petry e Célio Magalhães
362	09/07/98	Chad Rower	Univ. Guelph	Canadá	01/09/98 a 13/10/98	Sub-projeto: A influência do pulso de cheias e vazantes na dinâmica ecológica de áreas inundáveis.	Pesquisa	Elsa Hardy
363	09/07/98	Johannes Cullmann	Univ. Técnica de Dresden	Alemanha	01/07/98 a 30/01/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Doutorado	Maria Teresa Fernandez Piedade /Assad Darwich
364	28/08/98	Susan Laurance	Univ. New England	Austrália	01/09/98 a 30/09/99	PDBFF"	Doutorado	Claude Gascon / Renato Cintra
365	28/08/98	William Laurance	STRI - Smithsonian Tropical Research Institute - Panamá	EUA	01/09/98 a 30/09/99	PDBFF"	Pesquisa	Claude Gascon / Renato Cintra
366	06/10/98	Max Adolphe Sarrazini	IRD - Orstom - Cayene	Guiana Francesa	01/11/98 a 31/03/99	"Impactos Ambientais das atividades agro-silvo-pastoris sobre ecossistemas amazônicos e opções de sustentabilidade"	Pesquisa	Elisiana Pereira de Oliveira
367	03/11/98	Sarah Hunkins	NYBG	EUA	14/11/98 a 05/12/98	Flora e Vegetação da Amazônia Central".	Assistência Técnica	Ires Paula de Andrade Miranda
368	08/11/98	German Amat Garcia	Univ. Nacional de Colombia	Colômbia	26/09/98 a 10/10/98	Treinamento na identificação dos Passalini coletados na Colômbia; e conhecer as espécies de Passalidae mais comuns com distribuição amazônica.	Treinamento	Cláudio Ruy V. da Fonseca
369	09/11/98	Jeffrey Chambers	Univ. Califórnia	EUA	23/11/98 a 22/05/99	Manejo Florestal em Regime de Rendimento Sustentado" (PPI 3120)	Pesquisa	Niro Higuchi

370	11/11/98	Emílio Miguel Bruna	Univ. California - Division of Environmental Studies	EUA	23/11/98 a 30/11/99	The effects of forest fragmentation on mating patterns and population structure in tropical plants"	Pesquisa	Claude Gascon / Renato Cintra
371	11/11/98	William C. Funk	Univ. Montana	EUA	20/11/98 a 19/11/99	PDBFF - "Mechanisms involved decline of the frog Colostethus stepheni in forest fragments"	Pesquisa	Claude Gascon / Renato Cintra
372	02/12/98	Derek Alan Stewart	Western Michigan University	EUA	10/12/98 a 10/02/99	Evaluation of the Water cycler of Manaus Metrop. Region - A Study of the Amosferic Precipitation over Manaus Region".	Pesquisa	Hilândia Brandão da Cunha
373	02/12/98	Isabella Martina Angelini	Western Michigan University	EUA	10/12/98 a 10/02/99	Evaluation of the Water cycler of Manaus Metropolitan Region - A Study of the Amosferic Precipitation over Manaus Region".	Pesquisa	Hilândia Brandão da Cunha
374	18/01/99	Florian Karl Wittmann	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	25/01/99 a 30/07/00	Ecossistemas Fluviais e Áreas Inundáveis" (Shift Env 29/2)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
375	18/01/99	Frederic Chérot	Universite Libre de Bruxelles	Bélgica	07/03/99 a 12/03/99	Visita científica para examinar material entomol. da Coleção de Invertebrados.	Visita	Célio Magalhães
376	19/01/99	Marc Steininger	Goddard Space Flight Center	EUA	23/02/99 a 23/03/99	Implementação do sistema de informações geográficas do PDBFF	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Eduardo Venticinque
377	19/01/99	Scott Bergens	Oregon State University	EUA	23/02/99 a 23/03/99	Implementação do sistema de informações geográficas do PDBFF	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Eduardo Venticinque
378	29/01/99	Reiner Zimmermann	Univ. Bayreuth	Alemanha	19/02/99 a 19/04/99	Ecossistemas Fluviais e Áreas Inundáveis" (Shift Env 29/2)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /Assad Darwich
379	23/02/99	Juan Gabriel Soler	Univ. Los Andes - Colombia	Colômbia	15/03/99 a 15/07/99	sub-projeto "Fitodemografia", no âmbito do "PDBFF".	Estágio	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/William Laurance-Patrícia Delamonica
380	26/02/99	Adrian Ares	Univ. Hawai	EUA	13/03/99 a 20/03/99	Realizar visita científica e ministrar palestra sobre "Sistemas de ayuda para el manejo integrado de nutrientes en agroecosistemas".	Visita	Newton Paulo de Souza Falcão
381	26/02/99	Nicholas Comerford	Univ. Florida	EUA	02/05/99 a 09/05/99	Visita científica e palestra sobre "Disponibilidade de nutrientes no solo: fatores do solo e das plantas que afetam a absorção dos nutrientes".	Visita	Newton Paulo de Souza Falcão
382	01/03/99	Ludger Scheuermann	Univ. Bayreuth	Alemanha	01/05/99 a 31/07/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Estágio	Assad Darwich/Maria Teresa Fernandez Piedade
383	08/03/99	Katell Uguen	IRD - Orstom - Cayene	França	14/03/99 a 14/01/00	"Recuperação de Áreas Degradadas" .	Doutorado	Flávio de Jesus Luizão
384	11/03/99	Danielle Mitjaird	IRD (antigo Orstom) - Montpellier	França	09/04/99 a 30/04/99	PPD " Impactos Ambientais das Ativ. Agro -silvopastoris sobre Ecossist. Amazônico e Opções de Sustentabilidade" e do PPI "Sistemas de Produção e Estudos dos Processos de Degradação, Reconstituição e Recuperação de Sistemas Florestais".	Pesquisa	Elisiana Pereira de Oliveira

385	25/03/99	Christine BYERLEY	Univ. Kansas	EUA	07/04/99 a 06/08/99	Efeitos da fragmentação florestal sobre as interações entre planta e polinizador"	Doutorado	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
386	01/04/99	Laurence W. Quate	Natural History Museum of Los Angeles	EUA	19/04/99 a 22/05/99	Phlebotominae, Triatominae e Trypasomatinae associados: diagn. e monit. de diversi. biol.na Amaz e interações com as pop. humanas"	Consultoria	Toby Barrett
387	07/04/99	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	10/05/99 a 10/06/99	Efeitos de borda na comunidade de aves do sub-bosque". Continuidade aos seus estudos	Pesquisa	Renato Cintra / Tânia Sanaiotti
388	12/04/99	Miguel Angel Morón Rios	Instituto de Ecologia, A.C. (Xalapa) - Inecol	Méxlco	19/06/99 a 26/06/99	Realizar visita científica na área de entomologia	Visita	Cláudio Ruy V. da Fonseca
389	12/04/99	Henrike Burkhardt	Univ. Toronto	Alemanha	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
390	12/04/99	Anke Camphausen	Univ. Toronto	Alemanha	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
391	12/04/99	Alissa Sugar	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
392	12/04/99	Barbara Zimmerman	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
393	12/04/99	Bonny Chan	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
394	12/04/99	Brenda Johnstone	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
395	12/04/99	Daniel Guenther	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
396	12/04/99	Eric Whan	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
397	12/04/99	Henri Steeghs	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
398	12/04/99	Jay Malcolm	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
399	12/04/99	Mark Van Rhee	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
400	12/04/99	Michael Svoboda	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
401	12/04/99	Motoko Higuchi	Univ. Toronto	Japão	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
402	12/04/99	Philip Bernstein	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas de relevante interesse ecológico do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
403	12/04/99	Philip Davies	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
404	12/04/99	Richard Broocks	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
405	12/04/99	Russell Horsey	Univ. Toronto	Inglaterra	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF".	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira

406	12/04/99	Sara Teitelbaum	Univ. Toronto	Norway	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
407	12/04/99	Terry Carleton	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
408	12/04/99	Thomas White	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
409	12/04/99	Trevor Griffin	Univ. Toronto	Canadá	08/05/99 a 23/05/99	Curso de Silvicultura Tropical nas reservas do INPA e nas áreas do "PDBFF"	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos / Gil Vieira
410	22/04/99	Derek Alan Stewart	Univ. Virginia	EUA	16/06/99 a 16/08/99	Evaluation of the Water cycler of Manaus Metrop. Region - A Study of the Amosferic Precipitation over Manaus Region".	Pesquisa	Hilândia Brandão da Cunha
411	22/04/99	Isabella Martina Angelini	Univ. Virginia	EUA	16/06/99 a 16/08/99	Evaluation of the Water cycler of Manaus Metrop. Region - A Study of the Amosferic Precipitation over Manaus Region".	Pesquisa	Hilândia Brandão da Cunha
412	26/04/99	Matthew Bryan Hamilton	Smithsonian Institution (NZP/Molecular Genetics Laboratory)	EUA	01/06/99 a 31/08/99	The Effects of Forest Fragmentation on Mating Patterns and Populations Struture in Tropical Plants"	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
413	29/04/99	Jeffrey Chambers	Univ. Califórnia	EUA	24/05/99 a 23/05/00	Manejo Florestal em Regime de Rendimento Sustentado" (PPI 3120)	Pesquisa	Niro Higuchi
414	06/05/99	Marjorie Patrick	Univ. Califórnia	EUA	01/11/99 a 15/12/99	Discussão, implantação e treinamento em metodologia para estimativa de fluxo iônico em animais expostos a condições ambientais extremas, no Laboratório de Ecofisiologia e Evolução Molecular	Discussão	Adalberto Luis Val
415	06/05/99	Richard J. Gonzalez	Univ. San Diego	EUA	01/11/99 a 15/12/99	Discussão, implantação e treinamento em metodologia para estimativa de fluxo iônico em animais expostos a condições ambientais extremas, no Laboratório de Ecofisiologia e Evolução Molecular	Discussão	Adalberto Luis Val
416	10/05/99	Max Adolphe Sarrazini	IRD (Orstom - Cayene)	França	29/05/99 a 31/12/99	"Implantação de Sistemas de Análises Especiais para Solos Tropicais"	Pesquisa	Flávio de Jesus Luizão
417	13/05/99	Cheryl Marie Strong	Southeastern Louisiana University	EUA	05/06/99 a 05/09/99	Efeitos de borda na comunidade de aves do sub-bosque" (Philip Stouffer)	Pesquisa	Renato Cintra e Tânia Sanaiotti
418	13/05/99	Jennifer Ann Long	Southeastern Louisiana University	EUA	05/06/99 a 05/09/99	Efeitos de borda na comunidade de aves do sub-bosque" (Philip Stouffer)	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos /Renato Cintra-Tânia Sanaiotti-Philip Stouffer
419	19/05/99	Casey Debenham	Southampton College	EUA	01/06/99 a 31/12/99	Mercurion".	Estágio	Bruce Rider Forsberg
420	19/05/99	Richard Vogt	Univ. México	EUA	01/06/99 a 11/06/99	Professor visitante, na disciplina "Ecologia de Campo" Curso de Ecologia.	Ensino	Bruce Rider Forsberg
421	20/05/99	Carl Watras	Univ. Wisconsin	EUA	01/06/99 a 11/06/99	Professor visitante, na disciplina "Ecologia de Campo" Curso de Ecologia.	Ensino	Bruce Rider Forsberg
422	21/05/99	Matthias Christian Gunther Zerm	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/07/99 a 31/10/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /José Wellington de Moraes

423	31/05/99	Norbert Dockal	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/07/99 a 30/09/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Assistência Técnica	Maria Teresa Fernandez Piedade
424	04/06/99	Soeren Warneke	D.A.A.D	Alemanha	01/08/99 a 31/12/99	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Estágio	Maria Teresa Fernandez Piedade /Assad Darwich
425	08/06/99	Roderick W. Wilson	Univ. Exeter	Inglaterra	01/11/99 a 15/01/99	Discutir, implantar e realizar treinamento em metodologia para avaliação da homeostase em peixes de ambientes baixos pH e oxigênio dissolvido	Discussão	Adalberto Luis Val
426	08/06/99	Christopher M. Wood	McMaster University	Canadá	01/11/99 a 15/12/99	Discutir, implantar e realizar treinamento em metodologia para avaliação da homeostase em peixes de ambientes baixos pH e oxigênio dissolvido.	Discussão	Adalberto Luis Val
427	08/06/99	Patricia Wright	Univ. Guelph	Canadá	01/11/99 a 15/12/99	Discutir, implantar e realizar treinamento em metodologia para avaliação da homeostase em peixes de ambientes baixos pH e oxigênio dissolvido.	Discussão	Adalberto Luis Val
428	29/06/99	Bernal Rodriguez Herrera	Univ. Costa Rica	Costa Rica	16/07/99 a 20/08/99	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos
429	29/06/99	José Miguel Perez	Museo de Historia Natural UNMSM	Perú	16/07/99 a 20/08/99	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos
430	29/06/99	Marisol Ayala Valdevieso	Corporacion de Conserv. y Desarollo	Equador	16/07/99 a 20/08/99	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos
431	29/06/99	Yolanda Cachú Pavón	Unam – Univ. Nac.l Autonoma do México	México	16/07/99 a 20/08/99	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos
432	30/06/99	Christine Byerley	Smithsonian Institution	EUA	06/07/99 a 15/08/99	PDBFF - tese de doutorado Efeitos da fragment. de palmeiras do sub-bosque"	Doutorado	Heraldo Vasconcelos
433	01/07/99	Deborah Clark	Interlink	EUA	13/07/99 a 10/08/99	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Heraldo Vasconcelos
434	01/07/99	Rodolfo Dirzo	Unam – Univ. Nac.l Autonoma do México	México	13/07/99 a 10/08/99	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Heraldo Vasconcelos
435	01/07/99	William Eberhard	STRI y Universidad de Costa Rica	EUA	13/07/99 a 10/08/99	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos
436	08/07/99	Helge Petrikovsky	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	20/07/99 a 31/07/00	Dar assistência ao projeto de cooperação INPA/Max-Planck e pelo programa SHIFT.	Assistência Técnica	Maria Teresa Fernandez Piedade
437	13/07/99	Wilfried Paarmann	Fachhochschule Hildesheim/Holzmind en/Göttingen	Alemanha	28/07/99 a 22/08/99	Orientação, análise e discussão de dados s/ reprodução e respiração de cicindelídeos da várzea e do igapó.	Ensino	Maria Teresa Fernandez Piedade /José Wellington de Moraes
438	26/07/99	Ewald Müller	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	24/08/99 a 24/08/00	Dinâmica das interações bio-ecológicas e pulso de inundações em áreas alagáveis".	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
439	27/07/99	Adriana Rubinstein	Inst. Miguel Lillo	Argentina	10/08/99 a 10/02/00	Realizar estágio e desenv. estudos sobre ciclagem de nutrientes(parte do Projeto Ecológico de Longa Duração).	Estágio	Heraldo Vasconcelos/Flávio Luizão
440	29/07/99	Jurg Sonderegger	(Bolsista PCI)	Suiça	12/09/99 a 12/09/01	Programa de Coleções e Acervos Científicos - Estruturação dos bancos de dados das coleções do INPA.	Assistência Técnica	Célio Magalhães

441	17/08/99	Emílio Miguel Bruna	Univ. California – Div. of Environmental Studies	EUA	01/09/99 a 30/11/99	PDBFF - "Os efeitos da fragmentação s/ os padrões reprodutivos e estruturas populacionais de plantas tropicais"	Pesquisa	Renato Cintra
442	20/08/99	Christopher Dick	Harvard University	EUA	15/09/99 a 15/10/99	PDBFF - Efeito da fragmentação do habitat na diversidade genética em árvores neotropicais"	Pesquisa	Gil Vieira
443	20/08/99	Simon Llewelyn Lewis	Univ. Cambridge	Inglaterra	10/09/99 a 20/12/99	PDBFF - Resposta de plântulas a criação de borda em floresta tropical da Amazônia Central".	Pesquisa	Renato Cintra
444	23/08/99	Angela Marcela Santamaria Gomez	(Bolsista)	Colômbia	01/09/99 a 30/12/99	Efeitos de estradas com movimentos de pássaros do sub-bosque de florestas tropicais"	Estágio	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Tania Sanaiotti
445	30/08/99	Peter Bayley	Oregon State University	EUA	11/10/99 a 19/10/99	Avaliação de pesca e de recursos pesqueiros da Amazônia Central"	Consultoria	Maria Mercedes Bittencourt
446	02/09/99	Sean Brady	Univ. Califórnia	EUA	01/11/99 a 30/11/99	Ecologia e sistema de formigas de correição"	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos
447	09/09/99	Emílio Miguel Bruna	Univ. California – Div. of Environmental Studies	EUA	12/12/99 a 12/12/00	PDBFF - Os efeitos da fragmentação s/ os padrões reprodutivos e estruturas populacionais de plantas tropicais"	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Paulo de Tarso B. Sampaio
448	16/09/99	Juan Gabriel Soler	Univ. Los Andes - Colombia	Colômbia	01/10/99 a 10/08/00	PDBFF - sub-projeto "Fitodemografia"	Estágio	Renato Cintra
449	28/09/99	Tanja Nack	checar	Alemanha	18/10/99 a 20/04/00	Dinâmica das interações bio-ecológicas e pulso de inundações em áreas alagáveis".	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
450	30/09/99	Gérman Alarcón	checar	Colômbia	18/10/99 a 18/10/00	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	checar	Vera Maria Ferreira da Silva
451	14/10/99	Georg Irion	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	24/20/99 a 30/11/99	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
452	21/10/99	Kai Lorenzen	Univ. London	Inglaterra	08/11/99 a 15/11/99	Projeto Piscicultura extensiva de tambaqui na Várzea	Pesquisa	Carlos Alberto Rego M. Araújo Lima
453	17/11/99	Angela Marcela Santamaria Gomez	Univ. Cambridge	Colômbia	17/12/99 a 17/09/00	"Efeitos da fragmentação do habitat na dieta e dispersão de sementes pelo guariba vermelho na Amazônia Central"	Doutorado	Tânia M. Sanaiotti
454	29/11/99	Gabriel Costa	checar	Portugal	03/01/00 a 03/04/00	Dinâmica de uma floresta de terra firme manejada experimentalmente e ecofisiologia de suas espécies comerciais	checar	Niro Higuchi
455	30/11/99	Pieter Vranckx	checar	Holanda	15/01/00 a 31/08/00	"Desenvolvimento e avaliação participativa de sistemas agroflorestais	checar	Johannes Van Leeuwen
456	30/11/99	José Nuno Da S. Lourenço	checar	Portugal	20/01/00 a 30/04/00	Dinâmica de uma floresta de terra firme manejada experimentalmente e ecofisiologia de suas espécies comerciais	checar	João Baptista da Silva Ferraz
457	06/12/99	Yadvinder Malhi	checar	Escócia	18/01/00 a 25/02/00	Dinâmica de uma floresta de terra firme manejada experimentalmente e ecofisiologia de suas espécies comerciais	checar	Niro Higuchi

458	06/12/99	Barbara Vincetti	checar	Escócia	18/01/00 a 25/02/00	Dinâmica de uma floresta de terra firme manejada experimentalmente e ecofisiologia de suas espécies comerciais	checar	Niro Higuchi
459	14/12/99	Sabine Ludwigshausen	MPI/Shift	Alemanha	01/03/00 a 28/02/01	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	checar	Maria Teresa Fernandez Piedade
460	15/12/99	Julia Viviana H. de Zimermann	Universidad de Bayreuth	Perú	01/03/00 a 28/02/01	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis"	Doutorado	Maria Teresa Fernandez Piedade
461	10/01/00	Michael John Gilbert Hopkins	DFID/ODA	Inglaterra	30/01/00 a 30/08/00	Levantamento da vegetação arbórea de áreas alagáveis da região de Mamirauá (Inventário de Florian Wittmann e Jochen Schöngart)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /Lucia Alencar Mala- Florian Wittmann- Jochen Schöngart)
462	21/01/00	Matthias Christian Gunther Zerm	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	21/02/00 a 30/04/00	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis"	Doutorado	José Alberto S. N. de Melo/José Wellington de Moraes
463	28/01/00	Julia Viviana H. de Zimermann	Universidad de Bayreuth	Perú	30/03/00 a 28/02/01	Ecossistemas Fluviais de Áreas Inundáveis" (PPI 1-3150).	Doutorado	Maria Teresa Fernandez Piedade
464	04/02/00	John Kress	Smithsonian Institution - NMNH - Department of Botany	EUA	09/02/00 a 27/02/00	PDBFF - The effects of forest fragmentation on mating patterns and population structure and demography in tropical plants	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Heraldo Vasconcelos
465	20/03/00	Kellen Ann Gilbert	Southeastern Louisiana University	EUA	10/04/00 a 30/06/00	PDBFF - Diversidade de primatas em fragmentos florestais na Amazônia Central	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Maria de Nazareth F. da Silva
466	05/04/00	Sabine Coretta Weisser	Universidade Konstanz	Alemanha	01/05/00 a 01/05/01	Projeto Mercurion (estágio para conclusão do curso de graduação) (PPI 3180)	Estágio	Bruce Rider Forsberg
467	14/04/00	Jochen Schongart	Univ. Friburg / Institut Fur Forstbotanic)	Alemanha	01/05/00 a 30/09/00	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
468	17/04/00	Audrey Marie Hammond	Univ. the South Sewanee - Depart. of Forestry and Geology	EUA	07/06/00 a 27/06/00	Fertilidade do solo, nutrição e adubação de pupunheira para produção de palmitos e frutos (CPCA)	Visita	Kaoro Yuyama/Newton P.S. Falcão
469	17/04/00	Deborah Anne Mcgrath	Univ. the South Sewanee - Depart. of Forestry and Geology	EUA	07/06/00 a 27/06/00	Fertilidade do solo, nutrição e adubação de pupunheira para produção de palmitos e frutos (CPCA)	Visita	Kaoro Yuyama/Newton P.S. Falcão
470	17/04/00	Martha Jane Stevenson	Univ. the South Sewanee - Depart. of Forestry and Geology	EUA	07/06/00 a 27/06/00	Fertilidade do solo, nutrição e adubação de pupunheira para produção de palmitos e frutos (CPCA)	Visita	Kaoro Yuyama/Newton P.S. Falcão
471	19/04/00	Max Adolphe Sarrazini	IRD - Institut de Recherche pour le Développement	França	24/04/00 a 30/07/00	Ministrar curso no Laboratório Temático de solos e plantas	Assistência técnica	Eleusa Barros
472	19/04/00	Charles Zartman	Ducke University - Department of Botany	EUA	07/07/00 a 30/09/00	PDBFF - Os impactos da fragmentação e o sucesso reprodutivo das briófitas da Amazonia Central	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Regina Lobato

473	19/04/00	Forrest W. Nutter Jr	Iowa State University - Department of Plant Pathology	EUA	21/07/00 a 04/08/00	Apresentar seminário e mini-curso Disease assessment methods in relation to modeling disease losses	Ensino	Rosalee Albuquerque Coelho Netto/Sonia Alfaia
474	24/04/00	Cheryl Marie Strong	Southeastern Louisiana University	EUA	31/05/00 a 14/12/00	PDBFF - Os Efeitos da fragmentação florestal sobre pássaros do sub-bosque	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
475	23/05/00	Susana Margarida C.F. Ferreira		Portugal	05/06/00 a 05/06/01	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Estágio	Vera Maria Ferreira da Silva
476	23/05/00	Patricia Maria Pereira Da Costa Pinto		Portugal	05/06/00 a 05/06/01	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Estágio	Vera Maria Ferreira da Silva
477	23/05/00	Diego A Moreno Tirado		Austrália	05/06/00 a 05/06/01	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Estágio	Vera Maria Ferreira da Silva
478	23/05/00	Sarita Garg		Índia	01/06/00 a 01/06/01	Vitaminas C, D e E: ocorrência e efeitos fisiológicos em peixes da Amazônia (PPI 3170)	Pesquisa	Adalberto Luís Val
479	14/06/00	Lynn Marie Duda	Southeastern Louisiana University	EUA	20/06/00 a 10/08/00	PDBFF - Projeto os Efeitos da fragmentação florestal sobre pássaros do sub-bosque	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Phillip Stouffer
480	14/06/00	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	20/06/00 a 10/08/00	PDBFF - Projeto os Efeitos da fragmentação florestal sobre pássaros do sub-bosque	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
481	19/06/00	David Bullington Clark	Univ. Missouri-St. Louis	EUA	01/07/00 a 30/08/00	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
482	19/06/00	Gonçalo Ferraz	Columbia University - Center for Envionm. Research and Conservation	Portugal	10/07/00 a 20/08/00	PDBFF - Os Efeitos da fragmentação florestal sobre pássaros do sub-bosque	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Phillip Stouffer
483	19/06/00	Marilyn Diane Loveless	College of Wooster - Department of Biology	EUA	01/07/00 a 30/08/00	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
484	19/06/00	Rodolfo Dirzo	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	01/07/00 a 30/08/00	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
485	23/06/00	Armando Aguirre Jaimes	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	15/07/00 a 20/08/00	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (Mike Hopkins)	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
486	23/06/00	Maria Esther Pérez Bejar	Univ. Mayor de San Andres	Bolívia	15/07/00 a 20/08/00	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
487	23/06/00	Maria Teresa Becerra Ramirez	Univ. Nacional de Colombia	Colômbia	15/07/00 a 20/08/00	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
488	26/06/00	Matthew Bryan Hamilton	Smithsonian (NZP/Molecular Genetics Laboratory)	EUA	27/06/00 a 13/07/00	PDBFF - Os efeitos da fragmentação florestal s/ os padrões de cruzamento e estrutura de pop. de plantas tropicais	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra

489	14/07/00	Jurriaan George Johannes Meijers	Universidade Agrária de Wageningen	Holanda	01/08/00 a 01/03/01	Projeto Desenvolvimento e avaliação participativa de sistemas agroflorestais	Estágio	Johannes Van Leeuwen
490	14/07/00	Helge Petrikovsky	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	31/10/00 a 31/01/01	Dinamica das Interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Assistência técnica	Maria Teresa Fernandez Piedade
491	14/07/00	Charles Zartman	Ducke University - Department of Botany	EUA	09/08/00 a 09/11/00	PDBFF - Os impactos da fragmentação e o sucesso reprodutivo das briófitas da Amazonia Central	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Regina Lobato
492	20/07/00	Forrest W. Nutter Jr	Iowa State University - Department of Plant Pathology	EUA	01/03/01 a 31/07/01	Desenvolvimento de tecnologias agricolas adaptadas às condições amazônicas	Pesquisa	Rosalee Albuquerque Coelho Netto
493	02/08/00	Norbert Dockal	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	10/08/00 a 30/09/00	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Assistência técnica	Maria Teresa Fernandez Piedade
494	21/08/00	Armando Aguirre Jaimes	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	12/08/00 a 22/08/00	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (Mike Hopkins) prorrogação 17/07/2000)	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
495	28/08/00	Anthony G. Coates	Smithsonian Institution	EUA	24/09/00 a 29/09/00	Reunião do Comitê de Manejo do PDBFF (PPI 1-3030/95)	Reunião	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
496	28/08/00	Elizabeth Losos	STRI – Smithsonian Tropical Research Institute – Panamá	EUA	24/09/00 a 29/09/00	Reunião do Comitê de Manejo do PDBFF (PPI 1-3030/95)	Reunião	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
497	28/08/00	Ira Rubinoff	STRI – Smithsonian Tropical Research Institute – Panamá	EUA	24/09/00 a 29/09/00	Reunião do Comitê de Manejo do PDBFF (PPI 1-3030/95)	Reunião	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
498	28/08/00	John Dennis O'Connor	Smithsonian Institution	EUA	24/09/00 a 29/09/00	Reunião do Comitê de Manejo do PDBFF (PPI 1-3030/95)	Reunião	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
499	28/08/00	Thomas Lovejoy	The Wolrd Bank	EUA	24/09/00 a 29/09/00	Reunião do Comitê de Manejo do PDBFF (PPI 1-3030/95)	Reunião	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
500	29/08/00	Florian Karl Wittmann	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/10/00 a 01/05/01	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Estudante	Maria Teresa Fernandez Piedade
501	31/08/00	Juan Gabriel Soler	Univ. Los Andes – Colombia	Colômbia	08/10/00 a 01/10/01	PDBFF - Fitodemografia (sob a orientação de William Laurence (prorrogação de visto desde 01/10/99)	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos / Renato Cintra
502	04/09/00	Michael John Gilbert Hopkins	DFID/ODA	Inglaterra	01/09/00 a 01/09/01	Levantamento da vegetação arbórea de áreas alagáveis da região de Mamirauá (Invent. de Florian Wittmann/J. Schöngart)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /Lucia Alencar Mala
503	11/09/00	Miguel Angel De La Torre Loranca	Centro de Invest. Herpetologicas de Veracruz	México	09/09/00 a 09/03/01	Efeito do desmatamento de várzea sobre a fauna de invertebrados, peixes e quelônios	Estágio	Richard Carl Vogt
504	25/09/00	Mauro Nirchio T.	Universidad de Oriente (Lab. De genét.da Escola de Cinc. aplic. Del mar)	Venezuela	22/10/00 a 01/03/01	Bases científicas para o manejo sustentável do "cardinal" da região de Barcelos, Rio Negro, AM	Pesquisa	Jorge Ivan Rebelo Porto

505	16/10/00	Cláudia Estevino S. Faustino		Portugal	15/11/00 a 30/05/01	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Estágio	Vera Maria Ferreira da Silva
506	25/10/00	James I. Morison	Univ. Essex (Dep. Of biological & chemical sciences)	Inglaterra	06/11/00 a 30/11/00	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
507	10/11/00	Emílio Miguel Bruna	Univ. California – Div. of Environmental Studies	EUA	20/12/00 a 28/02/01	Os efeitos da fragmentação sobre os padrões reprodutivos e estruturas populacionais de Heliconia acuminata"	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Isolde Ferraz
508	20/11/00	Georg Eric Maria Von Mérey		Suiça	15/04/01 a 30/09/01	Atividades de campo e laboratório de sementes do projeto jacaranda	Pesquisa	Isolde D.K. Ferraz
509	11/12/00	Eva Stukenbrock	Univ. Copenhagen	Dinamarca	20/01/01 a 19/01/02	Proj. Desenvolvimento e avaliação participativa de sistemas agroflorestais	Estágio	Johannes Van Leeuwen
510	11/12/00	Ewald Müller	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/01/01 a 28/02/01	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
511	11/12/00	Holger Teichert	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	15/01/01 a 15/07/01	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
512	11/12/00	Irmi Eicher	Fachhochschule Weihenstephan; Studiengang Umweltsicherung	Alemanha	07/03/01 a 15/09/01	Obs.da fenologia de árvores selecionadas; atividades de laboratório; quebra de dormência e teste de germinação	Pesquisa	Isolde D.K. Ferraz
513	03/01/01	Georg Irion	Senckenberg Institut	Alemanha	15/02/01 a 01/03/01	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Pesquisa	José Alberto Sampaio Nunes de Melo
514	05/02/01	Deborah Anne Mcgrath	Univ. the South Sewanee, Tn - Usa	EUA	19/02/01 a 25/02/01	Fertilidade do solo, nutrição e adubação de pupunheira para produção de palmitos e frutos (CPCA)	Visita	Kaoro Yuyama (Newton P.S. Falcão)
515	08/02/01	Maria João Da Silva Pereira	Univ. Técnica de Lisboa – Inst.Superior de Agricultura	Portugal	08/03/01 a 08/09/01	Projeto Desenvolvimento e avaliação participativa de sistemas agroflorestais	Estágio	Johannes Van Leeuwen
516	14/02/01	Cheryl Marie Strong	Southeastern Louisiana University	EUA	10/02/01 a 10/02/02	Aves do sub-bosque na floresta tropical usando redes de neblina	Pesquisa	Renato Cintra
517	09/03/01	Jurgen Kern	Institut Fur Agartechnik Bornim E V.(Atb) Potsdam	Alemanha	25/03/01 a 15/04/01	Dinamica das interações bio-ecológicas e pulso de inundação das áreas alagáveis" (PPI 1-3150)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
518	22/03/01	Kellen Ann Gilbert	Southeastern Louisiana University	EUA	05/04/01 a 17/04/01	Diversidade de primatas em fragmentos florestais na Amazônia Central	Pesquisa	Maria De Nazaré F. Da Silva
519	22/03/01	Luis Ciro J. Marcano Reyes	Clark University	Venezuela	01/04/01 a 30/05/01	Dinâmica da vegetação secundária e da biomassa florestal	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Rita Mesquita
520	04/04/01	José Henrique Pito Vasques Teixeira	Univ. Trás-Os-Montes E Alto Douro Utad	Portugal	01/05/01 a 20/10/01	Projeto Jacaranda e Piculus	Estágio	Niro Higuchi
521	04/04/01	Duarte Nuno Ornelas Barreto	UTAD-Univ. Trás-Os-Montes e Alto Douro	Portugal	01/05/01 a 20/10/01	Projeto Jacaranda e Piculus	Estágio	Niro Higuchi

522	12/04/01	Wibke Wittmann	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	10/05/01 a 31/10/01	Incremento anual de espécies madeireiras comerciais da floresta restinga-alta na Região Mamirauá"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /Astrid C. de Oliveira
523	18/04/01	Marco Sack	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/07/01 a 31/03/03	Projeto "Anéis de crescimento em árvores da várzea amazônica"	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
524	04/05/01	Charles Zartman	Ducke University – Department of Botany	EUA	01/06/01 a 30/09/01	PDBFF - projeto Os impactos da fragmentação e o sucesso reprodutivo das briófitas da Amazonia Central	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Regina Lobato
525	04/05/01	Jane M. Read	Syracuse University – Departament of Geography	Inglaterra	01/07/01 a 30/07/01	Projeto piloto p/ examinar o uso de dados de alta resolução de satélite p/ estudos demográficos de árvores e uso da terra	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Rita de Cássia G. Mesquita
526	11/05/01	Emanuela Evangelista	Universitá Degli Studi "Roma Ter"	Itália	05/11/01 a 05/11/03	Biologia e ecologia da aranha na reserva ecológica do Xixuaú, Roraima, Brasil	Pesquisa	Fernando Rosas
527	11/05/01	Emílio Miguel Bruna	Univ. California – Div. of Environmental Studies	México	15/07/01 a 15/07/03	Os efeitos da fragmentação florestal sobre os mutualismos entre formigas e plantas	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos
528	14/05/01	David Bullington Clark	Univ. Missouri-St. Louis	EUA	01/07/01 a 30/07/01	Projeto piloto p/ examinar o uso de dados de alta resolução de satélite p/ estudos demográficos de árvores e uso da terra	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Rita de Cássia G. Mesquita
529	18/05/01	Marcus Stueben	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/06/01 a 31/05/03	Dinamica das interações bio-ecológicas (PPI 1-3150) Estudo e classif.de componentes químicos	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade /Assad Darwich
530	19/06/01	Aimeé Elisabeth Withalm	Fachhochschule Weihenstephan - Germany	Áustria	18/08/01 a 20/12/01	Obs.da fenologia de árvores selecionadas; atividades de laboratório; quebra de dormência e teste de germinação	Pesquisa	Isolde D.K. Ferraz
531	20/06/01	Anton Pauw	Univ. Cape Town - África do Sul	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
532	20/06/01	Edward Allen Here	STRI - Smithsonian Tropical Research Institute - Panamá	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
533	20/06/01	Elsie Rivera-Ocasio	STRI - Smithsonian Tropical Research Institute - Panamá	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
534	20/06/01	Gabriela Nuñez-Uturri	Univ. Illinois At Chicago	Perú	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
535	20/06/01	Halton Peters	Stanford University	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
536	20/06/01	Mark Rountree	Univ. Witwatersrand - África do Sul	África do Sul	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
537	20/06/01	Miguel Cifuentes Jara	North Carolina State University	Equador	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
538	20/06/01	Scott Margan	Indiana University	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
539	20/06/01	Steven D. Alison	Stanford University	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita

540	20/06/01	Sunshine A. Van Bael	Univ. Illinois	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
541	20/06/01	Susane Vetter	Univ. Cape Town - África do Sul	África do Sul	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
542	20/06/01	Tamara Heartsill-Scalley	Utah State University	EUA	10/09/01 a 30/09/01	Curso de campo sobre ecologia vegetal (Programa 3M)	Curso de campo	Rita Mesquita
543	21/06/01	Gonçalo Ferraz	Columbia University - Center for Environ. Research and Conservation	Portugal	10/07/01 a 30/08/01	PDBFF - Projeto os Efeitos da fragmentação florestal sobre pássaros do sub-bosque	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Phillip Stouffer
544	21/06/01	Kyle Edward Harms	Cornell University	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
545	29/06/01	Federico Riet	James Cook University - Austrália	Urugual	01/07/01 a 30/01/02	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Estágio	Vera Maria Ferreira da Silva
546	09/07/01	Montserrat Moya López	Benemerita Universidad Autonoma De Puebla	México	01/08/01 a 31/07/02	Efeito do desmatamento de várzea sobre a fauna de invertebrados, peixes e quelônios (RDS Mamirauá)	Estágio	Richard Carl Vogt
547	09/07/01	Montserrat Guadalupe Torres Abrego	Benemerita Universidad Autonoma De Puebla	México	01/08/01 a 31/05/02	Efeito do desmatamento de várzea sobre a fauna de invertebrados, peixes e quelônios (RDS Mamirauá)	Estágio	Richard Carl Vogt
548	09/07/01	Andrew Michael Jones	Univ. Londres	EUA	01/08/01 a 30/10/01	Estrutura e dinâmica de comunidades vegetais em floresta contínua e fragmentada da Amazônia Central	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/William Laurance
549	09/07/01	Betsabé Ruiz Guerra	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	01/08/01 a 10/09/01	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Eduardo Venticinque
550	09/07/01	Christina Dee Mccain	Univ. Miami	EUA	01/08/01 a 10/09/01	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Eduardo Venticinque
551	10/07/01	Edgar Francisco Prieto Piraquive	Univ. Nacional De Colombia	Colômbia	01/08/01 a 10/09/01	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Eduardo Venticinque
552	11/07/01	Douglas Leonard Altshuler	Univ. Texas At Austin	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
553	11/07/01	Erika Ingeborg Deinert	Ducke University - Organization of Tropical Studies	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
554	11/07/01	Gordon Howell Orians	Univ. Washington	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
555	11/07/01	Hector Ricardo Grau	Lab. De Investig. Ecol. de Las Yungas (LIEY)- Tucuman/Arg	Argentina	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos

556	11/07/01	Helene Clara Muller-Landau	Princeton University	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
557	11/07/01	Jennifer Sarah Power	Ducke University	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
558	11/07/01	Jerome Chave	CNRS - Laboratoire D'ecologie Terrestre	França	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
559	11/07/01	Kalan Leonard Ickes	Southeastern Louisiana University	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
560	11/07/01	Lourens Pooter	Wageningen Agric. University - Dep. Of Env. Sciences The Netherlands	Holanda	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
561	11/07/01	Marco Gutiérrez	Univ. Costa Rica	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
562	11/07/01	Paz Hernandez Horacio Armando	Univ. California at Santa Barbara	México	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
563	11/07/01	Saara Jennie De Walt	Louisiana State University	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
564	17/07/01	Isabel Raimundo Lopes	Univ. Trás-Os-Montes e Alto Douro Utad	Portugal	01/08/01 a 31/08/01	Projeto Basa "Resíduos" - caracterização de manejo florestal; legislação e políticas florestais	Estágio	Fernando Lemos De Almeida
565	17/07/01	George Daniel Weiblen	Univ. Minnesota - Depart. Of Plant Sciences	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
566	17/07/01	Rebeca Anne Montgomery	Univ. Wisconsin-Madison - Dept. of Botany (Hawai National Park)	EUA	25/10/01 a 20/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de campo	Heraldo Vasconcelos
567	23/07/01	Miguel Martinez Ramos	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	01/08/01 a 20/08/01	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Eduardo Venticinque
568	23/07/01	Rodolfo Dirzo	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	14/08/01 a 30/08/01	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Eduardo Venticinque
569	31/07/01	Angela Marcela Santamaria Gomez	Univ. Cambridge	Colômbia	01/08/01a 31/01/03	"Efeitos da fragmentação do habitat na dieta e dispersão de sementes pelo guariba vermelho na Amazônia Central"	Doutorado	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Wilson Spironello
570	04/09/01	Miguel Andrés Ângulo Azuero	Univ. Los Andes - Colombia	Colômbia	05/09/01 a 05/12/02	"Efeitos da fragmentação do habitat na dieta e dispersão de sementes pelo guariba vermelho na Amazônia Central"	Estágio	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra/Wilson Spironello

571	19/09/01	Sylvia M. Heredia Amaya	Univ. Los Andes - Colombia	Colômbia	24/09/01 a 01/05/02	"O efeito da fragmentação florestal sobre os mutualismos entre formigas e plantas"	Estágio	Heraldo Vasconcelos-Renato Cintra /Emílio Bruna
572	09/10/01	Wilmer Herrera Vaencia	Universidade de la Amazonia - Colombia	Colômbia	01/11/01 a 30/06/02	Jacaranda - Fenologia e regeneração natural do pau-rosa	Estud. graduação	Paulo De Tarso B. Sampaio
573	17/10/01	Luis Antonio Da Silva Borda De Agua	Columbia University - Center for Env. Research and Conservation	Portugal	05/11/01 a 30/11/01	Análise do banco de dados do PDBFF, desenvolvimento de modelos matemáticos	Assistência técnica	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Heraldo Vasconcelos
574	17/10/01	Richard Odd Bierregaard Jr.	Univ. North Carolina at Charlotte	EUA	01/11/01 a 13/11/01	Curso de campo "Advanced comparative neotropical ecology" (OET 01-25) - Coordenação Gordon Orians	Curso de Campo	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Heraldo Vasconcelos
575	19/10/01	Emanuela Evangelista	Universitá Degli Studi "Roma Ter"	Itália	06/08/01 a 10/02/03	Biologia e ecologia da aranha na reserva ecológica do Xixuaú, Roraima, Brasil	Pesquisa	Fernando Rosas
576	28/11/01	Bruno Josef Glaser	Univ. Bayreuth - Inst. Of Soil Science and Geography	Alemanha	20/11/01 a 10/01/02	Sistema de Produção rural na Amazônia brasileira	Pesquisa	Newton Paulo de Souza Falcão
577	28/11/01	Charles Zartman	Ducke University - Department of Botany	EUA	01/12/01 a 10/01/02	PDBFF - projeto Os impactos da fragmentação e o sucesso reprodutivo das briófitas da Amazonia Central	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Regina Lobato
578	28/11/01	Jeffrey Albert Stratford	Southeastern Louisiana University	EUA	03/01/02 a 30/05/02	Projeto "Fatores ecológicos e comportamentais correlacionados do risco de extinção em pássaros insetívoros"	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Tania Sanaiotti
579	03/12/01	Duane D. Mckenna	Harvard University	EUA	25/01/02 a 25/12/02	Implicação da fragm. florestal p/ a genética populac. de besouros Hispinae e sua interação com parasitóides	Pesquisa	Regina Luizão/Heraldo Vasconcelos
580	03/12/01	Elaine Hooper	Univ. de Montreal	Canadá	05/12/01 a 20/09/02	"Efeitos da fragmentação florestal s/ a dispersão de sementes e regeneração arbórea em uma floresta amazônica"	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Rita De Cássia G. Mesquita
581	03/12/01	Katherine M. Mckenna	Harvard University	EUA	25/01/02 a 25/12/02	Implicação da fragm. florestal p/ a genética populac. de besouros Hispinae e sua interação com parasitóides	Pesquisa	Regina Luizão/Heraldo Vasconcelos
582	13/12/01	Akio Tsuchiya	Hiroshima University -Dep. of Env. Science	Japão	25/02/02 a 05/04/02	"Dinâmica de uma floresta de terra-firme manejada experimentalmente e ecofisiologia de suas espécies comerciais"	Pesquisa	Niro Higuchi
583	07/01/02	Javier Andrés Atalah Beresi	Universidade de Valparaiso	Chile	10/01/02 a 10/07/02	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Estágio	Vera Maria Ferreira da Silva
584	08/01/02	Tony Vizcarra Bentos	Faculdade de Agronomia de Iquitos	Perú	15/01/02 a 30/12/02	The effects of forest fragmentation on seed dispersal in the Central Amazonian"	Estágio	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Rita De Cássia G. Mesquita
585	09/01/02	Freya Merel Van Der Mark	Universidade de Amsterdam	Holanda	10/02/02 a 10/11/02	"Inventário, identificação e quantificação da biodiversidade da bacia do Lago Tupé - ARIE do Tupé"	Estágio	Ednaldo Nelson dos Santos Silva/Assad José Darwich

586	30/01/02	Marthieu Lamotte	IRD - Institut de Recherche pour le Développement	França	19/02/02 a 27/02/02	"Melhoramento genético de espécies hortícolas para o Trópico Úmido"	Pesquisa	Hiroshi Noda
587	19/02/02	Natalie Bergholz	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/04//02 a 01/03/04	Dinamica das interações... Ecologia e especiação genética em diplópodos da Amazônia	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
588	22/02/02	Matthias Christian Gunther Zerm	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/04//02 a 01/03/04	Dinamica das interações... Estudos de padrões espaciais e estrut. genética em algumas esp. de besouros cicindelídeos	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
589	22/02/02	Christina Dee Mccain	Univ. Miami	EUA	15/04/02 a 20/10/02	Effects of fragmentation on plant pollinator mutualisms" (orient. Theodore H. Fleming)	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Eliana Storti
590	22/02/02	Margaret S. Heide	Univ. Miami	EUA	15/04/02 a 20/10/02	Effects of fragmentation on plant pollinator mutualisms" (orient. Theodore H. Fleming)	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Eliana Storti
591	26/02/02	Marc Amyot	Institut Nacional de la Recherche Scientifique (Canadá)	Canadá	08/03/02 a 05/05/02	Projeto Mercurion - Fotodinâmica de mercúrio em águas do Rio Negro	Pesquisa	Bruce Rider Forsberg
592	26/02/02	Xavier De Rouvroy De Saint-Simon	Institut Nacional de la Recherche Scientifique (Canadá)	Canadá	08/03/02 a 05/05/02	Projeto Mercurion - Fotodinâmica de mercúrio em águas do Rio Negro	Pesquisa	Bruce Rider Forsberg
593	26/02/02	Edenise Garcia	Institut Nacional de la Recherche Scientifique (Canadá)	Brasil	08/03/02 a 05/05/02	Projeto Mercurion - Fotodinâmica de mercúrio em águas do Rio Negro	Pesquisa	Bruce Rider Forsberg
594	13/03/02	Robert Oliver	CIRAD-CA	França	24/03/02 a 13/04/02	"Aval. do potencial de sustentabilidade de sistemas agroflorestais em pequenas propriedades agrícolas na Amazônia"	Professsor	Sônia Sena Alfaia
595	18/04/02	David Bullington Clark	Univ. Missouri-St. Louis	EUA	01/07/02 a 25/07/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Heraldo Vasconcelos
596	13/05/02	Charles Zartman	Ducke University	EUA	01/06/02 a 05/09/02	PDBFF - projeto Os Impactos da fragmentação e o sucesso reprodutivo das briófitas da Amazonia Central	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Regina Lobato
597	13/05/02	Jennifer M. Cramer	Louisiana State University	EUA	10/06/02 a 20/12/02	The effects of forest fragmentation on seed dispersal in the Central Amazonian"	Pesquisa	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Rita de Cássia G. Mesquita
598	13/05/02	Mariah Mcalister	Univ. Tulane	EUA	20/06/02 a 01/08/02	Efeito da fragmentação do habitat na dieta e dispersão de sementes pelo guariba vermelho na AC" (Orient. Angela Gomes)	Estágio	Heraldo Vasconcelos-Regina Luizão/Wilson Spironello
599	21/05/02	Julie Major	Cornell University	Canadá	15/06/02 a 30/08/02	Pedologia, fertilidade e biologia de solos antropogênicos (terra preta dos índios) em Manacapuru, RP da Eva, Itacoatiara, Irand	Pesquisa	Charles Roland Clement
600	28/05/02	Tamara L. Mcguire	Texas A&M University	EUA	07/06/02 a 30/12/02	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Pesquisa	Vera Maria Ferreira da Silva
601	03/06/02	Kellen Ann Gilbert	Southeastern Louisiana University	EUA	05/06/02 a 15/08/02	Primaty diversity and density in forest fragments in Central Amazonian"	Pesquisa	Rita Mesquita-Regina Luizão /Wilson Spironello

602	03/06/02	Lily Arias Chauca	Museo de Historia Natural UNMSM (Perú)	Perú	01/07/02 a 15/08/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Rita Mesquita-Regina Luizão /E. Venticinque-Jansen Zuanon
603	03/06/02	Max Henry Hidalgo Del Aguila	Museo de Historia Natural UNMSM	Perú	01/07/02 a 15/08/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Rita Mesquita-Regina Luizão /E. Venticinque-Jansen Zuanon
604	04/06/02	Philip C. Stouffer	Southeastern Louisiana University	EUA	05/06/02 a 15/08/02	Produção of na Audio CD of the birds of this PDBFF" (produção de um CD com canto de pássaros)	Pesquisa	Rita Mesquita-Regina Luizão / Mario Cohn-Haft
605	04/06/02	William Eberhard	STRI y Universidad de Costa Rica	EUA	08/07/02 a 25/07/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Rita Mesquita-Regina Luizão/E. Venticinque-Jansen Zuanon
606	14/06/02	Michael John Gilbert Hopkins	Royal Botanical Gardens, Kew	Inglaterra	20/06/02 a 31/12/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Rita Mesquita-Regina Luizão/E. Venticinque-Jansen Zuanon
607	14/06/02	Rodolfo Dirzo	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	10/07/02 a 30/07/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Rita Mesquita-Regina Luizão/E. Venticinque-Jansen Zuanon
608	14/06/02	Veronica Cepeda Cornejo	Univ. Mexico - Departamento de Ecologia Evolutiva	México	01/07/02 a 15/08/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Rita Mesquita-Regina Luizão/E. Venticinque-Jansen Zuanon
609	19/06/02	Christopher Rolf Aadland	Maryland Department of Natural Resources	EUA	01/08/02 a 31/07/03	Adaptações evolutivas de Siluriformes e Gymnotiformes: mecanismos de criação e manutenção da biodiv. amazônica	Pesquisa	José Antônio A. Gomes
610	03/07/02	Santiago Palacios Noguera	American Society of Primatology (financiamento)	Colômbia	20/07/02 a 25/03/03	Efeito da fragmentação do habitat na dieta e dispersão de sementes pelo guariba vermelho na AC" (Orient. Angela Gomes)	Estágio	Rita Mesquita-Regina Luizão/Wilson Spironello
611	12/07/02	Grace P.Servat Valenzuela	Univ. Missouri	Perú	15/07/02 a 30/07/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica (professor visitante)	Curso de Campo 2	Rita Mesquita/Rita Mesquita
612	17/07/02	Akio Tsuchiya	Hiroshima University - Dep. Of Env. Science	Japão	01/09/02 a 30/09/02	Desenv. de Espécies arbóreas selecionadas em florestas manejadas e não manejadas (Prog. 2, área 3, projeto 9)	Pesquisa	Niro Higuchi/Akira Tanaka
613	18/07/02	Cristhian Amado Castro Pérez	PCI/MCT/INPA - Bolsa DTI nível E	Perú	01/08/02 a 31/07/04	"Efeito da radiação UV sobre o pirarucu, Arapaima gigas"	Bolsista	Adalberto Luis Val
614	24/07/02	Maria Raquel C. de C. Rosado	Utad -Univ. Trás-Os-Montes e Alto Douro	Portugal	02/09/02 a 02/12/02	Projeto Resíduos Madeireiros e Florestais - Blocomposto de cimento-madeira		Fernando Lemos de Almeida
615	12/08/02	Christina Dee Mccain	Univ. Miami	EUA	15/08/02 a 15/08/04	Effects of fragmentation on plant pollinator mutualisms" (orient. Theodore H. Fleming)	Pesquisa	Rita Mesquita-Regina Luizão/Eliana Storti
616	21/08/02	Gerd-Oltmann Günter Hero Brandorff	Behörde für Umwelt und Gesundheit	Alemanha	10/09/02 a 10/12/02	Orientar alunos, identificar alguns zooplanctons e desenv. Projeto de de migração vertical de zooplancton	Pesquisa	Ednaldo Nelson dos Santos Silva
617	04/09/02	Jean Louis Guillaumet	IRD - Institut de Recherche pour le Développement	França	07/09/02 a 30/11/02	Professor visitante do curso de Botânica - INPA/FUA Disciplina BOT 18 - Fitogeografia	Professsor	Vera Val / Maria T.F. Piedade

618	18/09/02	Munier Olivier	Université de Paris VIII	França	25/11/02 a 05/12/02	Organização do Núcleo de Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais do INPA (Lab. de antropologia amazônica)	Consultoria	Edineia Mascarenhas Dias
619	18/09/02	Mathieu Lamotte	IRD – Inst.itut de Recherche pour le Développement	França	25/11/02 a 26/12/02	Manejo de reservas e áreas verdes na região de Manaus	Pesquisa	William Ernest Magnusson
620	18/09/02	Tillmann Konrad	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle biológico de mosquito usando bioinseticidas bacterianos" (PG Entomologia INPA)	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
621	18/09/02	Monika Zwerger	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
622	18/09/02	Kerstin Sarter	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
623	18/09/02	Roalnd Olbrich	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
624	18/09/02	Mathias Grimm	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
625	18/09/02	Daniela Zintel	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
626	18/09/02	Daniela Friedrich	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
627	18/09/02	Bjorn Pluskota	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
628	18/09/02	Dorothee Haverkate	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
629	18/09/02	Florian Schmidt	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
630	18/09/02	Isabel Dürk	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
631	18/09/02	Linda Maria Weber	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
632	18/09/02	Mário Zaiss	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker

633	18/09/02	Cécile Otten	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
634	18/09/02	Simon Jugbauer	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
635	18/09/02	Kerstin Pietsch	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
636	18/09/02	Tina Stadler	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
637	18/09/02	Mathias Beck	Universidade de Heidelberg	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
638	18/09/02	Norbert Becker	Universidade de Heidelberg (professor)	Alemanha	23/09/02 a 11/10/02	Curso "Implementação do controle...	Curso de campo 2	Wanderli Pedro Tadei /Thania Guaycurus-Norbert Becker
639	30/09/02	Dominique Schwartz	Universite Louis Pasteur de Strasbourg	França	22/11/02 a 10/12/02	Fitogeografia da Amazônia (Estudo de paleosolos e solos podzóis: gênese e relação com a fisiologia da paisagem atual	Pesquisa	Arnaldo Carneiro Filho
640	30/09/02	Thierry Rosique	Universite Louis Pasteur de Strasbourg	França	22/11/02 a 10/12/02	Fitogeografia da Amazônia (Estudo de terraços fluviais pleistocênicos e reconstituição paleoclimática)	Pesquisa	Arnaldo Carneiro Filho
641	07/10/02	Alejandro Javier Cammareri	Facultad de Ciencias Veterinárias - UBA (Argentina)	Argentina	15/10/02 a 30/04/03	Projeto Boto (PPI 3190) - Biologia, Ecologia e Conservação dos mamíferos da Amazonia (Reserva DS Mamirauá)	Estágio	Vera Maria Ferreira da Silva
642	07/10/02	Heike Karen Dunkelberg	Landmann's Bio Markt	Alemanha	01/11/02 a 31/10/03	Plantas Medicinais amazônicas: caracterização e padronização (botanica econômica)	Estágio	Juan Cardena Revilla
643	07/10/02	Jennifer M. Cramer	Louisiana State University	EUA	12/10/02 a 15/05/03	The effects of forest fragmentation on seed dispersal in the Central Amazonian"	Pesquisa	Rita Mesquita-Regina Luizão/Rita Mesquita-Bruce Williamson
644	15/10/02	Georg Irion	Max-Planck Institut Fur Limnologie	Alemanha	01/11/02 a 15/12/02	Sedimentodologia de Rios e Lagos Amazônicos" (Santarém e Amanã - Tefé)	Pesquisa	Maria Teresa Fernandez Piedade
645	15/10/02	Christopher C. Braun	Hunter College - Dep. Of Psychology (EUA)	EUA	15/11/02 a 31/12/02	Adaptações evolutivas de Siluriformes e Gymnotiformes: mecanismos de criação e manutenção da biodiv. amazônica	Pesquisa	José Antônio A. Gomes
646	29/10/02	Ana Maria Benavides	Univ. Antióquia - Herbário (Colombia)	Colômbia	01/11/02 a 10/12/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Rita Mesquita-Regina Luizão/E. Venticinque-Jansen Zuanon
647	29/10/02	Patricia Garcia Tello	Unam – Univ. Nac. Autonoma do México - Instituto de Ecologia	México	15/11/02 a 31/12/02	Curso de Campo Ecologia da Floresta Amazonica	Curso de campo	Rita Mesquita-Regina Luizão/E. Venticinque-Jansen Zuanon

648	30/10/02	Thomas A Terleph	Hunter College - Dep. Of Psychology (EUA)	EUA	15/11/02 a 31/12/02	Adaptações evolutivas de Siluriformes e Gymnotiformes: mecanismos de criação e manutenção da biodiv. amazônica	Pesquisa	José Antônio A. Gomes
649	13/11/02	Michael John Gilbert Hopkins	Royal Botanical Gardens, Kew	Inglaterra	01/01/03 a 31/06/03	Projeto GEOMA - Aprimorar modelo preditivo da distrib. de riqueza florística na Amazônia (Bolsista CNPq - EV-PCI/8D)	Pesquisa	Bruce Walker Nelson
650	26/11/02	Francesco Paolo Caputo	Universidade de Roma "La Sapienza"	Itália	01/12/02 a 31/11/03	"Bases para a conservação e manejo da biota amazônica" (Ecologia de quelônios em Mamirauá - Iaçá e tracajá)	Pesquisa	Richard Carl Vogt
651	02/12/02	Jennifer M. Cramer	Louisiana State University	EUA	01/01/03 a 30/05/03	The effects of forest fragmentation on seed dispersal in the Central Amazonian"	Pesquisa	Rita Mesquita / Regina Luizão
652	09/12/02	Julie Major	Cornell University	Canadá	01/01/03 a 31/08/03	Pedologia, fertilidade e biologia de solos antropogênicos (terra preta dos índios) em Manacapuru, RP da Eva, Itacoatiara, Iran	Pesquisa	Charles Roland Clement
653	26/12/02	Garry Bruce Williamson	Southeastern Louisiana University	EUA	20/01/03 a 19/01/04	Ecological succession and functional biology of pioneer species in the Brazilian Amazon"	Pesquisa	Rita Mesquita-Regina Luizão/Rita Mesquita-Bruce Williamson

Anexo III - Alguns dados do Projeto Flora Amazônica – NYBG/INPA/MPEG (1977 e 1984)*

Depois de muita pressão norte-americana, os estudos de biologia/ecologia na Amazônia brasileira foram incluídos entre as áreas de cooperação entre os governos do Brasil e EUA. Um dos primeiros grandes projetos norte-americanos foi exatamente o Projeto Flora Amazônica, do *New York Botanical Garden*, iniciado em 1977 com a previsão de durar 3 anos mas que em 1984 ainda continuava a fazer expedições de coleta.

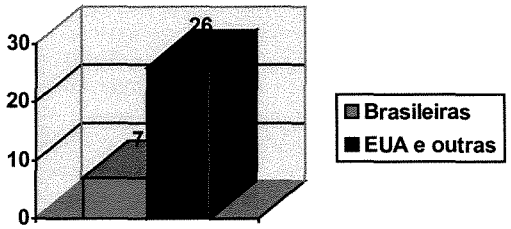
O CNPq bem que tentou nacionalizar o projeto transformando-o em um projeto brasileiro intitulado "Flora do Brasil" e nomeou coordenador brasileiro o então diretor do Instituto de Botânica de São Paulo, Alcides Ribeiro Teixeira. Não adiantou. Os norte-americanos fizeram a sua parte, mas muito do que havia sido previsto para a parte brasileira (como a montagem de um banco de dados do material coletado) não passou de intenção.

Apesar dos números francamente desfavoráveis para a parte brasileira, o Projeto Flora Amazônica viria a servir de "modêlo" , dentro do INPA/CNPq, para projetos posteriores de instituições norte-americanas na Amazônia brasileira

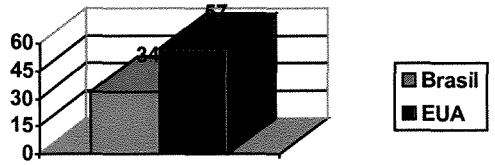
As Expedições do Projeto Flora 1977/84

1. Out/nov 77 - AM e RR: Estrada Manaus-Venezuela / 2. out/dez 77 - Serra dos Carajás, Rodovia Transamazônica, Tucuruí, Serra do Cachimbo, Rodovia Santarém-Cuiabá (PA)/ 3. Jan/fev 78 - Rio Negro (de Manaus a Camanaus) / 4. Jan/abr 78 - Humaitá (AM), Rondônia, Acre, Serra dos Pacaás Novos, Guajará-Mirim (RO) e Rio Branco (AC) / 5. Jun/set 79 - Rio Negro (AM), Serra do Curicuriari, Rio Uatumã, Balbina, Pitinga / 6. Set/dez 79 - Rodovia Manaus-Porto Velho, Rodovia Porto Velho-Cuiabá, Chapada dos Parecis / 7. Set/dez 79 - Macapá e Oiapoque (AP) / 8. Jan/abr 80 - PA, MA e GO: Tucuruí, Imperatriz e Região do Estreito / 9. Jun/ago 80 - Rio Trombetas e Rio Parú do Oeste (PA) / 10. set/dez 80 - MA (região de transição com Amazônia), Rio Xingú e Altamira (PA) / 11. Set/dez 80 - AM, Sena Madureira, Rio Branco e Brasiléia (AC) / 12. Abr/jun 80 - Rio Maicuru, Rio Curuá e Norte de Alenquer (PA) / 13. out/nov 81 - Bragança e Itupiranga (PA), Tocantinópolis (GO), Carolina e Balsas (MA), Teresina (PI) / 14. Out/dez 81 - Tucuruí, Marabá e Serra dos Carajás (PA) / 15. Mai/jul 82 - Serra dos Carajás / 16. Mai/jun 82 - Humaitá (AM), Porto Velho (RO), Rodovia Transamazônica, Rio Alto Candeias (RO) / 17. Nov/dez 82 - Rios Solimões, Tefé e Japurá (AM) / 18. Jan/abr 83 - MA e Sudeste do PA / 19. Abr/mai 83 - Serra do Cachimbo (PA) e Rodovia Santarém-Cuiabá / 20. Jun/ago 83 - Maués, Borba, Rios Canumã, Abacaxis, Parauari, Urupadi e Maués (AM) / 21. Jul/out 83 - Rio Falsino, Macapá e Camaipi (AP) / 22. Jan/mar 84 - Arredores do Igarapé do Repartimento do Ajarani (RR), Pico Rondon, Serra do Aracá e arredores (AM) / 23. Mai 84 - Rodovia Porto Velho-Vilhena e laterais, Chapada dos Parecis e Ariquemes (RO) / 24. Set/out 84 - Arredores de Cruzeiro do Sul, Rio Moa e Serra do Divisor (AC) / 25. Set/nov 84 - Ilha do Marajó, Anajás, Boa Vista, Breves, Ilha das Onças (PA).

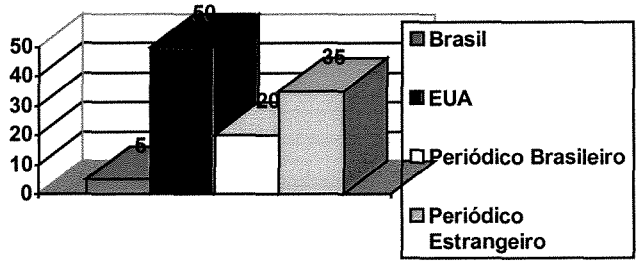
Instituições Participantes do Projeto Flora Amazônica (1977/84)



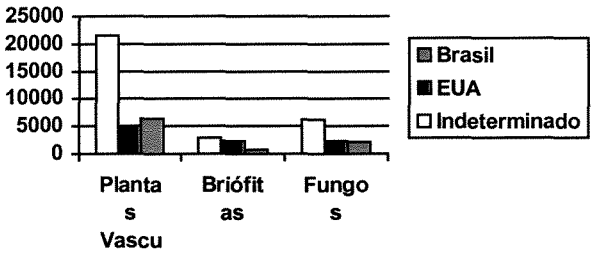
Participação de Brasileiros e Norte-Americanos (1976/1984)



Publicações do Projeto Flora segundo a Nacionalidade do 1o. autor e do Periódico (1977/1984)



Material Exportado pelo Projeto Flora 1977/1984



* Dados extraídos do Suplemento de março/junho de 1984 da Revista Acta Amazônica, Manaus 14 (1-2). Projeto Flora (1977-1984) - "Contribuições do Projeto Flora Amazônica" - Parte 1 / "Projeto Flora Amazônica: *Eight years of binational botanic expedition*" por Guillean T. Prance, Bruce W. Nelson, Marlene F. da Silva e Douglas C. Daly.